

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (ICH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS/UFJF)

Fernanda Chaves Gherardi

A construção das identidades políticas em Minas Gerais (1834-1844)

Juiz de Fora

2013

Fernanda Chaves Gherardi

A construção das identidades políticas em Minas Gerais (1834-1844)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, na linha de pesquisa *Narrativas, Imagens e Sociabilidades*, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata

Juiz de Fora

2013

Fernanda Chaves Gherardi

A construção das identidades políticas em Minas Gerais (1834-1844)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, na linha de pesquisa *Narrativas, Imagens e Sociabilidades*, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre.

Juiz de Fora, 06 de dezembro de 2013.

Membros da Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata – PPGHIS/UFJF (orientador)

Prof. Dr. Marcello Basile – PPGHIS/UFRRJ

Profa. Dra. Silvana Mota Barbosa – PPGHIS/UFJF

Dedico este trabalho à minha mãe, Eliza B. Chaves, por todo amor e exemplo de vida, uma trabalhadora incansável. E ao meu amor, companheiro e melhor amigo José Felipe S. Pessôa.

AGRADECIMENTOS

Por me guiar até aqui, agradeço a Deus.

Agradeço ao professor, orientador e amigo Alexandre Mansur Barata, pelos anos de convivência e trocas de experiência, por acreditar no meu projeto de pesquisa e me incentivar sempre.

Aos professores Silvana Mota Barbosa e Marcello Otávio Neri de Campos Basile pela leitura atenta, comentários críticos e enriquecedores quando do momento da qualificação e por aceitarem fazer parte da Banca Examinadora.

À Universidade Federal de Juiz de Fora, em especial aos mestres e funcionários do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, que tornaram possível minha formação acadêmica e por acreditarem no meu projeto de pesquisa. Não poderia deixar de agradecer também a cada um dos amigos do Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP).

Agradeço à Fundação Biblioteca Nacional e aos seus funcionários, em especial à Claudia, ao João Cândido e à Cristina do Setor de Obras Raras, pela solicitude.

Ao Arquivo Público Mineiro, que facilitou o trabalho de pesquisa, ao disponibilizar parte do acervo de periódicos mineiros digitalizados e online.

Aos funcionários do antigo Arquivo Histórico da UFJF, Edna e Tarcísio, pela solicitude e por possibilitarem que eu digitalizasse os microfilmes do *Correio de Minas*.

Aos meus familiares, agradeço pelo apoio incondicional nos momentos mais difíceis e também nos bons momentos. Em especial, à minha mãe Eliza, a quem dedico este trabalho, por todo amor e sabedoria de vida. Ao meu pai, Luiz Antonio, que infelizmente nos deixou tão cedo e mesmo assim foi um grande homem, exemplo de alegria, honestidade e altruísmo. Ao José Felipe que, além do amor e incentivo, é um grande entusiasta desta dissertação. Aos meus irmãos Lânia, Rodrigo, Luiz Henrique, Renata e Silvana; meus sobrinhos, Laura e Eduardo; bem como aos meus familiares de Montes Claros que, mesmo distantes, rezaram e torceram muito por mim.

Agradeço a todos os amigos que estiveram ao meu lado nessa caminhada e ajudaram de várias formas. Estão todos no meu coração. Agradeço especialmente à Maria Hermínia e ao José Figueiredo Pessôa, pelo apoio em todos os momentos. À Regina Salomão, pela revisão primorosa do texto e pelo incentivo e à Edylane Eiterer, pelo acolhimento e ajuda imprescindível no Rio de Janeiro.

A Capes, por proporcionar condições para a realização do mestrado e da pesquisa.

Há uma “força peculiar às palavras, sem as quais o fazer e o sofrer humanos não se experimentam nem tampouco se transmitem”.

– REINHART KOSELLECK. *Futuro Passado*, p. 97.

RESUMO

A presente dissertação – *A construção das identidades políticas em Minas Gerais (1834 - 1844)* – tem por objetivo central analisar as diferentes identidades políticas que se constituíram nesta província, em contexto significativo para a compreensão do processo de construção do Estado nacional brasileiro. A partir das contribuições recentes da historiografia, que busca apreender a constituição dos grupos políticos, nossa atenção será voltada às linguagens políticas adotadas e às construções imagéticas que separavam os grupos. Para dar conta destes objetivos, serão examinados os discursos políticos produzidos pelos agentes históricos em correspondências, impressos, folhetos, memórias e, sobretudo, periódicos. As imagens simbólicas construídas em torno dos grupos envolvidos nas disputas políticas serão analisadas visando entender quais as imagens identitárias aparecem. Levaremos em conta quem proferiu o discurso e para quem se manifestou, buscando perceber como se identificou, como denominou seus rivais e em que ponto e em quais circunstâncias no tempo proferiu o “ato de fala”.

Palavras-chave: Identidades Políticas. Discurso Político. Linguagens Políticas. Província de Minas Gerais.

ABSTRACT

This work – *The construction of political identities in Minas Gerais (1834 - 1844)* – aims at analyzing the different political identities which were constructed in this county, within a meaningful context to support the understanding of the national Brazilian State construction. From the recent contributions of historiography, which tries to get the constitution of the political parties, this work focuses on the political languages adopted as well as on the image constructions which distinguish the groups. To reach these objectives, the political speeches produced by the historical actors are examined through the analysis of mails, folders, memories and journals. The symbolical images constructed around the groups and the actors involved in the political disputes are observed as a means to understand the identities images which arise from them. In this perspective, it is regarded both who made the speech and the public it was directed to, trying to make clear the way it is identified, the way the rivals were addressed and in which time dot and under which temporal circumstances the given speech was used.

Key-Words: Political Identities. Political Speech. Political Languages. Minas Gerais county.

LISTA DE ABREVIATURAS

APM – Arquivo Público Mineiro

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

RAPM – *Revista do Arquivo Público Mineiro*

RHBN – *Revista de História da Biblioteca Nacional*

RIHGB – *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1 <i>Chimangos e Caramurus: entre a Sedição de Março de 1833 e a regência una de Diogo Antônio Feijó</i>	22
1.1. Patriotismo e Moralidade: a tônica do discurso <i>Chimango</i>	28
1.2. Mitologia, “Zoologia”, Religião e “Satanização”: a construção do vilão...	45
1.3. Ilustração e suas bases literárias: reforçando a imagética.....	55
Capítulo 2 <i>Regressistas e Progressistas: antecedentes da regência de Pedro de Araújo Lima à dissolução da Câmara em 1842</i>	63
2.1. <i>O Correio de Minas: um jornal da Sociedade dos Defensores da Religião, do Trono e da Constituição</i>	71
2.2. Batalha impressa: “Monarquia democrática” versus “Monarquia Gótica”...	86
Capítulo 3 <i>Partido da Ordem e Homens de Santa Luzia: “legados” do Movimento político e armado de 1842, em Minas Gerais</i>	110
3.1. Sustentar a ordem e combater a anarquia: mesmo lema, duas versões.....	124
3.2. Um Movimento entre papéis e armas.....	139
Considerações Finais	153
Fontes e Referências Bibliográficas	156

Introdução

Buscar compreender um fenômeno complexo, como a constituição de identidades políticas, é arriscado. Fazê-lo, para melhor conhecer sociedades que estão distantes temporalmente de nós, deveria ser considerado um ato melindroso. Na medida em que, mesmo sabendo que todas as lacunas não serão preenchidas, que indivíduos e vozes ficarão abafadas, o entusiasmo de uma estudante pesquisadora ousa, ainda assim, tentar fazer com que suas sociedades sejam minimamente entendidas. Fazendo a mea-culpa para com indivíduos que não podem mais se defender, caso os tenha categorizado em uma identidade política na qual eles não se sentiam parte, resta-nos apenas afirmar que há muito por ser feito e que os resultados alcançados neste trabalho apenas indicam alguns caminhos.

A trilha desta dissertação procura levar o leitor à compreensão das construções imagéticas que separavam os grupos políticos de Minas Gerais, entre o período de 1834 a 1844. Os nossos agentes históricos, a maioria políticos atuantes, alguns jornalistas e membros da elite provincial, viviam a ambivalência¹ de uma sociedade extremamente pautada na defesa do *status quo* social e econômico, baseado na propriedade privada, com a necessidade há muito almejada de forjar seu próprio país, enquanto nação. Por isso mesmo, era imperativo que estes homens buscassem aprimorar suas relações sociais, no intuito de formar os laços políticos necessários para o debate em relação ao Estado nacional pretendido, ampliado com a conquista da soberania política. Nessa perspectiva, interessa primordialmente perceber a formação dos grupos políticos, para apreender como esses grupos identificavam a si mesmos e como identificam seus rivais políticos por meio de diferentes artifícios da linguagem. Para tanto, devemos primeiro esclarecer o que se entende por identidade política no âmbito deste trabalho.

Em meados da primeira década do século XXI, um sociólogo francês reafirmou a noção de que as identidades estão em crise,² tal constatação foi feita por Claude Dubar, em

¹ Antonio Annino, ao analisar os aspectos do liberalismo nas sociedades hispano-americanas pós-independentes, defendeu que houve uma tensão entre a soberania dos estados e da federação, que permeou o século XIX destas sociedades, fruto da herança ambivalente que a época colonial deixou sobre o tema soberania. Alguns estudos apontam para a mesma dificuldade encontrada pelos construtores das nações também de origem portuguesa. Sobre esta ambivalência, ver: ANNINO, Antonio. Soberanías em lucha. In: _____; GUERRA, François-Xavier. **Inventando la Nación: Iberoamérica siglo XIX**. México: Fondo de Cultura Económica, 2003, pág. 152-184.

² Esta noção de que as identidades estão em crise foi resumidamente explorada por outro sociólogo, no final do século XX. Trata-se do jamaicano Stuart Hall que defendeu a tese de descentração da identidade a partir do surgimento do sujeito pós-moderno. Para compreender melhor esse processo, consultar: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

seu livro *A crise das identidades*.³ Principalmente preocupado com a emergência de novas formas de identidade familiar, profissional, simbólica e pessoal, o autor traçou a genealogia dos principais teóricos que influenciaram aquilo que chamou de “dinâmicas históricas das formas identitárias” para mostrar que a modernidade, de uma forma geral, com suas mutações estruturais, colocou em xeque as tradicionais formas de se pensar a socialização.⁴ É devido a essa conceituação sistematizada para pensar a categoria identidade que a tese de Dubar se tornou importante para este trabalho, a partir de um simples ponto de vista. Segundo o autor, o conceito identidade diz respeito a vários objetos e domínios; no entanto, duas maneiras de conceber a identidade permeiam as teorias filosóficas desde os tempos remotos: a do ser essencial e a do ser fluido (nominalista). De acordo com esta última perspectiva, que também é defendida no livro de Dubar, a identidade seria o resultado de uma “identificação contingente”, na medida em que se categoriza por uma “dupla operação linguística: diferenciação e generalização”. Ou seja, a identidade é, ao mesmo tempo, a diferença e a pertença comum, constituindo o seu paradoxo, que só pode ser resolvido quando se leva em conta o elemento comum que é “a identificação de e pelo outro”. Dessa forma, de acordo com o sociólogo francês, a dissertação se baseou na premissa de que não há identidade sem alteridade, sendo que ambas “variam historicamente e dependem do seu contexto de definição”⁵.

É a partir dessa definição nominalista ou existencialista de identidade que o presente trabalho começou a ganhar corpo, na perspectiva de que poderíamos investigar os grupos políticos provinciais percebendo como eles nomeavam a si e os outros. Por fim, entende-se este trabalho como uma investigação dos processos de construção das identidades políticas de Minas Gerais, entre 1834 e 1844, porque se lidou com sujeitos e grupos diretamente ligados aos processos de decisões políticas. Os temas com os quais a presente dissertação conversou podem ser resumidos de acordo com algumas categorias propostas por René Rémond: facções políticas que estavam ensaiando o processo de formação dos partidos políticos da província

³ DUBAR, Claude. **A crise das identidades. A interpretação de uma mutação**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

⁴ Em seu livro, Claude Dubar analisa, sobretudo, as diferentes formas de se explicar o fenômeno identitário. Dessa forma, o autor passa pela categoria Nós-Eu, de Norbert Elias; sócio comunitárias de Max Weber e das consciências de classe de Marx e Engels. O próprio conceito de formas sociais, subdivididas entre comunitárias e societárias, foi explorada pelo autor a partir do pioneiro trabalho de George Simmel, que desenvolveu a noção de “forma”. Para aprofundar no entendimento do conceito de identidade que mais dialoga com a visão deste trabalho, ver principalmente: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993; _____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994; _____. SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

⁵ DUBAR, Claude. **A crise das identidades**. Op. Cit., pág. 8-9.

mineira, mais especificamente; grupos jornalísticos que se tornaram políticos em virtude de sua destinação que era, por fim, auxiliar seus aliados a conquistar o poder nas instituições de influência do Governo provincial e assim buscar imprimir suas maneiras de conceber o Estado Imperial.⁶

Por esta maneira de entender identidade política, tornou-se bastante interessante o embasamento nos procedimentos propostos por John Pocock que, por sua vez, foi bastante influenciado por Quentin Skinner. Uma vez que, para investigar o processo de construção das identidades políticas mineiras, no decênio compreendido entre meados do período regencial e início do Segundo Reinado, levando em consideração o seu caráter dinâmico, o trabalho se voltou para a análise dos discursos políticos utilizados pelos grupos para perceber como estes nomeavam a si e aos outros, formando uma verdadeira construção imagética que os separavam. Dessa forma, o trabalho de Pocock, *Linguagens do Ideário Político*, nos forneceu diversos subsídios para pensar a maneira de analisar os discursos produzidos pelos políticos do período, sejam em memórias, documentos ou, principalmente, nas fontes jornalísticas.⁷ De modo concreto, a práxis sugerida pelo historiador é muito mais complexa do que a que se propõe esta dissertação. No entanto, foram as explicações dele acerca das ênfases de que trata a História do Discurso, bem como suas sugestões as responsáveis pela emergência das principais questões que guiaram a dissertação como um todo.

Considerando-se a natureza sincrônica do procedimento de Pocock, o historiador busca analisar não somente a linguagem empregada, como também o contexto no qual o texto foi empregado. No caso específico desta investigação, a linguagem foi percebida a partir dos propósitos políticos de seus usuários para apreender “a articulação de uma visão de mundo ou de uma ideologia” a formar as identidades políticas. Mais que isso, o interesse esteve voltado para a nomeação, ou seja, para as palavras e imagens utilizadas que separaram os grupos nas circunstâncias dadas. Por isso, assim como Pocock sugeriu, também se buscou perceber o “vocabulário, a gramática e a retórica” utilizadas pelos grupos para distinguirem-se.⁸ Segue-se, dessa linha de orientação, a necessidade de perceber os efeitos destas nomeações, “desses

⁶ Sobre a definição do campo político, consultar: RÉMOND, René. Do político. In: _____ (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, pág. 441-450.

⁷ POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: EDUSP, 2003; ver também: _____. Conceitos e discursos: uma diferença cultural? Comentários sobre o paper de Melvin Richter. In: JASMIN, Marcelo Gantus; JÚNIOR, João Feres (org.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Loyola; IUPERJ, 2006, pág. 83-96; SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁸ POCOCK, J. G. A. Conceitos e discursos: uma diferença cultural?... In: JASMIN, Marcelo Gantus; JÚNIOR, João Feres (org.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Op. Cit., pág. 83-84.

atos” de distinção, entre os grupos, em “relação às circunstâncias e ao comportamento de outros agentes” históricos “que usaram ou estavam expostos ao uso dessas linguagens”.⁹

Foi a partir destas considerações de John Pocock, portanto, que o banco de dados para analisar as fontes foi construído. Nessa perspectiva, foram organizadas tabelas em torno dos dois principais periódicos da província no contexto (*O Universal* e *O Correio de Minas*), bem como das outras fontes, todas elas orientadas pelas seguintes questões: Quem proferiu o discurso e para quem se manifestou? Como se identificou? Como denominou seus rivais? Em que ponto e em quais circunstâncias no tempo se manifestou?

Foi trilhando os caminhos desenhados por essas questões que as fontes forneceram respostas satisfatórias para o objetivo principal do trabalho, que é perceber quais as identidades políticas que vão surgir em Minas Gerais, entre 1834 e 1844. Nesse sentido, o trabalho pode cumprir a contento a tentativa de compreender, a partir de uma perspectiva dialética, as especificidades dos grupos políticos da Província de Minas Gerais, não os reduzindo à dinâmica política da Corte. Com isso, dialogou-se com uma historiografia, bastante vasta e diversificada, que se debruçou sobre as identidades políticas no Brasil do século XIX, mais especificamente com aqueles voltados para a primeira metade deste século.

Um dos trabalhos pioneiros a enriquecer a historiográfica e a temática, *Os Programas dos Partidos e o Segundo Império*, escrito por Américo Brasiliense, influenciou sobremaneira os trabalhos posteriores, assim como foi bastante influenciado pela leitura do momento em que foi publicado, no final da década de 1870. Na leitura de Brasiliense, desde “a revolução de 7 de abril de 1831”, na qual D. Pedro I abdicou ao trono, “apareceram na arena do combate os partidos *restaurador, republicano e liberal*”. De modo resumido, para o autor, “o primeiro pugnava pela volta do Sr. D. Pedro I”; “o segundo pretendia a abolição da monarquia” e “o terceiro sustentava” reformas constitucionais, mas conservada a monarquia.¹⁰

Apesar de atribuir ao Período Imperial a existência de três partidos políticos, o autor conferiu a cada um deles um período de existência distinto. Dessa forma, o Partido Liberal teria sido o primeiro a surgir, em 1831, e logo se dividiu entre *moderado* e *exaltado*, devido à diferença de amplitude das pretensões reformistas de seus membros, sendo que os *moderados* tornaram-se senhores da situação; seguindo a lógica do raciocínio, o Partido Conservador teria surgido em 1837, com a falta de apoio à política de Feijó e a “necessidade de Interpretação legal do Ato Adicional”; em 1862, na visão de Brasiliense, a liga envolvendo *liberais* e

⁹ POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. Op. Cit., pág. 66.

¹⁰ BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos Partidos e o Segundo Império*. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1878, pág. 7.

conservadores moderados fez emergir o Partido Progressista com um amplo quadro de reformas; em 1868, surgiu o Partido Liberal-radical, pugnando principalmente contra o poder pessoal; em 1869, reapareceu o Partido Liberal, fruto de um acordo entre *liberais históricos* e *progressistas*; enfim, em 1870, surgiu o Partido Republicano, como um consenso dos *radicais*.

Sinteticamente apresentada, a obra de Brasiliense, como podemos ver, apresentou uma história linear dos partidos políticos imperiais e, de uma maneira geral, focalizou a análise a partir do centro do debate, ou seja, a partir da Corte. Apesar de algumas diferenças interpretativas, muitos trabalhos que surgiram após o dele adotaram esse esquema. Na década de 1960, por exemplo, alguns estudos enfatizavam a semelhança entre os grupos políticos. Oliveira Viana os qualificou como “simples agregados de clãs organizados para a exploração comum das vantagens do Poder”,¹¹ carentes de opinião ou programas de governo. Para Caio Prado Júnior, os partidos do regime monárquico tinham “uma significação ideológica muito restrita”, caracterizando-se ambos pelo “espírito retrógrado”¹². Assim também acredita Maria Isaura Pereira de Queiroz, para quem os partidos imperiais foram apenas o lugar de dominação dos chefes locais, não havendo programa político ou ideal que pudesse reunir pessoas, mas sim um mandonismo¹³. Nestor Duarte continuou nessa linha e afirmou que liberais e conservadores eram apenas representantes dos interesses agrários e que as disputas entre eles eram “exclusivamente ideológicas”, no campo abstrato.¹⁴ Nelson Werneck Sodré, por fim, acredita que as divergências partidárias entre Conservadores e Liberais se deviam a divergências dentro da própria classe, apesar de enfatizar que os primeiros defendiam o *status quo* enquanto os Liberais pretendiam algumas reformas.¹⁵

Posteriormente, outros autores passaram a sustentar a diferença entre os partidos políticos imperiais. Raymundo Faoro afirmou que os partidos não tinham “distinção ideológica”, mas que o Partido Conservador representaria a monarquia portuguesa enquanto o Partido Liberal representaria a sociedade colonial.¹⁶ José Murilo de Carvalho, por sua vez, destacou que havia uma complexidade partidária: o Partido Conservador apoiava o tema da

¹¹ VIANNA, Oliveira. **O ocaso do Império**. 3ª edição. Rio de Janeiro, 1959, p. 19.

¹² JÚNIOR, Caio Prado. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense. 3ª edição, 1961, p. 89.

¹³ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: USP/ IEB, 1969, p. 15.

¹⁴ DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 96.

¹⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964, p. 102.

¹⁶ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Ed. Globo, 11ª edição, v. 2, 1973.

centralização política, sobretudo no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, que possuíam populações combinadas de burocratas, comerciantes e proprietários rurais, cujas formações homogêneas no nível superior ligadas a preocupações econômicas urbanas favoreciam tomadas de decisões menos provinciais; por outro lado, liberais paulistas, mineiros e gaúchos, entre 1831 e 1850, tendiam a se opor à centralização, patente nas rebeliões de 1835 no Rio Grande do Sul e de 1842 em São Paulo e Minas, todas elas lideradas por donos da terra.¹⁷ Por último, Ilmar Rohloff de Mattos defendeu que luzias e saquaremas, “em sua pretensão de monopolizar ambas as faces do mundo do governo”, eram, ao mesmo tempo, semelhantes, diferentes e hierarquizados – sendo que os conservadores estariam acima na hierarquia do poder, em relação aos liberais.¹⁸

Em síntese, os autores até aqui analisados privilegiaram uma abordagem institucional desses agrupamentos, destacando a composição social, ideário, atuação política e regiões onde um ou outro grupo era preponderante, mas não intensificaram suas análises partindo do interior do debate, que é a proposta de nossa pesquisa. Além disso, mantêm a mesma denominação identitária para os grupos políticos, independente das especificidades e complexidades regionais, preferindo uma abordagem dicotômica sobre o tema. Daí decorre a nossa proposta de entender quais as identidades políticas podem ser distinguidas entre o período de 1834 a 1844, especificamente em Minas Gerais.

Dessa forma, a intenção do trabalho é dialogar com a historiografia mais recente, que por meio dos discursos produzidos, especialmente na imprensa, adota uma perspectiva mais inovadora. Primeiramente, o trabalho de Marco Morel nos ajudou a entender melhor as imagens construídas nos discursos, pois o autor inovou ao identificar uma “zoologia política” no vocabulário das elites políticas no Primeiro Reinado, no âmbito da Corte imperial.¹⁹

Marcello Basile, por sua vez, ao estudar os projetos políticos existentes para o Período Regencial, afirmou que “a vacância do Trono deflagrou violenta disputa pela Regência, prontamente ocupada por aqueles que se achavam mais bem articulados: os moderados”. No entanto, analisando a imprensa da Corte de 1831 a 1837, ele observou que havia uma falta de unidade na elite política, que se dividiu em vários grupos que defendiam, cada qual, seu

¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem e Teatro das Sombras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará-UFRJ, 1996, p. 219-222.

¹⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 131-2.

¹⁹ MOREL, Marco. Animais, Monstros e Disformidades: a "Zoologia Política" no Processo de Construção do Império do Brasil. In: **Estudos Históricos**. N° 24, 1999.

projeto político: *moderados*, *exaltados* e *caramurus*.²⁰ Mais recentemente, o historiador publicou outro artigo, no qual manteve esta divisão, surgida principalmente a partir de sua tese de Doutorado *O Império em Construção*, em que aproximou os distintos projetos políticos das principais referências doutrinárias destes grupos. Para Basile, os projetos políticos revelam uma distinção acerca da proposta de nação a ser construída, bem como se inserem em uma cultura política híbrida, porque “mesclava as ideias mais modernas do liberalismo com resíduos absolutistas do Antigo Regime”²¹.

Nessa perspectiva, estes historiadores estão em consonância com a historiografia contemporânea que se preocupa com a história do Estado Monárquico brasileiro e que aponta para novas possibilidades interpretativas, no que tange às identidades políticas. Nossa proposta é aliar a linha de pesquisa desses historiadores com aqueles que propõem repensar as relações do Centro com as Províncias. Como exemplo dessa nova abordagem, Maria Fernanda Vieira Martins afirmou que as práticas clientelares eram uma cultura política persistente que “seguia ignorando as fronteiras regionais e reforçava uma prática de governo e dominação que resistia à propaganda e ao ideário liberal”²². Jeffrey Needell, ao se dedicar ao estudo das relações de Estado, partido e escravidão no Brasil do XIX, entendeu haver um exagero por parte da historiografia em tachar o Partido Conservador de autoritário, pois negligenciam tanto o pensamento geralmente conservador da época quanto as complexidades de suas fissuras internas. E reafirma a importância das práticas clientelares para a cisão e conformação da mesma, em episódios específicos.²³

Em polo praticamente oposto ao da historiografia corrente estabelecida, a historiadora Miriam Dolhnikoff propõe repensar a relação entre centro e província no Período Imperial brasileiro, ao defender a tese de que o regime representativo efetivamente funcionava no Brasil, na medida em que os deputados, no interior das Assembleias, conseguiam defender não somente os interesses das elites provinciais como também participar efetivamente do

²⁰ BASILE, Marcello. Projetos políticos e nações imaginadas na imprensa da Corte (1831-1837). In: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (organizadores). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 595-619.

²¹ _____. Sociabilidade e Política na Regência: as associações *caramurus* da Corte. In: FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Letícia (org.). **200 anos de imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, pág. 82.

²² MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, pág. 156-157.

²³ NEEDELL, Jeffrey D. **The Party of Order: the Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871**. Stanford: Universidade de Stanford, 2006, p. 21-26.

centro decisório.²⁴ Inspirada em autores que chamaram a atenção para as práticas clientelares,²⁵ Dolhnikoff remodelou a abordagem clássica com sua interpretação e defesa da vitória do pacto federativo.

Do ponto de vista mais amplo, portanto, há uma demanda por trabalhos que descentrem a visão do Centro e a amplie sobre as províncias. Ao procurar perceber o papel da província mineira na construção do Estado Imperial durante o período regencial (1831-1840), Wlamir Silva destacou a heterogeneidade da formação dos políticos mineiros que, mesmo apesar das especificidades, tenderam a se alinhar em uma corrente liberal-moderada, composta por uma elite política peculiar, em que se destacavam os proprietários de terra, de escravos e os comerciantes. O autor demonstrou, entretanto, que essa hegemonia foi construída graças à derrota ou incapacidade de outros projetos – necessariamente e simbolicamente diferenciados como anárquicos, exaltados, federalistas ou caramurus – de garantir a manutenção da ordem social e escravocrata, e também devido à imprensa moderada, que “interagia com a sociedade provincial, recolhendo impressões e sentimentos difusos” para “delimitá-los nos parâmetros de seu projeto”²⁶.

Para Wlamir Silva, ainda que a referência de análise para o período regencial se situe na conformação do quadro partidário que persiste na “trifurcação clássica” (moderados, exaltados e restauradores), é necessário revê-la para Minas Gerais sobretudo porque, para o historiador, “não existiram exaltados em Minas”, pelo menos não de forma organizada. Na visão de Wlamir Silva, o próprio Teófilo Ottoni poderia ser enquadrado num liberalismo moderado à esquerda, por mais que sua orientação política influenciasse algumas manifestações isoladas.²⁷

São também bastantes pertinentes as considerações de Valdeci Lopes de Araujo para este debate. De acordo com o historiador, realmente há a necessidade de se repensar a classificação política ternária (exaltados, moderados e conservadores) no âmbito da província mineira, visto que o republicanismo de Ottoni e seus correligionários teriam características específicas. Na visão de Valdeci Lopes de Araujo, no entanto, não se trata de negar a existência

²⁴ DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005; _____. Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. **Almanack Brasiliense**. São Paulo, n.1, pág. 80-92, mai. 2005.

²⁵ Ver, por exemplo: GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997; _____. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 5, n. 1, pág. 11-47, 2001.

²⁶ SILVA, Wlamir. SILVA, Wlamir. **Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Belo Horizonte: Fapemig, 2009, pág. 179-276.

²⁷ SILVA, Wlamir. Esmagando a Hydra da discórdia: o enquadramento do pensamento exaltado pela moderação mineira. **História**. São Paulo: Revista Online, vol.25, n.2, pág. 214-227, 2006.

dos exaltados da província; pelo contrário, ele acredita na hipótese de que possa haver maior diversidade de posições entre os “que temos chamado genericamente de liberais exaltados”. Além do mais, Valdeci Araujo questiona a necessidade de Wlamir Silva em manter essa divisão, sendo que o historiador buscou argumentar que o próprio Ottoni não se vinculava aos exaltados. Para o pesquisador, ainda que isso possa ser verdade, não podemos acreditar que o discurso moderado seja exclusividade somente dos *liberais moderados*, ainda mais quando o próprio Ottoni, e não apenas ele, não se reconhecia como pertencente a tal grupo.²⁸

A partir deste debate envolvendo as identidades políticas na província mineira, tornou-se claro a premência de mais trabalhos que discutam e estudem estes agrupamentos. Conforme afirmamos anteriormente, reiteramos que o objetivo é justamente dialogar com a historiografia, ao buscar perceber o processo de construção das identidades políticas por meio das noções de agente histórico e da linguagem como um “ato de fala”.

Desse modo, o primeiro capítulo, intitulado *Chimangos e Caramurus*: entre a Sedição de Março de 1833 e a regência una de Diogo Antônio Feijó, versou sobre a emergência, em Minas Gerais, das identidades políticas *chimangos* e *caramurus* após a Revolução de Sete de Abril, no contexto geral, e marcado substancialmente pela Revolta do Ano da Fumaça, ocorrida em Ouro Preto, no ano de 1833. Para analisar este contexto, a fonte principal foi o periódico ouro-pretano *O Universal*, bem como diversas obras que auxiliaram no entendimento das construções imagéticas a separar os grupos.

Em relação às construções imagéticas, o capítulo foi subdividido em três partes, nas quais se buscou mostrar quais os vocabulários diferenciavam os grupos; na primeira parte, salientou-se o diálogo envolvendo a moralidade e o patriotismo como fundamentais para a consolidação do grupo *chimango* na província; a segunda parte foi voltada para a retórica *chimanga* na construção imagética de seus vilões, bem como o inverso, e constatou que diversas linguagens envolviam essas representações, a exemplo da Mitologia, “Zoologia”, Religião e “Satanização”; por fim, procurou-se pinçar outro arcabouço representativo do imaginário político do período que corresponde à utilização das literaturas e da demonstração de Ilustração.

Regressistas e Progressistas: antecedentes da regência de Pedro de Araújo Lima à dissolução da Câmara em 1842 é tema do segundo capítulo da dissertação, notadamente marcado pela emergência de outro periódico também da capital da província, *O Correio de*

²⁸ ARAUJO, Valdeci Lopes de; SILVA, Weder Ferreira da. Fragmentos de um periódico perdido: a *Sentinela do Serro* e o sentido da “republicanização” (1830-1832). **VARIA HISTORIA**. Belo Horizonte, vol. 27, nº 45, p.75-95, jan./jun. 2011.

Minas, e o intenso debate travado entre este e o antigo *O Universal*. Os dois periódicos são as fontes principais do capítulo e ajudam a mostrar como as ideias confluíam da capital da província para a periferia e desta para a capital, por meio destes verdadeiros espaços de promoção do debate político. Nesse sentido, temas importantes para o país serão conhecidos na província, por meio do processo de emergência de duas principais visões antagônicas envolvendo os *progressistas* e os *regressistas*; na segunda parte do capítulo, explorou-se melhor o *Correio de Minas*, visto que este periódico encontrava-se praticamente inédito e, por fim, tratou-se de conhecer as nuances teóricas a separar os grupos em questão.

O terceiro e último capítulo, intitulado *Partido da Ordem e Homens de Santa Luzia*: “legados” do Movimento político e armado de 1842, em Minas Gerais, abordou principalmente esta verdadeira guerra e seu aspecto catalizador para a emergência de novas identidades políticas na província, uma vez que o próprio Movimento pode ser considerado, entre outros motivos, como fruto de uma tensão verbal crescente entre os grupos antecedentes. O segundo tópico do capítulo trata especificamente destes debates calorosos envolvendo temas parecidos, porém entendidos por um viés diferente. Por fim, a análise dos discursos políticos se centrou na caracterização do Movimento a partir do entendimento de que assim como as armas foram importantes, também o foram os papéis e os argumentos que levaram os grupos a disputarem pós-campo de batalha as representações identitárias entre os grupos envolvidos. Para o capítulo, além dos periódicos *O Universal* e *O Correio de Minas*, também foram utilizados fragmentos do periódico *O Itacolomy*, bem como dossiês, memórias, documentos, cartas, impressos, proclamações, ofícios e bilhetes produzidos durante os confrontos armados de 1842 ou após o fim destes na província.

Com o processo de construção das identidades políticas *Partido da Ordem e Homens de Santa Luzia*, que emergiram substancialmente devido às circunstâncias específicas do Movimento político e armado de 1842, em Minas Gerais, a leitura deste trabalho provavelmente permitirá ao leitor entender o quanto as identidades de grupo são dinâmicas, dialogam entre si e também com a sociedade e realidade que as cercam.

Apesar das dificuldades em delinear este caminho, muito se aprendeu com esta dissertação, principalmente na constatação do quanto o tema identidade política é apaixonante. Primeiramente, devido ao seu caráter paradoxal: como acreditar que tantas vozes constituíam um único corpo? Em segundo lugar, e principalmente, porque as fontes nos dizem muitas coisas, mas também escondem muito mais. Foram estes mistérios e o entusiasmo

envolvidos na investigação das identidades políticas de Minas Gerais, entre 1834 e 1844, que transformaram este trabalho em um produto realizado com enorme prazer.

Capítulo 1. *Chimangos e Caramurus*: entre a Sedição de Março de 1833 e a regência una de Diogo Antônio Feijó

“[...] a curta esfera da humana capacidade jamais abrangerá todos os possíveis”²⁹.

Anônimo.

Após a abdicação de D. Pedro I, no dia 07 de abril de 1831, a pátria ficou “à deriva”³⁰. Inaugurava-se, dessa forma, a Regência, “considerada uma das épocas mais agitadas e fascinantes da história do Império do Brasil”, que se distinguiu “por violentos protestos coletivos, como sedições militares, motins, revoltas escravas, revoltas provinciais e regionais”³¹. Coube ao então nomeado tutor José Bonifácio de Andrada e Silva defender as bases da Monarquia e o Trono de D. Pedro II, pelo qual ficou responsável. No entanto, não demorou muito tempo para que o tutor, escolhido no dia 8 de abril de 1831, e seus defensores começassem a ter problemas com os regentes e outras lideranças políticas. Desta forma, as bases do Estado Monárquico serão mais uma vez questionadas, nove anos depois da Independência, pelas elites políticas do Império.³² Neste novo contexto, os desentendimentos ocorridos entre os dois principais grupos políticos, *moderados* e *exaltados*, que formavam um bloco de oposição ao governo de D. Pedro I e que lutaram pela queda do imperador,³³ irão começar a ser suplantados pela emergência de outros grupos e novas identidades políticas.

²⁹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 973, 01 de janeiro de 1834, pág. 2.

³⁰ Expressão emprestada da obra *Império à deriva*. Ver: WILCKEN, Patrick. **Império à deriva: A corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

³¹ ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, pág. 225.

³² Paulo Pereira de Castro explicou que o clima, logo depois da abdicação, era favorável a um *congraçamento*, uma espécie de conciliação, até por aqueles que se consideravam “liberais puros”. Fábio Santiago Cruz defendeu que o *congraçamento* “caracterizou o início do período regencial”, mas afirmou que este logo cedeu lugar a tumultos promovidos, por exemplo, pelos *radicais* nas ruas do Rio de Janeiro. Ver: CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico, Dispersão e Unidade**. 2º vol. t.2. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pág. 12-13; SANTA CRUZ, Fábio Santiago. **Em busca da Conciliação: Ideias Políticas no Parlamento do Império do Brasil (1831-1855)**. Brasília: UnB (Tese de Doutorado), 2008, pág. 40-41.

³³ BASILE, Marcello O. N. de Campos. *Luzes a quem está nas trevas*: a linguagem política radical nos primórdios do Império. **Topoi**. Rio de Janeiro, set. 2001, pág. 94-5. Do mesmo autor, ver também: **Anarquistas, rusguntos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte imperial (1829-1834)**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 2000.

A Província de Minas Gerais não ficou alheia à crise política iniciada no Rio de Janeiro³⁴ e difundida para as diferentes regiões do Império, sobretudo por meio da imprensa periódica. Em Minas Gerais, a criação do primeiro jornal, o *Compilador Mineiro*, data de 13 de outubro de 1823.³⁵ No entanto, serão nas páginas do *Universal*, dez anos após a criação deste primeiro jornal, que teremos a dimensão do papel desempenhado pela imprensa periódica daquele período como espaço de debates políticos, os quais se mostraram fundamentais para a compreensão dos grupos e/ou identidades políticos existentes, uma vez que, além da função e objetivo de noticiar e informar, os periódicos, principalmente na primeira metade do século XIX, tinham também a função “de formar e civilizar seus leitores, irradiando, por assim dizer, sabedoria através de doutrinas filosóficas e políticas”³⁶.

Terceiro periódico editado na capital da província, o *Universal* nasceu na esteira de seu “colega Ouro-Pretano” *A Abelha do Itacolomi*, jornal criado no dia 14 de janeiro de 1824 e extinto em 11 de julho de 1825.³⁷ Após uma semana desta extinção, no dia 18 de julho de 1825, publicou-se a primeira edição deste novo periódico na mesma Oficina Patrícia de Barbosa e Companhia³⁸ e utilizando “o mesmo tipo e formato que *A Abelha do Itacolomi*, pelo menos até 1828”³⁹. Sob os moldes dos “chamados *jornais de opinião*”, que sobressaíram no Período Regencial, cujo “redator principal era considerado ‘escritor público’ e tinha como missão defender uma causa”, o *Universal* também começava a se afastar daquela “primeira literatura de circunstância”, dos pasquins e folhetos correntes, encetados por homens da geração de 1820.⁴⁰

Entre 1832 e 1835, o *Universal* apresentou a epígrafe em francês: “Le peuple seul a le droit incontestable, inalienable e imprescriptible d’instituer le gouvernement, et aussi de le reformer, le corriger ou le changer totalement, quand sa protection, su surété, sa propriété et

³⁴ LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. São Paulo: Símbolo, 1979, pág. 89. Sobre a importância de Minas, ver também: WERNET, Augustin. **O Período regencial: 1831-1840**. São Paulo: Global Ed., 1982, pág. 27.

³⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966, pág. 100.

³⁶ SILVA, Rodrigo Fialho. **Nas Minas... por entre “typos”, jornais e tintas: sociabilidade impressa e debate político na Província das Gerais (1823-1831)**. Rio de Janeiro: UERJ (Tese de Doutorado), 2011, pág. 26.

³⁷ VEIGA, José Pedro Xavier da. **A imprensa em Minas Geraes**. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898, pág. 187-8.

³⁸ A tipografia em que *O Universal* foi publicado por três anos, de 1825 a 1828, foi a mesma em que funcionaram os primeiros jornais *O Compilador Mineiro* e *A Abelha do Itacolomi*. Esta tipografia foi fundada por Manuel José Barbosa com a ajuda do padre Viegas de Menezes. Ver: MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Política: Espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)**. Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de Mestrado), 2006, pág. 24; VEIGA, Xavier da. **RAPM**. 1898, op. Cit., pág. 183-190.

³⁹ VEIGA, Xavier da. **RAPM**. 1898, op. Cit., pág. 195.

⁴⁰ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de Barros. **Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pág. 53.

son banheur l'exigent" – Bonnin (Doctrine Sociale) ["Somente o povo tem o direito incontestável, inalienável, imprescritível de instituir o governo, assim como de reformá-lo, corrigi-lo ou mudá-lo totalmente quando sua proteção, sua segurança, sua propriedade e sua felicidade o exigirem"].⁴¹

O povo a que se refere a epígrafe não é sinônimo de plebe, mas sim sinônimo de cidadão, que, além dos direitos civis, deveria gozar também dos direitos políticos, aquele direito que "garante a participação no governo da sociedade"⁴².

Mais do que deixar implícita as posições políticas, o uso desta epígrafe demonstra a preocupação que o periódico tinha em transigir com os "exaltados" que, segundo sua concepção, juntamente à ala dos "moderados", formava o grupo *chimango*. Assim, o periódico até pelo menos 1837 se tornou espaço de divulgação das ideias e projetos políticos dos *chimangos* e de acusações e críticas dirigidas aos *caramurus* e, posteriormente, aos *regressistas*, mesmo levando-se em consideração a fluidez destes grupos políticos, dinâmica e modificação das circunstâncias, que influenciavam no posicionamento do periódico. Desta forma, o objetivo principal deste primeiro capítulo será demonstrar este papel exercido pelo *Universal*, no contexto em questão.

Um das circunstâncias que influenciou a modificação no posicionamento do *Universal* se refletiu por meio da alteração da epígrafe, no dia primeiro de janeiro de 1836, que denunciou o mote principal que regeria o novo momento: "liberdade versus tirania". Dicotomia defendida por meio de Droz, no seu livro *Aplicação da moral à política*: "A ordem é banida dos lugares onde habita a tirania; a Liberdade se desterra dos países onde a desordem reina: estes dois bens deixam de existir, quando os separam"⁴³. Nesse período, o jornal passou a se assumir como um espaço de defesa ao governo de Diogo Antônio Feijó contra seus opositores, principalmente em relação aos *regressistas*, que estavam se formando como grupo político. Foi também o período marcado pela saída de Bernardo Pereira de Vasconcelos da edição e redação do *Universal*, quando ele passou para o campo da *oposição* ao governo do regente uno Feijó. Mesmo assim, o jornal continuou sendo o principal veículo de expressão dos *chimangos* até se transformar, gradualmente, numa folha *progressista*. Trataremos deste

⁴¹ A epígrafe foi traduzida por Maria Marta Araújo, logo após ela salientar que o uso das mesmas "é bastante revelador da preocupação que se tinha em deixar claros os posicionamentos e filiações políticas". Ver: ARAÚJO, Maria Marta. **Com quantos tolos se faz uma república? Padre Correia de Almeida e sua sátira ao Brasil oitocentista**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, pág. 112.

⁴² CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pág. 9-10.

⁴³ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1, 1 de janeiro de 1836, pág. 1.

assunto no próximo capítulo; nesse, nos interessa apenas mostrar que o *Universal* teve ampla influência na difusão da identidade *chimanga*, na Província de Minas Gerais.

O primeiro discurso a ser analisado e que serve de ensejo ao capítulo é uma explicação, extraída do periódico *Aurora Fluminense*,⁴⁴ publicada no *Universal* de 07 de janeiro de 1834, relativa ao surgimento da denominação *chimango*. Criada pelos *caramurus*, principal coligação adversária, a expressão unificava grupos políticos heterogêneos e até mesmo com objetivos irreconciliáveis: os *liberais moderados* e os *liberais exaltados*, desde a revolução de 7 de abril:

Rio de Janeiro

Os Chimangos.

De um pássaro que há na Província do Rio Grande do Sul se derivou este nome de Chimango, [...] aplicado finalmente pelos *caramurus* ao partido da revolução de 7 de Abril; aos homens que, ou por interesse, ou por desejo de conservação, ou por simpatia, ou por princípios, sustentam a ordem política estabelecida e o Governo atual. Na época das eleições começou essa designação que seus autores julgaram burlesca e de que os *liberais* se honraram logo [...]. Sabe-se que uma contestação acerca do direito de votar, atribuído ou recusado aos adidos à Guarda Municipal Permanente, nasceu entre os *caramurus* e seus contrários. Invocavam os segundos a letra da lei e o fato de haverem a renda exigida pela Constituição, em favor dos *Chimangos*; os *caramurus*, vendo-se vencidos pela razão recorreram para o triunfo ao ridículo estratagem de que tais homens não tinham paróquia e que, por consequência, em nenhuma delas lhes era permitido votar. Foi desde então que os retrógrados denominaram indistintamente *Chimangos* a todos os seus contrários, fosse qual fosse a modificação do credo político destes. Os epítetos de *moderado* e

⁴⁴ O periódico *A Aurora Fluminense*, na visão de alguns historiadores, era um dos principais órgãos políticos representantes da imprensa brasileira e, segundo Laurence Hallewell, “foi o mais influente e o mais bem escrito dos jornais da oposição no turbulento período que levou à abdicação de D. Pedro I”. Para o memorialista Francisco de Paula Ferreira de Rezende, o jornal de Evaristo Ferreira da Veiga exerceu imensa influência no seio do *partido nacional*. De acordo com Nelson Werneck Sodré e Octavio Tarquinio de Sousa, o jornal começou a circular em dezembro de 1827, “graças aos esforços de José Apolinário de Morais, Francisco Valdetaro e do francês José Francisco Sigaud”. Mais tarde, Evaristo da Veiga passou a ser o principal redator até tornar-se o único. Além disso, Tarquinio de Sousa também explicou a influência que *A Aurora Fluminense* exercia sobre o *Universal*, principalmente quando este ainda tinha como redator Bernardo Pereira de Vasconcelos. Ambos teriam se aproximado, segundo o autor, devido à “coincidência de posição ideológica”, alinhada à moderação política. *A Aurora Fluminense* influenciou bastante o *Universal* até dezembro de 1835, quando deixou de existir, e voltou a influenciá-lo quando reapareceu, em 1838. Mais informações sobre *A Aurora Fluminense*, ver: REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de (1832-1893). **Minhas Recordações**. Op. Cit., pág. 70; SOUSA, Octavio Tarquinio de. **Evaristo da Veiga**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, pág. 63-65 e pág. 89-90; SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 4ª ed., 1999, pág. 106 e pág. 124; HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: Sua História**. São Paulo: EDUSP, 2ª ed., 2005, pág. 122; MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006, pág. 22.

exaltado que despontaram antes da revolução de Abril e que depois da revolução adquiriu um corpo formidável, estabelecendo muralha de separação entre muitos homens cuja causa e perigos foram os mesmos e cujo interesse era sem dúvida idêntico, despertava mal adormecidas rivalidades, ressentimentos que dificilmente esquecem de todo; e parecia um obstáculo posto à reunião das duas bandeiras em um só exército, a fim de se combater a retrogradação. E era quase impossível ajuntarem-se os moderados e os exaltados para adotarem um título comum, um nome de guerra que os confundisse na peleja contra os retrógrados. Os *caramurus* vieram e ocorreram a tal embaraço: o apelido *Chimangos* que nada significava, que não tinha precedentes desagradáveis, que não recorda antipatias e queixas recentes, serviu para a compreensão de ambos os elementos; aliados em frente da antiga facção recolonizadora e antiliberal que, sob nova direção e aparência, voltava à carga depois da vitória incruenta que assinalara a sua covardia, bem como a generosidade dos vencedores. Assim, o que não passava de um mero chasco e insípido gracejo tornou-se um verdadeiro serviço que os *caramurus* prestaram a seus adversários; um campo neutro em que homens, até certo tempo irritados uns contra os outros, puderam se encontrar sem repugnância e se ver vestidos com trajes idênticos. Um *Chimango* não é pois um *Moderado*, nem é um *Exaltado*, nem um simples *Governista*: é um homem que entende ser necessário defender o sistema e os interesses da revolução contra os seus adversários; que não nos convém a restauração de maneira nenhuma e que cumpre a todo custo sustentar a ordem política estabelecida. Os *Chimangos*, em uma palavra, são os inimigos dos *caramurus*.⁴⁵

O discurso, extraído do *Aurora Fluminense*, revelou uma constância ao tratarmos de identidade política, a negação. O autor do texto revelou que *chimango* foi um nome forjado pela *oposição* e serviu para unir as bandeiras de *liberal moderado* e *liberal exaltado*, “fosse qual fosse a modificação do credo político destes”. No entanto, ser *chimango*, antes de qualquer coisa, é não ser um *moderado*, nem um *exaltado*, nem um “simples governista”, é um homem que não quer a restauração, é um “inimigo dos *caramurus*”⁴⁶. Apesar de ser vaga a definição, o autor compreendeu bem que cabia, acima de tudo, não explicar o que era ser *chimango*, mas contra o quê ou quem lutava um *chimango*. Desta forma, o redator associou a restauração monárquica à figura de D. Pedro I e aos *caramurus*, imagem amplamente

⁴⁵ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 975, 07 de janeiro de 1834, pág. 2-3.

⁴⁶ Idem.

reforçada em Minas Gerais a partir da Sedição de Março ou “Revolta do Ano da Fumaça”⁴⁷, ocorrida no ano anterior.

Para o periódico fluminense, *chimango* também seria o nome aplicado pelos *caramurus* ao partido da revolução de 7 de abril. De acordo com Paulo Pereira de Castro, essa postura do “Partido Moderado” em se denominar “partido da Revolução” equivaleu-se ao que hoje chamaríamos de uma “abertura à esquerda”, em oposição aos restauradores ou *caramurus*. Na medida em que a linha reformista deste partido apresentava-se por meio de “um programa reputado satisfatório mesmo para os que eram tidos como liberais mais avançados” ou *exaltados*. O discurso extraído do *Aurora Fluminense* corrobora ainda com a afirmação do autor de que “os chefes moderados se aproveitaram dela [a designação de *chimango*] para fazer esquecida a antinomia entre *moderados* e *exaltados* e apresentaram-na como o designativo oposto a *caramuru*”⁴⁸.

O texto inicia como uma defesa ao epíteto criado pelos próprios *caramurus*, de que os *chimangos* inicialmente se derivaram de um pássaro do Rio Grande do Sul. Posteriormente, *chimango* serviu para denominar os adidos à Guarda Municipal permanente do Rio de Janeiro que tiveram o direito de votar contestado pelos *caramurus*, os quais os acusavam de não possuírem paróquia. Buscando defender o direito de votar, o autor faz questão de associar os *caramurus* a retrógrados que não respeitam a Constituição e as leis, invocando a estratégias ridículas. O redator apenas não comenta que o pássaro, *chimango*, é uma ave de rapina, com grande poder de adaptação, derivando talvez por isso o nome dado aos grupos que se reuniram na ocasião em que D. Pedro I já estava fora do país e identificaram em José Bonifácio um elemento restaurador.

No caso desta explicação, ficou patente a dificuldade em definir grupos políticos no período regencial, quando as identidades muitas vezes encobriam dissidências em seu próprio interior. O autor do texto deixou claro que o grupo ao qual pertencia, pela forma com a qual qualificou seus opositores (“retrógrados *caramurus*”), era, na verdade, a reunião de bandeiras até então irreconciliáveis, *moderadas* e *exaltadas*, apesar das mesmas ter estado e lutado lado a lado no mesmo campo de batalha contra seus principais adversários até pelo menos a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831.

⁴⁷ GONÇALVES, Andréa Lisly. **Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do estado nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835**. São Paulo: Aderaldo e Rothschild; Belo Horizonte: Fapemig, 2008, pág. 84.

⁴⁸ CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Op. Cit., pág. 25.

Neste trabalho, sendo objetivo principal entender quais as construções imagéticas que emergem para separar os grupos, é interessante analisar a construção da representação do grupo *chimango*. Cabe ressaltar que a visão exposta abaixo tem como ponto de partida a percepção do periódico o *Universal* como principal meio de divulgação, na província de Minas Gerais, das ideias e projetos políticos dos *chimangos* nos anos iniciais da década de 1830. No entanto, conforme salientamos antes, ao se tornar espaço do debate político o jornal acabava por deixar “pistas” sobre como pensavam e o que defendiam seus adversários políticos, seus rivais.

1.1. Patriotismo e Moralidade: a tônica do discurso Chimango

Como dito acima e segundo o discurso do periódico *Aurora Fluminense*, transcrito no *Universal*, o grupo *chimango* era composto por dois lados principais: os *exaltados* e os *moderados*. De acordo com Braz da Costa Rubim, o termo “chimangos” significava o “nome de uma parcialidade política na província de Minas Gerais”⁴⁹. Mas, na verdade, era também uma peculiaridade da dinâmica política de outras províncias, como o Rio de Janeiro. Do mesmo modo, ficaram conhecidos por “chapéus redondos”, conforme explicitou Leonardo Miranda.⁵⁰ Tratava-se de um grupo político heterogêneo, composto por homens que exerciam diversas funções. Identificamos jornalistas, padres, juízes de paz, militares, médicos e fazendeiros em nosso banco de dados.

A unificação das duas bandeiras, *exaltada* e *moderada*, neste grupo se deu principalmente a partir da Sedição de Março de 1833, que ficou conhecida como a “Sedição do ano da Fumaça”⁵¹, na qual houve a prisão do então vice-presidente da província Bernardo Pereira de Vasconcelos e de outras autoridades provinciais. Apesar da derrota do Movimento, dois meses depois de seu rompimento contra o governo da Província, que venceu com a ajuda de tropas do Rio de Janeiro, grandes inimizades políticas sedimentaram-se. Seus líderes logo foram tachados de restauradores, dando início ao processo de “satanização” dos *caramurus*

⁴⁹ RUBIM, Braz da Costa. **Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Empresa tipográfica Dois de Dezembro de Paula Brito, 1853, pág. 23.

⁵⁰ MIRANDA, Leonardo Souza de Araújo. **A Democracia da Gravata Lavada: Teófilo Ottoni, vida, identidade política, espaço público e republicanismo entre 1826-1842**. Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de Mestrado), 2008, pág. 72.

⁵¹ Ver: GONÇALVES, Andréa Lisly. A “Sedição do Ano da Fumaça”. In: **Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do estado nacional brasileiro**. Op. Cit, pág. 78-86.

em Minas Gerais, associados à figura de D. Pedro I,⁵² enquanto estes acusavam o governo da província de republicano e chamavam seus inimigos, pejorativamente, de *chimangos*.

Essa acusação irritou profundamente os chefes do governo provincial que, apesar de contarem com o apoio dos *exaltados*, não queriam ser associados ao republicanismo de forma alguma. Pelo menos essa foi a tônica de um discurso anônimo, que apareceu no *Universal* de 5 de março de 1834, um ano após o fim da Sedição. Na ocasião em que o réu Manoel Ferreira de Leão, uma das principais lideranças sediciosas, chegou a Ouro Preto para ser julgado e acusou o governo de republicano:

Ouro Preto.

Chegou felizmente a esta cidade o grande Manoel Ferreira de Leão, um dos mais encarniçados sediciosos que aqui apareceram nos lutosos 60 dias da sedição de Março; ele se acha no lugar para onde seus crimes o chamavam e em breve terá de ser julgado pelos dignos Juizes a quem coube em partilha punir o crime dos que ousaram levantar o estandarte da rebelião na nossa Província. [...] Consta-nos que o interrogatório feito na Corte a este réu é mais que suficiente para condená-lo no grau máximo de todas as penas que o código criminal infringe aos sediciosos, resistentes e matadores. Embora esse malvado ainda agora diga que tudo quanto fez foi para obstar à república que estava prestes a proclamar-se, sirva isso mesmo para mais agravar o seu delito e para merecer-lhe a pena que aos impostores se deve dar. Castigue-se com justiça a esse monstro, que só para não pagar o que roubou à Fazenda Pública, não duvidava sacrificar tudo quanto há de mais caro ao homem no mundo social e de envolver a grande número de pessoas, que nenhuma outra culpa podem ter cometido que a de amarem o seu país e suas instituições. E não se esqueça a Administração Fiscal de aplicar-lhe as antigas leis, ainda hoje em vigor, contra os devedores dolosos como este – qui non habet in aere, luat in pelle – já que comeu o dinheiro da nação pague agora com o corpo. Nada de piedade nem compaixão com inimigos tais: são víboras peçonhentas que apenas aquecidas mordem o seio daquele mesmo de quem receberam o benefício.⁵³

Neste artigo, utilizando-se de uma retórica identificada com os *chimangos*, o autor chegou a apelar para a utilização de leis despóticas contra “inimigos tais”, como ocorreu também em outras províncias. O fato de o acusado ter se justificado dizendo ter lutado contra

⁵² PASCOAL, Isaías. *Construção do Referencial Político: a prática salvacionista-nacionalista como elemento de coesão social e política no Sul de Minas (1831-1840)*. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 8, Ano VIII, n° 2, 2011, pág. 2.

⁵³ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1000, 5 de março de 1834, pág. 3. Observação: Não há como provar, mas provavelmente este discurso foi proferido pelo próprio redator do jornal e vice-presidente de Minas Gerais, à época, Bernardo Pereira de Vasconcelos.

a república que estava prestes a proclamar-se serviu como mais um agravo aos seus crimes, pois assim se acusariam pessoas cujos crimes são os de amar a pátria e as “suas instituições”, nesse caso, monárquicas.

Como já afirmamos anteriormente, a tônica desta identidade política passava primeiro pela negação. Ser *chimango* não era ser *moderado* nem *exaltado*, antes de qualquer coisa, era ser inimigo dos *caramurus*.⁵⁴ Isso corresponde a um esforço imagético para direcionar os *grupos liberais* nesse momento contra uma possível restauração do reinado de D. Pedro I, nem que para isso tivesse que haver a união de bandeiras tão diferentes e “irreconciliáveis”.

A identidade *chimanga* também se constituía pela afirmação patriótica contra os anarquistas e estrangeiros, principalmente o estrangeiro lusitano, o que corrobora a informação de que a Regência foi um período “às vezes nativista, às vezes simplesmente deslusitanizante”⁵⁵. No trecho da carta em que o então Ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, enviou ao Presidente da Província mineira, Antonio Paulino Limpo de Abreu, sobre os acontecimentos sediciosos, é possível identificar esse elemento:

[...] no sobredito ofício, está certa de que semelhantes anarquistas não levarão avante seus pérfidos planos, por que encontram sempre o denodado patriotismo do povo brasileiro, seu sincero e correto amor ao Trono do Sr. D. Pedro II e constante adesão à constituição e às leis. [...] Remeta em custódia esta carta ao chefe de polícia para ser mandado para fora do Império [o tal José, alemão, partícipe da sedição], que não deve tolerar em seu seio estrangeiros tais; que chegam ao arrojo de se por a frente de gente armada para perturbar a paz, a tranquilidade, comprometendo com isso os bons, pacíficos e industriosos que a Nação estima; iludindo os nacionais incautos, que assim se prestam a coadjuvá-los lançando-se na vereda do crime, que afinal tem de expiar.⁵⁶

Nessa carta, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho se manifestou um mês após a prisão efetuada pelo Capitão Lino José da Cunha do tal José, tido como um alemão, no Arraial de Santa Rita. Enalteceu o povo brasileiro e o povo de Minas Gerais como denodados patriotas, porque possuíam "sincero e concreto amor ao Trono do Sr. D. Pedro II e constante adesão à Constituição e às Leis". E associou, portanto, o patriotismo à figura do trono,

⁵⁴ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 975, 7 de janeiro de 1834, pág. 2-3.

⁵⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida privada e ordem privada no Império*. In: NOVAIS, Fernando A (coord.). **História da vida privada no Brasil: império**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 2, 1997, pág. 55.

⁵⁶ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 973, 1 de janeiro de 1834, pág. 1-2.

reforçando ao mesmo tempo a legalidade do governo regencial e mostrando que quem estava contra este era iludido pelos “sediciosos de março”, “anarquistas que tinham pérfidos planos”. Na edição seguinte, foi publicada outra carta. Nesta, Antonio Paulino Limpo de Abreu respondeu ao ofício de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho se dizendo adepto à causa “gloriosa do 7 de abril e da regeneração”, quando se referiu aos mesmos fatos e argumentou que o maior perigo ao governo era a instituição do Habeas corpus, pelo qual “prevalecem os desorganizadores”⁵⁷.

Em outra carta, na edição anterior, o Presidente da província mineira, Antonio Paulino Limpo de Abreu, ao responder a um ofício expedido pela Câmara Municipal de Ouro Preto, em relação ao ex-fiscal do Arraial de Itabira do Campo, já havia denunciado um plano de seus adversários. Segundo a carta, este fiscal estaria espalhando boatos com intuito de “Calúnia sedição” ao dizer que o Júri da capital tinha como objetivo a captura de pardos. Novamente, nota-se o uso de termos como anarquistas e criminosos para desqualificar o ex-fiscal, enquanto o “brasileirismo” do governo e das autoridades provinciais era reforçado:

[...] no Arraial de Itabira do Campo alguns anarquistas e entre estes designadamente o ex-Fiscal procuram incutir no ânimo de algumas pessoas menos instruídas e minimamente crédulas e ideia de que os trabalhos do Júri nesta capital se dirigem ao cativo dos homens pardos [...]; desvaneça por todos os meios ao seu alcance [ao Juiz de Paz] uma intriga ao mesmo tempo tão inverossímil e infame, fazendo conhecer aos povos que o Júri não tem outro fim senão o julgamento dos criminosos, sendo públicas as suas sessões e por isso mesmo muito fácil a qualquer de enganar-se por sua própria observação. [...] não pode ser oculto que tais boatos tendem manifestadamente a aplanar o caminho para restabelecer-se entre as violências e os horrores do Despotismo e da dominação estrangeira decaída no glorioso 7 de abril, verificando-se então e só então o plano atraído e tenebroso que os inimigos irreconciliáveis de tudo quanto ressumbra Brasileirismo tem hoje o despejo de imputar àqueles que extremosamente zelam os foros e privilégios de todos os Cidadãos Brasileiros, sem atenderem ao acidente da cor, nem admitir outra distinção que não seja a dos talentos e virtudes [...].⁵⁸

Para reforçar a ideia dos “nacionalistas” contra a “dominação estrangeira”, saiu publicada no *Universal*, na seção *Interior*, uma reflexão contra os “inimigos do Brasil”, na qual o autor se identificou como “um patriota e cidadão que ama seu país e deseja a sua

⁵⁷ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 974, 3 de janeiro de 1834, pág. 1.

⁵⁸ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 973, 1 de janeiro de 1834, pág. 2.

felicidade”. Nesta reflexão, o autor deixou claro quem seria este maior “inimigo”: o ex-tutor José Bonifácio de Andrada e Silva. Além disso, enalteceu a figura do ministro da justiça, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, mas questionou o proceder de vários outros agentes do governo que, mesmo competindo para sufocar a Sedição de Março, agiram com alguma “tibiaza” (frouxidão):

Todas as vezes que o governo marcha de acordo com o voto e sentimento Nacional é dever de todo o Cidadão que ama sinceramente a felicidade de seu país ajudá-lo com reflexões sobre a maneira por que deve dirigir a mão do Estado. Enquanto nós louvamos com razão a conduta do Ministro da Justiça, que não se poupa a trabalhos, nem se embaraça com comprometimentos; enquanto bendizemos ao Ministro do Império por haver tomado parte tão interessante na suspensão do tutor, justo é que aos seus colegas advirtamos alguma tibiaza que parecem mostrar nos seus atos, não que suponhamos filhos do crime, mas só nascidos de menos presteza no deliberar.⁵⁹

Em outro trecho desta reflexão, os alvos do autor serão os Ministros da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, bem como alguns militares “ociosos e descontentes da Corte”, por conta daqueles derrotados em 1833, que são “inimigos da Gloriosa Revolução de 7 de Abril”. Defendeu a ideia de mandá-los para outros cantos, dispersando o desejo da sedição, o que demonstra, em parte, que a opinião pública defendia a prática política de afastar os inimigos políticos derrotados. Aconselhou que isso devesse ocorrer com o Diplomata Brasileiro em Lisboa, Sr. José Joaquim da Roxa, assim como com a “família Andradas”. Para corroborar essa sugestão, o autor os qualificou como inimigos do Brasil, que se reúnem em “sociedades perigosas” e têm interesses mais em favor de Portugal do que do Brasil.⁶⁰

Este discurso, publicado na seção *Interior* do *Universal*, demonstrou o quanto a Sedição de Março foi um evento importante para as formações identitárias no contexto pré-1837, quando estava em jogo a substituição do tutor, o futuro do “jovem” Império independente, a unidade e a construção Estatal. Neste plano, no que se refere à identidade nacional, o patriotismo se processava numa afirmação contrária aos estrangeiros, como no caso do referido José, alemão. Mas também contra aqueles que ficavam contrários ao governo regencial, no caso os restauradores. Para exaltar a nação, os políticos do período recorriam a eventos públicos, como no caso do *Te-Deum* realizado em ação de graças, bem como a peças

⁵⁹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 974, 3 de janeiro de 1834, pág. 2-3.

⁶⁰ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 974, 3 de janeiro de 1834, pág. 2-3.

de teatro, que exaltavam a figura do jovem imperador. Como pode ser percebido no trecho da notícia da substituição do tutor, publicada em Ouro Preto, no dia 03 de janeiro de 1834:

A notícia da suspensão do Tutor de S. M. o Imperador foi recebida nesta cidade entre transportes do mais vivo prazer. [...] acudira ao voto os brasileiros que de todos os pontos reclamavam essa medida de 1ª necessidade para cortar o vôo da gente restauradora, os Cidadãos se reuniram na praça onde se cantou o hino nacional [...]. No dia 1º deste mês houve um *Te-Deum* em ação de graças ao Todo Poderoso por haver salvado mais esta vez o Brasil dos horrores da guerra civil, com que nos ameaçavam os restauradores, e a noite houve teatro, onde se representou a peça – Pedro Grande.⁶¹

Concomitante aos eventos públicos comemorativos, explicitou-se a rusga contra os irmãos Andradas. Nesta briga, é interessante a correspondência publicada no *Times* por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, na qual ele se defendeu das acusações de restauração. Na carta, ele afirmou que na ocasião não pretendeu e nem perguntou a D. Pedro I se ele queria retornar ao Brasil e ainda frisou que a Monarquia Constitucional de D. Pedro II só dependia da nação brasileira. Ou seja, reafirmou os valores da pátria. Para responder a carta, saiu publicada no *Universal* uma nota do *Aurora Fluminense*, em que Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva é denominado como uma pessoa capaz de assumir qualquer posição política para manter a si e seus irmãos no poder, por isso o perigo de se acreditar em sua justificativa, uma vez que ele poderia ser: "o mais exaltado republicano, furioso demagogo, corcunda, restaurador, ou o 1º dos chimangos"⁶², desde que fosse Regente do Império.

Nota-se que, quando as “partes vencidas” usam a brasilidade e o sentimento nacional como justificativas, logo são acusadas de demagogas, o que demonstra que houve uma intensa tentativa de associar o “partido da restauração” a um sentimento estrangeiro, da intriga e da calúnia, enquanto os *chimangos* seriam os verdadeiros aderentes ao “partido nacional”. Exemplar deste esforço de construção imagética é uma nota de ano novo do *Correio Oficial*, manifesta à opinião pública, que foi publicada pelo *Universal*:

⁶¹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 974, 3 de janeiro de 1834, pág. 3.

⁶² O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 978, 13 de janeiro de 1834, pág. 2-3.

O ano de 1834.

O sistema da perfectibilidade ou do progresso na ordem basea-se no proveito que o espírito humano tira da experiência do passado para adorar o andar do futuro. Evitar os erros à vista das suas más consequências, imitar, corroborar e aperfeiçoar os fatos oriundos de sã juízo, eis o resultado de semelhante prática e portanto julgamos que o modo mais profícuo de darmos os bons anos aos benévolos leitores é de apresentar-lhes um abreviado retrospecto do ano próximo findo, para que a comemoração dos mais salientes acontecimentos que o marchetaram sirvam a dirigir nossa marcha política durante o novo, em que ontem fizemos a nossa entrada, desviando-nos dos tropeços que embaraçaram nossos passos e por pouco nos iam precipitando no abismo das desordens e da anarquia, se o bom senso e inabalável constância do partido nacional, coadjuvado pela franca e enérgica cooperação do Ministério, que em maio tomou conta do leme do Estado não tivessem resgatado o Brasil da malfadada sorte que muitas e péssimas circunstâncias lhe estavam culminando.

O ano de 1833 despontou debaixo de tristes prognósticos. O partido da restauração alçava ufano sua cabeça e [...] suas intrigas e calúnias lhe tinham adquirido entre os incautos e malévolos, contava com o resultado das eleições para desenvolver os seus nefandos planos. O de 1834 ao contrário se apresenta com aspecto lisongeiro, sob um céu purificado da medonha tempestade que a facção desordeira tanto tempo levantara no nosso horizonte. O último golpe que a justiça nacional descarregou no monstro da anarquia o exterminou de campo, em que disputava a vitória e lhe arrancou das garras o caro penhor da nossa nacionalidade [...].⁶³

Se até o início de 1834 a moralidade e a nacionalidade eram argumentações utilizadas contra os “estrangeiros” e contra os “sediciosos de março”, a situação se alterou bastante depois da promulgação do Ato Adicional à Constituição do Império.

A Regência passou a ser questionada em suas bases. E uma das argumentações contra os inimigos políticos, os *restauradores*, foi a defesa da regência una eleita pelo “povo” e não pelo legislativo, o que garantiria o princípio da separação dos poderes e, claro, a representatividade política do “partido nacional”. Os discursos veiculados no *Universal* passaram a defender a “oposição legal” contra a “tirania”, que seria um “poderio criminoso sempre pronto a assassinar as principais garantias que conservam em equilíbrio a grande máquina social”⁶⁴. A tirania passou a ser associada aos *restauradores*, que teriam atuado na Sedição de Março. Estes propagavam calúnias a fim de buscar dividir as opiniões dos

⁶³ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 982, 22 de janeiro de 1834, pág. 4.

⁶⁴ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1063, 05 de agosto de 1834, pág. 2-3.

“sinceros brasileiros”, defensores da “liberdade nacional”, tentando implantar o “monstro da anarquia”, a temida guerra civil, para fazer triunfar seus “nefandos planos” de tirania.⁶⁵

De acordo com os artigos publicados no *Universal*, nos primeiros meses de 1834, somente a “justiça nacional” seria capaz de debelar esse “monstro da anarquia”, inimigo da “nacionalidade brasileira”. No entanto, somente os representantes da nação poderiam resgatar o Brasil de uma “malfadada sorte”. Lynn Hunt, ao analisar o processo revolucionário francês, identificou no Terror o período como aquele em que “o despotismo da liberdade” se virou contra a “tirania”, no livro *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. Teria sido a fase em que a “vigilância pública e a denúncia foram institucionalizadas”, sendo “a política sincera feita em público: cada cidadão e todos os representantes eleitos deviam efetuar suas deliberações em público, diante dos outros cidadãos. O verdadeiro patriota não podia ter nada a esconder”. Esse “caráter público da política” possibilitou, segundo a autora, “a vigilância”. Entretanto, produziu efeitos excessivos na política, como o momento da guilhotina de Luís XVI, em 1793.⁶⁶ Essa experiência também não deixava de ser temida, de acordo com os discursos publicados nas páginas do *Universal*.

De qualquer forma, um discurso que demonstra bem esta nova maneira de os grupos denominarem as identidades políticas foi escrito por um “brasileiro verdadeiro amigo de seu país”, ao se manifestar para a opinião pública. Na circunstância de funcionamento da Câmara, ele se lembrou das primeiras legislaturas brasileiras e refletiu para a próxima. Falou também do dia 7 de abril e do fôlego que a nação tomou, junto ao “partido liberal”, para civilizar-se contra a ameaça da recolonização e dos “inimigos da causa pública e dos aferrados absolutistas”, que sempre dominaram o ministério, como os “humildes servidores do monarca”. Ao denominar desta forma seus inimigos políticos, o autor do discurso qualificou a si próprio como um “defensor da liberdade”. E emendou: “por que é certo que quando um Governo ouve o voto nacional [...] é dócil a ele, bem longe de perder a consideração moral e a força que dela resulta, se torna mais acreditado e apto por consequência para obrar mais desembaraçado”⁶⁷.

As rixas políticas entre *chimangos* (“partido nacional”, “liberal”) e *caramurus* (“antinacionais”, “retrógrados”) foram se modificando à medida em que se aproximava a Lei do Ato Adicional de 1834, promulgada no dia 12 de agosto daquele ano. Nessa nova

⁶⁵ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1013, 07 de abril de 1834, pág. 1-2.

⁶⁶ HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pág. 69-70.

⁶⁷ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1018, 18 de abril de 1834, pág. 1-3.

circunstância, houve o embate entre diferentes formas de se entender como deveria funcionar a Lei e qual o seu teor no que dizia respeito à eleição do regente e às reformas do Senado e na Câmara. Patente desta etapa de intensa disputa política é o discurso de um dos redatores, utilizando-se do anonimato, contra Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês de Paraná, e dirigido aos “bons mineiros e brasileiros”, em defesa dos “sustentadores da causa da nação e da soberania nacional”:

[...] Já ele [Honório Hermeto Carneiro Leão] havia se mostrado hostil à causa da justiça; quando na discussão do artigo das reformas pretendeu destruir o justo peso e proeminência que tem a nossa província pela sua população, querendo que o seu voto fosse igual ao de Santa Catarina e Espírito Santo na eleição do regente; já ele guiá-lo pelo baixo sentimento que o acompanhou e dirigiu no tempo do Duque de Bragança, que o artigo não fosse reformável, isto é, que ficasse a atual regência durante toda a menoridade do Sr. D. Pedro II; e é destarte que este ente desprezível, lisonjeando interesses, desencontrado, arrastando-se diante do poder, como sempre, pretende fazer-se o Corifeu de um partido, que lhe aplane o caminho da realização de seus danados intentos: é destarte que um Deputado, atraído a causa da pátria, caminha unicamente ao fim proposto da inveja, ambição e da tirania [...].⁶⁸

No fragmento do discurso transcrito acima, a grande querela envolvendo Honório Hermeto Carneiro Leão dizia respeito à intenção do deputado de votar no legislativo o cargo de futuro regente, sendo que seus inimigos políticos defendiam uma eleição geral, do “povo”, respeitando-se o peso das províncias de acordo com a população. A principal alegação dos *chimangos* era a de que a eleição para o novo regente deveria ser livre das pressões das facções internas inerentes à Câmara, evitando a submissão do executivo pelo legislativo e mantendo a separação dos poderes.

Paralelamente às discussões em torno da futura Lei do Ato Adicional, o periódico o *Universal* vinha publicando notícias estrangeiras que “interessavam” aos ânimos dos partidos, sendo notória a tentativa de sempre direcionar as críticas contra D. Pedro I, principalmente nesses momentos de discussões do projeto de reforma da constituição, associando-o aos “inimigos da pátria” e aos infames “restauradores”. No entanto, a artimanha política de desqualificação do ex-imperador ficou evidente em uma nota que saiu impressa logo abaixo desse discurso acima transcrito e mostrou até que ponto as rixas políticas interferiram para a leitura política do momento. No trecho da nota lê-se: "D. Pedro tem feito executar dentro do

⁶⁸ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1064, 07 de agosto de 1834, pág. 2-3.

castelo imensa gente, e aos prisioneiros, que adoecem, não há remédios nem médicos, morrem miseravelmente [...]". Essa imagem do imperador implacável e déspota com seus inimigos é construída, entretanto, a menos de dois meses de sua morte, em Portugal.

Mas a morte de D. Pedro I e a promulgação do Ato Adicional não foram suficientes para acalmar os ânimos entre os grupos. Ao contrário, do dia 12 de agosto de 1834, data em que se promulgou a reforma constitucional, à primeira eleição nacional, no dia 7 de abril de 1835, para indicar o chefe do executivo e regente único do Império, foram necessários oito meses de debates e tempo de apuração das votações por localidade. O dia escolhido para a eleição não deixou de ser emblemático, pois coincidiu com a data de aniversário de quatro anos da abdicação de D. Pedro I, dia em que, na visão do redator do *Universal*, os "brasileiros sacudiram o jugo à que a tirania de um príncipe ingrato os queria novamente sujeitar"⁶⁹. A posse de Diogo Antônio Feijó ocorreu apenas no dia 12 de outubro, seis meses depois da eleição e após prestar juramento na Assembleia Geral Legislativa do Império.⁷⁰ Porém, o primeiro discurso de posse do regente único foi proferido apenas no dia 24 do mesmo mês. Nesse discurso, o então senador por São Paulo⁷¹ falou aos "brasileiros" e expôs "os princípios" de sua administração, colocada "no governo pelo voto nacional", através do Ato Adicional. "Lei suprema", a qual Feijó, nesse momento representante do governo, prestou "culto e homenagem", concitando os cidadãos a fazerem o mesmo.⁷²

O início do governo de Diogo Antônio Feijó, em 1835, foi apenas o começo de acirrados debates, querelas provinciais e acusações na imprensa, inclusive a mineira. O manifesto de 12 de outubro expedido pela Assembleia, que saiu publicado no *Universal* no dia 26, não deixou de cobrar do regente que não fossem baldados os sufrágios "àqueles que nele tinham depositado sua confiança". "E aos que contra ele despediram todas as setas da maledicência", que não fossem "fundadas suas perseguições". Além disso, recomendou prudência ao regente eleito para que ele pudesse "arredar para longe de nós esse espírito de partido, que somente serve para tornar desgraçada a nação mais potente"⁷³. No entanto, nesta mesma edição do *Universal* saíram publicadas notícias de tumultos contra o governo da província sergipana e de Porto Alegre, com Bento Gonçalves à frente da tropa para repelir o

⁶⁹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1167, 8 de abril de 1835, pág. 2-3.

⁷⁰ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 2049, 26 de outubro de 1835, pág. 1.

⁷¹ CALDEIRA, Jorge (org.). **Diogo Antônio Feijó**. São Paulo: Editora 34 (Coleção Formadores do Brasil), 1999, pág. 12-14.

⁷² Idem, pág. 172-174.

⁷³ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 2049, 26 de outubro de 1835, pág. 1.

Presidente daquela província.⁷⁴ Isso demonstrava que, mesmo após a escolha do regente, por vontade nacional, o país continuaria em agitação nas províncias. Foram os “ecos do liberalismo”⁷⁵ e do momento frágil vivido pelo império, tendo em vista a menoridade do Imperador D. Pedro II.

Em Minas Gerais, a tensão política não reverberou em conflitos armados. Mas a disputa para regente, que envolveu Diogo Antônio Feijó, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Bernardo Pereira de Vasconcelos, entre outros foi acirrada, descortinando por aí novas divisões entre os grupos. Bernardo Pereira de Vasconcelos perdeu em várias cidades de Minas, inclusive em Ouro Preto, empatou em Mariana⁷⁶ e venceu, por exemplo, em Curvelo.⁷⁷ A vitória de Diogo Antônio Feijó e a consequente derrota de Bernardo Pereira de Vasconcelos, bem como dos outros candidatos, não impediram a oposição mineira de abrir intensa campanha contra o regente eleito até 19 de setembro de 1837, quando Feijó renunciou ao cargo para Pedro de Araújo Lima assumir.

Dessa forma, a emergência da regência deu início a uma nova reformulação das identidades políticas: os *chimangos*, que segundo o *Universal* comportavam duas outras identidades políticas, se dividiram ainda mais. Houve uma aproximação de alguns *liberais moderados* com alguns membros do então grupo *caramuru*, bem como com políticos que iniciavam suas carreiras públicas, o que deu início a um bloco progressivamente denominado de *regressista* ou “antirrevolucionário” pelos *chimangos* remanescentes, que passaram a se denominar como “defensores do liberalismo”.

Coube ao *Universal* defender o governo de Diogo Antônio Feijó contra as acusações de seus opositores. Desde o início de seu governo, notícias exaltando a figura do “ilustre cidadão” não deixaram de aparecer nas páginas do periódico. Feijó era descrito como um homem que se encaixava muito bem aos anseios da nação sobre os moldes moral e político.

Segundo Jorge Caldeira, ele era “um brasileiro comum: sem tradição de família num país de dinastias familiares; sem dinheiro ou terras e sem títulos de nobreza”. Sua influência na Igreja seria negativa, devido ao fato dele se opor ao celibato. Não era o melhor dos oradores e nem “um apreciador da política de bastidores”. O paulistano foi eleito mais porque possuía uma carreira parlamentar apreciada. Como deputado, participou “ativamente do

⁷⁴ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 2049, 26 de outubro de 1835, pág. 2-3.

⁷⁵ RESENDE, Edna Maria. **Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840)**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG (Tese de Doutorado), 2008.

⁷⁶ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1167, 8 de abril de 1835, pág. 3.

⁷⁷ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1172, 22 de abril de 1835, pág. 2.

destino do país”; tinha um programa de governo marcado por “uma lista de obstáculos a superar”, tendo como meio de divulgação um jornal chamado o *Justiceiro*.⁷⁸ Seja como for, Diogo Antônio Feijó foi eleito regente e, de acordo com o trecho da notícia abaixo, deveria se felicitar por conseguir, “na eminência do poder, granjear a estima pública e constituir-se digno de confiança!”:

Três dias de maior prazer acabam de ser passados entre nós [...], pela posse do novo regente, em que a maioria dos brasileiros confiara o supremo mando. Feliz aquele homem que na eminência do poder sabe granjear a estima pública e constituir-se digno de confiança! [...] tão fausta notícia tirando da apatia e dos receios os patriotas somente anteviam no futuro os destinos do Brasil entregues ao capricho. Eletrizou desde o momento da chegada do Correio de 24 os ânimos de todos os que, com razão, apreciam as virtudes do ilustre cidadão, que acaba de ser eleito pela nação. [...] o mesmo regente que os ouropretanos souberam avaliar o alto preço de sua resolução em aceitar o cargo, que tanto se afirmava não querer. A aurora do dia 3 foi anunciada por uma salva de artilharia, como a daqueles que ainda hoje se recorriam como os primeiros do Brasil. Reunida às onze horas em grande parada a força da Guarda Nacional e do Corpo Policial, reunido em grande número de cidadãos no Palácio do Governo [...], foram rendidas ao Todo Poderoso graças por tão grande favor, mais uma vez liberalizado ao Brasil, cantando-se o hino *Te Deum Laudamus*. Voltando deste ato religioso S. Ex^a e todos os cidadãos à praça fizeram as continências e salvas do costume.⁷⁹

Diogo Antônio Feijó, este “brasileiro comum”, representava muito bem os anseios pela vivência do espaço de experiência ocorrido em outras partes do mundo com o advento do liberalismo, como França, Espanha e Portugal. Esses anseios foram trazidos com as notícias da “Revolução Liberal do Porto”, na qual “o constitucionalismo era uma realidade possível” e “as eleições, embora excludentes e indiretas, eram uma novidade”⁸⁰.

No campo político propriamente dito, o governo de Diogo Antônio Feijó passou rapidamente a ser alvo de muitas críticas tanto dos seus opositores quanto de seus defensores. O regente era interpelado por seus partidários a conciliar os ânimos, enquanto seus adversários, alguns advindos do próprio campo *moderado*, como Bernardo Pereira de Vasconcelos, ampliavam cada vez mais as críticas contra o padre regente. Em janeiro de 1836, reflexões sobre o governo são publicadas na seção *Interior* do *Universal*, indicando ao

⁷⁸ CALDEIRA, Jorge (org.). **Diogo Antônio Feijó**. Op. Cit., pág. 11-14.

⁷⁹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 2053, 6 de novembro de 1835, pág. 1-2.

⁸⁰ RESENDE, Edna Maria. **Ecos do Liberalismo**. Op. Cit., pág. 107.

mesmo que promovesse a “conciliação dos espíritos divergentes” e que entendesse os princípios justos da “oposição”:

“[...] O atual governo do Brasil é certo que não tem necessidade de retrogradar um só passo para manter-se, por que a maioria que o elevou há de naturalmente sustentá-lo; e essa maioria quer o progresso com a ordem; mas isso não impede que ele promova pela maneira acima indicada [praticando “atos de justiça e imparcialidade”] a conciliação dos espíritos divergentes, porque além de não lhe ser desairoso [deselegante], o interesse mesmo do país o exige e nisso concordam os mais ardentes patriotas. [...] A oposição [“oposição legal”] assim disposta, longe de prejudicar o governo, garante a sua estabilidade, facilita o cumprimento dos seus deveres e pode-se dizer que entra nos seus próprios interesses; de sorte que os seus mais decididos inimigos podem fazer parte dela sem faltarem à lealdade”⁸¹.

Neste fragmento acima ficou explícito o novo papel que o *Universal* iria exercer na imprensa mineira: defender o governo de Diogo Antônio Feijó, dando-lhe instruções sobre os negócios públicos. No entanto, defender a “oposição legal” era também um princípio acordado com o advento liberal, que necessitaria da participação civil no governo, com a defesa da “soberania popular” contra a “tirania”. Curiosamente, foi também neste dia que se modificou a epígrafe, que passou a opor os conceitos de “liberdade” e “tirania” / “ordem” e “desordem”, inspirada no livro de Droz, *Aplicação da Moral à política*.⁸²

A moralidade patriótica nesse momento passou a ser a defesa da “liberdade” conjugada à “ordem”, dois bens que não coexistiriam com a “tirania” e a “desordem”. Cabia então a Diogo Antônio Feijó conciliar os “espíritos divergentes”, sendo que a “oposição legal” incluía todos os adversários, inclusive “seus mais decididos inimigos”, desde que não faltassem à lealdade.⁸³ Mas pouco mais de um ano, em maio de 1837, discursos já apareciam, inevitavelmente, “defendendo” o governo de acusações malignas. Como é o caso deste, intitulado *O Governo e a República*, que foi publicado através do *Recompilador Mineiro*:

⁸¹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1, 01 de janeiro de 1836, pág. 1-2.

⁸² Encontrei uma referência sobre ele na *Revista Universal Lisbonense*, publicada em Lisboa no ano de 1851, na seção do necrológico, no qual consta a seguinte afirmação: “os trabalhos literários e científicos de M. Droz são relativos à moral e à economia política, sobretudo à primeira”. Entre seus trabalhos citados encontra-se *Aplicação da Moral à política*. Continuou o necrológico: “M. Droz prestou o primeiro serviço à ciência, sustentando a causa da liberdade”; ver: SÁ, Sebastião José Ribeiro de. **Revista Universal Lisbonense**. Lisboa: Tipografia da Revista Universal Lisbonense, 1851, pág. 203-4.

⁸³ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1, 01 de janeiro de 1836, pág. 1-2.

Os órgãos da nossa oposição, vendo a generalidade dos espíritos voltada dos excessos da liberdade para [...] a consolidação da Monarquia Representativa, e querendo por todos os meios suscitar desconfianças contra os ministros, tem inculcado, entre outras acusações que fazem ao governo, a de tender para a democracia; isto é, para a república.

[...] Estes são os fatos que todos temos observado e que os oradores e os escritores da oposição não podem negar sem incorrerem na indignação de todos os homens de boa fé e imparciais; e esses fatos descobrem toda a imoralidade e indignidade dos que, a despeito de tais provas, malignamente insistem em querer persuadir as classes ignorantes que tende para a república o mesmo governo que tem salvado a monarquia. Semelhante oposição é em si mesma a melhor apologia que se pode fazer a um Governo.⁸⁴

O autor do fragmento do discurso acima tentou defender o governo e, principalmente, o ministério composto pelo desembargador Antônio Paulino Limpo de Abreu, Manoel do Nascimento Castro e Silva, Manoel da Fonseca Lima e Silva e Manoel Alves Branco.⁸⁵ Essa defesa acabou frustrada e, no dia 16 de maio de 1837, houve a queda do referido ministério. Alguns dias após a queda deste ministério, outro texto, intitulado *A Contra Revolução*, foi publicado no *Universal*, antevendo golpes de Estado e referindo-se ao Projeto de Maioridade do monarca que foi posto em discussão pela *oposição*:

A contra revolução

Contamos ainda tão poucos anos de vida política que quase todos somos contemporâneos dos grandes acontecimentos que tem aparecido no Brasil desde a sua independência até o presente [...] desde que nas páginas da história o Brasil começou a figurar como nação [...] mas é certo que o caráter geral do espírito público tem sido um só: o estabelecimento da liberdade e o melhoramento de sua sorte.

[...] Por uma fatalidade alguns tropeços encontramos [...] barreiras pois tem sido levantadas para fazer parar o espírito público em sua marcha sempre generosa. Durante o Governo Imperial de D. Pedro, a recolonização nos acenou muitas vezes com suas garras, o poder absoluto que tinha baqueado com a adoção da constituição tentou levantar-se, mas suas bases estavam aluídas e o predomínio das ideias liberais apresentava um poderoso gigante, que o tinha encadeado.

[...] Um partido que tinha figurado por suas arbitrariedades e princípios antinacionais emudeceu no 7 de abril, mas não abjurou seus crimes, nem conheceu

⁸⁴ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 40, 12 de maio de 1837, pág. 1-2.

⁸⁵ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 2049, 26 de outubro de 1835, pág. 1.

seus erros [...] e não tardam em promover as comoções em diferentes partes do Império, por que conheceu que a falta de tranquilidade podia excitar os desejos de restauração.

[...] Depois de abortados todos os outros planos, tem ultimamente a contrarrevolução recorrido ao descrédito de tudo quanto se tem feito depois do 7 de abril [...] O Ato Adicional, filho dessa gloriosa revolução, é o primeiro alvo dos tiros da maledicência [...] por isso deve ser modificado no sentido do regresso [...].⁸⁶

Referindo-se ao que chamou de *contrarrevolução*, o autor desse discurso mostrou a lenta progressão do *regresso*, que contava com membros *moderados* e do *partido restaurador*, que, enquanto *oposição*, recorria “ao descrédito de tudo quanto se tem feito depois do 7 de abril”. Outra afirmação importante ao que o autor do texto se refere é o “predomínio das ideias liberais”, que encadeou o “espírito público em sua marcha sempre generosa”. No entanto, ao denunciar as medidas feitas para obrar pelo contrário, ou seja, pelo *regresso*, o autor do texto se mostrou defensor do Ato Adicional, denotando qual seria uma das principais defesas dos *chimangos*.

Publicada nesse momento de intenso embate, a notícia da morte de Evaristo Ferreira da Veiga, redator do periódico *A Aurora Fluminense*, ocorrida no dia 12 de maio de 1837, quando este “poeta, jornalista, político e livreiro” brasileiro contava apenas 37 anos de idade, baqueou ainda mais as fileiras “liberais”. Após falar do sepultamento, a notícia publicada no *Universal* o exaltou como sendo um “conspícuo [eminente] cidadão, que tão prestantes serviços tem feito à causa da liberdade”, tanto como “redator da *Aurora Fluminense*” quanto como “Deputado pela Província de Minas”. Além disso, a morte de Evaristo Ferreira da Veiga estaria sendo sentida na Corte, “não só por suas qualidades pessoais e privadas, como públicas”⁸⁷.

Na verdade, a notícia que saiu publicada no *Universal* não explicitou outros lados de um duelo entre Bernardo Pereira de Vasconcelos e Diogo Antônio Feijó. O regente era constantemente amparado na folha de Evaristo Ferreira da Veiga, *A Aurora Fluminense*, que atacava Bernardo Pereira de Vasconcelos, o chamando de “Proteu”, “figura mitológica que mudava de forma quando queria”. Por sua vez, Bernardo Pereira de Vasconcelos iria seguir

⁸⁶ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 45, 24 de maio de 1837, pág. 1-2.

⁸⁷ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 46, 26 de maio de 1837, pág. 2-3.

combatendo o governo de Diogo Antônio Feijó a partir do *Sete de Abril* e do *Paraibuna*.⁸⁸ Assunto que trataremos melhor no segundo capítulo.

Eram circunstâncias instáveis: a queda do ministério somado ao Projeto de Maioridade de D. Pedro II, aventado na câmara pelo deputado Vieira Souto, mostravam que a oposição ao governo do regente Diogo Antônio Feijó crescia e se fazia reverberar na imprensa. No discurso da seção *Interior* do *Universal*, cujos trechos estão transcritos abaixo, o redator, após comemorar a decisão da Câmara em refutar o Projeto, citou três periódicos que faziam apologia ao projeto “arbitrário” do *regresso* – o *Paraibuna*, o *Sete de Abril* e o *Correio do Imperador*:

“Estão hoje desorganizados todos os planos dos partidários da declaração da maioria do Sr. D. Pedro II, com a rejeição do projeto do deputado Souto. [...] este fato, é na verdade um assinalado triunfo dos princípios constitucionais sobre o arbitrário. [...] a medida era arriscada e opunha absolutamente a Constituição e ao Ato Adicional, cremos que é evidentíssimo; e tanto o reconhecem a Câmara dos deputados, que uma grande maioria, na qual entraram muitos que alias tem pertencido aos bancos da oposição, se declarou terminantemente contra ela, por ser revolucionária e arriscar a Monarquia.

[...] A nova organização do Governo pelo modo proposto no projeto de mais a mais criava um Conselho de Estado e assim o Imperador, que ainda não tem o completo desenvolvimento para conhecer os homens, seria governado por este Conselho e pelo 1º Ministro. [...] Com os perigos demais porque uma vez criada esta nova administração ela dirigiria o Estado sem ser sujeita a eleição. [...] Seguindo a ordem natural das coisas essa administração procuraria envolver a sua conservação com a própria conservação da Monarquia e até com ela se identificaria e daqui marcharia com afoiteza a exercer a ditadura sob o pretexto de sustentá-la; desta sorte estavam quebrados todos os nossos laços, que se contem no respeito e religiosa observância da Constituição e suas reformas. Por outro lado quem autorizou a assembléia atual a fazer alterações na Constituição e Reformas? Como poderia ela sem usurpação da Soberania. [...] Só a inconsideração e imprudência podiam ditar tão saliente atentado aos princípios do nosso Pacto Fundamental e não se podia esperar de uma Câmara, onde se reúnem as maiores inteligências do Estado, que desse o funesto exemplo de calcar aos pés da Constituição.

[...] E atenda-se que o regente pelas nossas leis está sujeito a eleição: se ele não tiver marchado no sentido do voto público, uma nova eleição irá colocar em seu lugar

⁸⁸ CARVALHO, José Murilo de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Editora 34 (Coleção Formadores do Brasil), 1999, pág. 24.

outro cidadão que o escute e é aqui que o povo tem a segurança de que sua vontade será respeitada, suas instituições conservadas e sua dignidade consultada.

Felizmente está passada a tormentosa borrasca que nos ameaçava [...], tinha na boca dos instigadores e dos jornalistas do regresso um vulto, que na realidade só eles lhe davam, e não a necessidade ou interesse público.

[...] Quem lê o *Paraibuna*, o *Sete de Abril*, o *Correio do Imperador* e alguns outros periódicos que há tempos a esta parte se tem dedicado a pregar as vantagens do projeto, aí encontrará a cada página que ele era a única salvação do Brasil, que do norte ao sul todos a uma voz reclamavam a sua adoção, e que assim passando por cima de todas as dificuldades devia ser adotado. Como explicarão agora essa suposta generalidade da Opinião Pública, a vista da grande maioria que desprezou o projeto? Foram já convencidos de ter considerado as suas fantasias como o pensar da maioria da Nação. Aprenda o povo a desconfiar das vans gritarias desses contrarrevolucionários, que sem nem um apoio na Vontade Nacional pretendem subverter a ordem pública e que por meio de enganos e ciladas confundem a verdade.

Enfim, não são as continuadas mudanças das Instituições que nos tornarão felizes; muitas causas de atraso estão nos nossos próprios hábitos e costumes. Procuremos reformar com uma educação mais cuidadosa a moral, e promovamos a indústria, e teremos realizada a mais salutar reforma.⁸⁹

Vê-se que a *oposição* ao governo de Diogo Antônio Feijó apelou a meios mais intempestivos para tentar “salvar o Brasil”. Na verdade, desde 1835,⁹⁰ já vinha tentando tornar maior o Imperador que, nesse momento, contava apenas 12 anos de idade. A ideia virou Projeto político e foi aventado na Câmara, ainda em 1837. Antes de passar pelo Parlamento, contudo, foi exposta à “Opinião Pública” por meio de outros periódicos da *oposição*, como revelou o periódico. Para desmerecer o Projeto de Maioridade, o redator do *Universal* citou os pontos principais que o tornariam impraticável e, entre estes problemas, estava a criação do Conselho de Estado, mostrando que, do ponto de vista prático, os defensores do governo temiam o fim das eleições para o cargo de regente ou “primeiro ministro”, caso o projeto se efetuassem, uma vez que isso acabaria com a experiência mais representativa do liberalismo no Brasil até o momento. No entanto, apesar de defender o governo de Diogo Antônio Feijó, o redator da reflexão não deixou de corroborar com a afirmação de que havia certo atraso no Brasil, que tinha como causas os “próprios hábitos e costumes”.

⁸⁹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 49, 2 de junho de 1837, pág. 1-2.

⁹⁰ BASILE, Marcello O. N. de Campos. O Laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pág. 95.

O redator do *Universal*, no fragmento do discurso transcrito acima, defendeu a educação e a indústria como os principais meios para efetuar a reforma que se deveria fazer na moral e nos costumes brasileiros. Apesar de relativizar a importância de mudanças nas instituições e combater a pecha de republicanismo, a tarefa parecia perdida. As constantes acusações da *oposição* ao regente Diogo Antônio Feijó, principalmente de que seu governo tendia para a democracia, isto é, para a república, e limitava a liberdade de imprensa, ajudaram a desgastar a imagem do mesmo. Por sua vez, para fortalecer a própria imagem, a oposição *regressista* passou a reclamar que o pacto social e moral que havia sido estabelecido pela regência era a manutenção da Monarquia Representativa como forma de governo, mostrando-se como única alternativa capaz de salvar a instituição monárquica no país.

O *Universal* realizou a defesa ao governo de Diogo Antônio Feijó, principalmente das acusações de republicanismo e de cercear a liberdade de imprensa. O jornal buscou também ironizar com a imagem de “defensora da Monarquia Representativa”, construída pela *oposição*. No entanto, as dificuldades de conter as revoltas no Pará e no Rio Grande do Sul; as oposições no Parlamento, principalmente a *regressista*; a problemática religiosa;⁹¹ a ruptura com Evaristo da Veiga;⁹² a desilusão com as reformas liberais; as medidas restritivas à liberdade de imprensa, com a Lei de 18 de março de 1837; bem como a anulação das eleições na Paraíba e em Sergipe⁹³ levaram o padre Diogo Antônio Feijó a renunciar ao cargo de regente, no dia 19 de setembro de 1837.

1.2. Mitologia, “Zoologia”, Religião e “Satanização”: a construção do vilão

As imagens construídas em torno dos crimes do “malvado” réu da Sedição de Março de 1833, Manoel Ferreira de Leão, também nos ajudam a entender o tipo de “satanização” e desclassificação que foi construída em torno dos *restauradores caramurus*. Conforme afirmamos anteriormente, no primeiro momento, os “retrogrados” serão associados ao perigo da restauração da Monarquia e Império Português, em torno de D. Pedro I. Desta maneira, o ponto principal dos discursos foi defender o estado atual da política, já que compunha o grupo *chimango* grande parte dos políticos que estavam no poder e outros que tinham como expectativa ver bandeiras mais liberais levantadas ou mesmo conseguir participar do governo.

⁹¹ WERNET, Augustin. *O Período regencial*. Op. Cit., pág. 63-65.

⁹² FILHO, Arnaldo Fazoli. *O Período Regencial*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1990, pág. 39.

⁹³ BASILE, Marcello. O Laboratório da nação... In: *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Op. Cit., pág. 84-85.

Para conseguirem seus objetivos, os *chimangos* procuraram desclassificar seus oponentes e utilizaram diversos recursos para este fim. Um deles remonta à “zoologia política”, categoria identificada por Marco Morel no artigo *Animais, Monstros e Disformidades*.⁹⁴ Nessa perspectiva, o artigo que pediu a condenação do réu continha vários desses elementos. O primeiro – “encarniçados” – automaticamente nos invoca a imagem dos urubus, aves que se alimentam da carcaça de um animal morto ou agonizante. No texto, estes encarniçados seriam “sediciosos, resistentes e matadores”. O segundo – “monstro” – remete à intenção do réu em matar e também possivelmente às figuras mitológicas: por isso, talvez, o autor do texto complementou com a expressão “devedores dolosos”. Assim, ele ainda justificou sua ideia de que o réu deveria pagar com as antigas leis, pois ele era mal intencionado e, acima de tudo, um ladrão que roubou a pátria para comer do seu dinheiro. Por fim, o terceiro adjetivo fez alusão às cobras – “víboras peçonhentas” –, provavelmente fazendo referência ao poema épico *Caramuru*, de Santa Rita Durão, do qual possivelmente os *chimangos* retiraram o nome para desclassificar seus oponentes. Dessa forma, a expressão “víboras peçonhentas que apenas aquecidas mordem o seio daquele mesmo de quem receberam o benefício” fosse uma possível alusão ao náufrago português, Diogo Álvares Correa de Viana, personagem principal do referido poema.⁹⁵

Esta forma de desclassificação foi uma estratégia constante nos discursos proferidos entre os grupos, tornando-se um importante elemento na construção das imagens identitárias, por se tratar de uma das “formas de exibição e de estilização da identidade”⁹⁶. Corresponde à construção da representação política que, conforme explicou Chartier, na obra *A História Cultural entre práticas e representações*, encontrou “lugar central” nas “formas de teatralização da vida social de Antigo Regime”, que deturpou suas definições antigas, ao transformá-la “num instrumento que produz constrangimento interiorizado”. Dessa forma, é por meio destas “percepções do social” que um grupo tende a impor sua autoridade sobre outros grupos, produzindo “estratégias e práticas”, buscando “legitimar um projeto

⁹⁴ MOREL, Marco. Animais, Monstros e Disformidades: a “Zoologia Política” no Processo de Construção do Império do Brasil. *Revista Estudos Históricos*. Op. Cit., pág. 251-265. Do mesmo autor, ver também: *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. Rio de Janeiro: Hucitec, 2005.

⁹⁵ DURÃO, Santa Rita. *Caramuru: Poema Épico*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Biblioteca Nacional e Departamento Nacional do Livro. (Arquivo em PDF).

⁹⁶ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, pág. 10-11.

reformador” ou “justificar, para os próprios indivíduos, suas escolhas e condutas”, seus interesses, valores e o seu domínio.⁹⁷

No entanto, os recursos de linguagem não serão idênticos em todos os discursos e muito menos entre os grupos. Mesmo entre os *chimangos* a forma de linguagem utilizada variou muito. Mas a “zoologia política” foi uma base constante, que ultrapassou este contexto e suas circunstâncias, sendo utilizada até os dias atuais no Brasil pelos políticos em campanha, demonstrando ser uma forma de “cultura política” no país a troca de xingamentos que se remetem aos animais e que denuncia uma “escolha arcaica” praticada pelos políticos em debate eleitoral.⁹⁸

A animalização faz parte de uma série de artifícios discursivos que correspondem ao emprego das palavras em sentido metafórico (“tropos”) e que remontam à cultura política colonial eurocêntrica⁹⁹ e às civilizações clássicas. Sendo assim, é natural que outros artifícios metafóricos também tenham sido utilizados nos debates do *Universal*. Ella Shohat e Robert Stam, na obra intitulada *Crítica à imagem eurocêntrica*, ao buscarem compreender os discursos e as imagens produzidas ao longo do século XX no cenário audiovisual, a partir de suas origens mais remotas até o surgimento do colonialismo, sublinharam que “o tropo ou emprego das palavras em sentido figurado é a alma do discurso”. Nesse sentido, “existem os binarismos reforçadores, tais como ordem/caos, atividade/passividade, estagnação/movimento”; bem como a noção de profundidade, que opõe “cultura erudita” e “cultura superficial”; passando por outra metáfora recorrente, que opõe a luz e a escuridão: segundo os pesquisadores, esse tropo servia para subentender uma claridade racional por parte da Europa em detrimento da África, considerada como o “continente escuro”. Nessa perspectiva, também “antigos maniqueísmos religiosos, diferenciadores do bem e do mal, transformaram-se em binarismos filosóficos que opõem a racionalidade/luz à irracionalidade/escuridão”¹⁰⁰.

Conforme afirmamos antes, além da animalização, foi “natural” aos grupos, para qualificarem a si e seus rivais, utilizarem outros recursos imagéticos, que ajudariam a compor a linguagem política de desclassificação. No caso dos *chimangos*, foi comum encontrar, nos

⁹⁷ _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 2ª edição, 2002, pág. 17-22.

⁹⁸ FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

⁹⁹ Sobre o recurso metafórico ver: GHERARDI, Fernanda Chaves. Armas metafóricas: “revolucionários” e “legalistas” na revolta liberal de 1842. In: **Anais da VI Semana de História Política / III Seminário Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2011, pág. 516-525.

¹⁰⁰ SHOHAT, Ella; STAM, Robert. Tropos do Império. In: **Crítica à imagem eurocêntrica**. Tradução: Marcos Soares, 1ª edição. São Paulo: COSACNAIFY, 2006, pág. 205.

discursos do *Universal*, por exemplo, construções imagéticas de seus oponentes curiosas e até divertidas. Um exemplo disso é a linguagem mitológica, muito cara aos políticos deste período, que tinham as divindades do Olimpo vinculadas às mais notáveis produções da poesia e das belas artes e, portanto, era de fácil associação aos homens. Propagadas por ensaístas, poetas e oradores modernos, as mitologias na verdade nos revelam a base da cultura ocidental¹⁰¹ e sua interconexão com a política do período pode ser tido como algo natural, que se vinculou também ao cientificismo e à razão da época, da chamada ilustração portuguesa.

A figura da Hidra foi constantemente evocada. A Hidra é um monstro de nove cabeças, que se regeneravam em outras duas novas cabeças quando eram cortadas, bem como soltava altas e fortes silvas (assopros) e que foi assassinada pelo herói da mitologia romana, Hércules.¹⁰² Como falaremos mais detalhadamente adiante, três sobrenomes e nomes eram associados a este monstro como “as cabeças” principais da Sedição de Março de 1833 que, para piorar a situação, tinham influência do Rio de Janeiro: “Montezumas, Andradas e Honórios”. Numa possível referência ao então deputado, natural da Bahia e futuro Visconde de Jequitinhonha, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma,¹⁰³ aos irmãos Antonio Carlos e José Bonifácio Ribeiro de Andrada, Grão Mestre do *Grande Oriente do Brasil*,¹⁰⁴ que na época da Sedição era tutor de D. Pedro II e contra quem diversos políticos, inclusive *chimangos*, irão se voltar até conseguirem derrubá-lo, em dezembro do mesmo ano; e ao também deputado à época e futuro senador e marquês de Paraná, o advogado Honório Hermeto Carneiro Leão.¹⁰⁵

Nas páginas do *Universal*, vê-se a recorrente referência ao monstro mitológico. No ofício enviado ao ministro, Sr. Antonio Pinto Chichorro da Gama; publicado pelo Conselho Geral da Província e assinado por José de Souza Lima (presidente) e Antonio Ribeiro de Andrade (secretário), a favor da medida regencial de 11 de dezembro de 1833, que estava prestes a afastar José Bonifácio Ribeiro de Andrada da tutoria do pequeno Imperador D. Pedro II; a imagem da “Hidra restauradora” apareceu da seguinte forma: “A organização da Câmara eletiva deverá ter subministrado ao Governo Imperial toda a força, toda a energia necessária para esmagar a Hidra da Restauração, com as medidas a muito reclamadas pela suprema lei da salvação pública [...]”. Para complementar a imagem da Hidra, os autores do

¹⁰¹ BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia: história de deuses e heróis**. Trad. David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, pág. 13.

¹⁰² Idem, pág. 147-9, pág. 258.

¹⁰³ Ver site do Senado: http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1683.

¹⁰⁴ BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil: 1790-1822**. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006, pág. 221-2.

¹⁰⁵ Ver site do Senado: http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1744.

ofício publicado pelo Conselho utilizaram ainda a imagem reptiliana, que tinha como intuito “definhar a nação e se alimentar do suor dos industriais contribuintes”¹⁰⁶.

A principal alusão aos nomes citados foi encontrada em uma notícia do *Astro de Minas*, publicada no *Universal*. Na ocasião em que o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu já havia substituído o antigo Presidente da Província, o visconde do Rio Grande, José de Araújo Ribeiro, que apaziguou os ânimos no lugar de Manuel Inácio de Melo e Sousa, presidente à época em que a Sedição de Março de 1833 eclodiu:

A cidade de Ouro Preto tem ultimamente mudado de face na sua posição política, a facção desordeira tem decaído muito de suas forças e os amigos da ordem dobrarão de energia e patenteiam a mais decidida coragem para a manutenção do Governo legal. Tudo isso parece ter acontecido com a chegada do Exmo. Sr. Limpo de Abreu, de cuja probidade e firmeza de caráter não se pode duvidar. O Tribunal do Júri, que presentemente se acha em seus trabalhos vem nos convencer de uma verdade que até aqui duvidamos [...]. Porém, pela relação que apresentamos verão nossos leitores qual tem sido o procedimento dos jurados de Ouro Preto [...]. Digam agora os facciosos do Rio de Janeiro, Montezumas, Andradas e Honórios, que a maioria da Província assentirá à sedição de 22 de março, que os sediciosos não são criminosos. As sentenças do Júri de Ouro Preto são um testemunho incontestável dessa falsa ideia, ou antes, dessa ardilosa mentira. Teremos ainda de ouvir ao Sr. Honório Hermeto (um dos pronunciados no Sumário) clamar contra o Tribunal do Júri – que são canibais sedentos de sangue humano? Talvez que nossa sorte mais benigna nos evite na seguinte legislatura esse sedicioso; a acusação por que vai passar o traidor na Câmara das Representações deverá nos livrar do novo Catilina.

O Sanches, esse pinto madeira de Minas, dizem que anda acompanhado de uma escolta pelos subúrbios de Ouro Preto; porém em algumas correias, que lhe tem feito o Juiz de Paz José Antônio Marinho com a força municipal, não tem sido encontrado.

Alguns Caramurus, que por ventura existem naquela cidade estão cabisbaixos e no mesmo Júri são os primeiros a votar pela condenação dos sediciosos; tanto é a convicção de seus crimes! Os presos que já foram condenados tem querido por si mesmo defender-se, mas cada vez patenteiam mais os seus crimes e o Júri [...] é sempre unânime na condenação, circunstância esta que serve para demonstrar que não é um partido (como querem persuadir) que infle nesses julgamentos, porém a maioria da cidade de Ouro Preto, que não capitulou com o crime e os atentados praticados na noite de 22 de março [...].

*Astro de Minas.*¹⁰⁷

¹⁰⁶ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 975, 07 de janeiro de 1834, pág. 1.

Entre os três nomes /sobrenomes que comporiam a “Hidra da Restauração”, Honório Hermeto Carneiro Leão é o mais “achincalhado”. Talvez por que era o único nascido na Província de Minas Gerais, ao sul, na cidade de Jacuí? Provavelmente por isso, e pelo fato de ser Deputado e bem quisto, seria o inimigo mais difícil de ser ridicularizado. Além disso, Carneiro Leão, à época da Sedição de Março de 1833, “ministro da Justiça”, foi “apontado de conivência nos sucessos sediciosos” e “seu comportamento foi visto pelos adeptos da situação em Minas como de simpatia pelos rebeldes *caramurus*”¹⁰⁸. Apesar disto, nas notas biográficas da *Revista do Arquivo Público Mineiro* foi tido como *liberal moderado* e não como *caramuru*. Nesta biografia apareceu também como um dos futuros fundadores do partido conservador de 1837, que já vinha organizando desde 1832, quando “lutou” contra a reforma da constituição, de cunho bem mais liberalizante. Alcançou sucesso político, recebendo mais à frente, em 1854, o título de marquês de Paraná.¹⁰⁹

No entanto, conforme afirmou Flávio Saldanha, no livro *Oficiais do Povo*, Honório Hermeto Carneiro Leão chegou a amargar certo “ostracismo político”, pois, além de ser identificado com José Bonifácio Ribeiro de Andrada e com os restauradores, “era primo e cunhado do líder dos sediciosos da Sedição de Março de 1833, Manoel Soares do Couto”. O que pode tê-lo impedido de disputar a regência una, em 1835. No mais, isso também teria sido um reflexo, atribuído pelo autor, ao “ostracismo do tribuno mineiro, já iniciado com a tentativa de golpe de Estado perpetrado por Diogo Antônio Feijó e demais moderados em 1832”, a mesma “reforma da constituição” a qual Honório teria lutado contra. Segundo Saldanha, este “Golpe” não teve sucesso exatamente devido a uma interferência de Carneiro Leão numa sessão parlamentar, quando questionou a validade de um parecer.¹¹⁰

De acordo com Paulo Pereira de Castro, apesar de Honório Hermeto Carneiro Leão figurar como um dos “chefes moderados”, isso não o teria impedido de “aceitar o apoio da ala chefiada por Calmon – uma aliança caramuru” – para conseguir a maioria necessária e frustrar

¹⁰⁷ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 975, 7 de janeiro de 1834, pág. 3-4.

¹⁰⁸ IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Op. Cit, pág. 403.

¹⁰⁹ Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná: notícia biográfica. **RAPM**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ano 1, vol. 4, 1896, pág. 819-827.

¹¹⁰ SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **Os oficiais do povo: a guarda nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006, pág. 64.

o golpe de 30 de julho de 1832. Ainda de acordo com o autor, Carneiro Leão recuou, pois o “apoio caramuru seria contraproducente eleitoralmente”¹¹¹.

De acordo com Andréa Lisly Gonçalves, esse golpe foi uma tentativa de aprovar um parecer, na sessão de 30 de julho de 1832, que transformaria a Câmara em Assembleia Constituinte. “Ficou conhecido como o ‘Golpe dos três padres’”, por que participaram dos encontros na *Chácara da Floresta* os padres Diogo Antônio Feijó, José Bento Leite Ferreira de Melo e José Martiniano de Alencar, além dos jornalistas Bernardo Pereira de Vasconcelos e Evaristo da Veiga.¹¹²

Entre o fracasso do “Golpe dos três padres” e o início da regência una de Diogo Antônio Feijó, a tônica dos discursos foi se modificando bastante. Se antes a Sedição de Março de 1833 serviu como um “evento simbólico” para justificar as injúrias desferidas entre *chimangos* e *caramurus*, mais à frente, estas identidades são manifestas com menor intensidade e os motivos para as trocas de “farpas” circunstanciais. No entanto, o papel de “evento simbólico”, cujo legado deixou a Sedição de Março de 1833 na Província de Minas, não desapareceu como veremos nos próximos capítulos. A despeito de o termo *caramuru* aparecer mais que o de *chimango*, mesmo após a morte de D. Pedro I, no dia 24 de setembro de 1834, o que nos autoriza a afirmar que esta identidade *caramuru* não desapareceu em setembro daquele ano, quando o primeiro imperador do Brasil se foi, deixando em Portugal a filha D. Maria da Glória, Maria Segunda, proclamada rainha governante,¹¹³ a tônica dos discursos continuou sendo a defesa dos “patriotas” contra os “inimigos da pátria e do bem comum” – os “antinacionais”, “partido cujo centro existe na capital do Império”¹¹⁴. Estes propagavam intrigas e boatos contra os patriotas em periódicos próprios, como o *Mineiro* e o *Tareco Militar*, que funcionaram em 1833.¹¹⁵

Em relação ao *Tareco Militar*, Luciano da Silva Moreira afirmou que este periódico acabou sendo “denunciado por abuso da liberdade de imprensa, em 1834”, principalmente por ser uma folha de oposição aos “liberais moderados”, revelando que houve perseguição entre alguns periódicos da época.¹¹⁶ Luciano Moreira, ao descrever o periódico, ainda afirmou que

¹¹¹ CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Op. Cit, pág. 15 e 32.

¹¹² GONÇALVES, Andréa Lisly. **Estratificação social e mobilizações políticas...** Op. Cit, pág 81; ver também: CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem e Teatro das Sombras**. Op. Cit., pág. 170.

¹¹³ OWEN, Hugh. **A Guerra Civil em Portugal, o sítio do Porto e a morte de D. Pedro por um estrangeiro**. Londres, 1836, pág. 275-276.

¹¹⁴ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1019, 21 de abril de 1834, pág. 1.

¹¹⁵ VEIGA, Xavier da. **RAPM**. 1898, op. Cit, pág. 196.

¹¹⁶ MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Opinião Pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)**. Belo Horizonte: UFMG (Tese de Doutorado), 2011, pág. 215.

“os leitores encontravam neste local um espaço para uma ‘troca de falas’, debatendo algum artigo ou polemizando contra particulares e o governo”¹¹⁷. Isso corrobora em parte a acusação dos “nacionais” de que uma das armas utilizadas pelos “antinacionais” eram o ataque pessoal e a calúnia aos líderes do “partido liberal”. No entanto, esta também era uma prática encontrada no lado que se dizia “nacional” nas páginas do *Universal*, mostrando que as calúnias e injúrias recíprocas eram comuns, transformando-as numa espécie de cultura política.

Dessa forma, também os *caramurus* ou *restauradores* também foram tachados de vários outros nomes, começando por “anarquistas” e “sediciosos de março”¹¹⁸; “desordeiros” e “inimigos do Brasil”¹¹⁹; “exército restaurador”¹²⁰; “partido sedicioso de Ouro Preto”¹²¹; “facinorosos”, “ladrões públicos” e “sociedade secreta chamada ‘Confraria’”¹²²; “inimigos do país”¹²³; “degenerados brasileiros”¹²⁴; “zangões”, “parasitas” e “aristocratas modernos”¹²⁵; “inimigos da ordem pública”, “sanguessugas”, “dizimeiros vis” e “infames”¹²⁶; “perversos”, “criminosos” e “sociedade militar”¹²⁷; “retrógrados”¹²⁸; “facção egoísta”, “vaidosa” e “aristocrática antirrevolucionária”¹²⁹; “inimigos da pátria” e “escravos de D. Pedro I”¹³⁰; “partido da recolonização”, “inimigos da causa pública”, “aferrados absolutistas” e “humildes servidores do monarca”¹³¹; “caranguejos”¹³²; “partido antinacional”¹³³; “déspotas”, “tiranos”, “traidores da pátria”, “homens do passado”¹³⁴; “regressistas” e “homens de antigo regime”, entre outros tantos nomes que serviram para desqualificar o grupo opositor e mostrar o quanto ele era indigno da nacionalidade e moralidade brasileira.¹³⁵

Por outro lado, os *chimangos* deixaram de usar esse nome dado pelos seus adversários e, convenientemente, passaram a assumir outras denominações, tais como “povo brasileiro” e

¹¹⁷ _____. **Imprensa e Política**. Op. Cit, pág. 119.

¹¹⁸ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 973, 01 de janeiro de 1834, pág. 1-2.

¹¹⁹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 974, 03 de janeiro de 1834, pág. 1-3.

¹²⁰ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 986, 31 de janeiro de 1834, pág. 5-7.

¹²¹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 990, 10 de fevereiro de 1834, pág. 3-4.

¹²² O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 991, 12 de fevereiro de 1834, pág. 1-4.

¹²³ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1004, 14 de março de 1834, pág. 3-4.

¹²⁴ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1007, 22 de março de 1834, pág. 2-3.

¹²⁵ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1008, 24 de março de 1834, pág. 2-3.

¹²⁶ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1009, 26 de março de 1834, pág. 1-4.

¹²⁷ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1010, 31 de março de 1834, pág. 1-4.

¹²⁸ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1013, 07 de abril de 1834, pág. 1-2.

¹²⁹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1014, 09 de abril de 1834, pág. 1-3.

¹³⁰ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1016, 14 de abril de 1834, pág. 2.

¹³¹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1018, 18 de abril de 1834, pág. 1-3.

¹³² O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1018, 18 de abril de 1834, pág. 4.

¹³³ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1019, 21 de abril de 1834, pág. 1.

¹³⁴ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1025, 05 de maio de 1834, pág. 1-4.

¹³⁵ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 45, 24 de maio de 1837, pág. 1-2.

“cidadãos brasileiros”¹³⁶; “patriotas”, “membros da opinião pública” e “brasileiros”¹³⁷; “amigos da pátria”¹³⁸; “partido nacional”¹³⁹; “mineiros, bravos guerreiros”¹⁴⁰; “homens votados à Revolução de 7 de abril”, “exército da liberdade” e “patriotas livres”¹⁴¹; “flor dos mineiros, que amam a Constituição e o Augusto Trono do Sr. D. Pedro II”¹⁴²; “liberais”¹⁴³; “inimigos dos inimigos do governo”¹⁴⁴; “beneméritos patriotas”¹⁴⁵; “defensores da nação”¹⁴⁶; “inimigos da caramuruada”, “Partido Liberal” e “Partido da legalidade”¹⁴⁷; “apoiadores da regência”¹⁴⁸; “representantes do povo e da nação”¹⁴⁹; “verdadeiros patriotas”¹⁵⁰; “amigos da constituição e das leis”¹⁵¹; “defensores da liberdade” e “defensores da regeneração”¹⁵²; “cidadãos liberais”¹⁵³; “oposição legal”¹⁵⁴; “sustentadores da causa da nação”¹⁵⁵; por fim, “bons cidadãos”¹⁵⁶, entre vários outros nomes que reforçavam a imagem de um discurso vencedor, moralista e patriota.

Além da animalização e das metáforas, a religiosidade também foi um elemento que ajudou a desclassificar o grupo opositor, principalmente em complemento ou oposição à satanização. De acordo com Ella Shohat e Robert Stam, dentre os *tropos* do Império encontramos “antigos maniqueísmos religiosos, diferenciadores do bem e do mal”, que “transformaram-se em binarismos filosóficos que opõem a racionalidade/luz à irracionalidade/escuridão.”¹⁵⁷ Após a posse do regente Diogo Antônio Feijó, em outubro de 1835, apareceu uma correspondência, assinada pelo "O viajante na Ibitipoca", destinada ao redator do *Universal* em que essa operação religiosa se manifestou. O remetente “aparou sua pena” para narrar os “fatos espantosos”, dos quais os *caramurus* seriam protagonistas. O

¹³⁶ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 973, 01 de janeiro de 1834, pág. 1-2.

¹³⁷ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 974, 03 de janeiro de 1834, pág. 2-3.

¹³⁸ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 975, 07 de janeiro de 1834, pág. 1-2.

¹³⁹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 982, 22 de janeiro de 1834, pág. 4.

¹⁴⁰ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 986, 31 de janeiro de 1834, pág. 5-7.

¹⁴¹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 987, 03 de fevereiro de 1834, pág. 2-4.

¹⁴² O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 988, 05 de fevereiro de 1834, pág. 5-6.

¹⁴³ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 989, 07 de fevereiro de 1834, pág. 3-4.

¹⁴⁴ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 991, 12 de fevereiro de 1834, pág. 4.

¹⁴⁵ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 995, 21 de fevereiro de 1834, pág. 5.

¹⁴⁶ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1000, 05 de março de 1834, pág. 3.

¹⁴⁷ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1002, 10 de março de 1834, pág. 4, 6-12.

¹⁴⁸ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1003, 12 de março de 1834, pág. 3.

¹⁴⁹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1007, 22 de março de 1834, pág. 2-3.

¹⁵⁰ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1009, 26 de março de 1834, pág. 2-3.

¹⁵¹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1010, 31 de março de 1834, pág. 1.

¹⁵² O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1013, 07 de abril de 1834, pág. 1-2.

¹⁵³ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1018, 18 de abril de 1834, pág. 4.

¹⁵⁴ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1063, 5 de agosto de 1834, pág. 2-3.

¹⁵⁵ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1064, 7 de agosto de 1834, pág. 2-3.

¹⁵⁶ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 45, 24 de maio de 1837, pág. 1-2.

¹⁵⁷ SHOHAT, Ella; STAM, Robert. Tropos do Império. In: **Crítica à imagem eurocêntrica**. Op. Cit., pág. 205.

narrador também associou os homens de Ibitipoca, que “tomaram a mais ativa parte nos Movimentos sediciosos de Ouro Preto”, ao enfrentamento político religioso:

[...] "aparei minha pena Sr. redator para levantar a cortina que tem escondido os fatos espantosos que foram perpetrados em março deste ano em Santa Rita de Ibitipoca. [...] Achava-se Sr. redator o Padre Francisco Joaquim de Araújo [...] demitido por motivos justificados e sobejamente públicos [...] era um refinado caramuru [...] sendo pois preenchida a freguesia pelo padre José Joaquim de Almeida e Silva, sacerdote, que pelas virtudes políticas e morais merecera tanto a confiança pública [...] desagradou uma gente, pouco afeta aos deveres religiosos, que mais queriam os ditames de suas desvairadas paixões, do que as máximas do evangelho; manejadas pois várias intrigas contra o Sr. Almeida e Silva por vários sujeitos do lugar, que para esclarecimento do que são na sociedade, basta dizer-se que foram os que aí tomaram a mais ativa parte nos movimentos sediciosos de Ouro Preto. Acontece que em março deste ano, depois da missa conventual, José Pereira Ribeiro, Inocêncio José Lopes, Manoel Veríssimo Duque, Lino José Machado Luiz Rodrigues e outros *ejus-dem furfuris* dirigiram-se à Matriz, tiraram os ornamentos e alfaias depositando-as na casa do sobredito Duque, depois de enxovalharem sobremaneira o Templo de Deus vivo com sarcasmos e diatribes vomitadas sobre o legítimo pároco e defunto bispo.¹⁵⁸

O narrador falou da substituição de um padre, Francisco Joaquim de Araújo, tido como “um refinado caramuru”, fato que desagradou alguns homens que enfrentaram o novo padre, José Joaquim de Almeida e Silva, devastando a igreja matriz. Os atos destes homens – José Pereira Ribeiro, Inocêncio José Lopes, Manoel Veríssimo Duque e Lino José Machado Luiz Rodrigues –, foram perpetrados por “gente pouco afeta aos deveres religiosos”, sujeitos que “tomaram a mais ativa parte nos movimentos sediciosos de Ouro Preto” e que “queriam os ditames de suas desvairadas paixões”. Nota-se que o autor do texto, que assinou como um “viajante”, tenta desqualificar os atores que praticaram este ato, relacionando-os aos sediciosos de Ouro Preto. Além disso, questionou a religiosidade desses homens que “enxovalharam sobremaneira o Templo de Deus vivo com sarcasmos e diatribes vomitadas sobre o legítimo pároco e defunto bispo”. Desta forma, o autor amarrou um fato político, que foi a Sedição de Março de 1833 ocorrida na capital, com um fato religioso de uma localidade do interior de Minas Gerais para promover a sua desqualificação.

¹⁵⁸ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 2050, 28 de outubro de 1835, pág. 2-3.

Este fato mostra que a briga entre *chimangos* e *caramurus* continuou ocorrendo mesmo após ter passado um ano da aprovação da Lei do Ato Adicional e a morte de D. Pedro I, entre agosto e setembro de 1834. Dessa forma, esta denominação identitária não desapareceu prontamente, conforme sugeriu Xavier da Veiga em seu livro inventário *A imprensa em Minas Gerais*. Para ele, com a saída de Bernardo Pereira de Vasconcelos da direção do *Universal*, este jornal passou a se colocar em antagonismo, com “hostilidade vigorosa e tenaz”, ao político mineiro, passando a direção completamente para as mãos de José Pedro Dias de Carvalho, que já era redator do periódico.

No entanto, ainda que o *Universal*, como um porta-voz dos *chimangos*, continuasse a batalha contra os *caramurus*, ao mudarem as circunstâncias, mudaram os “vilões”. A partir da aprovação da Lei do Ato Adicional em agosto de 1834 e, mais decididamente, a partir da eleição para a escolha do regente único em abril de 1835, acirraram-se os conflitos, provocando um rearranjo dos grupos políticos. Depois de ter sido derrotado nas urnas, Bernardo Pereira de Vasconcelos passou a atuar no campo da oposição ao governo do regente Diogo Antônio Feijó, mais especificamente, no campo dos *regressistas*. Por sua vez, os *chimangos* passaram a defender o governo de Diogo Antônio Feijó, mesmo defendendo o direito da “oposição legal”. Eles até aceitariam inimigos políticos, desde que se respeitassem “a lealdade”. Essa divisão incluiu alguns dos antigos *caramurus*. Estes passaram cada vez a aparecer menos no debate político desde a morte de D. Pedro I, mas figuravam em pelepas menores, conjunturais, como nesta correspondência do *Viajante de Ibitipoca* publicada no *Universal*.

1.3. Ilustração e suas bases literárias: reforçando a imagética

A mitologia e a “zoologia” não foram os únicos artifícios a informarem a linguagem política dos discursos. Como vimos acima, a religião e seu oposto, que chamamos aqui de “satanização política”, também se fizeram presentes entre os grupos para desqualificarem seus oponentes. No caso do discurso publicado no *Universal*, através do *Astro de Minas*, em janeiro de 1834, as imagens utilizadas para desqualificar Honório Hermeto Carneiro Leão são emblemáticas de outras “sublinguagens” encontradas nos textos políticos: as alusões a obras clássicas, aos personagens da literatura e da história, inclusive nacional, que serviriam para afirmar a ilustração do escritor público, uma necessidade cara ao período estudado:

[...] Teremos ainda de ouvir ao Sr. Honório Hermeto (um dos pronunciados no Sumário) clamar contra o Tribunal do Júri – que são canibais sedentos de sangue humano? Talvez que nossa sorte mais benigna nos evite na seguinte legislatura esse sedicioso; a acusação por que vai passar o traidor na Câmara das Representações deverá nos livrar do novo Catilina.

O Sanches, esse pinto madeira de Minas, dizem que anda acompanhado de uma escolta pelos subúrbios de Ouro Preto; porém em algumas correias, que lhe tem feito o Juiz de Paz José Antônio Marinho com a força municipal, não tem sido encontrado.¹⁵⁹

Neste trecho do discurso, faz-se alusão da imagem de Honório Hermeto Carneiro Leão a Lucius Sergius Catilina, “um nobre patrício que queria se proclamar rei”, para isso liderou uma conspiração e acabou sendo preso, juntamente com os homens que o acompanhou.¹⁶⁰ Segundo o livro *Guerra Catilinária*, de Caio Salústio Crispo, era um homem indigno e “vilão” na república romana, denunciado por Cícero e Catão, cuja história foi narrada por Salústio na descrição dos conflitos da vida privada, pública e intelectual da Roma Antiga. Catilina nada mais era que fruto do meio ao qual estava inserido, cujo contexto moral favorecia abundantemente os seus projetos, pois a corrupção era fácil e, com isso, o personagem conseguia ter em torno de si facciosos e infames.¹⁶¹

Essa estratégia poderia servir muito bem ao objetivo do autor do discurso: mostrar o perigo que Honório Hermeto Carneiro Leão representava ao governo representativo da Regência. E, além disso, o narrador demonstrou ter conhecimento dos fatos da Roma Antiga e dos perigos existentes para a república romana. Entre eles, a corrupção e seus corruptores, em um ato implícito ou explícito mesmo de sugerir novas formas de governo, que não fossem os extremos, como o absolutismo ou a república, mas a monarquia constitucional representativa.

Conhecer os fatos da república romana sugere um dos possíveis “espaços de experiência” a ser seguido ou não. Neste caso, ele deixou bem claro qual experiência não devia se repetir: ter Honório Hermeto Carneiro Leão reeleito para Deputado provincial, o que ficou explícito na afirmação: “Talvez que nossa sorte mais benigna nos evite na seguinte legislatura esse sedicioso; a acusação por que vai passar o traidor na Câmara das

¹⁵⁹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 975, 7 de janeiro de 1834, pág. 3-4.

¹⁶⁰ COUTO, Sérgio Pereira. **A história secreta de Roma**. São Paulo: Universo dos Livros, 2007, pág. 119. Sobre Lucius Sergius Catilina, ver também: SILVEIRA, Laura Ribeiro. **O retrato de Catilina em Salústio**. Rio de Janeiro: UFRJ (Dissertação de Mestrado), Faculdade de Letras, 2003; SALÚSTIO CRISPO, Caio. **Guerra Catilinária**. Rio de Janeiro: Ed. Ediouro (Clássicos de Bolso), 1988.

¹⁶¹ SALÚSTIO CRISPO, Caio. **Guerra Catilinária**. Op. Cit, pág. 30-33.

Representações deverá nos livrar do novo Catilina”¹⁶². Entretanto, mal sabia o autor do discurso que sua tentativa de frustrar as possibilidades de seu inimigo político seriam em vão. Honório Hermeto Carneiro Leão foi reeleito para as duas legislaturas seguintes e depois atuou em questões estratégicas de Estado, sendo agraciado com os títulos de visconde, em 1852, e marquês, em 1854.

Mas as construções imagéticas que buscaram transformá-lo em um grande vilão da política em Minas Gerais não se encerram na imagem do Catilina e muito menos na intenção de não vê-lo mais como Deputado. Num arroubo de fúria, o autor do discurso apelou para outros argumentos, fazendo acusações mais graves. Após associá-lo ao Catilina, o redator provavelmente buscou associar Honório Hermeto Carneiro Leão ao filho bastardo do Rei medieval D. Dinis I de Portugal, D. Afonso Sanches, que lutou contra seu meio-irmão legítimo, D. Afonso IV, pelo trono. Na história medieval, o bastardo seria o preferido do Rei e, por isso, sempre esteve presente nas ações políticas do pai, alcançado inclusive o cargo de mordomo da coroa. Além disso, teria o mesmo gosto trovadoresco paterno.¹⁶³ Associação grave esta do autor do discurso. O fato é que nas *notícias biográficas* sobre Honório Hermeto Carneiro Leão, publicadas pelo *APM*, o autor das mesmas faz questão de frisar que o biografado era “filho legítimo do coronel Antonio Neto Carneiro Leão e de D. Joana Silveira Augusta de Lemos”¹⁶⁴.

Além de ofender Honório Hermeto Carneiro Leão associando-o a um bastardo, o autor do texto publicado no *Astro de Minas* e no *Universal* também fez referência a outro “chefe dos caramurus” do Ceará, o coronel Joaquim Pinto Madeira, que, junto de seus homens, “declararam nula a abdicação de D. Pedro I e ocuparam a cidade do Crato, instalando ali um governo provisório para a região do Cariri”¹⁶⁵. Pinto Madeira, assim como os Sediciosos de Março de 1833, acabou derrotado. Entretanto, diferente do que ocorreu em Minas, ele foi entregue pelo general Pedro Labatut e pelo presidente da província, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti,¹⁶⁶ aos seus “inimigos políticos e foi por eles sumariamente julgado e fuzilado”¹⁶⁷, após a Sedição que iniciou em 1832. Honório Hermeto Carneiro Leão seria então

¹⁶² O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 975, 7 de janeiro de 1834, pág. 3.

¹⁶³ LAPA, Manuel Rodrigues. **Lições da Literatura Portuguesa**. Coimbra, 1955, pág. 312, ver também *Afonso Sanches* em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Afonso_Sanches.

¹⁶⁴ Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná: notícia biográfica. **RAPM**. Op. Cit, pág. 820.

¹⁶⁵ DONATO, Hernâni. **Dicionário das batalhas brasileiras: Dos conflitos com Indígenas aos choques da Reforma Agrária**. São Paulo: IBRASA, 1996, pág. 113.

¹⁶⁶ Idem, pág. 363.

¹⁶⁷ Ibidem, pág. 113.

o “Pinto Madeira de Minas”¹⁶⁸ e, por isso, deveria ter o mesmo fim de seu comparsa cearense?

Nesse trecho mais pesado do discurso, o autor nos faz indagar: até que ponto interferiram para tais acusações as inimizades políticas e pessoais? Como vimos na historiografia, estas inimizades não eram restritas às páginas dos jornais, mas se proliferavam em outros âmbitos. Andréa Lisly Gonçalves demonstrou que o clima pesado e ao mesmo tempo irônico se fazia presente na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro. Na sessão de 4 de julho de 1833, por exemplo, quando Francisco de Montezuma indagou a Bernardo Pereira de Vasconcelos se as perseguições contra os rebeldes não estavam desmedidas, o mineiro retrucou, a respeito da fuga de um coronel das forças da Guarda Nacional que havia sido preso novamente: “o que se devia fazer? Amarrá-lo? Não, ele não foi amarrado; foi sim substituído por um cabresto o freio do cavalo em que foi conduzido o coronel”¹⁶⁹.

Isso mostra que em gradações diferentes as acusações se tornavam inimizades pessoais e políticas, chegando a ofensas mais sérias como a associação de Honório Hermeto Carneiro Leão com um bastardo ou a prisão em cabresto do freio do cavalo de um inimigo político.

O autor do discurso do *Astro de Minas*, publicado no *Universal*, afirmou que o júri, sempre unânime nas condenações dos réus, demonstrou não ser o interesse de partidos que faz obrar por tais condenações, “porém a maioria da cidade de Ouro Preto, que não capitulou com o crime e os atentados praticados na noite de 22 de março”¹⁷⁰. Nesse sentido, o autor do texto, quando julgou iludidos aqueles que aderiram à sedição, ao falar em partido recorre logo e novamente ao indivíduo Honório Hermeto Carneiro Leão, mais uma vez ofendido ao ser chamado de Catão:

Sirva isto de exemplo àqueles que se deixam iludir por espíritos vertiginosos, que pretendem levar ao fim seus danados intentos, embora comprometam a sinceridade e a boa fé dos demais. É lástima ver o abandono que se acham os miseráveis que existem nas prisões por haverem tomado parte nos sucessos de março, não como autores cabeças, mas como cúmplices cabeças. Os chefes que os comprometeram nessa desordem, longe de os socorrerem na ocasião de maior aperto, os desampararam inteiramente. Nem advogados têm para defendê-los, a ponto de que o Juiz de Direito é quem tem nomeado para este ato por reputá-los pessoas miseráveis e faltas de possibilidades. E ainda há o Catão de ostentar que grandes capitalistas

¹⁶⁸ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 975, 7 de janeiro de 1834, pág. 3-4.

¹⁶⁹ CARVALHO, J. M de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. Op. Cit, pág. 205. Ver também: GONÇALVES, Andréa Lisly. **Estratificação social e mobilizações políticas...** Op. Cit, pág. 95-6.

¹⁷⁰ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 975, 7 de janeiro de 1834, pág. 3-4.

estavam envolvidos na desordem da Província e que por isso convinha que fossem anistiados? Há sim de ostentar porque o Catão não se importa que seja convencido de caluniador e mentiroso, contanto que ele fale e possa ainda enganar a alguns para aderirem ao seu partido.¹⁷¹

Associar Honório Hermeto Carneiro Leão a Catão nos remete ao primeiro triunvirato romano, em que houve um arranjo particular de Pompeu, Crasso e Júlio César derrubando “a supremacia do senado”. Para Oliveira Lima, não teria sido uma forma legal de governo. Segundo o autor, Catão era um jovem que defendia o velho regime e, apesar de pertencer ao mesmo partido popular que César dirigia, fazia ostensiva oposição a ele e a Pompeu, “levando o senado a não ratificar as medidas tomadas por ele na Ásia”. O jovem “temia, na sua rigidez republicana, o prestígio excessivo de qualquer ídolo democrático, facilmente transmudado em tirano”¹⁷². Sérgio Pereira Couto afirma que Marco Pórcio Catão, juntamente com Marco Túlio Cícero, “são considerados figuras importantes para se entender mais acerca da luta de classes e a mentalidade que predominava naquele período”, sendo que Cato “era considerado um político tradicionalista e ferrenho opositor de César, além de ser um homem possuidor de grande inflexibilidade e integridade moral”. Estudou filosofia e política e tinha grande habilidade em retórica. Suas ideias políticas encontraram “ressonância ideológica nos *optimates*”, a “facção conservadora do Senado”. Quando César subiu na hierarquia do poder e se transformou em um ditador, Catão resolveu se suicidar, pois o que mais temia havia ocorrido.¹⁷³

Esta associação, portanto, ajudou a reforçar a imagética negativa em torno do deputado Honório Hermeto Carneiro Leão. A figura de Catão, como um homem fanático politicamente, que encontrava ressonância com a ala mais conservadora do senado, se encaixava bem à imagem que os *chimangos* tentaram forjar para ele nas páginas do *Universal*. Até as qualidades de Catão, como a de ser um brilhante orador, se encaixavam às de Honório Hermeto Carneiro Leão, que as utilizava, entretanto, para enganar, caluniar e mentir.

Mais a frente, em abril de 1834, se tornou explícita a campanha pela cassação de Honório Hermeto Carneiro Leão. O autor de um artigo, provavelmente um dos redatores do *Universal*, questionou outro artigo do periódico *Farol Paulistano*, que supostamente negou aos eleitores o direito de cassarem um deputado, que se tornou “indigno da confiança nacional”. Segundo ele, “o mais importante dogma da sociedade é a soberania nacional”, que,

¹⁷¹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 975, 7 de janeiro de 1834, pág.4.

¹⁷² LIMA, Oliveira. **História da Civilização**. 12ª Ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962, pág. 127.

¹⁷³ COUTO, Sérgio Pereira. **A história secreta de Roma**. Op. Cit, pág. 117-123.

quando se apresenta, “tudo se cala e deve calar-se”, “porque este princípio inalienável da vontade geral é o garantidor de todos os princípios de liberdade e de ordem em sociedade”. O redator continuou defendendo a soberania nacional ao afirmar: “não se pode negar aos eleitores o direito de revogarem aquilo que eles mesmos deram e que só eles, como primeiros compromissários, como verdadeiros órgãos da vontade geral, podiam dar”¹⁷⁴. *O Universal*, neste momento, defendeu abertamente a cassação de Honório Hermeto Carneiro Leão e os princípios da nova ordem pública e política, com o advento do liberalismo. No entanto, em seguida, durante o governo do regente Diogo Antônio Feijó, a defesa da soberania nacional se fez sobre a vontade geral da nação estabelecida com a votação para regente: qualquer manifestação em contrário a este governo era considerada antirrevolucionária e *regressista*.

Em Minas Gerais, o deputado Honório Hermeto Carneiro Leão foi bastante perseguido no periódico *O Universal*, durante alguns anos da Regência. Talvez, como já foi dito, por que ele pertencia ao círculo de relações de parentesco com um dos líderes do Movimento sedicioso de 1833, Manuel Soares do Couto. Desta forma, o redator do texto, publicado no *Universal* em abril de 1834, continuou seu discurso afirmando que Honório Hermeto Carneiro Leão era “avesso ao sistema de liberdade” e que teria “atraído a causa de sua Província, animando como Ministro uma sedição, pela qual se tinha violado todas as leis”¹⁷⁵.

Honório Hermeto Carneiro Leão não foi cassado e, ao aproximar-se a data em que a Lei do Ato Adicional de 1834 seria promulgada, suas ideias seriam rechaçadas no *Universal*, principalmente a sua proposta de que o voto de Minas fosse equivalente aos votos de outras províncias na eleição para regente. Carneiro Leão foi acusado de se mostrar “hostil à causa da justiça”, pois pretendia ser o “Corifeu de um partido, que lhe aplane o caminho da realização de seus danados intentos”¹⁷⁶. Corifeu era o “líder do coro”, “o guia do coro trágico dos antigos, o chefe de alguma seita”, de alguma “briga em que houve feridos”¹⁷⁷.

Após a promulgação da Lei do Ato Adicional e morte de D. Pedro I, ocorreu um redirecionamento das querelas políticas e entre os grupos. Gradativamente, Honório Hermeto Carneiro Leão passou para o plano secundário nos discursos do *Universal*. Novos jornais passaram a figurar no debate, aumentando as rixas.

¹⁷⁴ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1020, 23 de abril de 1834, pág. 3-4.

¹⁷⁵ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1020, 23 de abril de 1834, pág. 3-4.

¹⁷⁶ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1064, 07 de agosto de 1834, pág. 2-3.

¹⁷⁷ Ver: VOLPE, Altivir João. **Édipo: psicodrama do destino**. São Paulo: Editora Ágora, 1990, pág. 27; BLUTEAU, D. Rafael; SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Tomo primeiro: A-K. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, pág. 330 e pág. 605.

Desta forma, após estes acontecimentos e antes do início do governo do regente Diogo Antônio Feijó, em outubro de 1835, reflexões sobre o contexto histórico começaram a despontar. A ilustração, no entanto, não deixou de ser importante. Um exemplo disso é a demonstração pelo redator do periódico *Constitucional* do conhecimento sobre os fatos ocorridos na Europa, que eram importantes para a direção política que alguns membros dos grupos iriam tomar diante do futuro governo da regência única. O seu artigo, que foi publicado no *Universal*, intitulado "revista do ano de 1834", ilustrou bem essa sensibilidade para as mudanças que podiam ocorrer diante do contexto histórico vivenciado pelos homens que faziam política em Minas Gerais, no Brasil e no Mundo:

Cada um dos dois princípios [o absolutismo versus o liberalismo], como é sabido tem dominado alternativamente no mundo, mas raras vezes em proporção igual, por que a vantagem não tem sido até aqui a favor da liberdade. [...] os excessos de um dos dois princípios tem sempre conduzido uma inevitável reação a favor do outro. A corrupção opressora da velha monarquia francesa acarretou o ano de 89 [Revolução Francesa] e suas esperanças; mas essas esperanças iludidas e os excessos de 93 [Fase do Terror, na qual Luís XVI foi guilhotinado em 21 de janeiro de 1793], produziram a grande reunião de todas as aristocracias da Europa [Congresso de Viena, realizado em Waterloo em 18 de Junho de 1815, após o Império Napoleônico que durou de 1804-1814].¹⁷⁸

Nesse texto, o autor falou a respeito dos acontecimentos em defesa da liberdade ocorridos nos últimos 45 anos na Europa, “da Revolução Francesa aos dias atuais”, e mostrou ter conhecimento das experiências políticas vivenciadas nos últimos anos naquele continente, ao narrar sobre estes acontecimentos. Ele reafirmou os valores do grupo *chimango*, mais especificamente dos *liberais moderados*, afirmando que “os excessos de um dos dois princípios tem sempre conduzido uma inevitável reação a favor do outro”. Essas reflexões irão ocorrer em outras edições do jornal, como exemplo, num artigo publicado na sessão *Interior do Universal*, de 30 de outubro de 1835, através do *Novo Farol Paulistano*, o autor fez uma comparação entre o absolutismo e o governo representativo.¹⁷⁹

A esta altura, Diogo Antônio Feijó já havia sido eleito e estava tomando posse do cargo de regente do Império. A tônica do discurso político do *Universal* passou a conjugar

¹⁷⁸ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1181, 13 de maio de 1835, pág. 1-2.

¹⁷⁹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 2051, 30 de outubro de 1835, pág. 2-3.

ordem e liberdade. Nesse novo contexto, o jornal se tornou um defensor do novo governo e passou a atacar outros jornais, que faziam ostensiva oposição ao regente único.

Como analisaremos melhor no segundo capítulo, quando trataremos dos *regressistas* e dos *progressistas*, gradualmente a figura de Bernardo Pereira de Vasconcelos se tornou o novo alvo a ser atacado pelo *Universal*, devido à sua mudança de posição política, deixando a ala dos *liberais moderados* para se tornar o inimigo *regressista*. Para o redator do periódico, Vasconcelos tinha despeito, “por não ter sido elevado pelo atual Regente aos primeiros cargos públicos, aos quais tinham direito seus talentos, mas não o seu caráter”¹⁸⁰. Nesse trecho do discurso, o autor corrobora com a informação de que os talentos pessoais, ou seja, a ilustração, era um dos requisitos para uma pessoa pleitear cargos públicos e políticos. No entanto, contavam também as qualidades morais e, segundo outro texto do jornal, o político e jornalista mineiro era um dos “homens de facção”, um dos “corifeus da perversidade”¹⁸¹.

Como visto, a cultura clássica é um arcabouço importante de onde foram retirados casos, personagens ou fatos para ilustrar os atos de fala política, enriquecendo o discurso e ajudando a moldar as identidades. Essa ilustração se estendia com a formação escolar, com a circulação de obras clássicas, folhetos, jornais, com as vivências socioculturais, com o conhecimento enciclopédico e de dicionários. Além desse arcabouço cultural, o conhecimento de fatos e a divulgação de discursos e casos políticos ocorridos na Europa e nos EUA também ajudavam a ilustrar as páginas dos jornais, bem como anedotas e vivências dos personagens religiosos.

¹⁸⁰ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 76, 04 de agosto de 1837, pág. 3.

¹⁸¹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 78, 9 de agosto de 1837, pág. 1-2.

Capítulo 2. *Regressistas e Progressistas*: antecedentes da regência de Pedro de Araújo Lima à dissolução da Câmara em 1842

Em fevereiro de 1837, na sua nova primeira edição, ao explicar os motivos de um mês de interrupção, *O Universal* assumiu que “cada jornal apresenta sua cor política, o partido que ele abraça”:

[...] Em a narração dos fatos históricos da época, e principalmente nos do interior do País, cada Jornal apresenta a sua cor política, o partido que ele abraça; por maiores que sejam seus esforços para mostrar-se absolutamente imparcial, raras vezes dificilmente ele o consegue. Não faremos pois protestações de fé política; a simples exposição dos fatos, nossas reflexões sobre os que as merecerem nos farão conhecido; quanto ao mais deixamos ao juízo do censor severo, a Opinião Pública avaliar os nossos esforços, as nossas produções.¹⁸²

Vivia-se o impacto da proposição feita pelo deputado Vieira Souto de um projeto que defendia a antecipação da maioria de D. Pedro II como forma de superar a crise política que o país atravessava. A nova redação do *Universal* posicionou-se claramente contrária ao referido projeto. Por sua vez, como era muito comum no período, outros periódicos, como o *Paraibuna*, o *Sete de Abril* e o *Correio do Imperador*, alinharam-se no campo daqueles que eram favoráveis ao projeto de antecipação da maioria do imperador.

Na verdade, de acordo com Marcello Basile, esses três últimos periódicos expressavam os projetos e interesses de outro grupo político, gradualmente classificado como *regressista*, que começou a se formar em meados de 1835 e cujo principal porta-voz era Bernardo Pereira de Vasconcelos através das páginas do jornal *O Sete de Abril*.¹⁸³ Para o *Universal*, que combatia as ideias deste grupo:

[...] Quem lê o *Paraibuna*, o *Sete de Abril*, o *Correio do Imperador* e alguns outros periódicos que há tempos a esta parte se tem dedicado a pregar as vantagens do projeto, aí encontrará a cada página que ele era a única salvação do Brasil, que do norte ao sul todos a uma voz reclamavam a sua adoção, e que assim passando por cima de todas as dificuldades devia ser adotado.¹⁸⁴

¹⁸² O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1, 1 de fevereiro de 1837, pág. 1-2.

¹⁸³ BASILE, Marcello. O Laboratório da nação... In: **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. Op. Cit., pág. 92.

¹⁸⁴ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 49, 2 de junho de 1837, pág. 1-2.

Na circunstância em que o deputado Vieira Souto propôs o projeto de maioria do Imperador D. Pedro II, os jornais e seus redatores foram acusados de defender “as vantagens do projeto”, indo contra a constituição e o governo regencial. Os três jornais teriam generalizado supostamente que a “Opinião Pública” apoiava o projeto. Como este não passou nas votações da Câmara, o redator do *Universal* perguntou e depois afirmou:

Como explicarão agora essa suposta generalidade da Opinião Pública, a vista da grande maioria que desprezou o projeto? Foram já convencidos de ter considerado as suas fantasias como o pensar da maioria da Nação. Aprenda o povo a desconfiar das vans gritarias desses contrarrevolucionários, que sem nem um apoio na Vontade Nacional pretendem subverter a ordem pública e que por meio de enganos e ciladas confundem a verdade.¹⁸⁵

Os jornais foram tachados de “contrarrevolucionários”, que subvertem “a ordem pública” e propagam mentiras, ao fantasiarem que teriam apoio da “Vontade Nacional”. Mais a frente, em outro discurso do *Universal*, os jornais o *Sete de Abril* e o *Paraibuna* foram acusados de tentar fazer girar uma “opinião”, procurando fazer com “que ela pareça ser emitida por diversas pessoas, de sorte que se acredite que é o sentimento individual de cada uma delas; é assim que se dá vulto a uma ideia, a uma seita, a um partido”. Seria esta a intenção dos dois jornais, que corresponderia aos “ecos de uma opinião política, criada por um influente na Oposição”. Cremos que esse “influente” a que se refere o artigo seja o próprio Bernardo Pereira de Vasconcelos, que foi acusado ainda de despeito, “por não ter sido elevado pelo atual Regente aos primeiros cargos públicos, aos quais tinham direito seus talentos, mas não o seu caráter”. Vê-se visivelmente que o autor do texto, intitulado o “*Sete de Abril e o Paraibuna*”, estava irritadíssimo com a tática política utilizada por Bernardo Pereira de Vasconcelos, quando continuou a narrar sobre sua estratégia:

[...] começou a fazer a guerra por meio do *Sete de Abril* e depois pelo *Paraibuna* e assim os vemos transcrevendo mutuamente os artigos para fazer crer que é muito geral a guerra; mas como já se sabe destas artimanhas, cada um vai dando o desconto e por último a máscara há de cair e a realidade se há de apresentar qual é. Contudo, um importante resultado já temos obtido, e vem a ser o conhecer pelas opiniões, que tem emitido nos dois periódicos, que não são os elementos de ordem a

¹⁸⁵ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 49, 2 de junho de 1837, pág. 1-2.

base do seu sistema; a ordem é inimiga dos insultos ao primeiro Magistrado do Estado ou a quem suas vezes faz; é diametralmente oposta às revoluções e aos que tem por fim depor as primeiras autoridades, para em seu lugar colocar chefe de partido. Este resultado a que o espírito público deve ter chegado com a leitura dos artigos incendiários do *Paraibuna* e do *Sete de Abril* servirá para mostrar em toda a sua nudez o caráter dos homens que se proclamam os chefes da nossa atual Oposição; que embora tenha por meio de seus ardis formado uma maioria na Câmara dos Deputados, contudo a não conseguirão no Senado, e nem na massa geral da Nação. Sirvam estes precedentes para nos não enganarmo-nos para o futuro e deles tiremos a lição que a prudência aconselha.¹⁸⁶

Como vimos, a figura de Bernardo Pereira de Vasconcelos passou para o campo da *oposição* aos *chimangos* e o *Universal* tratou logo de repelir a influência desse político mineiro, um dos “homens que se proclamam o chefe da atual Oposição”. Para se firmar, o político estaria conseguindo formar uma maioria na Câmara dos deputados, por meio da utilização de ardis como a propagação de “artigos incendiários do *Paraibuna* e do *Sete de Abril*”, com objetivo de insultar e depor as primeiras autoridades, ou seja, o Governo do regente Diogo Antonio Feijó.

Para tentar diminuir essa influência de Vasconcelos, inclusive na Corte, um texto do *Parlamentar*, por exemplo, reforçou a construção imagética contra a *oposição* e, sobretudo, sobre “um jornalista que se acha colocado no centro desse turbilhão”. O texto, “republicado” no *Universal*, mostra como o mote principal a separar os grupos mudou. Ao atacar um jornal da Corte, o redator reforçou a dicotomia entre a *oposição* e o governo. Numa clara manifestação de defesa ao governo do regente Diogo Antônio Feijó e assumindo o posto de porta voz da vontade nacional, o autor desqualifica a *oposição* que teria uma “sede de mando”:

[...] Nós solicitamos que fosse satisfeita essa sede de mando, ou esse sofrimento de insubordinação que constitui uma espécie particular de ambição e de orgulho; porém os destinos de uma nação, os interesses do grande número de indivíduos que a compõem, não devem sacrificar-se as considerações de uma ordem tão inferior; não deve arriscar-se a tranquilidade pública para conseguir-se o desengano de uns poucos de imprudentes e de apaixonados. É esta a nossa profunda convicção, e os princípios sobre que repousa, parece-nos tão claros que não duvidamos ter a nosso favor o assento das pessoas estranhas ao turbilhão revolucionário. Muito embora um

¹⁸⁶ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 76, 4 de agosto de 1837, pág. 3.

jornalista, que se acha colocado no centro desse turbilhão nos inculque o grande número dos assinantes da sua folha. Quantos deles serão indiferentes às suas sugestões? Quantos chegaram a desprezá-las e aborrecê-las? O que observamos e o que muito nos consola é que a *oposição* tem empregado os últimos esforços para remexer o céu e a terra; mas o bom senso brasileiro não se abala, e os negócios públicos vão marchando, mais ou menos rápidos, por cima de todas as dificuldades e obstáculos com que ela não cessa, nem cansa de contrariar a ação governativa.¹⁸⁷

Sobre os jornais da chamada *oposição* à regência de Diogo Antônio Feijó, Marcello Basile ressalta que o periódico o *Sete de Abril* era um jornal *moderado* da Corte e surgiu após a tentativa do golpe moderado de julho de 1832, nutrindo “um sentimento antilusitano semelhante ao dos *exaltados*”. Era também “favorável a uma descentralização moderada, que ampliasse a esfera de atribuições das assembleias provinciais, sem recair nos extremos do federalismo”. Posteriormente, tornou-se um “arauto do regresso”¹⁸⁸. Segundo Wlamir Silva, Bernardo Pereira de Vasconcelos provavelmente orientou o *Sete de Abril* na sua guinada regressista.¹⁸⁹ Para José Murilo de Carvalho, o periódico geralmente era considerado “porta-voz” do político mineiro, ao reproduzir seus discursos.¹⁹⁰

O Paraibuna foi publicado em Barbacena, no período de 1836 a 1839. Era redigido pelo padre Justiniano da Cunha Pereira e “hostilizava vivamente a regência do padre Diogo Feijó”. Era também fortemente influenciado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, após o fim da sua colaboração com a redação do *Universal*, quando se tornou adversário político do periódico. Na primeira página do *Paraibuna* figurava como lema um discurso de Vasconcelos, no qual ele se defendia da mudança de posição política: “Os homens passam, passam as circunstâncias; mas os princípios subsistem. Deus louvado, a despeito das intrigas, a despeito das paixões, em todas as lutas saem triunfantes e sabem vingar-se dos ultrajes que lhes rogam a má fé, a ambição ou a ignorância”¹⁹¹.

Edna Maria Resende observa que “posturas diferenciadas podem ser apreendidas nas páginas dos jornais” e que a existência do *Paraibuna* “compreende o período do Regresso”. Segundo a historiadora, além do Padre Justiniano da Cunha Pereira e de Bernardo Pereira de

¹⁸⁷ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 77, 07 de agosto de 1837, pág. 1-2.

¹⁸⁸ BASILE, Marcello O. N. de Campos. **O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial**. Rio de Janeiro: UFRJ (tese de doutorado), 2004, pág. 51-82 e pág. 125; ver também: _____. O Laboratório da nação... In: **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. Op. Cit., pág. 92.

¹⁸⁹ SILVA, Wlamir. A forma primeira de Proteu: as façanhas de Bernardo Pereira de Vasconcelos no reino da liberdade. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, julho 2011, pág. 5.

¹⁹⁰ CARVALHO, José Murilo de (org.). **Visconde do Uruguai**. São Paulo: Editora 34 (Coleção Formadores do Brasil), 2002, pág. 40.

¹⁹¹ VEIGA, Xavier da. **RAPM**. 1898, op. Cit, pág. 209.

Vasconcelos, participavam do jornal João Gualberto Teixeira de Carvalho e José Bento da Costa e Azedias. O jornal teria sido criado para antagonizar-se com o *Astro de Minas*, que muitas vezes se correspondia com o *Universal*, por meio de suas publicações.¹⁹²

Este lema exposto nas páginas do *Paraibuna* resume, em parte, as variações das identidades políticas em disputa no período. Bernardo Pereira de Vasconcelos, através da imprensa periódica, procurou se defender ao dizer que não mudou de “princípios”, mas que mudaram “as circunstâncias”.

Por esta mesma razão, novos periódicos passaram a debater com o *Universal*. Gradualmente, os periódicos *caramurus* da capital da Província, *Grito do Povo*, *Mineiro* e o *Tareco Militar*, que existiram no ano de 1833, foram substituídos por outros mais a frente. A oposição travada com o *Paraibuna*, de Barbacena, e com o *Sete de Abril*, da Corte, durante o período de 1835 e 1839, é exemplar. No entanto, seu principal rival foi o *Correio de Minas*, do qual falaremos à frente.

Por outro lado, o *Universal* também dialogava com alguns periódicos aliados, como o *Astro de Minas*, de S. João Del Rei, que funcionou de 1827 a 1839,¹⁹³ e o *Recompilador Mineiro*, de Pouso Alegre, que existiu de 1833 a 1836.¹⁹⁴ Muitas vezes textos destes periódicos eram publicados no *Universal*. Rodrigo Fialho Silva observou que, para o *Astro de Minas*, estes jornais constituíam o “baluarte da Liberdade”, juntamente com *A Aurora Fluminense*, o *Astréa*, o *Farol Paulistano*, o *Constitucional Bahiense* e o próprio *Universal*.¹⁹⁵

Apesar dos esforços dos periódicos partidários ao governo do regente Diogo Antonio Feijó em combater seus opositores, a guinada política, almejada pelos *regressistas*, gradativamente começou a se concretizar. No dia 05 de setembro de 1837, o regente nomeou o magistrado, jornalista e político Pedro de Araújo Lima para o cargo de senador. A escalada política do pernambucano de Engenho Antas¹⁹⁶ prosseguiria até suas nomeações para a pasta

¹⁹² SAVASSI, Altair. **Barbacena: 200 anos**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Lemi, 1991, pág. 66; AMARAL, Alex Lombello. **O Astro de Minas contra a correnteza**. São João del Rei: UFSJ (Monografia/Pós-Graduação *lato sensu* em História de Minas Gerais no século XIX), 2003. *Apud* RESENDE, Edna Maria. **Ecos do Liberalismo**. Op. Cit, pág. 46.

¹⁹³ Mais informações a respeito do *Astro de Minas*, ver: SILVA, Rodrigo Fialho. **Nas Minas... por entre “typos”, jornais e tintas...** Op. Cit., pág. 113-120; AMARAL, Alex Lombello. **O Astro de Minas contra a correnteza**. Op. Cit; SANTOS, Fernando Marcelo Seabra de Oliveira. **Lições de Civilidade: a didática do bem viver e regras de sociabilidade em um periódico de Ouro Preto (1845-1848)**. São João del Rei: UFSJ (Dissertação de Mestrado), 2011, pág. 51.

¹⁹⁴ Informações a respeito do **Recompilador Mineiro**, ver: OLIVEIRA, Leda Maria de. **O Movimento de 1842: o protesto armado da Elite liberal mineira**. Niterói: UFF (Dissertação de Mestrado), 1983, pág. 59.

¹⁹⁵ SILVA, Rodrigo Fialho. **Nas Minas... por entre “typos”, jornais e tintas...** Op. Cit., pág. 119.

¹⁹⁶ A História da Câmara dos Deputados. Pedro de Araújo Lima. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/pedro_lima2.html.

ministerial, no dia 18 do mesmo mês,¹⁹⁷ e para o cargo de regente, no dia seguinte, quando Diogo Antônio Feijó renunciou ao governo.

Assim que assumiu, Araújo Lima nomeou “um Ministério de acordo com a maioria parlamentar”, composto por Bernardo Pereira de Vasconcelos (nas pastas da Justiça e do Império), Miguel Calmon Dupin e Almeida (Fazenda), Joaquim José Rodrigues Torres (Marinha), Maciel Monteiro (Negócios Estrangeiros) e Sebastião de Rego Barros (Guerra).¹⁹⁸

Alguns meses após Pedro de Araújo Lima assumir o cargo de regente único, em janeiro de 1838, o *Universal* manifestou sua opinião a respeito do presente governo, afirmando que o mesmo só se elevou ao poder devido a uma conspiração realizada por “homens de opiniões antinacionais”, em 19 de setembro de 1837:

[...] Um Governo que para sustentar-se precisa recorrer ao sistema imoral de caluniar seus contrários. A conspiração de 19 de setembro que elevou ao Governo homens de opiniões antinacionais, não pode merecer o aplauso da Nação. [...] O Governo central, em cuja composição entrou o bem conhecido Proteu dos nossos tempos. [...] É assim que com inaudito escândalo, depois de pregarem a necessidade do *regresso*, e de se reduzir a Monarquia Brasileira a uma Monarquia absoluta e gótica, qual era antes da Independência, continuam a cobrir de opróbrio o ex-regente D. A. Feijó, a quem votaram uma perseguição de morte; e a denegrir a reputação de alguns cidadãos distintos que ocuparam os empregos durante a regência dele.¹⁹⁹

Pelas palavras do *Universal*, percebemos que o periódico passou a ocupar o papel de *oposição* ao governo do regente Pedro de Araújo Lima, mais especificamente contra o Ministério parlamentar “em cuja composição entrou o bem conhecido Proteu dos nossos tempos”, referindo-se a Bernardo Pereira de Vasconcelos.²⁰⁰ Segundo o jornal, tratava-se de

¹⁹⁷ FILHO, Arnaldo Fazoli. **O Período Regencial**. Op. Cit, pág. 40. Segundo Marcello Basile, esta nomeação de véspera do *regressista* Araújo Lima por Diogo Antônio Feijó foi apenas para o pernambucano assumir em seu lugar. Vide: BASILE, Marcello O. N. de Campos. O Laboratório da nação... In: **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. Op. Cit, pág. 117 (nota 100). De acordo com Paulo Pereira de Castro, Diogo Antônio Feijó tentou nomear para a pasta do Império, cujo ocupante seria legalmente sucessor do regente, “os principais chefes políticos do Partido Chimango, Limpo de Abreu, Costa Ferreira, Aureliano, Alves Branco e Paula Sousa”, mas nenhum deles aceitou a nomeação. “Diante disso, seguindo o conselho de Paula Sousa, nomeou para o Império a Araújo Lima”. Vide: CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Op. Cit, pág. 53; sobre a nomeação de Araújo Lima para o ministério, ver também: MENEZES, Eduardo de. **A Revolução Mineira de 1842**. Juiz de Fora: Tipografia Brasil, 1913, pág. 10.

¹⁹⁸ WERNET, Augustin. **O Período regencial**. Op. Cit, pág. 67.

¹⁹⁹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 03, 10 de janeiro de 1838, pág. 1-2.

²⁰⁰ Sobre a denominação de Proteu, que os inimigos de Bernardo Pereira de Vasconcelos aplicaram a ele, ver: SILVA, Wlamir. A Forma Primeira de Proteu... In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. Op. Cit, pág. 1-15.

uma “decente, mas vigorosa oposição” aos homens que pregavam o *regresso* e haviam reduzido a Monarquia Brasileira a uma “Monarquia absoluta e gótica”, perseguindo cidadãos distintos que foram empregados do ex-regente Diogo Antônio Feijó.

Esta *oposição* ao gabinete de 19 de setembro assumida pelo *Universal* foi uma das formas que o periódico encontrou para fazer frente às investidas dos *regressistas*, cujo arranjo parlamentar foi um “processo que se estendeu de 1835 a 1837”, e que em 1838 encontrava-se praticamente definido. Segundo Marcello Basile, esse arranjo originalmente articulou ex-*moderados*, como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Honório Hermeto Carneiro Leão e Rodrigues Torres, com antigos *caramurus*, como Pedro de Araújo Lima e Miguel Calmon Dupin e Almeida, e por uma nova geração de políticos, como Paulino Soares de Souza e Euzébio de Queiroz.²⁰¹ Praticamente quase todos que integravam o Ministério setembrista, em um “período que Senado e Câmara (guardando esta última sempre maior diversidade) irão, afinal, apresentar maior sintonia e caminhar juntos empunhando firmemente a bandeira do Regresso”²⁰².

Ainda assim, o *Universal* continuou defendendo o ex-regente Diogo Antônio Feijó dos ataques dos *regressistas* e necessitou justificar suas posições políticas, uma tarefa que aumentou com o surgimento de outro periódico na capital da província mineira, o *Correio de Minas*.

Esse periódico surgiu como partidário dos governos provincial e central, nas figuras de José Cesário de Miranda Ribeiro e de Pedro de Araújo Lima, respectivamente. Na edição de lançamento, anunciou-se como defensor do “regime de 19 de setembro” e contrário às censuras da *oposição*, citando o *Universal*. Nas páginas iniciais da primeira publicação, o *Correio de Minas* tratou logo de criticar o governo do ex-regente Diogo Antônio Feijó:

Surpreendida a boa fé dos Mineiros, pôde o partido democrático obter para o seu candidato D. A. Feijó mil votos que o constituíram Regente, para desgraça do Brasil. Nada poupou também o Sr. Feijó para alcançar o desejado posto; a publicação de um jornal que denominara *O Justiceiro* assaz o demonstra. [...] Subindo o Sr. Feijó ao eminente lugar que tanto ambicionara foi seu primeiro cuidado desmonarquizar o Brasil. Batido, porém, constantemente pela patriótica oposição que nas Câmaras se constituirão o Paládio da Monarquia; virou de bordo e procurou sustentar-se no

²⁰¹ BASILE, Marcello O. N. de Campos. O Laboratório da nação... In: **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. Op. Cit, pág. 64 e 91-92.

²⁰² Idem, pág. 64-65.

posto cercando-se dos Pantojas, dos Montezumas e dos FONSECAS LIMAS; afrontando-se assim a Opinião Pública que os repelia.

[...] Novos administradores, novos princípios; um triunfo completo da Monarquia sobre a demagogia; eis os frutos do memorável dia de 19 de setembro de 1837. Notabilidades da Câmara dos Deputados foram chamadas ao Ministério, e à presidência das Províncias. [...] Não era de esperar que na mudança dos homens e princípios fosse esquecida a Província de Minas. Um Presidente justo, ilustrado, imparcial e hábil administrador nos foi dado na pessoa do Sr. José Cesário de Miranda Ribeiro.²⁰³

As diferenças discursivas e ideológicas entre o *Universal* e o *Correio de Minas* ficaram explícitas desde o discurso inaugural do *Correio*, no dia 05 de janeiro de 1838. Para este periódico, os partidários de Diogo Antônio Feijó eram do “partido democrático”, em um tom claramente pejorativo, pois o autor do discurso relacionou este partido à desmonarquização do Brasil supostamente promovida pelo ex-regente, à frente do “Governo demônio”. Neste discurso, o redator se identificou com a “patriótica oposição que nas Câmaras se constituíram o Paládio da Monarquia” contra o Governo do regente Feijó, contra a “demagogia” e contra alguns de seus ex-ministros. A tríade dos ex-ministros de Diogo Antônio Feijó citados, “Pantojas, Montezumas e FONSECAS LIMAS”, é uma referência aos ministros do Império, Manoel da Fonseca Lima e Silva, da Justiça, Gustavo Pantoja, e dos Estrangeiros e Justiça, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma.²⁰⁴

Ao contrário do *Universal* que tratou o dia 19 de setembro de 1837 como uma “conspiração”, que elevou ao poder homens com “opiniões antinacionais”, o *Correio de Minas* o tratou como um “memorável dia”, no qual houve “um triunfo completo da Monarquia sobre a demagogia”, dia em que, nas palavras do redator do periódico, “notabilidades da Câmara dos Deputados foram chamadas ao Ministério” e que, em Minas Gerais, “um Presidente justo, ilustrado, imparcial e hábil administrador nos foi dado”.

Estas diferenças de opinião e princípios entre os dois periódicos de Ouro Preto, o *Universal* e o *Correio de Minas*, serão a expressão das diferenças de opinião que fomentaram um rico debate e nos possibilitam “rastrear” a construção imagética entre *regressistas* e *progressistas*. Para isso, tornou-se importante compreender melhor o estreado *Correio de Minas* e o impacto de seu aparecimento para outros jornais, principalmente o *Universal*, uma

²⁰³ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 01, 05 de janeiro de 1838, pág. 1-2.

²⁰⁴ Sobre os ex-ministros de Feijó citados, ver: BASILE, Marcello O. N. de Campos. O Laboratório da nação... In: **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. Op. Cit, pág. 91; CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Op. Cit, pág. 53.

vez que, foi o debate entre os dois periódicos que fomentou ainda mais esta divisão identitária. Dessa forma, entender o contexto de surgimento do *Correio* é fundamental para percebermos as maneiras pelas quais *regressistas* e *progressistas* se diferenciavam.

2.1. O *Correio de Minas*: um jornal da Sociedade dos Defensores da Religião, do Trono e da Constituição

Seguindo a tendência da imprensa periódica, que se iniciou a partir de 1836, quando os jornais *moderados* começaram a perder a hegemonia para os jornais influenciados pelo *regresso*,²⁰⁵ a Sociedade Defensora da Religião, do Trono e da Constituição lançou o *Correio de Minas* em Ouro Preto, no dia 05 de janeiro de 1838.²⁰⁶

A publicação do *Correio de Minas*, pela tipografia que levava o mesmo nome do jornal, surgiu para fortalecer o projeto *regressista* em Minas Gerais, que desde finais de 1835 “ganhava força” e “asseverava o fortalecimento da autoridade no Império”, por meio de alguns periódicos, a exemplo do *Paraibuna*.²⁰⁷ Este novo periódico significou um problema a mais para o *Universal* que, como afirmamos anteriormente, já estava em combate com outros jornais quando fazia o papel de defensor do governo do regente Diogo Antônio Feijó, como folha da “situação” na Província.

Na verdade, o *Correio de Minas* surgiu no intuito de exercer uma prática que, até então, era exercida pelo *Universal*: “publicar os ofícios da administração provincial”²⁰⁸. Isso se tornou explícito no trecho do discurso inaugural do *Correio de Minas*:

[...] nesta cidade existe um Periódico intitulado o *Universal* que se encarregara de publicar os Ofícios da administração provincial; mas tendo-se passado ultimamente para as fileiras da nova oposição ao regime de 19 de setembro, não tivemos até aqui

²⁰⁵ MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Opinião Pública no Brasil Império**. Op. Cit, pág. 24 e 214.

²⁰⁶ Felizmente encontramos as edições do *Correio de Minas*, que faltavam na *Coleção de Jornais Mineiros* do Arquivo Público Mineiro, na *Seção de Obras Raras* da Fundação Biblioteca Nacional. Dessa forma, tentaremos suprir uma lacuna existente na historiografia a respeito deste periódico mineiro, uma vez que foram microfilmadas as edições de 1838 a 1844. A respeito da dificuldade de acesso ao *Correio de Minas*, ver: HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição: A guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)**. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 2010, pág. 211-212; MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Política**. Op. Cit, pág. 24 (nota 55); assim como PAULA, Alexandre Marciano de. *O Regressismo Mineiro: A Imprensa e a Questão da República (1837-1839)*. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, julho, 2011, pág. 12.

²⁰⁷ MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Opinião Pública no Brasil Império**. Op. Cit, pág. 214.

²⁰⁸ _____. **Imprensa e Opinião Pública no Brasil Império**. Op. Cit, pág. 216.

outra folha oficial que nos pusesse ao corrente dos atos administrativos, e os defendesse das censuras da oposição.²⁰⁹

Ficou claro, a partir desse discurso do *Correio de Minas*, que o jogo político estava mudando de mãos e o quanto era importante aos Governos provincial e central, na manutenção dos seus poderes, a existência de um periódico que publicasse os atos administrativos. E, o mais importante, “os defendesse das censuras da oposição”. Esse papel que foi exercido pelo *Universal*, em Minas Gerais, passou para a responsabilidade do *Correio de Minas*. Na defesa do Governo do regente Pedro de Araújo Lima e do então Presidente da Província, José Cesário de Miranda Ribeiro, o *Correio de Minas* contou ainda com aliados, a exemplo do *Paraibuna* e *Unitário*.²¹⁰

Patente dessa progressiva perda de espaço das folhas *chimangas* para as folhas que eram alcunhadas de *regressistas*, em Minas Gerais, “a *Tipografia do Correio de Minas* ficou responsável pela impressão de todos os atos do Executivo, inclusive serviços ordinários como a impressão de editais, circulares e mapas demonstrativos”²¹¹. Além de ser escolhida “para dividir com o *Universal* a tarefa” de publicar os atos do governo, a *Tipografia do Correio de Minas* publicou o 4º tomo do *Livro da Lei Mineira* de 1838, em detrimento da *Tipografia do Universal* que havia publicado o 3º tomo do *Livro da Lei Mineira* de 1837. Para Luciano Moreira, “a escolha de outra tipografia para os serviços de impressão da legislação mineira é representativa do jogo político. A hegemonia *liberal moderada* estava chegando ao fim. Em seu lugar emergiu o grupo *regressista* e seu porta-voz local – o *Correio de Minas*”. Da mesma forma, a *Fala Dirigida às Assembleias* passou a ser publicada pela *Tipografia do Correio de Minas*, a partir de 1838.²¹²

A postura do *Universal*, porém, não foi de abatimento. Pelo contrário, o jornal que então era dirigido por José Pedro Dias de Carvalho logo manifestou suas considerações a respeito do novo rival. No dia 08 de janeiro de 1838, três dias após o lançamento do *Correio de Minas*, o redator do *Universal* publicou um texto reflexivo denominado “*As Conspirações*”. Neste texto, o autor traduziu trechos da obra intitulada *Conspirações e Justiça Política* de François Guizot, e os dedicou ao Presidente da Província, José Cesário de Miranda Ribeiro:

²⁰⁹ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 01, 05 de janeiro de 1838, pág. 1.

²¹⁰ MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Política**. Op. Cit, pág. 33.

²¹¹ _____. **Imprensa e Opinião Pública no Brasil Império**. Op. Cit, pág. 181.

²¹² MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Política**. Op. Cit, pág. 29-30.

[...] as linhas que deixamos transcritas, as oferecemos a consideração do Exmo. Sr. José Cesário de Miranda Ribeiro, que, segundo nos revela o *Correio de Minas*, pertence à seita dos doutrinários do Brasil. Aquelas ideias são do Sr. Guizot, este nobre doutrinário da França, conhecedor profundo das regras do sistema representativo, e um escritor dos mais notáveis e esclarecidos do nosso século. [...] Aprenda, pois, o Governo a não ver conspirações onde as não há, por que este só fato dará a conhecer que ele é inábil, violento e iníquo. As consequências são desastrosas, por que colocam o país em uma guerra aberta, da qual o Governo não sairá triunfante; que as tiranias não podem ser exercidas impunemente contra o povo brasileiro que respeita e quer ver respeitada pelas primeiras autoridades a Constituição reformada.²¹³

Nesta reflexão, que a princípio parece desprovida de objetividade, o redator do *Universal* provavelmente se manifestou sobre os acontecimentos do dia 19 de dezembro de 1837, quando houve a suspeita de que queriam matar o presidente da Província. Em edição anterior, reproduzindo um discurso do *Astro de Minas*, o redator afirmou que esse episódio foi fruto dos próprios Sediciosos de Março de 1833, que “encheram a Casa da Presidência pretextando que se pretendia assassinar o Presidente”²¹⁴. No discurso acima, o redator do *Universal* chamou a *Sociedade dos Defensores da Religião, do Trono e da Constituição* de “seita dos doutrinários do Brasil”, com a qual o Presidente estava envolvido. Dessa forma, o autor ao mesmo tempo atacou o Presidente da Província e a *Sociedade dos Defensores da Religião, do Trono e da Constituição*, responsável pela publicação do *Correio de Minas*.

O redator do *Universal* ainda ameaçou o Presidente da Província, José Cesário de Miranda Ribeiro, quando pediu que o mesmo aprendesse a “não ver conspirações” onde não houvesse, uma vez que, segundo o redator, “as consequências são desastrosas, por que colocam o país em uma guerra aberta, da qual o Governo não sairá triunfante”.

Na edição seguinte, no dia 10 de janeiro de 1838, o *Universal* publicou outros dois textos, um seguido do outro, intitulados *O Correio de Minas* e *A Sociedade Defensora da Religião, do Trono e da Constituição*. No primeiro artigo, apesar de tratar o *Correio de Minas* por “Ilustre Colega” e afirmar que “folgamos todas as vezes que vemos aparecer um novo periódico, ainda que professe princípios contrários aos nossos”²¹⁵, o *Universal* habilmente combateu tanto o novo periódico como o Governo da Província:

²¹³ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 02, 08 de janeiro de 1838, pág. 1-2.

²¹⁴ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 01, 05 de janeiro de 1838, pág. 1.

²¹⁵ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 03, 10 de janeiro de 1838, pág. 2.

O Correio de Minas.

No dia 5 do corrente mês apareceu nesta Cidade o 1º número do Periódico intitulado o *Correio de Minas*, que tem por fim publicar e defender os atos do Governo Provincial, se devemos crer nessa promessa feita no seu prospecto. É impresso na Tipografia do *Grito do Povo, Tareco Militar e Mineiro*, hoje denominada de *Correio de Minas*. Corre por certo que seu redator é o Sr. Manoel Soares do Couto. Está pois o Governo de Minas com um defensor de seus atos, [...] a falarmos a verdade, o que até o presente tem chegado ao nosso conhecimento apenas se reduz a organização da G. Nacional destacada, que não é das melhores invenções para a indústria e moralidade pública. [...] Desde já damos os parabéns ao Governo, a cuja disposição foi posto o *Correio de Minas* pela *Sociedade dos Defensores da Religião, do Trono e da Constituição*, e rogamos ao nosso Colega que cumpra a sua promessa de nos explicar os atos do Governo e os princípios políticos que lhe servem de norte. Tão amantes somos da liberdade da imprensa, que folgamos todas as vezes que vemos aparecer um novo periódico, ainda que professe princípios contrários aos nossos; guarde ele os limites da justiça e da razão.²¹⁶

Neste trecho inicial do discurso do *Universal* sobre o *Correio de Minas* explicitou-se a rusga entre os dois periódicos ouropretanos. Uma vez que, conforme afirmou o redator do *Universal*, o seu oponente professava “princípios contrários” aos seus. Após apresentar o *Correio de Minas* ao público, o *Universal* tratou logo de associá-lo às antigas folhas *caramurus* de Ouro Preto²¹⁷ – *Grito do Povo, Tareco Militar e Mineiro* –, afirmando que a *Tipografia do Correio de Minas* era a mesma destes periódicos. Citou rapidamente quem era o redator e preferiu não lembrar que Manoel Soares do Couto foi um dos líderes da Sedição de Março de 1833,²¹⁸ movimento contra o qual o jornal sempre se manifestou; bem como a suspeita de que ele teria sido o redator destas folhas.²¹⁹ Logo após citar o nome de Manoel Soares do Couto, o redator do *Universal* desqualificou as medidas que haviam sido tomadas pelo Governo Provincial, como a organização da Guarda Nacional destacada que “não é das melhores invenções para a indústria e moralidade pública”.

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ Sobre a localidade dos periódicos: *Grito do Povo, Tareco Militar e Mineiro*, ver: VEIGA, Xavier da. **RAPM**. 1898. Op. Cit., pág. 196; sobre a tendência política desses mesmos periódicos, ver: SILVA, Wlamir. **Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Belo Horizonte: Fapemig, 2009, pág. 260-261.

²¹⁸ IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Op. Cit, pág. 401; GONÇALVES, Andréa Lisly. **Estratificação social e mobilizações políticas...** Op. Cit, pág. 80.

²¹⁹ Ver: INÁCIO, Marcilaine Soares. Associação e imprensa em Minas Gerais na primeira metade do século XIX: Instâncias educativas não escolares. In: **Anais CBHE: 5º Congresso Brasileiro de História da Educação**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008, s/pág. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/40.pdf>.

Se neste primeiro trecho do discurso do *Universal* suas críticas foram mais veladas, na segunda parte do texto o redator passou a atacar diretamente o *Correio de Minas*, respondendo ao seu discurso inaugural, taxando-o pejorativamente de “folha ministerial”:

[...] Feitos estes cumprimentos, permita-nos agora passar em revista algumas ideias viciosas e impróprias de um predileto do Governo de Minas, tão *afável e polido*, e que, segundo nos afirma o nosso Ilustre Colega, quer *conciliar* os espíritos. Logo nas primeiras linhas aí vem o ex-regente D. A. Feijó; e não observou o *Correio*, que ele acabava de representar na Sociedade o lugar de uma pessoa *irresponsável*, e que o injuriando com os mais indecorosos nomes, dá bem a conhecer que a lei do atual Governo é desacreditar aquele distinto cidadão, que tão desinteressadamente largou o posto, para fazer sobressair o seu candidato? Não prometeu que até os próprios nomes das autoridades seriam omitidas? Como é que tão depressa *virou de bordo*, e cuidando salvar-se foi naufragar nos escolhos das personalidades? Uma folha ministerial devia ter nesta parte maior circunspeção, aliás, nenhum crédito pode merecer da gente sensata.

Fala-nos também o *Correio de Minas* em novos princípios; é tão ambígua esta linguagem que nos reduz a entrar em conjecturas. Passando a Regência em 19 de Setembro às mãos do Ministro do Império, nomeado pelo Sr. Feijó, não se mudou a Constituição e nem o Ato Adicional, em virtude do qual está Regente Interino o Sr. Pedro de Araújo Lima: como houve mudança em princípios? Não se alterou a forma do Governo Brasileiro, Monárquico, Constitucional e Representativo, para que espalhar falsas ideias a respeito de coisas tão sagradas. Um escritor ministerial deve guardar mais prudência e reflexão em seus escritos, quando quiser explicar as vistas da Administração sobre os princípios orgânicos do Estado.²²⁰

A primeira ideia que o *Universal* tentou passar a respeito do *Correio de Minas* é de que se tratava de um simples jornal defensor do Governo Provincial, parafraseando as palavras do próprio redator. No entanto, o *Universal* logo associou a estreante folha mineira ao Ministério de 19 de setembro, em cuja composição encontrava-se Bernardo Pereira de Vasconcelos, chamando-a de “folha ministerial”, que “nenhum crédito pode merecer da gente sensata”. Essa crítica austera surgiu no reflexo de defender o ex-regente Diogo Antônio Feijó, “distinto cidadão” e representante, na Sociedade, do “lugar de uma pessoa irresponsável”, das críticas feitas a ele pelo *Correio de Minas*, em sua edição inaugural. Na interpretação do redator do *Universal*, essa postura do seu “Colega” foi incoerente, pois ele havia prometido que “até os próprios nomes das autoridades seriam omitidas”, mas “*virou de bordo*”, quando

²²⁰ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 03, 10 de janeiro de 1838, pág. 2.

achincalhou o ex-regente. Por fim, ressaltando que “não se mudou a Constituição e nem o Ato Adicional” e, portanto, não houve mudança em princípios, o *Universal* novamente recorreu ao apelido de “folha ministerial”, ao também chamar de “escritor ministerial” o redator do *Correio de Minas*, quando o contrariou.

Coube ao *Universal* não somente combater o *Correio de Minas*, mas principalmente a Sociedade pública que o fundara, no longo texto publicado logo abaixo do discurso sobre o periódico rival. De acordo com Augustin Wernet, “a opinião, de uma maneira geral, dos liberais moderados” a respeito das Sociedades era a seguinte: “elogiavam a formação de Sociedades patrióticas”, ou filantrópicas e “desconfiavam das Sociedades políticas”²²¹. Esta opinião da imprensa *moderada* não se limitou aos anos iniciais da Regência, pois o *Universal* ficou assustado com o fato do nome da Sociedade desligar o “Trono da Constituição do Brasil” e, por isso, seu verdadeiro nome seria “*Clube do Regresso*”:

A Sociedade Defensora da Religião, do Trono e da Constituição

No mês de dezembro, dois ou três dias antes da força de 19 do mesmo, reuniu-se aqui uma porção de criaturas do Governo da Província, e assentaram em estabelecer uma Sociedade, cujo nome é o que acima tem conhecido. Os fins desta Sociedade são os designados pelo seu título, e vem a ser em primeiro lugar a Religião, em segundo o Trono e por último a Constituição. O vago destas expressões faz dar tratos ao entendimento, para saber-se o que quer a Sociedade. Não se sabe ainda qual a Religião, qual o Trono e Constituição que irão defender os Sócios.

Mas o que muito nos assusta é o desligar-se o Trono da Constituição do Brasil; quem defende a Constituição do Império, defende por força a Dinastia do Sr. D. Pedro Segundo e a Religião Católica Apostólica Romana: por que esta Sociedade não se quis intitular somente Defensora da Constituição Brasileira e suas Reformas? Será porque à semelhança dos clubes do tempo de D. Pedro I não quer realmente senão o Trono, e apenas o nome da Constituição. Será porque o Ato Adicional é uma coisa muito incômoda aos homens do Governo? Assim o parece; por que defensores da Monarquia Constitucional no Brasil, tal qual a tem querido o Ato Adicional (isto é, acompanhado do poder federal exercido pelos Governos Provinciais) são todos os bons brasileiros, e mui principalmente os Mineiros, que já por vezes tem mostrado seus sentimentos de adesão a esta forma de governo; e se os Sócios da *Defensora do Trono e Altar* adotam os mesmos princípios (do que duvidamos), para que se segregam da massa geral? É por essa razão que já por aí

²²¹ WERNET, Augustin. **Sociedades Políticas (1831-1832)**. São Paulo: Editora Cultrix, 1978, pág. 125.

dizem que a missão desta Sociedade é mui distinta, que o seu verdadeiro título é o *clube do regresso*.²²²

Na parte inicial deste discurso, o redator do *Universal* novamente mencionou os acontecimentos da noite de 19 de dezembro, quando defensores do governo encheram o palácio da Presidência, sob o pretexto de que queriam assassinar o Presidente da Província, José Cesário de Miranda Ribeiro. Na verdade, para o *Universal* e outros jornais, como o *Astro de Minas*, esses acontecimentos na noite do dia 19 foram providenciados pelo próprio governo provincial, com o intuito de se proceder à demissão de cidadãos que prestaram seus serviços ao Governo anterior. Desta forma, o *Universal* interpretou esses acontecimentos como uma “insuflação” do próprio governo para se livrar de seus opositores. Além disso, associou a criação da *Sociedade Defensora da Religião, do Trono e da Constituição* aos eventos e, mais a frente, na continuação do discurso sobre a Sociedade, que transcrevemos a frente, o jornal chegou a afirmar que um dos intuítos desta seria espionar todos os cidadãos que não fossem seus sócios. A razão destas manobras dos “homens do Governo”, para o *Universal*, seria porque “o Ato Adicional é uma coisa muito incômoda” e, assim, eles teriam criado um “*clube do regresso*” para atacarem a Lei de 1834 e suas prerrogativas “(isto é, acompanhado do poder federal exercido pelos Governos Provinciais)”. Para o periódico, a Sociedade, a exemplo dos Clubes do tempo de D. Pedro I, “quer realmente senão o Trono, e apenas o nome da Constituição”.

Em resposta, na edição seguinte à publicação do *Universal*, o *Correio de Minas* defendeu o Presidente da Província e, de quebra, os defensores do Governo dessas acusações, argumentando que a “Lei que nos empregos de comissão ordena as demissões, não previne que sejam fundadas em algum motivo”. Ou seja, não havia motivos para o Presidente proceder daquela maneira caso quisesse demitir algum funcionário. Além do mais, segundo o jornal, os que acusavam o Presidente da Província de “insuflação” assim agiam “por que não conhecem o Sr. José Cesário, nem atendem a conduta prudente do atual Governo”²²³.

Porém, de acordo com o *Universal*, o estabelecimento da Sociedade continha outras implicações, que extrapolavam o episódio da noite do dia 19 de dezembro de 1837 e a defesa de princípios políticos. Primeiramente, de acordo com o periódico, a segregação entre as “criaturas do Governo” em uma Sociedade excluía outros cidadãos que não quisessem participar dela, mas a um custo de “serem indigitados como anarquistas e revolucionários”.

²²² O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 03, 10 de janeiro de 1838, pág. 2-3.

²²³ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 02, 11 de janeiro de 1838, pág. 3-4.

Ou seja, para o *Universal*, a *Sociedade Defensora da Religião, do Trono e da Constituição* estaria promovendo um verdadeiro “sistema de suspeições políticas”. Assim, além de estigmatizar seus oponentes, a Sociedade transformava seus Sócios “em espíões contra todos os cidadãos que não” pertenciam “ao Clube dos Defensores do Trono e do Altar”:

[...] Pelos estatutos desta Sociedade, não podem ser Sócios as pessoas suspeitas de *anarquistas e revolucionárias*, ao mesmo tempo que se reputam membros dela os que por seus princípios políticos julgarem de interesse comum o reunirem-se a mesma. Daqui se segue que todos os que não quiserem pertencer a esta Sociedade, serão lançados em o livro negro, para serem indigitados d’ora avante como *anarquistas e revolucionários*. Ainda não para aqui o sistema das suspeições políticas da Sociedade; há um artigo que impõe aos Sócios a rigorosa obrigação de comunicarem-se reciprocamente todas as notícias, e eis como pode alguém dizer que pelos estatutos são arvorados os Sócios em espíões contra todos os cidadãos que não pertencerem ao Clube dos Defensores do Trono e do Altar; e daqui ao estabelecimento das fogueiras da inquisição política e religiosa, não há senão uma polegada. E como não ficarão os cidadãos aterrados lá por longe quando souberem que esta Sociedade pretende estabelecer filiais, e que em todos os lugares, onde se reunirem os Sócios poderão discutir e deliberar sobre os trabalhos da Sociedade, e exercer a mesma inspeção sobre a conduta de cada um, que se recusar alistar debaixo das bandeiras da nova seita!²²⁴

Ironizando sobre “o sistema da *polícia*”, que estaria sendo promovido pela *Sociedade Defensora da Religião, do Trono e da Constituição*, o *Universal* especulou que para o “estabelecimento das fogueiras da inquisição política e religiosa, não há senão uma polegada”. Outra notícia que o jornal publicou a respeito da Sociedade, a qual chamou pejorativamente de “seita”, foi a de que a mesma pretendia “estabelecer filiais”. Mais à frente, no mesmo discurso, o *Universal* nos revelou outras informações a respeito da *Sociedade Defensora da Religião, do Trono e da Constituição* que estabeleceu a *Tipografia do Correio de Minas*, em janeiro de 1838:

[...] Pelos estatutos não se exige condição alguma para ser sócio, a exceção de contrair apólices, que são de quatro mil réis cada uma; é na realidade uma *Companhia de empresas políticas*, na qual contudo não podem ter parte os suspeitos. Por ora, as apólices desta Companhia têm um mercado mui[to] limitado, e acredita-se que cairão de preço; talvez lá para o futuro rendam 200%, se, com efeito, o

²²⁴ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 03, 10 de janeiro de 1838, pág. 2-3.

sistema da *polícia*, como se espera trazer benefícios a Companhia. É preciso também saber que a Tipografia do *Correio de Minas* faz parte das empresas da *Companhia*, e que todos os lucros, que ela der, reverterem a renda social para os competentes dividendos.

Nos dirá o *Correio de Minas* que não somos exatos no que afirmamos; que a Sociedade ou Companhia se compõe de Cidadãos mui distintos e verdadeiros patriotas. Pode ser; mas para tirar-nos da dúvida publique os nomes deles, e veremos se são distintos nos anais da Sedição de 22 de Março, os patriotas verdadeiros, que agora entram nas empresas políticas. Publique também os Estatutos da Companhia, e o prospecto das despesas e lucros prováveis. Só assim poderá cada um formar seu juízo, que o nosso já está formado, e é pouco mais ou menos, o que acima fica exposto.²²⁵

Neste trecho final do discurso, o *Universal* demonstrou conhecer os estatutos da referida Sociedade e revelou as condições para participar do que chamou de “Companhia de empresas políticas”, pois os sócios deveriam contrair apólices no valor de quatro mil réis. O *Correio de Minas*, portanto, seria uma das empresas da Companhia ou Sociedade, cujo fim seria obter lucros. Por fim, o *Universal* questionou a alegação do *Correio de Minas*, de que os sócios seriam “cidadãos mui distintos e patriotas”²²⁶, ao afirmar que os mesmos tiveram participação na Sedição de 22 de Março de 1833. Ou seja, novamente a Sedição de Março serviu ao *Universal* como um motivo de estigmatização de seus oponentes e, assim, o jornal relacionou os antigos sediciosos *caramurus* tanto aos integrantes da Sociedade quanto ao movimento do “regresso”, que temia.

A *Sociedade Defensora da Religião, do Trono e da Constituição* não recebeu com passividade os discursos cheios de ironia e acusações do *Universal*. E, uma semana depois, por meio do seu porta-voz, o *Correio de Minas* lançou dois artigos para responder aos órgãos da oposição – *Universal* e *Astro de Minas*. No primeiro discurso, o redator acautelou ao *Universal* que a “Sociedade dos Defensores da Constituição” nada tinha a exigir do Governo e, por isso, não havia necessidade de terror e pânico por parte do mesmo:

Ainda pendentes de altivos [?] vemos por aí entre os *Patriotas* alguns emblemas da famosa Sociedade dos Vigilantes, de que se lembram hoje horrorizados seus próprios membros. [...] Dessa Sociedade, cujas atas negras e ensanguentadas talvez existam ainda, fugiram os iludidos e os sinceros; o resto acha-se hoje nas fileiras da

²²⁵ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 03, 10 de janeiro de 1838, pág. 2-3.

²²⁶ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 01, 05 de janeiro de 1838, pág. 1.

frenética e facciosa oposição. Daqui parte sem dúvida o nosso colega do *Universal*, quando diz que as Sociedades políticas *sempre* têm um resultado pernicioso, principalmente quando são estabelecidas em nome do Governo, e sob sua proteção. É fundado na mesma experiência, que se diz mais, que se o Governo não cede às exigências das Sociedades, compromete-se com elas, se cede comete despropósitos e tiranias para as quais *sempre* tendem essas Sociedades. *O Universal*, cheio das mais puras intenções acaba por pedir ao Governo que por brandas insinuações acabe com a Sociedade dos Defensores da Constituição, que por obséquio batizou por *Companhia dos Defensores*. O terror de que se mostra possuído o nosso Colega, certo, não passa de pânico – para tranquilizá-lo, pois, bastará que lhe asseguremos que esta Sociedade não querendo assemelhar-se em coisa alguma à sanguinária *Vigilante* nada tem a exigir do Governo; limitou-se a oferecer-lhe o seu periódico e a sua imprensa, depois que soube que o *Universal* se negara à impressão de uma folha oficial que lhe fora encomendada sob frívolo pretexto de se não achar no país o proprietário da Tipografia. Nada mais há de comum entre a Sociedade e o Governo.²²⁷

Para se defender dos discursos do *Universal*, o redator do *Correio de Minas* também foi irônico, quando sugeriu que aqueles que se diziam “*Patriotas*” eram os mesmos que deixavam ver “emblemas da famosa Sociedade dos Vigilantes”,²²⁸ que pintou com “atas negras e ensanguentadas”, e afirmou que o restante de sua composição encontrava-se “nas fileiras da frenética e facciosa oposição”, na qual se achava o próprio *Universal*. Foi ainda mais sarcástico quando associou “o terror de que se mostra possuído o nosso Colega” contra as Sociedades Políticas às experiências com a “sanguinária *Vigilante*”. Segundo o redator,

²²⁷ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 04, 19 de janeiro de 1838, pág. 6.

²²⁸ Encontramos pouquíssimas informações a respeito da *Sociedade dos Defensores da Religião, do Trono e da Constituição* e não encontramos informações a respeito da *Sociedade dos Vigilantes* [sequer sabemos se esse é o nome correto da mesma, pois o *Correio de Minas* também a denominou de *Sociedade dos Invisíveis*]. Consultamos os escassos trabalhos referentes ao tema e encontramos pouca coisa a respeito das referidas Sociedades. Moreira de Azevedo em seu pioneiro trabalho, *Sociedades fundadas no Brasil*, no qual fez um levantamento sobre diversas Sociedades, não faz menção sobre as mesmas, ver: AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual Reinado*. In: **Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert & C. Tomo XLVIII, parte 2, 1885, pág. 265-322. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>. Além desta obra, consultamos também: WERNET, Augustin. **Sociedades Políticas (1831-1832)**. Op. Cit.; MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Política**. Op. Cit; _____. **Imprensa e Opinião Pública no Brasil Império**. Op. Cit; MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**. Op. Cit., principalmente o capítulo “Dinâmica das associações”, pág. 261-296; BASILE, Marcello. Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. In: **Dimensões**. Vitória: UFES, vol. 18, 2006, pág. 349-383; RODARTE, Claus. **Partidos políticos, poderes constitucionais e representação regional na 1ª Legislatura da Assembleia Geral do Império do Brasil: Minas Gerais (1826-1829)**. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 2011, pág. 33 (nota 35); INÁCIO, Marcilaine Soares. Associação e imprensa em Minas Gerais na primeira metade do século XIX... In: **Anais CBHE: 5º Congresso Brasileiro de História da Educação**. Op. Cit.

“nada mais há de comum entre a Sociedade (fazendo questão de resumir o nome da *Sociedade dos Defensores da Religião, do Trono e da Constituição*, referindo-se a ela somente como *Sociedade dos Defensores da Constituição*) e o Governo”, além da oferta de sua imprensa e seu periódico. Isso porque o próprio *Universal* teria se recusado a fazer o papel de folha oficial. Ao se utilizar de toda sua ironia, o redator do *Correio de Minas* insinuou que todo esse terror do *Universal* o levou, “cheio das mais puras intenções”, a pedir ao Governo que acabasse com a *Sociedade dos Defensores da Constituição*, “que por obséquio batizou por *Companhia dos Defensores*”. Depois que explicou que a mesma nada tinha em relação ao Governo, além da imprensa, o redator do *Correio de Minas* aconselhou:

[...] Tranquilizem-se os Escritores da oposição; a liberdade que lhes procurou o Gabinete de 19 de Setembro despedaçando a mordaza de 18 de março há de ser mantida; assim esses escritores que se ocupam de desmoralizar o Estado com personalidades odiosas contra os cidadãos respeitáveis, procurando estigmatizá-los como inimigos da República, só porque defendem a Constituição e a Monarquia, se ocupassem de desenvolver os objetos que reclamam legislação; mas o furor e saudades do passado absorvem-lhes o tempo; loucura imperdoável, mas que bem prejudicial tem sido, e há de ser, até que o bom senso público venha pôr um termo.²²⁹

Neste trecho final do discurso, provavelmente o redator do *Correio de Minas* procurou esquivar-se da acusação do redator do *Universal* de que o princípio que guiava o periódico e os sócios da *Sociedade dos Defensores da Religião, do Trono e da Constituição* era o regresso. Motivo pelo qual eles se segregariam em um “*clube do regresso*”, pois queriam “realmente senão o Trono, e apenas o nome da Constituição”.²³⁰ O que explicou a escolha tática do redator do *Correio de Minas* em resumir o nome da Sociedade para “*dos Defensores da Constituição*”, frisando que as afirmações do *Universal* não seriam verdadeiras, e elucidou também sua afirmação de que os “escritores da oposição” procuravam estigmatizar “cidadãos respeitáveis como inimigos da República, só porque defendem a Constituição e a Monarquia”. Assim, ao contrário do que afirmara o redator do *Universal*, os sócios da *Sociedade dos Defensores da Religião, do Trono e da Constituição* não seriam espíões e sim cidadãos que conheciam a “precedência do bem comum e a prevalência da lei e da Constituição sobre os

²²⁹ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 04, 19 de janeiro de 1838, pág. 6.

²³⁰ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 03, 10 de janeiro de 1838, pág. 2-3.

interesses individuais”.²³¹ Tanto é que eles defendiam a medida do Governo, mais especificamente do Gabinete de 19 de setembro de 1837, que propiciou “a liberdade”, referindo-se a revogação da Lei de 18 de março de 1837, que estabeleceu restrições à liberdade de imprensa.²³²

Além destas acusações, o *Correio de Minas* também respondeu ao *Universal* a respeito da afirmação de que os sócios da *Sociedade dos Defensores da Religião, do Trono e da Constituição* eram “distintos nos anais da Sedição de 22 de Março”.²³³ Em outro discurso, da mesma edição de 19 de janeiro de 1838, o redator do *Correio de Minas* assim se manifestou:

[...] É verdade que essas páginas [dos jornais da oposição] outra coisa não contem, que não sejam inventivas e declamações contra cidadãos honestos, e que tem tanto direito a serem respeitados, como esses que os injuriam. Como, porém, a mofina dos opositoristas hoje é sempre a Sedição, desde a primeira até a última linha de seus escritos, será bom dizer-lhes que essa causa, a causa dos *Sediciosos*, esta hoje sujeita a Tribunal mais justo do que a sociedade dos *vigilantes*, ou *invisíveis*, que por tanto tempo assolou a Província de Minas. [...] A anistia abrangeu a Sedição e suas consequências; anistiados foram vencedores e vencidos; pela nossa parte, pois, conquanto sejamos provocados, não faremos reviver processos findos e selados pela Lei. Sobre este objeto, nem mais palavra. Pedimos [somente] ao nosso colega que nos leia sem precipitação, e que nos combata com raciocínios, e não com calúnias e falsidades.²³⁴

Foram sob estas bases que o *Correio de Minas* iniciou sua empreitada política: defensor do Governo do regente Pedro de Araújo Lima, principalmente das autoridades provinciais, órgão de uma Sociedade pública e política, inimigo político do *Universal*, *Astro de Minas* e demais jornais da *oposição* ao governo iniciado em 19 de setembro de 1837. De acordo com Erik Hörner, o jornal era “simpático a Bernardo Pereira de Vasconcelos e

²³¹ De acordo com Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca, “a palavra república possuía significados muito diferentes na primeira metade do século XIX”. Entre estes significados, encontrava-se a ideia de república “compreendida como a precedência do bem comum e a prevalência da lei e da Constituição sobre os interesses individuais”. Provavelmente, foi nesse sentido que o redator do *Correio de Minas* utilizou a expressão República. Ver: FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. A ideia de república no Império do Brasil. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: RHBN, 2005, pág. 31-33. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br>.

²³² BASILE, Marcello O. N. de Campos. O Laboratório da nação... In: **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. Op. Cit, pág. 85.

²³³ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 03, 10 de janeiro de 1838, pág. 2-3.

²³⁴ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 04, 19 de janeiro de 1838, pág. 6.

Honório Hermeto Carneiro Leão”. Além disso, “esforçava-se por transmitir uma imagem mais isenta que o *Universal*”, pois não continha “epígrafe ou qualquer tipo de lema”.²³⁵

Para o *Universal*, o *Correio de Minas* era parte de uma empresa e seria o instrumento com o qual a “*Sociedade dos Defensores do Trono e do Altar*” poderia executar seu “sistema de suspeições políticas”. E sua identidade confundia-se com o propósito da mesma, ou seja, defender a religião, o trono e a constituição.²³⁶ Sua inauguração “reviveu” o tema da Sedição de Março de 1833, cujos membros seriam sócios da mencionada Sociedade, expondo feridas abertas, do mesmo modo que escancarou os bastidores das sociedades políticas da Província, “elemento-chave nas transformações dos espaços públicos e na consolidação das liberdades modernas na política”.²³⁷ De acordo com Maria Augusta do Amaral Campos, estas Sociedades tiveram uma “popularização pelo interior das Províncias”, especialmente na Regência.²³⁸

Como mencionamos anteriormente, o *Universal* atribuiu a Manoel Soares do Couto a redação do *Correio de Minas* e curiosamente não mencionou sua participação na Sedição de Março de 1833, também conhecida como “revolta do Ano da Fumaça”. De acordo com Wlamir Silva, Manoel Soares do Couto foi “alçado” ao cargo de “Presidente intruso” da “revolta do Ano da Fumaça” e, além de Conselheiro, “era um abastado comerciante, proprietário de uma botica e casa de negócios na Vila de Santa Bárbara, em Mariana”. Seria também um político moderado.²³⁹ Segundo Marcilaine Soares Inácio, Manoel Soares do Couto foi um dos secretários da *Sociedade Promotora da Instrução Pública*, que congregava cidadãos com diferenças políticas e ideológicas, exerceu o cargo de vereador entre 1833 e 1836 e foi redator dos jornais *O grito do Povo*, *Tareco Militar*, *Mineiro* e *Correio de Minas*.²⁴⁰ Ou seja, com exceção do *Correio de Minas*, ele teria sido redator dos três jornais tidos como *caramurus*.²⁴¹

²³⁵ HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição...** Op. Cit., pág. 187.

²³⁶ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 03, 10 de janeiro de 1838, pág. 2-3.

²³⁷ MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos.** Op. Cit., pág. 277-278.

²³⁸ CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. **A Marcha da Civilização: As Vilas Oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes – 1810/1844.** Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de Mestrado), 1998, pág. 155.

²³⁹ SILVA, Wlamir. Usos da fumaça: a revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada na Província de Minas. **Locus: Revista de História.** Juiz de Fora, v. 4, n. 1, jan. – jun. 1998, pág. 107-116; ver também: _____. **Liberais e povo.** Op. Cit., pág. 308-310.

²⁴⁰ INÁCIO, Marcilaine Soares. Associação e imprensa em Minas Gerais na primeira metade do século XIX... In: **Anais CBHE: 5º Congresso Brasileiro de História da Educação.** Op. Cit., s/ pág.; Luciano Moreira atribui a redação de dois destes jornais a outros cidadãos, ver: MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Opinião Pública no Brasil Império.** Op. Cit., pág. 204-205 (ver quadro 1).

²⁴¹ SILVA, Wlamir. **Liberais e povo.** Op. Cit., pág. 260-261.

Mais uma vez, de acordo com o *Universal*, Manoel Soares do Couto não foi o único redator do *Correio de Minas*. Três anos após a inauguração deste periódico, no dia 2 de julho de 1841, o *Universal* atribuiu a sua redação ao deputado provincial Antonio Gomes Cândido.²⁴² Provavelmente, Gomes Cândido substituiu o coronel Manoel Soares do Couto, que faleceu no dia 11 de junho daquele mesmo ano:²⁴³

O Sr. Gomes Candido e o Tamanduá.

Diz-se geralmente que o Sr. Dr. Antonio Gomes Candido é removido para a comarca do Rio Grande afim de ali, pela sua ilustração e reconhecida imparcialidade exercer a autoridade de juiz de direito. [...], todavia, nós recusamos inteiro crédito a semelhante notícia, por que a não ser por escárnio, ou para satisfazer as exigências dos desordeiros de Tamanduá, julgamos que ninguém seria menos próprio para tão melindrosa comissão do que o Sr. Gomes Candido. S. S. já como deputado provincial e já mesmo como redator do correio, tem assaz expendido seu modo de sentir acerca das ocorrências da Vila de Tamanduá, e parece que um juiz, que previne sua opinião é sobejamente suspeito para a decisão da causa.²⁴⁴

Como era de esperar, o *Universal* criticou a procedência do Sr. Gomes Cândido para o cargo de juiz de direito na Vila de Tamanduá, comarca do Rio Grande, a despeito das opiniões acerca do caráter imparcial e ilustrado deste advogado e político de Minas Gerais. De acordo com Nelson de Senna, Antonio Gomes Cândido era irmão mais velho do Conselheiro Dr. Francisco de Paula Cândido, com quem estudou no Seminário de Mariana, e descendiam de uma abastada família na Província de Minas Gerais. Foi um magistrado, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, e político, exercendo o cargo de deputado provincial, inclusive ao lado do irmão, na legislatura de 1850-1852, a qual não chegou a terminar, pois faleceu em abril de 1850.²⁴⁵

Além de Manoel Soares do Couto e Antônio Gomes Cândido, os dois principais redatores do *Correio de Minas*, o periódico da *Sociedade dos Defensores da Religião, do Trono e da Constituição* contou também com o editor Jacques Augusto Cony. Essa

²⁴² Além do *Universal*, essas informações também constam nas seguintes obras: MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Opinião Pública no Brasil Império**. Op. Cit., pág. 204; HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição...** Op. Cit., pág. 187 (nota 6).

²⁴³ Na edição de 17 de junho de 1841, na seção *Necrologias*, o *Correio de Minas* noticiou a morte do coronel Manoel Soares do Couto. A assinatura deste discurso (A. G. C.) provavelmente é do próprio Antonio Gomes Cândido, ver: O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 62, 17 de junho de 1841, pág. 3-4.

²⁴⁴ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 69, 02 de julho de 1841, pág. 4.

²⁴⁵ SENNA, Nelson de. Traços para o perfil de um brasileiro notável, o Conselheiro Dr. Francisco de Paula Cândido (1805-1864). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Tomo101, vol. 155, 1928, pág. 118-124. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>.

informação passou a constar no frontispício do *Correio de Minas* a partir da edição nº 34, de 15 de junho de 1842, quatro anos depois de sua fundação e quando já ocorria o Movimento político e armado daquele ano.

Não podemos afirmar com certeza se ele sempre foi editor do *Correio de Minas*. Seja como for, Jacques Augusto Cony evocou “a imparcialidade com uma linha editorial sóbria”²⁴⁶. No entanto, essa imparcialidade não se caracterizou em outros periódicos para os quais o Brigadeiro reformado²⁴⁷ também colaborou: publicou um número especial, intitulado “Viva a Legalidade”, que saiu em Ouro Preto, no dia 05 de julho de 1842;²⁴⁸ bem como, de acordo com o *Catálogo de Acervos Microfilmados* da Fundação Biblioteca Nacional, editou o periódico *O Legalista*,²⁴⁹ da *Tipografia do Correio de Minas*, em 1842, que trazia a seguinte epígrafe: “Com esforços anárquicos nada se funda, e é para fundar que os esforços da Liberdade devem ser destinados”²⁵⁰. Ou seja, Jacques Augusto Cony exerceu bastante influência contra o Movimento político e armado de 1842 (também conhecido como Revolução liberal ou Revolta liberal de 1842) por meio de sua atuação nestes periódicos e, provavelmente, orientou o *Correio de Minas* durante o conflito armado.

De acordo com o *Catálogo de Periódicos Raros* da Fundação Biblioteca Nacional e com Xavier da Veiga, o *Correio de Minas* existiu de 1838 a 1844.²⁵¹ A última edição que temos microfilmada e digitalizada é a de nº 4, do ano VII, de 15 de janeiro de 1844. No entanto, provavelmente essa não foi a última edição do periódico, pois este publicou um discurso intitulado *O partido da Ordem ao ver da oposição* que continuaria nas próximas edições.²⁵² De qualquer forma, o último registro deixado pelo *Correio de Minas* denotou bem seu papel combatente ao lado da Ordem centralizada, constitucional e, principalmente, monárquica.

²⁴⁶ MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Opinião Pública no Brasil Império**. Op. Cit, pág. 216.

²⁴⁷ Encontramos poucas referências sobre Jacques Augusto Cony, ver: SURIGUÉ, Sebastião Fabregas. **Almanak Geral do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia Commercial Fluminense, 1838, pág. 231-232; MELLO, Emilio Xavier Sobreira de. **Imperiais Resoluções do Conselho de Estado da Seção da Fazenda**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. Vol. 1, 1867, pág. 394.

²⁴⁸ Ver: Fundação Biblioteca Nacional. **Catálogo de Acervos Microfilmados**. Periódico 24/32. Disponível em: <http://catalogos.bn.br/>.

²⁴⁹ Idem, periódico 36/89; ver também: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Ouro Preto. Sesquicentenário da elevação de Vila Rica à Categoria de Imperial Cidade de Ouro Preto. 1823-1973**. Catálogo da exposição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1973, pág. 68; Segundo Luciano Moreira, Jacques Augusto Cony era redator do periódico *O Legalista*: MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Opinião Pública no Brasil Império**. Op. Cit, pág. 205.

²⁵⁰ VEIGA, Xavier da. **RAPM**. 1898, op. Cit, pág. 197.

²⁵¹ Ver: Fundação Biblioteca Nacional. **Catálogo de Periódicos Raros**. Periódico 1/1. Disponível em: <http://catalogos.bn.br/>.

²⁵² O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 04, 15 de janeiro de 1844, pág. 2-3.

2.2. Batalha impressa: “Monarquia democrática” versus “Monarquia Gótica”

O debate entre os principais periódicos de Minas Gerais (*O Universal* e *O Correio de Minas*) envolvendo os governos provincial e central expôs as rivalidades existentes entre *progressistas* e *regressistas*. As imagens construídas por estes grupos, para identificarem a si e seus rivais, formam um complexo mosaico e nos revelam que ambos os jornais apelaram para símbolos que, por um lado, corroboraram com a divisão identitária e, por outro, denotaram a sutil diferença entre os discursos. Um exemplo disso é o apelo à palavra monarquia.

Em janeiro de 1838, o *Universal* publicou um discurso “panfletário” do *Astro de Minas*, no qual o redator deste jornal alertava ao Presidente da província, José Cesário de Miranda Ribeiro, sobre os planos dos sediciosos de 22 de Março de 1833, que “encheram a casa da Presidência pretextando que se pretendia assassinar o Presidente”. Segundo ele, esse foi um episódio criado pelos próprios sediciosos e pelo “Proteu” para obrigarem o Presidente a demitir o Comandante Geral do Corpo de Municípios e outros oficiais, com o fim de se acomodarem os próprios sediciosos. O fato, que ocorreu na noite de 19 de dezembro do ano anterior, três meses após Pedro de Araújo Lima assumir o controle da Regência Una, de acordo com o redator, serviu para “deslustrar o heroico Povo Mineiro”, com o qual ele também se identificou, bem como aos seus partidários:

[...] Obre o governo com toda a liberdade dentro do círculo de suas atribuições [referindo-se às demissões]; mas para que fingir e criar partidos, que não existem? Para que deslustrar assim o heroico Povo Mineiro, cujo pensamento e desejo é que se mantenha a ordem e a paz, com a Monarquia Constitucional, governe quem quiser, contanto que respeite a Constituição reformada e as Leis do País? [...] Mineiros, o plano é vasto; pretende-se em cada lugar fazer aparecer as mesmas cenas, quer-se enfim lançando o ferrete de republicanismo e desorganizador sobre aqueles, de quem se pretendem vingar, ou de cuja oposição se temem. [...] Lembrem-se, porém, os malvados que aos amigos da Monarquia e da ordem, aos inimigos dos sediciosos restam muitos meios de fazer conhecer as traições e infâmias dos desordeiros; ai está patente o campo do Jornalismo.²⁵³

O redator primeiramente afirmou que não existiam partidos, mas logo depois defendeu a *oposição* do plano dos sediciosos, que buscavam vingança, “lançando o ferrete de

²⁵³ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 01, 05 de janeiro de 1838, pág. 1-2.

republicanismo” sobre a mesma. Para defendê-la, o redator do *Astro de Minas* associou-a ao “heroico Povo Mineiro cujo pensamento e desejo é que se mantenha a ordem e a paz, com a Monarquia Constitucional”, frisando logo depois a defesa da reforma constitucional de 1834. Mais a frente, novamente identificou a *oposição* “aos amigos da Monarquia e da ordem”. Este discurso veiculado no *Universal* não é incoerente com a postura que o mesmo procurava assumir: *moderada*. Por isso, ao mesmo tempo em que defendeu as medidas liberalizantes da Lei de 1834, pregou a ordem monárquica.

A despeito da tentativa da *oposição* em associar-se à defesa da monarquia e da ordem, uma semana depois o *Correio de Minas* manifestou sobre esse artigo e, também em defesa da monarquia, defendeu o governo das acusações dos “pseudo-liberais”, “anarquistas e ambiciosos”:

O artigo do *Astro* e sua paráfrase, publicados no *Universal* de 5 do corrente, mostra mais que nenhum outro documento, qual a índole do partido que com férreo braço dominou o Brasil por mais de seis anos. [...] Pensam acaso os redatores do *Astro* e *Universal* que havemos regressado a 1834 e que a credulidade dos bons mineiros está ainda pronta para receber tudo quanto escreveram nessa época deplorável? [...] Nós já tivemos ocasião de expor ao público quais foram os motivos que julgamos ter tido o Governo para desconfiar desses Oficiais; mas perguntaremos ainda ao *Astro* se os defensores do governo transato deram ao público satisfação pelas demissões que ele decretou? [...] desejamos mostrar de um modo evidente, que os opositoristas de hoje não tem direito algum a censurar os atos de um governo a toda a luz mais justo, mais tolerante e mais constitucional, do que aquele, que presidido pelo Sr. Feijó de republicana memória, foi indignamente sustentado pelos pseudo-liberais, que ora nos atormentavam os ouvidos com declamações vagas, falsas imputações ao governo, que frustrou seus anárquicos projetos. [...] Diga-nos o *Astro*, se em verdade ele crê que o tal infame bando de perdidos aventureiros teve força bastante para derrubar esse colosso invencível denominado Diogo Antônio Feijó e fazê-lo seguir só e a sua burrinha, abandonado de seus próprios amigos; [...] de reunir-se a Nação ao redor do Trono e do Governo de 19 de Setembro para firmarem de uma vez no Brasil o sistema Monárquico Constitucional Representativo e sufocarem o monstro da anarquia em qualquer parte do Império, que ele apareça? [...] Diga-nos enfim se esse bando deve carregar perante esse mísero e mesquinho partido republicano, com toda a responsabilidade por isso que a Nação não abraça seus princípios; por isso que a Nação quer ser governada por Monarcas e não por

chichelos? [...] estude com calma a Constituição e o Ato Adicional, aí acharão as mais sólidas garantias de liberdade e ordem.²⁵⁴

Primeiramente, o redator do *Correio de Minas* fez questão de esclarecer a virada política na província, ao afirmar que os jornais *Astro de Minas* e *Universal* não gozavam mais da “credulidade dos bons mineiros”, como acontecia no ano de 1834. Para o *Correio de Minas*, não foi um “bando” que derrubou o governo de Diogo Antônio Feijó, mas sim interesses nacionais, que convergiam com “o sistema Monárquico Constitucional Representativo” contra “o monstro da anarquia”, contra o “partido republicano” e contra os “chichelos”. Ou seja, para o redator do periódico, a *oposição* era composta de *chichelos*, cujo significado é “sapatos velhos que se trazem em chanquetas [sapato velho metido de chinelo]”²⁵⁵ ou apenas “chinelos”.²⁵⁶ Assim como o redator do *Universal*, o redator do *Correio de Minas* também defendeu a Constituição e o Ato Adicional que, segundo ele, contêm “as mais sólidas garantias de liberdade e ordem”.

Neste primeiro momento, os periódicos apelaram à monarquia e à ordem, no caso do *Universal*, complementando com a palavra paz ou, como fez o redator do *Correio de Minas*, com a palavra liberdade. Se, para o primeiro, seus opositores seriam sediciosos e desordeiros, traidores e infames, para o segundo, seus rivais eram *chichelos* (interpretado por mim como “pés de chinelo”), que dominaram o Brasil por mais de seis anos e cujo governo era de “republicana memória”, pois tinha “anárquicos projetos”. Isso demonstra que os “símbolos” de adesão eram praticamente comuns e que sua diferenciação se dava pela batalha na construção da imagem entre os grupos, nas circunstâncias em que defendiam seus posicionamentos políticos.

Como os dois grupos apelavam para os mesmos símbolos, os periódicos trataram logo, cada um a seu modo, de qualificar o “tipo de Monarquia” do grupo rival, demarcando fronteiras de entendimentos sobre esse sistema de governo e entre os lados.

O *Correio de Minas*, desde sua inauguração, explicitou o entendimento que tinha a respeito do governo transato, ou seja, do Governo de Diogo Antônio Feijó. Como já mencionamos e explicitamos anteriormente, para o periódico, tal governo foi alçado ao poder

²⁵⁴ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 02, 11 de janeiro de 1838, pág. 4-5.

²⁵⁵ **Dicionário Geral da Língua Portuguesa de Algibeira**. Lisboa: Na Impressão Régia. Vol. 1, edição 2, 1818, pág. 622 e 616; BLUTEAU, D. Rafael & SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Op. Cit, pág. 266; PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Na Tipografia de Silva, 1832, s/ pág.

²⁵⁶ TAVARES, Luís Henrique Dias. **Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia: estudos sobre a Sedição de 12 de agosto de 1798, o soldado Luís Gonzaga da Virgens, os escravos no 1798, Francisco Agostinho Gomes**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2003, pág. 149.

graças ao “partido democrático” e sua primeira medida foi “desmonarquizar o Brasil”. Por isso, para o periódico, o dia 19 de Setembro de 1837, dia em que Pedro de Araújo Lima assumiu a regência, foi “memorável” e rendeu frutos: “um triunfo completo da Monarquia sobre a demagogia”.²⁵⁷

Essa visão do *Correio de Minas* mostrou como, ao longo do tempo, “a ideia de democracia foi preenchida por diferentes cargas semânticas”.²⁵⁸ Pela posição do periódico, a palavra seria sinônimo de república. Provavelmente, quando o *Correio de Minas* denominou seus antagonistas de *chichelos*, estivesse fazendo alusão ao significado genuíno da palavra democracia que é “governo do povo”.²⁵⁹ Assim, seus opositores, “pés de chinelo”, seriam demagogos em afirmar que defendiam a monarquia, evidenciando a defesa da hierarquia social e a base do discurso antirrepublicano.

Dessa forma, é compreensível o discurso do *Correio de Minas*, quando relacionou democracia com demagogia e república. Afinal, o jornal era um órgão dos *regressistas* de Minas Gerais, que se organizaram na *Sociedade dos Defensores da Religião, do Trono e da Constituição*, fundindo o discurso liberal ao discurso tradicional herdado do Antigo Regime.²⁶⁰ Em outro extenso artigo do *Sete de Abril* publicado no *Correio de Minas*, intitulado “Revista dos Periódicos de Minas”, o jornal voltou a manifestar essas opiniões:

O suicídio de *desesperação*, que teve lugar no sempre memorável dia 19 de Setembro deixou desnorreados todos os jornais da reverenda camarilha, que [...] viram cair o ídolo [referindo-se a Diogo Antônio Feijó]. Na Corte o *Parlamentar*, em Minas o *Universal* e *Astro*, antigos adoradores dos portentosos Chichelos, panegiristas do Instinto e da Monarquia Democrática (que em sangue e ouro nos custaria tão caro). [...] bem depressa se apalavraram: os atos do Governo atual não dão entrada à censura veemente; inventam-se fatos. [...] O Governo atual é inimigo da Monarquia americana e inimigo da Monarquia *barata*, na qual é lícito a qualquer

²⁵⁷ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 01, 05 de janeiro de 1838, pág. 1-2.

²⁵⁸ LESSA, Renato. Anos 80 – Crise do Estado e o Pensamento Único. In: CABRAL, Severino (org.). **5 décadas em questão: 50 anos da Livraria Leonardo da Vinci**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, pág. 93.

²⁵⁹ OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, pág. 179.

²⁶⁰ Como alguns historiadores apontaram, heranças do Antigo Regime português, com sua cultura política pautada pela “forma de atuação da elite colonial” perpetuaram-se no Período imperial, a exemplo do Clientelismo, do *sentimento aristocrático*, da cultura jurídica e católica. Entre estes historiadores, consultar: MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, pág. 7; BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pág. 19; MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1987, pág. 112; GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE. **Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX**. México: Fondo de Cultura Económica, 1998, pág. 13.

sentar-se a mesa do Imperador, falar-lhe ombro a ombro. O Governo atual quer fazer dele um Imperador respeitado. Ó do Brasil, alerta, que se dormirdes, achar-vos-eis vítimas do mais violento despotismo oriental. [...] os fatos que querem censurar alteram-se de modo a caberem debaixo dessa rubrica, [...] ofendem a verdade. [...] e por isso, enquanto não aparecer em Minas algum periódico que lhes contenha a audácia e a protérvia, que os refute, que os vença e que, inflamado de nobre patriotismo, defenda com a pena, no campo do jornalismo, a Causa da Pátria e da Humanidade. [...] é de esperar do patriotismo Mineiro e da talentosa mocidade daquela Província, que em breve ressurja algum *Paraibuna* que pleiteie, no Tribunal da Opinião Pública, a Causa da Ordem e da salvação do Brasil. [...] o Governo previdente há demitido alguns Presidentes de partido, para que se não armem contra a Pátria, para que não sublevem as Províncias. [...] Uma Oposição dessas, longe de ser um bem, é o maior dos males, é a guerra, a guerra civil ou sua precursora. [...] *O Universal* está também todo histórico; o Sr. Antão não fica atrás de seu colega Marinho [supostamente redator do *Astro de Minas*] no estudo do Estados Unidos. [...] Forte mania é essa de referir tudo aos tais Estados Unidos. [...] são federalistas, são republicanos: qualquer chichelo é Presidente.

O Universal [...] diz “que, como [nos Estados Unidos] a opinião democrática soube resistir à reação aristocrática e monárquica, não há de que receiem os progressistas Brasileiros; algum Jefferson teremos, que dê cabo dos regressistas e sustente a Democracia Brasileira”.²⁶¹

Provavelmente este texto foi publicado antes do lançamento do *Correio de Minas*, pois o *Sete de Abril* fez campanha para que “algum *Paraibuna*” pleiteasse, “no Tribunal da Opinião Pública, a Causa da Ordem e da salvação do Brasil”. Assim, conclamou para que outro periódico fizesse coro ao jornal de Barbacena, mas no centro do poder provincial, ou seja, na capital Ouro Preto. Mas, enquanto isso, o *Sete de Abril*, a partir da Corte, tomou para si a tarefa de combater os periódicos da *oposição* de Minas Gerais. Atacou o *Astro de Minas*, de São João del Rei, e, principalmente, o *Universal*, de Ouro Preto. Para o jornal, que era “orientado por Vasconcelos”,²⁶² seus opositores das Gerais eram “antigos adoradores dos portentosos Chichelos, panegiristas [elogio pomposo]²⁶³ do Instinto [referindo-se ao ex-regente Diogo Antônio Feijó] e da Monarquia Democrática”, da “Monarquia americana” e da “Monarquia *barata*”. E que ofendiam a verdade quando afirmavam que, com o governo de 19 de setembro de 1837, que ergueu Pedro de Araújo Lima ao poder, “achar-vos-eis vítimas do

²⁶¹ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 04, 19 de janeiro de 1838, pág. 2-4.

²⁶² BASILE, Marcello O. N. de Campos. O Laboratório da nação... In: **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. Op. Cit, pág. 92.

²⁶³ FERNANDES, Francisco. **Dicionário brasileiro Globo**. 31ª edição. São Paulo: Globo, 1993, s/ pág.

mais violento despotismo oriental”. Para rebater essas acusações dos opositoristas, o *Sete de Abril* argumentou que suas causas eram pela “Pátria” e pela “Humanidade”, a “Ordem” e a “Salvação do Brasil” contra os federalistas e republicanos.

Gradualmente, como vimos, o debate passou a ocorrer entre *regressistas* e *progressistas*, conforme sugeriu o *Correio de Minas*, através do *Sete de Abril*, entre os “monarquistas aristocráticos” e os “democráticos demagogos”.

No entanto, para o *Universal* e os opositoristas, que aceitaram o epíteto de *progressistas* aplicado por seus adversários, eram os *regressistas* que procuravam subverter a “monarquia brasileira” tentando reduzi-la “a uma monarquia absoluta e gótica, qual era antes da Independência”.²⁶⁴ Para o periódico, desagradava àqueles monarquistas, que preferem “sempre o monarca à liberdade”, o “estado em que se acha o Princípio Monárquico depois do Ato Adicional”, que por meio do “elemento federal” tornou a Constituição “mais democrática”.²⁶⁵

O *Universal* e seus aliados se empenhavam em demarcar as fronteiras, rebatendo a pecha de republicanismo. Para esse periódico, assumir estas posições, ao contrário do que diziam seus adversários *regressistas*, não atacava de forma alguma a Monarquia representativa, pois eram prerrogativas dela. Para rechaçar seus inimigos políticos, o redator do *Universal*, na circunstância em que se aproximava a instalação da Assembleia provincial de 1838, afirmou que o Governo Setembrista, cujo regente era Pedro de Araújo Lima, “amestrado na escola do absolutismo”, “muito tem desejado que sejam restabelecidas” arbitrariedades “anticonstitucionais”:

Assembleia Provincial.

Ao aproximar-se a instalação da Assembleia, todos os espíritos estão atentos a conduta que ela terá nas circunstâncias atuais. Não se duvida presentemente que a sua maioria é decididamente aferrada as ideias liberais, inimiga do regresso e animada do desejo de promover os melhoramentos da Província. Este caráter, que tanto a distingue, tem por um lado aumentado as esperanças dos que censuram os desatinos do Governo Setembrista, eles estão convencidos de que a Assembleia Mineira, tão notável pela sua moderação no exercício de suas funções, e ao mesmo tempo rigorosa para resistir às tentativas anticonstitucionais, não convirá nas arbitrariedades, que o Governo amestrado na escola do absolutismo, muito tem desejado que sejam restabelecidas. Depois dos acontecimentos de 19 de Dezembro, como já o temos feito notar, tudo deu a entender que o plano da Atual

²⁶⁴ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 03, 10 de janeiro de 1838, pág. 1-2.

²⁶⁵ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 02, 08 de janeiro de 1838, pág. 2-4.

Administração é criar suspeitas de conspirações para perseguir alguns cidadãos, a quem manda denunciar por suas folhas, vendidas ao ouro do poder, como perturbadores da tranquilidade, como republicanos e anarquista; [...] porém nada foi capaz de arrastar os homens do progresso, esses mesmos estrênuos defensores da Legalidade na Província de Minas, chegou a camarilha a perder as esperanças de ganhar terreno com estas manobras miseráveis, que mais vulto deram aos desatinos do Governo.[...] Nenhum só deputado liberal tem feito caso da patacoadas e fanfarrices dos regressistas cá de Ouro Preto.²⁶⁶

Nesse trecho do artigo, o redator do *Universal* voltou a defender os *oposicionistas* ao Governo de Pedro de Araújo Lima, afirmando que este tinha um plano: “criar suspeitas de conspirações para perseguir alguns cidadãos”, a exemplo do que ocorrera na noite do dia 19 de dezembro de 1837, quando surgiram boatos de que queriam assassinar o presidente da Província, José Cesário de Miranda Ribeiro. Essa perseguição, de acordo com o redator do jornal, se processava por meio de denúncias feitas pelas folhas da atual administração, que qualificavam esses mesmos cidadãos “como perturbadores da tranquilidade, como republicanos e anarquistas”. Segundo o redator do *Universal*, esses periódicos *regressistas* eram vendidos “ao ouro do poder” e se utilizavam de “manobras miseráveis” que foram em vão, afinal, “nada foi capaz de arrastar os homens do *progresso*, esses mesmos estrênuos defensores da Legalidade na Província de Minas”.

Dessa forma, foi se explicitando o caminho que os *progressistas* empreenderam para se defender das acusações de republicanismismo feitas pelos *regressistas*: associar o tipo de defesa à monarquia que estes faziam ao absolutismo, à violência e à opressão:

[...] O partido, que em setembro se elevou ao poder, [...] fez que escritores assalariados fossem apregoando as *bondades do paternal governo*, e acreditou que tinha descoberto o meio de governar o povo brasileiro, ávido por melhoramentos reais e que não se contenta com boas palavras; enganou-se grosseiramente, seus defensores o comprometeram, porque pregaram a imoralidade, escreveram calúnias contra homens respeitáveis e aconselharam as medidas violentas e de opressão. O Partido que deixou de ser dominante conheceu a necessidade de censurar vigorosamente os planos do Governo armado do *arbítrio, força e dinheiro*, e aí apareceram os órgãos naturais do país, o jornalismo, e em breve a tribuna para repelir os ataques do Poder.²⁶⁷

²⁶⁶ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 11, 30 de janeiro de 1838, pág. 1-2.

²⁶⁷ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 11, 30 de janeiro de 1838, pág. 1-2.

De acordo com o *Universal*, esse arbítrio exercido pelo Governo do regente Pedro de Araújo Lima, baseado na força, se complementava graças ao dinheiro, o qual comprava escritores que “pregaram a imoralidade, escreveram calúnias contra homens respeitáveis e aconselharam as medidas violentas e de opressão”. O papel dos *oposicionistas* a esse governo, segundo o jornal, era censurar seus planos. Para isso, contava com os verdadeiros jornalistas (os “órgãos naturais do país”) e com a futura câmara de deputados provinciais. Interessante notar que, sutilmente, o redator do *Universal* utilizou a palavra “partido” com letra minúscula, para se referir aos *regressistas*, e com letra maiúscula, quando se referiu aos *oposicionistas progressistas*. Talvez porque estes que se consideravam os “verdadeiros liberais”, jornalistas e membros do “Partido Nacional”.

Passados cinco meses, após José Cesário de Miranda Ribeiro ser substituído pelo deputado à assembleia legislativa provincial, Bernardo Jacinto da Veiga, para a presidência da Província,²⁶⁸ depois da efetivação, por eleição, da regência de Pedro de Araújo Lima, em abril de 1838,²⁶⁹ e da reinauguração do periódico *A Aurora Fluminense*,²⁷⁰ o *Universal* publicou um longo discurso do deputado provincial, Teófilo Ottoni, na circunstância em que se discutia o Voto de Graças e que, segundo ele, travou-se um combate em torno do Ato Adicional.²⁷¹

Discurso do Sr. Ottoni na Sessão de 8 de junho na discussão do Voto de Graças.

Sr. Presidente. Bem vejo que a Câmara parece fatigada com a presente discussão; [...] quando expliquei os motivos, que me impeliram a não votar pelo Projeto da Ilustre Comissão. Começarei refutando o dito tantas vezes repetido nesta casa “nas atuais circunstâncias do País não deve haver Oposição”.

[...] Eu quisera que me explicassem estes Senhores, quando, em que circunstâncias permitem que exista oposição. Quanto a mim, acredito que em quaisquer circunstâncias do País, [...] a oposição é sempre um corretivo salutar às tendências do Poder, que sempre está próximo a abusar, ou da nímia [demasiada] confiança de

²⁶⁸ A notícia da posse de Bernardo Jacinto da Veiga, no dia 20 de março de 1838, saiu publicada no *Universal*, ver: O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 46, 20 de março de 1838, pág. 4.

²⁶⁹ No dia 22 de abril, segundo o *Correio de Minas*, o regente interino, Pedro de Araújo Lima, saiu vencedor na eleição para o regente que, de fato, substituiria a regência interina, ver: O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 30, 28 de abril de 1838, pág. 1-2.

²⁷⁰ Ver: O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 81, 25 de maio de 1838, pág. 2-3.

²⁷¹ Segundo Teófilo Ottoni, em sua *Circular* para concorrer ao Senado, cuja segunda edição foi publicada em 1860, no período denominado por ele de *Progresso e regresso*, o combate travado entre os grupos girava em torno da interpretação ou não do Ato Adicional, promulgado em agosto de 1834. Ver: OTTONI, Teófilo Benedito. **Circular dedicada aos Srs. eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2º distrito eleitoral da mesma província para a próxima legislatura.** Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de M. Barreto, Filhos e Octaviano, 1860, pág. 38-40.

que os triunfos o rodeiam, ou dos meios extraordinários e excessivos de que o terror produzido pelas derrotas faz investi-lo. Nunca existiu Governo sem oposição.

[...] O Governo mais absoluto, diz Montesquieu, é sempre limitado em algum ponto; mas nesta espécie de Governos os resultados da oposição são a resistência, as desordens civis, as revoltas e as revoluções. Outro tanto porém não sucede no Sistema Representativo [...]. No Parlamento de Inglaterra, que é sem dúvida terra clássica do Governo Representativo, são tão conhecidas estas verdades, que a oposição é sempre consultada em todas as medidas de importância.²⁷²

Neste fragmento de seu discurso, o deputado provincial Teófilo Ottoni defendeu o direito à existência da *oposição*, independente das condições políticas do Governo. Uma vez que, para o mineiro da Vila do Príncipe, comarca de Serro Frio,²⁷³ “a oposição é sempre um corretivo salutar às tendências do Poder”, sempre próximo a abusar “dos meios extraordinários e excessivos”. Para corroborar com sua afirmação de que “nunca existiu Governo sem oposição”, Teófilo Ottoni citou o político e filósofo francês Montesquieu, cujo pensamento era de que mesmo em governos absolutos existiria oposição, porém seus resultados seriam “a resistência, as desordens civis, as revoltas e as revoluções”. Por isso, ao defender o direito à *oposição*, ele também defendeu o Governo Representativo, dando o exemplo do Parlamento inglês. Assim, Ottoni esquivou-se de criticar diretamente a monarquia brasileira, mas não deixou de fazê-lo em relação às opiniões de seus opositores *regressistas*, afirmando que tentar negar este direito político correspondia às práticas absolutistas.

Ao publicar esse discurso de Teófilo Ottoni, o *Universal* buscou mostrar que a oposição *progressista* à “facção setembrista”²⁷⁴, à seita oligárquica,²⁷⁵ duas formas de denominar seus rivais *governistas*, tinha apoio tanto dos “jornalistas naturais” quanto de membros da Assembleia geral e provincial. Aliás, o grupo diversas vezes acusou os *regressistas* de perseguirem a *oposição* que se fazia nas Assembleias, atacando inclusive a instituição política. Com a publicação de discursos como este, o *Universal* buscou defender os *oposicionistas* das acusações, que sofriam dos jornais e de membros defensores do *Governo Setembrista*, de que “queriam a extinção da monarquia”:

²⁷² O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 93, 27 de junho de 1838, pág. 1-4.

²⁷³ CHAGAS, Paulo Pinheiro. **Teófilo Ottoni: ministro do povo**. Rio de Janeiro: Editora Zelio Valverde, 1943, pág. 26-31; ARAUJO, Valdeci Lopes de; SILVA, Weder Ferreira da. Fragmentos de um periódico perdido: a *Sentinela do Serro* e o sentido da “republicanização” (1830-1832). **VARIA HISTÓRIA**. Op. Cit., pág.78.

²⁷⁴ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 111, 13 de agosto de 1838, pág. 2-3.

²⁷⁵ OTTONI, Teófilo Benedito. **Circular...** Op. Cit., pág. 39-40.

O Governo atual e a transata oposição

A transata oposição acusava continuamente o governo de democrata, de tender para a república, de a favorecer ocultamente, não extinguindo logo, como pedia, a ruinosa rebelião do Rio Grande. [...] Assim ao mesmo tempo que lhe exprobrava o pendor para o republicanismo, o arguia de aspirar ao despotismo, à ditadura, de golpear a liberdade, de não se contentar se não com mais arbítrio, força e dinheiro. [...] À vista desta continuada contradição. [...] O que acabamos de expender tornou-se ainda mais claro e palpável depois que essa oposição passou a governo. [...] Não obstante nós não cremos, que se deva à conivência do atual governo a continuação dessa desastrosa guerra [Revolução Farroupilha]; apesar de que saibamos que no ministério existem alguns sujeitos que não só foram muito republicanos, mas demagogos; que entre os rebeldes muito figura um parente próximo do Sr. ministro da justiça [Bernardo Pereira de Vasconcelos]; [...] Não cairemos nessa contradição de imputar-lhe tendências opostas; pois que toda sua propensão, todo o seu pendor é para o extremo contrário, para a aristocracia e monarquia góticas e feudais. [...] A despeito, porém, deste solene desmentido que a gente da passada oposição tem visto forçada a dar ao seu antigo tema, ela continua ainda a taxar de republicano e democrata o partido oposto; increpa-o de querer a extinção da monarquia e de concorrer assim para a divisão do império. [...] Primeiramente é bem conhecido ser uma das táticas dos maus governos [...] o representarem a oposição como desordeira, anárquica, e quando menos democrata, republicana, inimiga da monarquia, etc. [...] O governo anterior à revolução de abril e toda sua gente, não pregavam a todas as vozes, que a oposição de então intentava destruir o trono, derrubar o Altar, que era republicana, desordeira, irreligiosa e toda composta de ateus e pedreiros livres? [...] Encarregada do destino e direção do país não salvou ela o trono do naufrágio, em que a lançariam os partidos extremos? [...] A enfermidade de nossa época não é a democracia. A calamidade única, que nos ameaça, o mal que temos a recear é o espírito de reação, que até aqui abafado encontrou intérpretes em alguns infieis desertores da causa da liberdade, e no governo, e que se continuar a desenvolver-se, como tem ido, então porá em perigo a monarquia, e talvez muito mais do que qualquer exagerado republicanismo contribua para a sua total extinção.²⁷⁶

Assim como o discurso de Teófilo Ottoni, esse fragmento de um artigo do *Parlamentar*, publicado no *Universal*, buscou persuadir o leitor de que o atual Governo tendia para o absolutismo. Dessa forma, o texto que a princípio denunciou a contradição dos oposicionistas à época da regência de Diogo Antônio Feijó, que imputavam ao governo de então tanto “o pendor para o republicanismo”, quanto “de aspirar ao despotismo”, procurou

²⁷⁶ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 123, 14 de setembro de 1838, pág. 1-3.

também desmoralizá-los e logo passou a questionar a procedência duvidosa de alguns ministros de Pedro de Araújo Lima. Segundo o redator do *Parlamentar*, alguns “não só foram muito republicanos, mas demagogos”; apesar disso, “todo o pendor” do governo *regressista* seria “para a aristocracia e monarquia góticas e feudais”. Sua tática de representar a *oposição progressista* como “desordeira, anárquica, democrata, republicana e inimiga da monarquia”, na visão do jornal, correspondia ao fato deste ser um “mau governo”. Para rebater essas acusações, o artigo concluiu que a democracia não era “a enfermidade de nossa época” e sim “o espírito de reação”, inimigo da liberdade, que com seu extremismo contribuiria mais que o republicanismo para a “total extinção” da monarquia.

Notamos, com isso, como os dois grupos, cada um ao seu modo, ao buscar defender sua adesão monárquica, colocavam em xeque os reais objetivos de seus opositores: uns queriam a república, outros queriam o absolutismo. Quando se acirraram as disputas entre *progressistas* e *regressistas* em torno do projeto de maioria de D. Pedro II, em 1840, ambos tentaram mostrar como os motivos de seus partidos eram mais nobres que o de seus rivais. Esse projeto surgiu, mais uma vez, quando ainda se discutia a Lei de Interpretação do Ato Adicional, nº 105, de 12 de maio de 1840, que significou uma vitória parcial dos *regressistas*, ao “se reduzirem os poderes das Assembleias Legislativas das Províncias.”²⁷⁷ No entanto, estes ainda se preocupavam com o avanço de seus inimigos políticos dedicados a frear a “reação”, recorrendo à campanha da maioria do jovem monarca:

A maioria do Imperador e a Oposição.

Uma questão transcendente por sua natureza e pelas circunstâncias agita-se nas câmaras legislativas: foi proposta na Câmara vitalícia a antecipação da maioria do Imperador. [...] Nós, combinando a sofreguidão da gente oposicionista em conseguir a antecipação da maioria, com os discursos dos percos, e quejandos, somos levados a crer que ela quer que o Imperador lhe sirva de bandeira para subir ao poder, como exclamou o intrépido e eloquente orador da maioria da Câmara dos Srs. Deputados. Em verdade pôr em campo os movimentos eleitorais, cobrindo suas falanges com a bandeira imperial, com esse mágico e adorado emblema da união brasileira, quando as tendências centrífugas da mesma oposição forcejam para rompê-la, é a mais fina estratégia, de que ela nesta quadra climatérica podia lançar mão e ser bem sucedida. Quem almeja por ver terminada a menoridade do nosso Augusto Monarca, certo, não são aqueles que por palavras, diretamente, e por fatos tem procurado estrangular o Império, dividindo as Províncias, não são aqueles que nas tempestuosas Sessões da Assembleia Provincial de 1838 e 1839 invadiram todas

²⁷⁷ CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito constitucional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, pág. 584.

as suas forças para menosprezar as prerrogativas da Coroa, alimentando destarte o elemento democrático, que ameaça de nos envolver nas vórtices do sistema republicano; são porém aqueles, que se declararam no regresso em contraposição aos patriotas do progresso da desmembração das províncias, e por consequência da nulificação do Trono Brasileiro e monarquia constitucional. Quando a oposição, a par do projeto da maioria, propôs um Conselho de Estado com uma duração indefinida, revelou que não era o desejo do governo de S. Majestade, que lhe transbordava do peito, mas o afã de pôr o mando nas mãos desse Conselho de Estado, desses homens de partido, servindo-se do augusto nome do Imperador para apoderar-se do seu governo; para isto pouco lhe importa a Constituição, e sustenta que o Art. 121 não é constitucional; aguardamos o desfecho de tamanha monta.²⁷⁸

Quando esse artigo foi publicado no *Correio de Minas*, o projeto de maioria já havia sido derrotado no Senado, na circunstância em que o periódico afirmou: “nós nos felicitamos, por não terem vingado desta vez as tentativas da *oposição* para arrancar o poder das mãos em que se acha”²⁷⁹. No entanto, percebendo a força da proposta, o *Correio de Minas* e os *regressistas* buscavam criticá-la, defendendo a posição de que eles eram os verdadeiros amigos do monarca. Argumentavam que a proposta do deputado Honório Hermeto Carneiro Leão de tornar possível a maioria na próxima legislatura, assim o provava. Para o autor do artigo acima, o projeto de maioria dos *progressistas*, pautado nos discursos dos “perecos e quejandos”, encobria uma “fina estratégia”: “quer que o Imperador lhe sirva de bandeira para subir ao poder”. Por isso, não eram eles que verdadeiramente desejavam o fim da menoridade do monarca, mas “aqueles que se declararam no regresso em contraposição aos patriotas do progresso da desmembração das províncias, e por consequência da nulificação do Trono Brasileiro e monarquia constitucional”. Mas, de acordo com o texto, essa maioria só seria desejável, respeitando-se a Constituição.

A despeito das tentativas dos partidários da regência una de Pedro de Araújo Lima em frear as intenções dos *progressistas*, venceu o Clube da Maioridade, sociedade secreta responsável por formular o projeto,²⁸⁰ no dia 23 de julho de 1840. Considerada por seus

²⁷⁸ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 101, 23 de junho de 1840, pág. 3-4.

²⁷⁹ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 92, 30 de maio de 1840, pág. 4.

²⁸⁰ HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição...** Op. Cit., pág. 72; MATHIAS, Herculano; GUERRA, Lauryston; CARVALHO, Afonso Celso V. de. (Coord.). **A História do Brasil**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A. Fascículo 24, 1972, p. 375; Sobre essa Sociedade, de acordo com Marcello Basile, participavam das reuniões na casa de José Martiniano de Alencar: Hollanda Cavalcanti, Antonio da Costa Ferreira, Francisco de Paula Cavalcanti, os deputados Antonio Carlos de Andrada, Martim Francisco, Carlos Peixoto de Alencar, José Mariano Cavalcanti, além daqueles que aderiram depois, como Teófilo Ottoni, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, Francisco Montezuma, Limpo de Abreu, Aureliano Coutinho e os senadores Ferreira de Mello, Francisco de Lima e Silva, Nicolau Vergueiro e o publicista José Antonio Marinho: BASILE, Marcello O. N. de Campos.

partidários como “remédio imediato”,²⁸¹ a maioria de D. Pedro II, que elevou alguns *progressistas* ao poder, com a nomeação do Ministério de 24 de Julho de 1840,²⁸² significou um efêmero triunfo. A própria composição do gabinete, contendo o membro da “facção áulica”, da “seita palaciana”,²⁸³ Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, foi motivo de arrependimento para alguns de seus promotores, o que levou Teófilo Ottoni a fazer essa célebre afirmação, em sua *Circular*: “Mal triunfava a maioria e já sobravam razões ao partido liberal para se arrepender de havê-la iniciado. Podia cobrir a cabeça mesmo no dia do triunfo”.²⁸⁴

Por isso, apesar da vitória, o *Universal*, novamente “governista”, ao apoiar este ministério, continuou sentindo necessidade de responder aos ataques de seus adversários:

Em uma das sessões da câmara dos deputados, quando se discutia a Maioridade do Sr. D. Pedro II, o Sr. Honório Hermeto combatendo a ex-oposição que sustentava a necessidade de declarar-se já S. M. maior, e entregar-lhe as rédeas do governo, disse que se admirava de que o lado da câmara que concorreu para cercearem-se as prerrogativas da coroa, fosse a que agora se apresentava tão monarquista; referia-se de certo o Sr. Honório às reformas da constituição, para as quais concorreram na verdade a maior parte dos membros da câmara que este ano pugnarão pela maioria do Sr. D. Pedro II; nesta encrespação infundada o Sr. Honório se mostrou coerente, em julgar o Monarquismo monopólio de seus amigos, e aliados políticos, como sempre julgou; os adversários, porém, do Sr. Honório tem tanto direito como ele de serem Monarquistas, tem tanto direito como ele de estarem,

O Laboratório da nação... In: **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. Op. Cit., pág. 95; ver também: SOUSA, Octavio Tarquinio de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio (Coleção Documentos Brasileiros), 1937, pág. 212; CHAGAS, Paulo Pinheiro. **Teófilo Ottoni: ministro do povo**. Op. Cit., pág. 80-81.

²⁸¹ Essa afirmação foi feita por Teófilo Ottoni, em um discurso que ele proferiu na Câmara dos Deputados, no dia 17 de julho de 1840, presente na seguinte compilação: **A declaração da maioria de sua majestade imperial o senhor D. Pedro II, desde o momento em que essa ideia foi aventada no corpo legislativo até o ato de sua realização**. Rio de Janeiro: Tipografia da associação do Despertador, 1840, pág. 61-2.

²⁸² Composto completamente por aqueles que apoiavam a campanha da maioria, esse gabinete também ficou conhecido como o “Ministério da Maioridade” ou “Ministério dos Irmãos”; uma vez que dele faziam parte os irmãos Antonio Carlos e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, os irmãos Cavalcanti (futuros Viscondes de Albuquerque e Suassuma), Limpo de Abreu e Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, ver: LYRA, Tavares de. **Instituições Políticas do Império**. Brasília: Senado Federal em Co-edição com a Editora da Universidade de Brasília, v. 16, 1979, pág. 345-346; REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de (1832-1893). **Minhas Recordações**. Op. Cit., pág. 135; HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição...** Op. Cit., pág. 188; SOUSA, Octavio Tarquinio de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo**. Op. Cit., pág. 228-231; MARINHO, José Antonio (1803-1853). **História do Movimento Político de 1842**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977 (versão da primeira edição publicada em 1844), pág. 82.

²⁸³ OTTONI, Teófilo Benedito. **Circular...** Op. Cit., pág. 81; CHAGAS, Paulo Pinheiro. **Teófilo Ottoni: ministro do povo**. Op. Cit., pág. 86; sobre o “aulicismo”, consultar também: BENTIVOGLIO, Julio. Palacianos e Aulicismo no Segundo Reinado – A facção áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da Corte de D. Pedro II. In: **REVISTA ESBOÇOS**. Florianópolis: UFSC, Volume 17, Nº 23, pp. 187-221.

²⁸⁴ OTTONI, Teófilo Benedito. **Circular...** Op. Cit., pág.81.

como estão convencidos de ser a Monarquia constitucional, o governo mais capaz de felicitar o país; no que divergem aquele Sr. deputado e seus aliados dos seus adversários é em se oporem estes às exagerações monárquicas, que podem comprometer a Monarquia representativa.²⁸⁵

Este discurso publicado no *Universal* mostrou que, mesmo após o Golpe da Maioridade do Imperador, os *regressistas* continuaram questionando a adesão monárquica de seus rivais *progressistas*. Para revidar a essas investidas, a exemplo do fragmento acima, o redator do periódico questionou a intenção de seus rivais em julgarem o “monarquismo monopólio de seus amigos e aliados”. Para isso, defendeu que ambos eram monarquistas, mas que os *progressistas* se opunham “às exagerações monárquicas, que podem comprometer a Monarquia representativa”. Antes deste discurso, quando se discutia o projeto da maioria, o *Universal* já havia publicado outra resposta contra o deputado Honório Hermeto Carneiro Leão, o qual defendia não ser “conveniente” que se dissesse ao monarca sobre o projeto, chamando-o ironicamente de “um dos chefes dos inculcados monarquistas de nova data”²⁸⁶.

Essa não foi a primeira vez que o *Universal* rebateu as acusações de seus rivais, questionando a adesão monárquica de alguns *regressistas* de Minas Gerais. Tática, inclusive, que não foi exclusiva dos *progressistas*. Tanto é que, na visão dos “oposicionistas ao Ministério de Julho”,²⁸⁷ o partido que alcançou o poder era formado por verdadeiros “Monarquistas de fresca data”; os quais, “pela mais monstruosa e flagrante contradição, alardeiam de amor ao nosso adorado Monarca ao mesmo tempo” que, “descaradamente, calçam aos pés a Constituição e as Leis”.²⁸⁸ Isso mostra, conforme afirmei anteriormente, como esses discursos entre os principais grupos poderiam ser semelhantes, apesar das importantes sutilezas que os diferenciavam.

Cabe salientar que, na busca dos dois grupos para provarem a sinceridade de suas adesões monárquicas, o termo *oposição* passou a ser usado majoritariamente em relação aos ministérios e não mais abrangendo o detentor do primeiro cargo político do Império, o “adorado monarca”.²⁸⁹ Assim, tornou-se ainda mais importante para os grupos, findo o período regencial, disputar o limitado espaço nos ministérios imperiais, uma vez que assumir

²⁸⁵ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 93, 14 de agosto de 1840, pág. 3.

²⁸⁶ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 63, 1 de junho de 1840, pág. 1-2.

²⁸⁷ Foi desta forma que o *Correio de Minas* e seus aliados, *regressistas*, passaram a se identificar após o Golpe da Maioridade, ver: O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 54, 8 de maio de 1841, pág. 2-3.

²⁸⁸ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 13, 9 de fevereiro de 1841, pág. 3-4.

²⁸⁹ Tanto o *Universal* quanto o *Correio de Minas* se referiam ao Imperador D. Pedro II dessa forma, ver: O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 107, 13 de outubro de 1841, pág. 2; O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 13, 9 de fevereiro de 1841, pág. 3-4.

o ministério significava alcançar o poder. Nesse sentido, o *Correio de Minas*, através de um artigo intitulado “O Jornalista Historiador”, buscou questionar “as tendências” do Ministério de Julho e do “defensor officioso do ministério”, o jornalista contemporâneo.²⁹⁰ Nesse artigo, o redator protegeu e se identificou com a “oposição constitucional de 1840”, afirmando que “não houve um partido que combatesse a maioria do monarca”:

[...] Não houve um partido que combatesse a maioria do monarca; [...] sua constitucionalidade só foi aventada na câmara dos deputados; portanto não houve combate, não houve oposição, e no mesmo dia que o ato foi consumado, todos aderiram a ele, aplaudiram-no mesmo, por esperarem que daí viria para o Brasil uma nova era de glória e prosperidade, esperança burlada pelos desatinos ministeriais. [...] Como acreditar na existência de um partido organizado para anular o ato da maioria? Não há dúvida que há tendências não só para anular a declaração da maioria do Imperador, mas a própria monarquia no Brasil; essas tendências, porém, não são as da oposição constitucional, que aos olhos do contemporâneo tem o horroroso crime de não concordar com os despotismos do gabinete; são desse partido que no Rio Grande peleja por dar cabo das instituições monárquicas e do Império do Brasil; essas tendências são as da gente do ceticismo e do instinto que viram abortar seus planos horrorosos em 1837; essas tendências são daqueles que indicavam não há muitos anos que o Imperador devia ir viajar aos Estados Unidos, ali instruir-se nos princípios do sistema republicano para vir a ser no Brasil Senador ou Deputado.²⁹¹

Neste fragmento do artigo publicado no *Correio de Minas* ficou patente a necessidade que os “oposicionistas constitucionais de 1840”, antes mesmo de atacarem seus oponentes do ministério, tinham em explicar a resistência que integrantes do grupo *regressista* apresentaram ao projeto de maioria. Afinal, era necessário se livrar do “embaraçoso labéu

²⁹⁰ Nesse artigo, o *Correio de Minas* provavelmente referia-se ao redator do periódico *O Despertador Mineiro*, de São João del-Rei, ou ao redator do *Despertador*, da Corte, ambos eram rivais dos *regressistas*, pois fomentaram opinião pública favorável à maioria. Consultamos o frontispício da primeira edição do *Despertador*, do Rio de Janeiro, e o *Catálogo de Acervos Microfilmados* da Fundação Biblioteca Nacional, descobrimos que existiu de 1838 a 1841, era dirigido por J. M. da R. Cabral e redigido por Francisco de Salles Torres Homem. De acordo com Mascarenhas, seus proprietários eram José Martiniano de Alencar e Rafael Tobias de Aguiar, ver: MIRANDA, Leonardo Souza de Araújo. **A Democracia da Gravata Lavada...** Op. Cit., pág. 151; FBN. **Catálogo de Acervos Microfilmados**. Periódico 5/400. Disponível em: <http://catalogos.bn.br/>; MASCARENHAS, Nelson Lage. **Um jornalista do Império. (Firmino Rodrigues Silva)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, pág. 35 *apud* HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição...** Op. Cit., pág. 72.

²⁹¹ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 3, 12 de janeiro de 1841, pág. 2-4.

de inimigos da tão exaltada monarquia”²⁹². Para isso, o redator do *Correio de Minas* tratou logo de questionar as afirmações dos “maioristas” de que houve combate, uma vez que, “não houve um partido que combatesse a maioria do monarca”, apenas tratou-se de sua constitucionalidade na câmara dos deputados. Invertendo o jogo, o redator partiu para o contra-ataque, declarando que a “oposição constitucional de 1840” não combatia a maioria do Imperador, apenas os “desatinos ministeriais”, ao não concordar “com os despotismos do gabinete”. Associou esse mesmo gabinete “despótico” com o partido do Rio Grande do Sul, com os cétricos e aliados de Diogo Antônio Feijó, bem como aos republicanos, que “indicavam” ao Imperador que se instrísse “nos princípios do sistema republicano” norte-americano.

Foi exatamente a campanha dos *regressistas* para associar o “Ministério de Julho de 1840” à guerra do Rio Grande, combinada aos questionamentos sobre a adesão monárquica de alguns ministros, que se mostraram meios eficazes para virar o jogo político. Ao relembrar os fatos e procurando defender seus aliados, no seu livro memória de 1844, José Antonio Marinho argumentou que “o Gabinete, bem que de um modo atroz guerreado, ia satisfazendo a expectativa dos bons Brasileiros”. Mas, de acordo com o cônego, os adversários “anti-Maioristas” recorreram a “outro expediente, que oferecia mais vasto campo à intriga, a guerra do Rio Grande”. Dessa forma, quando o General João Paulo dos Santos Barreto, enviado à batalha no sul para anistiar os rebeldes arrependidos, se viu envolvido em suspeitas de traição, o Ministério de Julho acabou sendo substituído pelo de 23 de Março de 1841, que era “composto dos mais exagerados membros da oposição”, nas palavras de Marinho.²⁹³

Novamente mudam-se os rumos políticos. Enquanto comemorou a notícia da dissolução do primeiro ministério do Imperador, o *Correio de Minas*, novamente governista, brincou em um artigo ao se referir à demissão de alguns *ministros maioristas*: “Vai a baixo, vai! Foi a baixo, foi!”²⁹⁴. *O Universal*, de volta ao campo da *oposição*, assim como fez o cônego José Antonio Marinho em sua recordação, também deixou impresso o seu desgosto com a elevação do *Gabinete Palaciano*.²⁹⁵

²⁹² BASILE, Marcello O. N. de Campos. O Laboratório da nação... In: **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. Op. Cit, pág. 95.

²⁹³ MARINHO, José Antonio. **História do Movimento Político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Tipografia de J. E. S. Cabral, 1844, pág. 43-45.

²⁹⁴ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 40, 30 de março de 1841, pág. 3.

²⁹⁵ O “Ministério de Março”, como era chamado o gabinete elevado em 23 de março de 1841, também ficou conhecido como *Gabinete Palaciano*. Faziam parte Candido José de Araújo Vianna (Marquês de Sapucaí), natural de Congonhas de Sabará; Francisco Vilela Barbosa (Marquês de Paranaguá); Paulino José Soares de Sousa; Miguel Calmon Dupin e Almeida (Visconde e marquês de Abrantes); Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (Visconde de Sepetiba e Ministro dos Negócios Estrangeiros) – o “elemento palaciano” –, e José

O ministério e o País.

Quando vimos que no infausto 24 de março deste ano [1841], se erguia sobre as ruínas da probidade, do patriotismo e do mais acrisolado Brasileirismo, o atual ministério. [...] O Monarca pois foi iludido, a nação vilipendiada, os Brasileiros escarnecidos, cobertos do mais afrontoso opróbrio, e os inimigos desse mesmo Augusto Imperador estão no poder.²⁹⁶

Para o periódico, o dia 24 de março de 1841 foi infausto, pois o Monarca, iludido, deixou que se elevassem ao poder seus inimigos que, ao se tornarem ministros, deixaram em ruínas a probidade ou honestidade, o patriotismo e o mais acrisolado, purificado, brasileiro. Como sempre, questionando o monarquismo de seus rivais, o *Universal* demonstrou bastante apreensão com essa virada de poder e, sutilmente, expôs a inexperience do jovem Imperador, ao sugerir que este se deixou iludir. Essa preocupação da *oposição* com o “Ministério de Março” não era para menos. Poucos meses após a publicação deste texto no *Universal*, o *Gabinete Palaciano* deu continuidade às propostas *regressistas*, iniciadas durante a regência de Pedro de Araújo Lima, a exemplo da Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834, que foram interrompidas durante os oito meses de duração do “Ministério de Julho” de 1840. Dessa forma, conseguiu a aprovação pelo Parlamento das Leis 234, que restabeleceu o Conselho de Estado, no dia 23 de novembro de 1841, e 261, que reformou o Código do Processo Criminal, no dia 3 de dezembro do mesmo ano.²⁹⁷ De acordo com Marco Morel, praticamente foram anulados “os aspectos considerados mais democráticos ou descentralizadores do Código de Processo Criminal e do Ato Adicional”.²⁹⁸

O cônego José Antonio Marinho, lembrando este período, resumiu o sentimento e as desconfianças que a *oposição* tinha em relação ao “Ministério de Março” de 1841, afirmando

Clemente Pereira. Ver: OLIVEIRA, Leda Maria de. **O Movimento de 1842: o protesto armado da Elite liberal mineira**. Op. Cit., pág. 64; BARATA, Alexandre Mansur. Política provincial e a construção do estado nacional brasileiro: Minas Gerais (1834-1844). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, julho 2011, pág. 1-8; CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Op. Cit, pág. 66; WERNET, Augustin. **O Período regencial**. Op. Cit, pág. 77; DORIA, Escragnolle. Relação de Ministros e Secretários de Estado Mineiros ou Representantes de Minas, de 1822 a 1921. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 19, 1921, pág. 79-89; História da Revolução de Minas Gerais, em 1842. In: **RAPM**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, vol.15 (fasc. 1 e 2), 1910, ficha descritiva.

²⁹⁶ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 89, 27 de agosto de 1841, pág. 1-2.

²⁹⁷ Ver: LYRA, Tavares de. **Instituições Políticas do Império**. Op. Cit., pág. 158; **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1841**. Rio de Janeiro: Reimpressa na Tipografia Nacional. Tomo IV. Parte I. 1864, pág. 8-10.

²⁹⁸ MOREL, Marco. **O Período das Regências, (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, pág. 31.

que o mesmo possuía “um plano gigantesco, cujo remate deveria ser o total aniquilamento do sistema constitucional”. Para ele, as Leis *regressistas* representavam um “desvario” dessa facção, que atacava a independência dos poderes ao tornar o judiciário uma comissão do executivo. Segundo o cônego, o direito das municipalidades em interferir nos negócios de Estado era atacado, desde as províncias ao norte, como Ceará e Paraíba até São Paulo e Minas, onde os Presidentes de Província mandavam e desmandavam, silenciando a *oposição*.²⁹⁹

Para além das Leis de Interpretação do Ato Adicional, do Código do Processo Criminal e do restabelecimento do Conselho de Estado, expectativas mais sombrias pairavam sobre a *oposição*. Apesar de verem “com resignação e prazer aproximar-se a época da abertura das Câmaras”³⁰⁰, não deixaram de se preocupar quando os *governistas* passaram a defender a necessidade da “Dissolução da Câmara”, a exemplo de um artigo do jornal *Sentinella da Monarchia*, que foi publicado no *Correio de Minas*:

Dissolução da Câmara

Enquanto não se dissolver a câmara futura não pode haver ordem no país; e se o governo deseja que tenhamos paz e tranquilidade, é esse um dos primeiros passos que tem a dar. A câmara futura foi eleita no meio da desordem, da fraude e da violência; ela só por si simboliza a anarquia enquanto não for dissolvida, será um argumento constante de fato que terão diante dos olhos todos os anarquistas do país – Se a câmara, que nasceu no meio de tantos escândalos subsiste, dirão eles, como não subsistiremos nós?! [...] Enquanto o ministério não dissolver, ninguém acreditará nele; todos o terão por um ministério efêmero, cuja duração não pode ir longe, cujos princípios mesmo não governarão o país por muito tempo, por que os homens, que talvez os haja de substituir serão muito provavelmente tirados do lado oposto.³⁰¹

Este fragmento do texto, publicado em setembro de 1841 no *Correio de Minas*, expressou o entendimento dos *regressistas* de que seria necessário dissolver as câmaras futuras, para fortalecer e estabelecer as reformas efetuadas pelo “Ministério de Março” e garantir a ordem, a paz e a tranquilidade. O redator alegou que a eleição da câmara se deu “no meio da desordem, da fraude e da violência”, simbolizando “a anarquia enquanto não for

²⁹⁹ MARINHO, José Antônio. **História do Movimento Político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Gerais**. Op. cit. pág. 47-49.

³⁰⁰ Idem, pág. 51.

³⁰¹ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 84, 15 de setembro de 1841, pág. 2.

dissolvida”. Caberia ao ministério tomar essa decisão; caso contrário, “ninguém acreditará nele”, advertiu também o escritor. Para complementar as argumentações contra a *oposição* anarquista e a favor da dissolução da câmara, o *Correio de Minas* publicou outro texto na edição seguinte, intitulado “Os Clubes”:

A oposição desde que apareceu, lançou sempre mão de meios extraordinários; o terror, porém, é a arma em que mais confiam os homens de Julho. O ato mais simples do Governo é classificado de atentado, os ministros são monstros, os partidistas da ordem absolutistas; e os talentos e probidade só se encontram nos Srs. A. Carlos, Limpo, Ottoni e etc. Não importa que os fatos de ontem e o comportamento de hoje protestem contra o gênio Financeiro do Sr. Martim, o monarquismo do Sr. Ottoni e a capacidade do Sr. Antonio Carlos.[...] A dissolução da Câmara futura serviu de segundo espantalho; e esse apelo consagrado na Constituição, esse ato pelo qual o Imperante pôs nas mãos do povo o futuro do País, e lhe devolve o exercício do poder eleitoral foi considerado golpe de Estado; e a perspicácia do Sr. Antonio Carlos e companhia, que não soube prever, que ameaças de cortar cabeças, eleições feitas a cacete e essa imensidade de perseguições e erros, que depõem contra os talentos e caráter da oposição; essa perspicácia do *Clairvoyant* [clarividente]³⁰² viu no futuro Santa Helena e Holy Rood se o Monarca dissolvesse uma câmara, que tantos atentados custou aos ministros de Julho. Desesperados por verem o mau efeito do plano de terror, agora se vêm na necessidade de jogar a última carta, o clube da rua do Conde e seus filiais. Nós os esperamos: a pessoa do Imperador é inviolável e sagrada, e nós saberemos defender a monarquia. Os representantes da Nação são eleitos pelo povo para curarem de seus interesses, confeccionarem leis etc., e não para consumirem o tempo com personalidades; devem ter sentimentos de nacionalidade e não se deixarem guiar pela ambição. Estas são as condições; senão não; aí está o Monarca e a Constituição, a câmara dissolve-se e nós elegemos outros. Quando os ambiciosos desprezam as leis e tentam revolucionar o país para governar, para esses sim S. Helena e Holy Rood ou coisa que o valha.³⁰³

Neste texto, o redator do *Correio de Minas* contestou as afirmações da *oposição*, dos “homens de Julho”, referindo-se ao decaído *Gabinete Maiorista*, de que os governistas, “os partidistas da ordem” fossem absolutistas, de que os ministros seriam monstros. Colocou em xeque, por outro lado, os talentos, caráter e probidade da *oposição*, principalmente dos Srs.

³⁰² RÓNAL, Paulo. **Dicionário francês-português português-francês**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007, pág. 43.

³⁰³ CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 85, 18 de setembro de 1841, pág. 1-2.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Antônio Paulino Limpo de Abreu e do mineiro Teófilo Benedito Ottoni, aproveitando para questionar o monarquismo deste. Logo em seguida, o publicista passou a desqualificar os argumentos dos *oposicionistas*, que acusavam de golpe de Estado a iniciativa de dissolução da Câmara futura; uma vez que, seria direito constitucional do Imperador dissolver uma Câmara que teria sido eleita de forma fraudulenta, quando os ministros de Julho tiveram que praticar “tantos atentados”, cortando cabeças, coagindo os eleitores, praticando “essa imensidade de perseguições e erros”. Além de toda essa caracterização do pleito de 1840, que ajudou a originar a expressão “eleições do cacete”³⁰⁴, o redator associou o ex-ministro Antonio Carlos Ribeiro de Andrada³⁰⁵ a um *Clairvoyant*, a um clarividente, na medida em que ele estaria tentando adivinhar o futuro, apostando em Santa Helena e Holyrood.³⁰⁶ Ou seja, sugerindo que Antonio Carlos, os ministros de Julho e a *oposição* estivessem confiantes na derrocada e consequente exílio de D. Pedro II, caso este dissolvesse a Câmara, assim como aconteceu com o Imperador Napoleão Bonaparte e o rei Carlos X, quando enfrentaram, cada um a seu tempo, o poder legislativo

³⁰⁴ De acordo com Erik Hörner, a disputa eleitoral de 1840, para escolher “a legislatura que principiará em 1842”, ficou conhecida como “eleição do cacete”: HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição...** Op. Cit., pág. 5; Cláudia Costin definiu o que seria “eleição do cacete”: teriam predominado no segundo reinado e se caracterizavam pela presença de “chefes políticos que tinham bandos armados que ameaçavam os eleitores e fraudavam os resultados”, ver: COSTIN, Cláudia. **Administração pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, pág. 241.

³⁰⁵ Além de ter sido ministro do Império do *Gabinete da Maioridade*, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva foi um dos principais articuladores do Golpe que elevou D. Pedro II, ainda adolescente, ao Trono. Para Tancredo do Amaral, foi autor da proposta; segundo Marcello Basile, foi eleito presidente do Clube da Maioridade. Após ter sido considerado um dos principais *caramurus* e restauradores pelos *chimangos*, na década de 1830, ele foi considerado um ambicioso pelos *regressistas*, na década de 1840, com os quais travou vários debates, inclusive defendendo a “teoria dos *progressistas*”, provavelmente inspirada em Benjamin Constant, de que “os soberanos não governam, reinam; governam os ministros”, frase que proferiu na sessão de 19 de maio de 1841, quando explicava a retirada do Ministério de Julho. Mais informações sobre Antonio Carlos, ver: AMARAL, Tancredo do. **A História de São Paulo ensinada pela biografia dos seus vultos mais notáveis**. Rio de Janeiro; São Paulo: Alves e Companhia, Editores, 2ª edição, 1895, pág. 168-171; CARVALHO, José Murilo de (org.). **Visconde do Uruguai**. Op. Cit., pág. 406; BASILE, Marcello. O Laboratório da nação... In: **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. Op. Cit., pág. 95; a respeito da teoria de Benjamin Constant e sua influência na política e Constituição Imperial brasileira, ver: BARBOSA, Silvana Mota. **A sphinge monárquica: o poder moderador e a política imperial**. Campinas: UNICAMP (Tese de Doutorado), 2001, especialmente as páginas 49-101.

³⁰⁶ As palavras “Santa Helena” e “Holyrood” possuem raízes religiosas; no entanto, ambas se tornaram nomes de lugares que, mais a frente, abrigaram importantes exilados políticos. De acordo com Steven Englund, após os desgastes decorrentes das derrotas em Leipzig, no ano de 1813, para a coligação entre Rússia, Prússia, Áustria e Suécia, e na Batalha de Waterloo, em junho de 1815, para Inglaterra e Prússia; “no dia 16 de outubro de 1815”, Napoleão Bonaparte “desembarcou em Jamestown, na ilha britânica de Santa Helena”, para onde fora exilado. Holyrood é um palácio real da Escócia, localizado em Edimburgo, que remonta ao século XII. O palácio virou tema para “particularidades e anedotas” por parte da imprensa francesa, entre outros motivos, porque abrigou, mais de uma vez, o rei francês Carlos X, conde de Artois, e sua família. Seu segundo exílio neste castelo se deu após a revolução de 1830, que ocorreu principalmente devido à dissolução da Câmara. Ver: ENGLUND, Steven. **Napoleão: uma biografia política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, pág. 483-488; **La Desterrada de Holy-Rood: Historia de los sucesos ocurridos a la Familia Real de Francia**. Madrid: Em la Imprenta de Yenes, 1838, pág. 13, 65; **Gazeta de Lisboa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1832, edição 281, 27 de novembro de 1832, pág. 1364.

francês. De certa forma, com essa sugestão, o *Correio de Minas* antecipou que algum combate pudesse ocorrer, não deixando dúvida quando demonstrou conhecimento do Clube da Rua do Conde,³⁰⁷ que seria a última cartada da *oposição*.

Essa tensão entre os grupos, envolvendo o debate em relação à dissolução da Câmara, só tendia a aumentar, tendo em vista que ainda faltavam oito meses para que a legislatura de 1842 iniciasse seus trabalhos. Para responder as acusações dos “partidistas da ordem” de que a eleição da Câmara havia sido fraudada e buscando evitar sua dissolução, a *oposição* buscou associar o Ministério de Março ao absolutismo e tratou de listar várias medidas que estes estariam deliberando para cercear as liberdades e a constituição jurada. Dessa forma, o *Universal*, poucos dias após a publicação do artigo “Os Clubes” do *Correio de Minas*, publicou um texto do jornal *Maiorista* intitulado “Boatos sobre o absolutismo”:

Estamos em 1829! Estamos outra vez nos dias atribulados, em que os boatos sobre os planos do absolutismo sucediam-se uns aos outros cada semana, e enchiam a população na capital, e nas províncias de terrores e sustos pela sorte de suas liberdades, e da constituição jurada. Com a restauração dos Paranaguás, Josés Clementes, dos Calmon voltaram os dias de ansiedade, e de angústia, que pareciam ter passado de uma vez para sempre. Corre desde o princípio desta semana a notícia, que se decidiu definitivamente a dissolução prévia da câmara de 1842; que para levar a efeito esta medida subversora da constituição, os ministros deliberaram suspender as garantias em todas as províncias, fazer calar temporariamente a imprensa periódica, anular a eleição de todas as câmaras municipais, e dissolver as assembleias provinciais. Ajunta-se que está feita uma lista de deportações de deputados, senadores, e jornalistas e mais pessoas preponderantes do partido maiorista, o que terá lugar, logo que a câmara seja dissolvida. Outros noticiam que foram expedidas ordens para um movimento das tropas, que se acham no depósito de Santa Catarina, cuja direção ainda se ignora. Alguns propalam que os golpes de estado não pararão aqui; e anunciam outros, que por muito extraordinários, nós julgamos não dever relatar. Infeliz Monarca! Infeliz Brasil!³⁰⁸

³⁰⁷ De acordo com Erik Hörner, duas sociedades secretas funcionaram na Rua do Conde, o *Clube da Maioridade*, que funcionou na residência do Senador Padre José Martiniano Pereira de Alencar, n° 55, e a *Sociedade dos Patriarcas Invisíveis*, que funcionou na casa do Senador Padre José Bento Leite Ferreira de Mello, n° 35. Ainda de acordo com o historiador, os integrantes dos dois clubes eram praticamente os mesmos, com algumas exceções. Alexandre Mansur Barata afirma que “a possibilidade de pegar em armas contra o *Gabinete Palaciano* começou a ser discutida” e “planejada no interior da Sociedade Secreta *Patriarcas Invisíveis*”, em janeiro de 1842, mesmo período em que, segundo Hörner, o governo passou a espionar os oposicionistas, principalmente a movimentação na Rua do Conde. Ver: HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição...** Op. Cit., pág. 88 e pág. 314-315; BARATA, Alexandre Mansur. Política provincial e a construção do estado nacional brasileiro: Minas Gerais (1834-1844). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. Op. Cit., pág. 2.

³⁰⁸ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 102, 1 de outubro de 1841, pág. 3.

O redator do jornal *Maiorista* utilizou uma argumentação em que comparava o ano de 1841 ao de 1829, quando já existia o *Clube dos Amigos Unidos*, que “teve mais influência do que se pensa na revolução de 7 de abril”, de acordo com Teófilo Ottoni.³⁰⁹ Com essa alegação, o redator e a *oposição* justificavam suas formas de atuação em Clubes e Sociedades, a exemplo do *Clube da Maioridade* e da *Sociedade dos Patriarcas Invisíveis*, sempre que fosse “pela sorte de suas liberdades e da constituição jurada”. Ao mesmo tempo, associou o Ministério de Março ao absolutismo e à propagação de “doutrinas anticonstitucionais”, como aquela de “que quem ataca o ministério ataca o Monarca”³¹⁰.

Para corroborar suas ideias, o “partido maiorista”, forma como o redator identificou seus aliados, evitou ao máximo atacar diretamente o Imperador. Dessa forma, os planos absolutistas que amedrontavam a população pela sorte de suas liberdades deviam-se à restauração dos Paranaguás (Francisco Vilela Barbosa), José Clementes (José Clemente Pereira) e dos Calmon (Miguel Calmon Dupin e Almeida), membros do Ministério de Março. Entre as medidas absolutistas ou golpes de Estado, que esses ministros pretendiam levar a cabo, estava a decisão de dissolução prévia da Câmara de 1842, bem como a suspensão das garantias em todas as províncias, perseguição à imprensa, anulação das eleições das Câmaras municipais e dissolução das Assembleias provinciais. Além disso, o redator afirmou que “está feita uma lista de deportações de deputados, senadores, jornalistas e mais pessoas preponderantes do partido maiorista, o que terá lugar, logo que a câmara seja dissolvida”.³¹¹

Aumentou ainda mais a tensão em torno do tema da dissolução da Câmara, quando o *Universal* publicou outro texto que denunciava a possibilidade do senador Bernardo Pereira de Vasconcelos ser chamado a compor o Ministério, levando o redator do periódico a afirmar que “a oposição nada teme por si mesma; teme pela monarquia”:

Modificação do Ministério

Corre desde anteontem a notícia de uma modificação no gabinete. Ajunta-se que os ministros despeitados e sedentos de vingança, propuseram ao Monarca a escolha do Sr. Bernardo Pereira de Vasconcelos; e que em consequência disso este antigo patriarca da prevaricação e da imoralidade fora ontem chamado ao paço. Nós cremos infundada semelhante notícia, quanto a esta última parte; porque não é possível, nem crível que a alma virtuosa de nosso adorado Monarca se deixasse de revoltar à vista

³⁰⁹ OTTONI, Teófilo Benedito. *Circular...* Op. Cit., pág. 10.

³¹⁰ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 93, 6 de setembro de 1841, pág. 2-3.

³¹¹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 102, 1 de outubro de 1841, pág. 3.

de uma tal proposta, e ainda mais que a ela anuísse. Mas seja o que for, fiquem certos os pérfidos conselheiros dessa nomeação, que se cuidam tirar vingança da oposição, chamando em auxílio de sua causa expirante o paralítico anarquizador, cujo nome recorda toda a espécie de crimes e de infâmias, estão muito enganados... Representantes do país, forte com o apoio da maioria da população em toda a vastidão do império, a oposição não há de sucumbir na luta contra os golpes de estado da facção absolutista e antibrasileira. Sim; nós lhe dizemos com a fronte erguida, e sem pavor; a oposição nada teme por si mesma; teme pela monarquia, a Arca Santa de nossa união, teme pela ordem pública, cuja subversão será infalivelmente produzida pela louca ambição de perjuros instigadores de golpes de estado.³¹²

O redator do *Universal*, nesse artigo, caracterizou seus inimigos com violentos insultos: “ministros despeitados e sedentos de vingança”; “patriarca da prevaricação e da imoralidade” e “paralítico anarquizador” (referindo-se ao senador Bernardo Pereira de Vasconcelos); “pérfidos conselheiros”, “facção absolutista e antibrasileira”. Toda essa violência verbal, no entanto, passou à margem da figura do Imperador D. Pedro II. Pelo contrário, o “adorado monarca” foi até elogiado como sendo uma “alma virtuosa”. A *oposição*, buscando combater as intenções dos ministros de dissolver a Câmara, tomou quase sempre esse cuidado para não passar a imagem de antimonarquista. De acordo com o redator, os ministros tinham a intenção de se vingar da *oposição*, por meio de golpes de Estado. Mas essa não deixaria de lutar e não sucumbiria perante seus inimigos, aos quais não temia, apesar de temer pela ordem pública e pela monarquia.

Apesar do tom ameaçador da *oposição progressista*, do “partido maiorista”, deixando claro que estava disposta a lutar contra o que chamou de “golpes de Estados” dos ministros, a dissolução da Câmara de 1842 ocorreu poucos dias antes do início de seu funcionamento, no dia 1º de maio. Além disso, o governo também se decidiu pelo adiamento da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, no dia 9. A tensão política e verbal “atingiu seu ponto máximo após gradativa escalada ao longo do ano anterior” em Minas Gerais, como também em outras províncias, a exemplo de São Paulo.³¹³

Dessa forma, a guerra estava praticamente declarada. Conforme afirmou José Antonio Marinho, mineiros e paulistas acabaram se unindo, excepcionalmente, contra o ataque a uma

³¹² O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 107, 13 de outubro de 1841, pág. 2.

³¹³ HÖRNER, Erik. *Em defesa da Constituição...* Op. Cit., pág. 5.

das bases da representação política brasileira – a Constituição.³¹⁴ No entanto, coube aos paulistas a iniciativa dos Movimentos políticos e armados: praticamente uma semana depois, no dia 17 de maio de 1842, na cidade de Sorocaba, Rafael Tobias de Aguiar foi aclamado Presidente Interino de São Paulo³¹⁵ desafiando as autoridades legais constituídas. Aos mineiros, restou o compromisso de aderirem à causa assim que fosse possível.

Antes de prosseguirmos, contudo, para o próximo e derradeiro capítulo desta dissertação, que trata justamente da influência do Movimento político e armado de 1842, particularmente em Minas Gerais, nas construções imagéticas a separar os grupos, influenciando novas “identidades políticas” a surgirem na Província, vale a pena nos atentarmos para a evolução do debate político que foi analisado nesse capítulo dois.

A princípio, os grupos tratavam-se ambos por monarquistas, apesar de utilizarem adjetivos que, de uma forma ou de outra, tratavam de desqualificar o tipo de monarquia do grupo rival. Dessa forma, durante a regência de Pedro de Araújo Lima, os defensores do governo eram alcunhados pelos seus oponentes de *regressistas*, pois teriam o plano de transformar a monarquia representativa em uma “monarquia absoluta e gótica”; por sua vez, os *regressistas* ironizavam os *progressistas*, chamando-os muitas vezes de “liberalões”³¹⁶ e “panegiristas da monarquia democrática”. À medida que as leis ou projetos *regressistas* eram aprovados, aumentava a tensão entre os grupos que arrogavam cada qual o monopólio do “verdadeiro monarquismo” e defesa da constituição. Nesse sentido, após a aclamação e coroação de D. Pedro II, ambos se arrogavam verdadeiros monarquistas perante a opinião pública e qualificavam seus inimigos políticos como ameaçadores para o sistema monárquico constitucional. Por esse motivo, dependendo do referencial, os rivais eram tratados simplesmente por “anarquistas” ou “absolutistas”.

³¹⁴ MARINHO, José Antônio. **História do Movimento Político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Gerais**. Op. cit. pág. 51-52.

³¹⁵ HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição...** Op. Cit., pág. 135.

³¹⁶ CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 105, 1 de julho de 1840, pág. 2-3.

Capítulo 3. *Partido da Ordem e Homens de Santa Luzia*: “legados” do Movimento político e armado de 1842, em Minas Gerais

Entre outras causas, o Movimento político e armado de 1842, na Província de Minas Gerais, também pode ser identificado como fruto e talvez ápice da “tensão verbal” crescente entre os grupos políticos em luta que, paulatinamente, passaram a se acusar de “anarquistas” e “absolutistas”. Na iminência de eclodir o Movimento, os *progressistas* se identificavam muitas vezes como membros do “partido maiorista” ou simplesmente “liberais”, que deveriam frear as intenções dos “pequenos absolutistas” e do “partido reator”; enquanto os *regressistas* simplesmente se identificavam como “situação”, “defensores do governo” ou “defensores do trono” contra a anarquia, principalmente simbolizada pela Câmara de 1842, que teria sido eleita por meio de um “plano ambicioso de terror”.

Neste terceiro capítulo, buscaremos mostrar a importância dos conflitos de 1842 no processo de reconfiguração identitária dos grupos políticos mineiros, no início do Segundo Reinado, que desaguou no *Partido da Ordem* e nos *Homens de Santa Luzia*. Para isso, nos apoiamos na imprensa, principalmente nos periódicos *o Correio de Minas* e *o Universal*, bem como em documentos, dossiês, manifestos, ofícios, memórias e obras publicadas no calor dos acontecimentos, tendo em vista o diálogo existente entre essas fontes. Assim, é objetivo do capítulo mostrar como o Movimento político e armado de 1842, em Minas Gerais, ocorreu também por conta de uma falência dos políticos em dialogarem, tendo em vista a crescente tensão verbal entre os grupos, ao mesmo tempo em que se transformou em uma espécie de catalisador para a construção de novas formas destes mesmos grupos se tratarem, através do início de novos debates.

Como vimos, em Minas Gerais ambos os grupos acabaram também por se organizarem por meio de Sociedades políticas e, pelo menos até a iminência de eclodir a revolta, encontramos a pública *Sociedade dos Defensores da Religião, do Trono e da Constituição*, de um lado, e a secreta *Sociedade dos Patriarcas Invisíveis*, de outro. Além disso, os grupos mantinham periódicos, a exemplo do *Correio de Minas* e do *Universal*, para divulgarem suas ideias e defenderem seus interesses, princípios e valores. Enquanto jornal da Sociedade dos Defensores da Religião, do Trono e da Constituição, o *Correio de Minas* aos poucos, e circunstancialmente, lançou discursos que defendiam as propostas *regressistas*, quase sempre rivalizando com o *Universal*, que buscou denunciá-las como inimigas da liberdade dos cidadãos e das províncias.

No entanto, explicitando a desistência de “censurar com energia” as medidas propostas pelo Gabinete de Março de 1841 e pelo “partido reator”, que era influenciado pelos ministros do Gabinete de 19 de setembro de 1838, que tem “sempre à sua frente o Proteu”³¹⁷, o *Universal* publicou seu derradeiro artigo, intitulado “Suspensão do *Universal*”³¹⁸.

O periódico, que desde 1838 era propriedade do deputado José Pedro Dias de Carvalho,³¹⁹ tentou explicar os motivos que o levaram a “abandonar o campo” jornalístico. De acordo com o redator, em razão dos “acontecimentos da província de São Paulo” e por conta do “aparato de força” e das “perseguições empregadas pelo governo e seus agentes contra cidadãos e contra a liberdade de imprensa”, o *Universal* foi suspenso por uma “rigorosa necessidade”. Além do mais, o publicista foi categórico quando afirmou que “jamais prestaremos nosso fraco apoio ao gabinete atual”, ao contrário, “para continuarmos a escrever era preciso censurá-lo e censurá-lo com energia”. Dessa forma, o redator tentou mostrar coerência com a postura do jornal sempre opositor ao *regresso*, mas isto teria um custo necessário: “para que não se diga que as nossas censuras [ao governo] são um apoio prestado às hostilidades que contra ele aparecem” [referindo-se ao Movimento político e armado iniciado, como já dissemos, em Sorocaba, a 17 de maio de 1842].³²⁰

Com isso, o proprietário do periódico e seus colaboradores, ao deixarem o campo jornalístico, mostravam que se tornaram tarefas perigosas “*demonstrar, convencer e envolver emotivamente* os receptores de suas mensagens”,³²¹ em virtude do conflito na província vizinha, com o qual não queriam ser associados como apoiadores. Do ponto de vista prático, a desistência do *Universal* explicitou que, para o periódico, o debate de ideias através dos impressos havia se esgotado. O último e derradeiro recurso seria, então, as armas.

Desta maneira, quando eclodiu o Movimento político e armado de 1842, na cidade de Barbacena, no dia 10 de junho, a capital Ouro Preto contava apenas com um jornal do “campo

³¹⁷ Na edição 54, de 25 de maio de 1842, o redator do *Universal* escreveu um texto resumindo o “quadro partidário” da província de Minas Gerais. Para ele, “dois partidos estão quase pronunciados. Um conhecido pelo nome de reator, que parece não querer deixar pedra sobre pedra; e cuja máxima é não perdoar, guerrear até a morte tudo que não for criatura sua. Outro, que se intitula estacionário, ou conservador, que quer ver se é possível com brandura e prudência desarmar os partidos, e assim facilitar o progresso moral e material do país. Mais a frente, o redator afirmou que o “partido reator” tinha como “mira reunir-se, e apresentar-nos o gabinete de 19 de setembro em corpo e alma, tendo como sempre à sua frente o proteu”, referindo-se a Bernardo Pereira de Vasconcelos; ver: O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 54, 25 de maio de 1842, pág. 1-2.

³¹⁸ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 61, 30 de maio de 1842, pág. 8.

³¹⁹ RESENDE, Edna Maria. **Ecos do Liberalismo**. Op. Cit., pág. 250.

³²⁰ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 61, 30 de maio de 1842, pág. 8.

³²¹ Segundo Arnaldo Contier, após analisar parte da imprensa paulista e fluminense, entre a Independência Nacional e os Movimentos ocorridos em 1842, observou que são as principais preocupações dos políticos profissionais “*demonstrar, convencer e envolver emotivamente* os receptores de suas mensagens”. Ver: CONTIER, Arnaldo Daraya. **Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842: matizes do vocabulário político e social**. Petrópolis: Vozes; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979, pág. 41.

legalista” para narrar sobre os acontecimentos. Contudo, além do *Correio de Minas*, ao que tudo indica, um dia após o Movimento ter iniciado, no dia 11 de junho, foi inaugurado outro periódico, *O Legalista*.

Também editado por Jacques Augusto Cony e impresso na *Tipografia do Correio de Minas*, o *Legalista* provavelmente surgiu como um instrumento utilizado pelos “legalistas” para combaterem os insurgentes, uma vez que a existência do periódico compreendeu apenas alguns meses, de junho a novembro de 1842.³²² Além disso, conforme já afirmamos, sua epígrafe resumiu bem a visão dos “legalistas” à respeito do Movimento: “Com esforços anárquicos nada se funda, e é para fundar que os esforços da Liberdade devem ser destinados”³²³. Assim, os periódicos acabaram tomando a dianteira na análise dos fatos na capital da Província, buscando conformar uma opinião pública favorável à “Força da Legalidade” e contrária aos “rebeldes”³²⁴, bem como imprimiram suas versões acerca do caráter do Movimento e das identidades envolvidas no conflito.

Para o *Correio de Minas*, tratava-se de uma sedição ou rebelião, promovida por uma “horda de canibais” contra as “Forças da Legalidade”³²⁵. Além de promover (des)qualificações para o Movimento, o periódico também ajudou a divulgar e fomentar “identidades políticas”, utilizando como referencial e “evento simbólico” o que chamou de “Rebelião de Barbacena”. Dessa forma, quase dois anos depois que os conflitos terminaram, em São Paulo e em Minas Gerais, o *Correio de Minas* publicou um artigo intitulado “O partido da Ordem ao ver da oposição”. Nesse texto, o redator do periódico buscou divulgar e defender a imagem da “legalidade”, representada pelo *Partido da Ordem*. Para isso, ele o antagonizou com a “oposição Santa Luzia”, cujo antigo “gênero de batalha” estaria sendo, “mais que nunca”, “intrigar entre si os amigos da ordem”, revelando, segundo o redator, “seu estado de fraqueza”³²⁶.

³²² Inferimos que o jornal *O Legalista* foi inaugurado no dia 11 de junho de 1842, pois esta data corresponde à edição nº 1, do ano 1, de acordo com o catálogo da exposição de aniversário da elevação de Vila Rica à cidade de Ouro Preto, no qual consta o acervo de periódicos da Fundação Biblioteca Nacional. Ver: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Ouro Preto. Sesquicentenário da elevação de Vila Rica à Categoria de Imperial Cidade de Ouro Preto. 1823-1973**. Op. Cit., pág. 68; FBN. **Catálogo de Acervos Microfilmados**. Periódico 3/4. Disponível em: <http://catalogos.bn.br/>.

³²³ VEIGA, Xavier da. **RAPM**. 1898, op. Cit, pág. 197.

³²⁴ Foi desta forma que o *Correio de Minas* segregou as identidades políticas em combate, o jornal se identificava como partidário da “Força da Legalidade” e qualificava seus rivais como “rebeldes”. Entre várias edições, ver principalmente: O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 38, 14 de julho de 1842, pág. 4; O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 44, 31 de agosto de 1842, pág. 4.

³²⁵ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 50, 05 de outubro de 1842, pág. 2.

³²⁶ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 4, 15 de janeiro de 1844, pág. 2-3.

O artigo do *Correio de Minas*, publicado em janeiro de 1844, mostrou como o periódico ajudou o grupo político, que até pouco tempo era intitulado *regressista*, a se firmar como hierarquicamente superior na província de Minas Gerais. Por conta do Movimento político e armado de 1842, o jornal associou esse grupo, imagetivamente, primeiro à legalidade e, posteriormente, aos defensores da ordem monárquica e imperial. Dessa forma, após a vitória da “Força da Legalidade” no campo de batalha e na imprensa mineira, gradualmente este grupo passou a se afirmar como o verdadeiro *Partido da Ordem*, que venceu os “anarquistas” e “sediciosos” em Santa Luzia, a 20 de agosto de 1842. Para reforçar essa imagem hierarquicamente superior dos verdadeiros “partidistas da Ordem”, o periódico também ajudou a fomentar uma imagem negativa de seus opositores, chamando-os de *Homens de Santa Luzia* e promovendo uma “estigmatização”³²⁷ a partir do local onde ocorrera a maior e fatídica derrota dos insurgentes, sempre associados a anarquistas e sediciosos. Com isso, o *Correio de Minas* reforçou a antítese entre os “vencedores e os derrotados” em campo de batalha, na província de Minas Gerais.

Logicamente, o *Correio de Minas* não foi o único periódico utilizado pelos “legalistas” para imprimirem suas impressões sobre os acontecimentos políticos e rebeldes, que marcaram o ano de 1842, mas, provavelmente, foi um dos principais na província de Minas Gerais. Além do *Legalista*, o jornal de Ouro Preto contou também com outros periódicos, a exemplo do *Sentinella da Monarchia*, jornal “político e literário” da Corte, que funcionou entre 1840 e 1847.³²⁸

A “Força da Legalidade” contou, ainda, com outros instrumentos para fomentar, a seu favor, a opinião pública, como manifestos, proclamações e correspondências. Alguns destes eram, inclusive, impressos nas páginas do *Correio de Minas* e escritos, na maioria das vezes, por autoridades políticas, a exemplo de um Manifesto do Presidente da Província, Bernardo Jacinto da Veiga, publicado dia 15 de junho de 1842, quando já havia cinco dias que o Movimento havia iniciado;³²⁹ manifestos de Câmaras municipais, que se colocavam contrários aos “rebeldes” e conclamavam os conterrâneos a fazerem o mesmo, como um

³²⁷ Sobre o assunto, ver também: MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. Op. Cit., pág. 105.

³²⁸ De acordo com o *Catálogo de Periódicos Raros* da Fundação Biblioteca Nacional, o jornal era um órgão da *Tipografia Americana de I. P. da Costa* e, após o primeiro ano de sua existência, em 1841, deixou de apresentar o subtítulo “periódico político e literário”. A epígrafe afirmava que “a pessoa do imperador é inviolável e sagrada”. Ainda de acordo com a descrição deste *Catálogo* da FBN, o jornal era “publicado sob a inspiração de Bernardo Pereira de Vasconcelos”. Ver: FBN. **Catálogo de Periódicos Raros**. Periódico 1/3. Disponível em: <http://catalogos.bn.br/>.

³²⁹ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 34, 15 de junho de 1842, pág. 1-2.

Manifesto da Câmara Municipal de Sabará dirigida aos “Sabarenses”³³⁰, assim como tantos outros documentos publicados durante os dois meses e dez dias que duraram os conflitos armados de 1842, em Minas Gerais.

De forma análoga, podemos dizer que o mesmo foi feito no lado “rebelde”. Ainda que não tenhamos informações a respeito de algum periódico na capital da província que defendesse os revoltosos durante o Movimento político e armado de 1842, periódicos de outras localidades da Província fizeram este papel. Entre esses, combateram intensamente ao lado dos insurgentes os periódicos *O Echo da Razão* e *O Despertador Mineiro*, por exemplo.

O primeiro foi fundado e redigido, principalmente, pelo Dr. Camilo Maria Ferreira Armond, futuro Conde de Prados, natural de Barbacena, mesma localidade em que o periódico foi publicado de 1840 a 1842, pela *Tipografia da Sociedade Typographica*.³³¹ O médico, que também exerceu cargos públicos, como juiz de paz e presidente da Câmara Municipal de Barbacena, tinha motivos pessoais e políticos para ficar ao lado dos insurgentes de 1842, uma vez que, em 1841, foi eleito deputado à Assembleia Geral que foi dissolvida. Dessa forma, Armond “teve participação ativa no movimento armado deflagrado em Barbacena”, inclusive utilizando o *Echo da Razão* “para mobilizar a opinião pública a favor do movimento”³³².

O segundo foi impresso pela *Tipografia de Pimentel*, entre 1841 e 1842,³³³ em São João del-Rei. De acordo com Luciano Moreira, o redator do *Despertador Mineiro* era o médico Dr. Jacintho Rodrigues Pereira Reis,³³⁴ natural de Minas Gerais e membro de uma família com tradição na medicina. Pereira Reis também dividiu a redação de outro jornal, *O Homem e a América*, em 1832, “juntamente com Francisco de Salles Torres Homem, José Martins da Cruz Jobim, Francisco Freire Alemão de Cysneiros, Januario da Cunha Barbosa e

³³⁰ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 35, 22 de junho de 1842, pág. 2.

³³¹ VEIGA, Xavier da. **RAPM**. 1898, op. Cit., pág. 209-210; FBN. **Catálogo de Periódicos Raros**. Periódico 1/1. Disponível em: <http://catalogos.bn.br/>; RESENDE, Edna Maria. **Ecos do Liberalismo**. Op. Cit., pág. 46.

³³² ARAÚJO, Maria Marta. **Com quantos tolos se faz uma república?** Op. Cit., pág. 15.

³³³ Erik Hörner encontrou uma afirmação do *Universal* de que o periódico *O Despertador Mineiro* teria surgido em 1841, para Guilherme de Souza Maciel, o jornal existiu entre 1841 e 1842. Apesar disto, no *Catálogo de Periódicos Raros*, da Fundação Biblioteca Nacional, e para o autor de *A Imprensa em Minas Gerais*, Xavier da Veiga, o jornal teria existido apenas em 1842, provavelmente, como afirmou Hörner, porque existem poucas edições do periódico. Ver: HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição...** Op. Cit., pág. 216; MACIEL, Guilherme de Souza. **O Recreador Mineiro (Ouro Preto: 1845 – 48): Formas de Representação do Conhecimento Histórico na Construção de uma Identidade Nacional**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal de Minas Gerais (Dissertação de Mestrado), 2005, pág. 8; Fundação Biblioteca Nacional. **Catálogo de Periódicos Raros**. Periódico 1/1. Disponível em: <http://catalogos.bn.br/>; VEIGA, Xavier da. **RAPM**. 1898, op. Cit., pág. 202.

³³⁴ MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Opinião Pública no Brasil Império**. Op. Cit., pág. 204.

Saturnino de Souza e Oliveira”³³⁵. Em 1842, o *Despertador Mineiro* atuou ao lado dos insurgentes, publicando artigos, expondo os motivos dos revoltosos e ajudando a formar uma opinião pública favorável ao Movimento. De acordo com Marcilaine Soares Inácio, também “colaborou intensamente” com o periódico são-joanense o cônego José Antonio Marinho, atuando como um dos redatores.³³⁶

Para Erik Hörner, a existência destes jornais opositores ao Gabinete de Março de 1841 nestas localidades, Barbacena e São João del-Rei, não foi aleatória.³³⁷ De fato, Barbacena foi a cidade escolhida pelos insurgentes para o início do Movimento, no dia 10 de junho de 1842, devido, entre outros motivos, à sua posição geográfica, próxima tanto da capital do Império quanto da capital da província, e também ao fato político representativo, que foi a suspensão dos vereadores da Câmara de Barbacena e de Presídio pelo Ministro do Império, Candido José de Araújo Vianna, no dia 10 de dezembro de 1841.³³⁸ Por sua vez, São João del-Rei foi uma das primeiras cidades a aderirem ao Movimento. Patente da importância da cidade, cabe salientar que, na *Circular as Câmara Municipais*, emitida ainda no dia 10 de junho, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha deu destaque ao município, quando se dirigiu somente à Câmara Municipal de São João del-Rei.³³⁹

Ao contrário do *Correio de Minas*, que durou até 1844 e, portanto, participou dos debates em torno da anistia dos insurgentes, estes dois periódicos duraram apenas até o ano dos conflitos. No entanto, em 1843, o *Correio de Minas* entrou em debate com outro periódico, intitulado *O Itacolomy*, acusando o mesmo de “jurar por todos os santos” que “todos os aderentes da rebelião obravam espontaneamente”, não havendo quem os recrutasse. Nesse artigo, desmentiu este periódico, quando ainda ocorria a campanha em torno da anistia ou não dos rebeldes.³⁴⁰

Em 1845, ficou patente a contribuição deste jornal para o legado da memória dos insurgentes, quando publicou um relato assinado por Teófilo Ottoni e também atribuído ao “ex-deputado à Assembleia Geral”, José Pedro Dias de Carvalho, “e de vários outros intitulados chefes *rebeldes*”. Além de contribuir para a memória dos rebeldes, o periódico

³³⁵ Ver: FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Jacintho Rodrigues Pereira Reis. In: **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz**. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.

³³⁶ INÁCIO, Marcilaine Soares. Associação e imprensa em Minas Gerais na primeira metade do século XIX... In: **Anais CBHE: 5º Congresso Brasileiro de História da Educação**. Op. Cit., s/ pág.

³³⁷ HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição...** Op. Cit., pág. 217.

³³⁸ História da Revolução de Minas Gerais, em 1842. In: **RAPM**. Op. Cit., pág. 182.

³³⁹ SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de. **Quadro Cronológico das peças mais importantes sobre a Revolução da Província de Minas Gerais em 1842**. Ouro Preto: Tipografia Imparcial de B. X. P. de Sousa, 2ª edição, 1844, pág. 14.

³⁴⁰ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 4, 15 de janeiro de 1844, pág. 1-2.

também elogiou, sutilmente, os políticos tidos como chefes do Movimento, ao tratar como “dignos” os “Srs. Ottoni e Dias de Carvalho”³⁴¹. Luciano Moreira atribuiu a redação do *Itacolomy* ao próprio Teófilo Benedito Ottoni.³⁴² De acordo com Maria Marta Araújo, *O Itacolomy* foi lançado pelos rebeldes em Ouro Preto para discutir, “perante os tribunais e a opinião pública”, não apenas “a teoria constitucional, como as ‘causas longo tempo acumuladas e as paixões exacerbadas que haviam produzido e podiam justificar o movimento de 10 de junho’”. Para reiterar a importância política da literatura, a historiadora também afirmou que, além do *Itacolomy*, os rebeldes lançaram e editaram, sob a direção do padre Antônio de Souza Braga, o periódico literário *O Atheneo Popular*, em Ouro Preto. Com isso, Maria Marta Araújo reafirmou a importância de uma abordagem que sobreponha cultura e política sobre os movimentos políticos e armados de 1842.³⁴³

Estes periódicos publicados em Ouro Preto apareceram para defender o legado insurgente e justificar suas ações, provavelmente em 1843, quando ainda estava em aberto a decisão sobre a anistia dos envolvidos nos conflitos, que só se resolveu no dia 14 de março de 1844, com decisão favorável aos mesmos. Assim como os “legalistas”, os insurgentes também se comunicaram e se organizaram por meio de ofícios, correspondências, manifestos, proclamações e bilhetes.

De tal modo, insurgentes e legalistas produziram tantos documentos durante os conflitos, em pouco mais de dois meses, que foi possível publicar uma compilação

³⁴¹ Além desta contribuição à memória dos revoltosos, com a publicação deste relato da prisão e itinerário, de Santa Luzia a Ouro Preto, empreendido pelos insurgentes derrotados e por oficiais “legalistas”; *O Itacolomy* propagou, por meio de sua epígrafe, o mesmo lema daqueles que se intitulavam *progressistas, liberais*, e, posteriormente, libertadores “da coação em que se acha o monarca”. Tal lema foi retirado da própria Constituição Política do Império: “A Constituição reconhece e garante o direito de intervir todo o Cidadão nos negócios da sua Província, e que são imediatamente relativos aos seus interesses peculiares”. Ou seja, defendeu também a “autonomia provincial”, quando defendeu o direito dos cidadãos intervirem naquilo que fosse “interesse peculiar” de suas províncias. No entanto, existem apenas três edições que interessam ao período da nossa pesquisa, compreendidos entre novembro de 1844 e maio de 1845, no acervo de *Jornais Mineiros* do Arquivo Público Mineiro. Até a edição de março de 1845, apareceu no frontispício do jornal que ele era publicado na Tipografia Imparcial de Bernardo Xavier Pinto de Souza. Para Hörner, a obra de Sousa, *Quadro Cronológico das peças mais importantes sobre a Revolução da Província de Minas Gerais em 1842*, pode ter “relevância”, pois permitiu que os “legalistas” saíssem à frente no registro e construção da memória, colocando “em xeque a suposta neutralidade existente” de sua compilação documental. De qualquer modo, mesmo que a relação de impressão entre este periódico e o Primeiro Oficial da Secretária do Governo possa parecer suspeita, o *Correio de Minas* qualificou o periódico como um rival; além disso, na edição de maio de 1845, *O Itacolomy* já apareceu como uma publicação de Tipografia própria. Ver: Acervo / *Jornais Mineiros*. In: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php>; O ITACOLOMY, Ouro Preto, edição 12, 1 de novembro de 1844, pág. 1; O ITACOLOMY, Ouro Preto, edição 25, 18 de março de 1845, pág. 1; O ITACOLOMY, Ouro Preto, edição 54, 8 de maio de 1845, pág. 1-4; HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição...** Op. Cit., pág. 7; SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de. **Quadro Cronológico das peças mais importantes sobre a Revolução da Província de Minas Gerais em 1842**. Op. Cit.

³⁴² MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Opinião Pública no Brasil Império**. Op. Cit., pág. 205.

³⁴³ ARAÚJO, Maria Marta. **Com quantos tolos se faz uma república?** Op. Cit., pág. 119-121.

documental sobre esta “Revolução”. Conforme afirmou o próprio autor deste “dossiê”, a primeira edição esgotou antes mesmo de ser lançada, uma vez que “o número dos Srs. subscritores desta obra” excedera “muito o dos exemplares que dela fiz extrair no Rio de Janeiro”³⁴⁴. Por este motivo, em 1844, Bernardo Xavier Pinto de Sousa publicou a segunda edição de seu trabalho, intitulado *Quadro Cronológico das peças mais importantes sobre a Revolução da Província de Minas Gerais em 1842*.³⁴⁵

De acordo com Sousa, diferentemente das “tão rápidas e tão frequentes [...] comoções por que passaram as Províncias do Império durante a Menoridade”, que não possibilitaram “referir todas as suas circunstâncias ou averiguar rigorosamente as causas e os seus fins”, o Movimento ocorrido em Minas Gerais, no ano de 1842, deixou vários registros. Para ele, os efeitos do Movimento “não podem deixar de ser duradouros” uma vez que, além de ter ameaçado “de eminente perigo o sossego de todo o Império”, “a vastidão do seu plano”, a representação de seus líderes, “o grande número dos comprometidos” e “a natureza dos motivos que se alegaram para justificá-lo” exigem “que mais maduramente se estude essa crise”.

Dessa forma, para Sousa, seu trabalho serviria aos interesses de “brasileiros de todas as crenças políticas”, bem como aos futuros historiadores que, “mais longe das crises sociais”, poderiam perscrutar os conflitos de 1842 “sem interesse, sem paixão”, mas sim como juiz, afastando-se da cumplicidade e das acusações. Por isso, o autor se eximiu de “tão difícil tarefa”, afirmando que sua “intenção é concorrer para o esclarecimento da verdade” e “não avivar paixões e ódios que tantas desgraças tem já produzido”. Apesar destas afirmações, o autor do *Quadro Cronológico das peças mais importantes sobre a Revolução da Província de Minas Gerais em 1842* acabou, sutilmente, defendendo o governo e o *status quo*, quando afirmou:

[...] reflete que a vossa terra natal será grande, próspera, digna da inveja dos outros povos se tiverdes união e constância para sustentar as Instituições que felizmente adotastes; mas que bem diverso há de ser o seu destino se o cego espírito de partido

³⁴⁴ SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de. **Quadro Cronológico das peças mais importantes sobre a Revolução da Província de Minas Gerais em 1842**. Op. Cit., pág. IV.

³⁴⁵ Ao que tudo indica, esta é a mesma compilação de documentos que, em 1910, foi publicada pela *Revista do Arquivo Público Mineiro*, volume XV. Lúcio José dos Santos fez esta observação, no entanto, ao que tudo indica, ele confundiu a data desta publicação, afirmando ser de 1916, também volume XV. De qualquer modo, o autor também afirmou que ela é idêntica à obra de Bernardo Xavier Pinto de Sousa, publicada pela primeira vez em 1843, cuja segunda edição saiu em 1844. Apesar de ser a mesma compilação documental, o APM não atribuiu autoria à mesma. Ver: SANTOS, Lúcio José dos. A Revolução de 1842 em Minas Gerais. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 180, 1943, pág. 123; História da Revolução de Minas Gerais, em 1842. In: **RAPM**. Op. Cit.

continuar a inspirar-vos reações e vinganças como remédio aos males que vos afligem.³⁴⁶

É possível afirmar, portanto, que a obra de Bernardo Xavier Pinto de Sousa representa uma das primeiras considerações publicadas sobre a “Revolução” de 1842. Para este autor, esta foi fruto do “cego espírito de partido” que inspirou “reações e vinganças”. Ou seja, Sousa acabou por criticar os motivos do Movimento político e armado, ainda mais porque ameaçou “de eminente perigo o sossego de todo o Império” e as Instituições que, “felizmente”, foram adotadas. De acordo com Erik Hörner, “poderíamos dizer que os legalistas ou os vitoriosos na guerra de 1842 largaram na frente no que diz respeito ao registro dos eventos e suas repercussões para a construção da memória”³⁴⁷. De fato, corrobora com essa afirmação o fato de que, ainda em 1842, o *Correio de Minas*, prontamente, no dia 10 de setembro, publicou uma nota em que anunciava a publicação da obra de Sousa e informava aos leitores os locais onde esta poderia ser adquirida:

Anúncio

História da revolução de Minas de 1842, ou Coleção cronológica de peças oficiais, tanto das autoridades legítimas, como dos rebeldes e outros artigos publicados nas folhas de ambos os partidos, com documentos importantes e curiosos sobre a mesma revolução.

Subscreve-se para esta obra, que já se acha adiantada, e comporá um grande volume, nas casas dos Srs. Modesto Antonio Machado de Magalhães e Companhia, Carlos de Assis Figueiredo e Francisco de Magalhães nesta capital, pela quantia de 4:000 rs, pagos adiantados ou metade no ato da subscrição, e a outra metade quando tiver lugar o recebimento da mesma obra, da qual se imprimirá somente o número suficiente de exemplares para os assinantes. As pessoas de fora da cidade, que queiram subscrever poderão dirigir o seu nome em carta fechada, com a respectiva quantia, a qualquer daqueles Srs. de quem receberão o competente recibo. Subscreve-se também em casa dos Srs. João Pedro da Veiga no Rio de Janeiro, Comendador Joaquim José de Meireles Freire no Sabará, Martiniano Severo de Barros, em São João del-Rei e José Bento da Costa Azedias, em Barbacena.³⁴⁸

³⁴⁶ SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de. **Quadro Cronológico das peças mais importantes sobre a Revolução da Província de Minas Gerais em 1842.** Op. Cit., pág. VII-IX.

³⁴⁷ HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição...** Op. Cit., pág. 7.

³⁴⁸ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 45, 10 de setembro de 1842, pág. 4.

A obra foi anunciada no *Correio de Minas*, “órgão legalista”, e o título original apresentou uma dicotomia entre as *autoridades legítimas* e os *rebeldes*, fatos que colocam “em xeque a suposta neutralidade existente por trás de uma compilação documental”. Além disso, sutilmente denunciou, conforme sugeriu Hörner, “a intenção de enfatizar o crime, a infração da lei cometida pelos insurgentes e a ação ‘totalmente’ legal executada pelos agentes do governo na tentativa de manter a ordem”³⁴⁹. Somado a isso, é interessante notar que os locais de venda da obra de Bernardo Xavier Pinto de Sousa também denunciam a neutralidade de sua obra, na medida em que alguns destes senhores citados pelo *Correio de Minas* pertenciam, provavelmente, às fileiras *legalistas*.³⁵⁰

Modesto Antonio Machado de Magalhães e Francisco de Magalhães, por exemplo, eram dois irmãos que pertenciam a uma abastada família, cuja fonte de riqueza concentrava-se em posse de terras. O pai destes, o Comendador Fernando Luis Machado de Magalhães, “foi um grande fazendeiro na Freguesia de Camargos, Comarca de Mariana, onde residia”, e, “no ano de 1821, através de Carta Régia, recebeu uma Comenda da Ordem de Cristo, ficando atestada sua qualidade de homem notável”. A partir daí, o Comendador procurou unir alguns de seus filhos, por laço matrimonial, inclusive Modesto Antonio Machado de Magalhães, à família Teixeira de Souza, cuja riqueza era ligada ao comércio. O cunhado dos dois irmãos citados, Manoel Teixeira de Souza, de acordo com a historiadora Amanda Dutra Hot, era “chefe do partido conservador em Minas Gerais”³⁵¹.

Conforme citamos no capítulo anterior, José Bento da Costa Azedias foi um dos responsáveis pelo periódico regressista *O Paraibuna*, publicado em Barbacena de 1836 a 1839. João Pedro da Veiga era irmão de Bernardo Jacinto da Veiga, presidente da província quando eclodiu o Movimento político e armado e contra quem os insurgentes se rebelaram. Além do parentesco, João Pedro da Veiga ajudou a vender o jornal *A Opinião Campanhense*, no qual seu irmão foi redator na década de 1830, juntamente com Manoel Soares do Couto e Martiniano Severo de Barros, entre outros. De acordo com Luciano Moreira, é preciso evitar generalizações, mas “podemos inferir que as ligações políticas repercutiam na formação das redes de comunicação”. Apesar de a obra de Souza não ser um periódico, a afirmação de

³⁴⁹ HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição...** Op. Cit., pág. 7.

³⁵⁰ Pela natureza deste trabalho, que é analisar as construções imagéticas a separar os grupos e, portanto, não pretende traçar um perfil coletivo dos políticos mineiros, acabamos optando em não pesquisar a filiação política de todos esses homens citados pelo *Correio de Minas*, por entender que fugiria aos propósitos do trabalho. Por isso, não podemos afirmar, com certeza, se esses homens eram todos membros do campo *legalista* ou não. Apesar disto, conseguimos informações sobre alguns deles que respaldem essa suspeita.

³⁵¹ HOT, Amanda Dutra. **Cartas à Viscondessa: cotidiano e vida familiar no Brasil Império (Ouro Preto, 1850 – 1902)**. Mariana: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP (Dissertação de Mestrado), 2010, pág. 28-31.

Moreira de que os periódicos “tinham como local de venda as lojas e casas de particulares, provavelmente partidários do mesmo credo político”, também pode ser aplicada para esse caso. Além disso, procederia também outra sugestão do historiador, no que diz respeito ao estabelecimento de “laços regionais no Império”. No caso da obra de Souza, ficou clara a ligação dos *legalistas* de Minas Gerais com a Corte, por meio da loja de João Pedro da Veiga.³⁵²

Apesar desta “rede de comunicação” tão eficiente, é bem provável que alguns dos sediciosos também tenham lido a obra de Bernardo Xavier Pinto de Sousa, a exemplo de José Antonio Marinho que, segundo Erik Hörner, foi “seu leitor declarado”³⁵³, ainda que, na listagem dos subscritores, presente no final de seu trabalho, não apareçam os nomes dos principais “chefes” do Movimento político e armado de 1842, o que corrobora ainda mais com a suspeita da procedência *legalista* de sua obra. Não podemos afirmar se esses “chefes” assinaram ou não o *Quadro Cronológico das peças mais importantes sobre a Revolução da Província de Minas Gerais em 1842*, uma vez que, conforme explicou o próprio Sousa: “não nos foi possível inscrever os nomes de todos os Srs. assinantes por não terem em tempo competente chegado a nosso poder algumas listas; porém esses mesmos, que aqui não vão mencionados, receberão a obra pelo preço da assinatura”³⁵⁴. De qualquer modo, podemos inferir que aqueles envolvidos diretamente nos conflitos tivessem curiosidade em saber o que estava sendo publicado a respeito do Movimento político e armado de Minas Gerais.

Seja como for, apesar desta “vantagem dos *legalistas*”, com a publicação desta compilação documental não totalmente neutra sobre a “Revolução de 1842”, publicada em primeira mão, de acordo com Hörner, isso não quer dizer que essa obra tenha se perpetuado como leitura básica ou obrigatória sobre a revolta. Ao contrário, de acordo com o historiador, foram feitas “raras referências” à obra de Sousa.³⁵⁵

Por outro lado, ocupou um lugar mais destacado na historiografia a segunda obra publicada sobre o Movimento político e armado de 1842, em Minas Gerais, de autoria do cônego José Antonio Marinho. Na visão de Erik Hörner, a *História do Movimento Político, que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Gerais* “possui um claro caráter de obra-defesa”, já que “foi redigida provavelmente entre a absolvição de Marinho e a anistia concedida” aos insurgentes em março de 1844. Apesar disto, “é seu livro, e não a coletânea

³⁵² MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Opinião Pública no Brasil Império**. Op. Cit., pág. 229-230.

³⁵³ HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição...** Op. Cit., pág. 8.

³⁵⁴ SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de. **Quadro Cronológico das peças mais importantes sobre a Revolução da Província de Minas Gerais em 1842**. Op. Cit., pág. 413 (numeração do PDF).

³⁵⁵ HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição...** Op. Cit., pág. 7.

documental de Pinto de Souza, que figura como leitura obrigatória sobre os eventos de 1842”. O livro do cônego Marinho, além do seu “caráter parcial”, talvez tenha se perpetuado como “leitura obrigatória”, possivelmente porque foi “a primeira obra escrita” sobre os conflitos em Minas.³⁵⁶ Além do mais, é notório o uso que os políticos republicanos mineiros fazem de alguns movimentos insurgentes do Brasil Imperial, sempre destacando a importância destes para o legado republicano. Basta observar os discursos destes políticos contemporâneos em datas comemorativas.

Assim como a obra de Bernardo Xavier Pinto de Sousa, a obra do cônego José Antonio Marinho também possui citações de documentos de ambos os lados do conflito, testemunhos e suas considerações sobre o que chamou de “*Movimento Político*”. De forma análoga a Sousa, Marinho logo reiterou a importância do ano de 1842 para a história do país, ao afirmar: “o ano de 1842 formará uma das épocas notáveis do Brasil; e os acontecimentos, que nele tiveram lugar, fornecerão matéria para um dos mais interessantes episódios da história pátria”. No entanto, a grande diferença de sua obra encontra-se nas respostas que deu, em suas considerações, ao “partido vencedor”.

De acordo com o cônego, enquanto esteve exilado, ocupou-se “em coordenar” em sua memória “os fatos” que “longe” dele era “a intenção de publicá-los”; mas, viu-se incitado a continuar o seu trabalho, pois “desesperava-me ao ver a crueldade com que nos seus escritos o partido vencedor caluniava seus contrários”, bem como “na Câmara Temporária, recheados de inventivas, de calúnias, de suposições gratuitas e falsas contra os insurgentes, me firmou nesse propósito”. As intenções de Marinho, ao resolver publicar o seu trabalho, além das justificativas acima resumidas, são parecidas com as de Sousa: “esclarecer em algum tempo a opinião do país, tanto a respeito das causas, que puseram as armas nas mãos de uma população industriosa e pacífica, como da maneira, porque se conduziram os insurgentes por todo o tempo”³⁵⁷.

Foi expondo as causas e consequências do Movimento político e armado de 1842 que as diferenças entre as considerações de Marinho e Sousa tornaram-se gritantes. Diferentemente de Sousa, para quem a “Revolução de 1842” ameaçou “de eminente perigo o sossego de todo o Império” e teve como causa o “cego espírito de partido”, que inspirou “reações e vinganças”³⁵⁸; Marinho logo conclamou “o leitor imparcial” a se convencer “de

³⁵⁶ HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição...** Op. Cit., pág. 8-18.

³⁵⁷ MARINHO, José Antonio. **História do Movimento Político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Gerais.** Op. Cit, pág. I-II.

³⁵⁸ SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de. **Quadro Cronológico das peças mais importantes sobre a Revolução da Província de Minas Gerais em 1842.** Op. Cit., pág. VII-IX.

que um verdadeiro temor pelas liberdades públicas [...] dera causa aos movimentos políticos de 1842”. Continuando seu raciocínio, o cônego afirmou também, como motivações e, de certa forma, respondendo à Sousa, “que a Religião do juramento, que o amor sincero pelas instituições monárquicas representativas, que não o desejo, a intenção de mudá-las ou alterá-las, levantou a bandeira da resistência aos desvios do Poder”. Em seguida, Marinho reforçou as “necessidades” que tiveram os insurgentes e, sem esconder sua filiação política, o padre passou a elogiar as intenções daqueles que pegaram em armas:

[...] nenhuns revolucionários mostrarão mais moralidade, nem mais heroísmo no desfecho da questão. Ver-se-á que cada encontro das forças da Legalidade com os insurgentes, qualquer que fosse o partido vencedor, era sempre a Causa da Monarquia, a que recolhia o último e mais brilhante triunfo; que em um e outro exército era a bandeira do [Senhor] D. Pedro II entrelaçada com a da Constituição do Estado, a que conduzia os soldados ao combate, e a que lhes infundia os brios e a coragem; que uma convicção profunda dominava a todos os insurgentes, desde a barraca do mais humilde soldado à Casa da Presidência interina; de que a facção absolutista, a cuja frente se achavam dois homens os mais fatais ao País, José Clemente e Marquês de Paranaguá, pretendia realizar em 1842 o sistema, porque se desvela desde a Independência do Brasil. Finalmente ficará patente que as ideias monárquicas, profundamente arraigadas nos ânimos dos mineiros e não o Exército da Legalidade, arrancaram as armas das mãos dos insurgentes e deram fim a uma contenda, cujo desfecho não produzira sem dúvida o combate de 20 de agosto.³⁵⁹

José Antonio Marinho, neste trecho das considerações a respeito de seu trabalho, buscou resgatar os motes principais do discurso *chimango*, principalmente da ala *liberal moderada*, que envolviam a moralidade e o patriotismo dos insurgentes. Posteriormente, enfatizou que a causa dos mesmos era a monarquia. Surpreendentemente, uniu os “inimigos de batalha” na mesma causa, ao afirmar “que em um e outro exército era a bandeira do [Senhor] D. Pedro II entrelaçada com a da Constituição do Estado, a que conduzia os soldados ao combate”. No entanto, rapidamente os segregou, quando concluiu que os insurgentes lutavam contra a “facção absolutista”, aproveitando para nomear os chefes desta facção, os ministros da Marinha e da Guerra, José Clemente Pereira, e do Império, Francisco Vilela Barbosa (Marquês de Paranaguá).

³⁵⁹ MARINHO, José Antonio. **História do Movimento Político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Gerais**. Op. Cit, pág. III-IV.

É bem verdade que, desde 1841, com a elevação do Ministério de Março, ou *Gabinete Palaciano*, os *progressistas* de então reclamavam da “restauração” destes “absolutistas”, conforme ilustramos com um texto publicado no *Universal*, em outubro daquele ano, intitulado “Boatos sobre o absolutismo”³⁶⁰. Por fim, José Antonio Marinho desqualificou o combate de 20 de agosto de 1842, em Santa Luzia, que levou os insurgentes à derrota, afirmando que não teria sido este combate responsável por fazer os mesmos largarem as armas, mas sim as ideias monárquicas, “profundamente arraigadas nos ânimos dos mineiros”.

O cônego Marinho, após fazer essas declarações e apologias a favor dos insurgentes e contra os “absolutistas”, tratou também de prevenir o leitor acerca da parcialidade ou imparcialidade da sua obra. Por isso, após afirmar que não fora o combate de 20 de agosto que cessou a “guerra”, mas o próprio temor pela monarquia, ele afirmou:

[...] Reconheço que serei tido como um historiador suspeito; tem-se mesmo procurado de antemão prevenir o juízo público a respeito deste trabalho: enfim, não poucas vozes retumbaram dizendo – são discursos de um Anarquista, palavras de um *Santa Luzia*. Confesso que essa prevenção tem fundamento razoável; mas na atualidade o meu fim é por diante dos olhos de Quem Está acima de todas as paixões um quadro, que mesmo desenhado por pincel suspeito, não deixará de parecer verdadeiro, a quem desprevenido o considere; e deixar para o futuro um testemunho da pureza de intenções, da moralidade do procedimento dos insurgentes de 1842, e para que digam os vindouros – os nossos antepassados amavam a Monarquia quanto a Liberdade. Os que entenderem que tenho faltado à verdade histórica, podem, como eu, publicar os fatos, de que tenho conhecimento; podem contrariar minhas asserções, e será deste modo que uma crítica esclarecida poderá formar um juízo seguro sobre a verdade dos acontecimentos; pela minha parte e aqui falo por todos os que se comprometeram no movimento de dez de junho, desejo ardentemente que o procedimento dos insurgentes seja por todas as faces analisado, e que fique à posteridade formar sobre ele seu juízo no silêncio das paixões, e distantes dos interesses do dia.³⁶¹

Com estas afirmações, José Antonio Marinho encerrou suas considerações iniciais. Sabendo que escrevia para um público dividido, no calor dos acontecimentos, preveniu que parcelas dos leitores criticariam sua obra, inclusive com fundamento razoável. Seria isso motivado pelo fato de que seriam seus adversários políticos e antigos inimigos de batalha? Ao

³⁶⁰ Ver capítulo 2 desta dissertação: pág. 96.

³⁶¹ MARINHO, José Antonio. **História do Movimento Político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Gerais**. Op. Cit, pág. IV.

fazer essa avaliação, o padre mineiro utilizou as denominações que, provavelmente, o grupo rival usaria contra ele: “anarquista e *Santa Luzia*”. Apesar disto, assim como fez Bernardo Xavier Pinto de Sousa, Marinho argumentou que seu trabalho de historiador não se dirigia aos seus contemporâneos, mas sim àqueles que estariam “acima de todas as paixões”, ou seja, “os vindouros”. O cônego também acabou, sutilmente, deixando claro que não escrevia somente para juízes históricos, mas principalmente para os “desprevenidos” que, ao lerem sua história, provavelmente não deixariam de acreditar nela, bem como na “pureza de intenções” e “da moralidade do procedimento dos insurgentes de 1842”; e, principalmente, não deixariam de acreditar que “os nossos antepassados amavam a Monarquia quanto a Liberdade”. Para os leitores mais críticos, Marinho aconselhou que fizessem como ele: publicassem os fatos, mas praticamente pediu que essa “crítica esclarecida” não deixasse de analisar, “por todas as faces”, o procedimento dos insurgentes.

Buscaremos mostrar, com esse resgate dos periódicos e obras publicadas no calor dos acontecimentos, como o Movimento político e armado de 1842, na Província de Minas Gerais, pode também ser identificado como fruto e talvez ápice da “tensão verbal” crescente entre os grupos políticos em debate, como já havíamos apontado.

3.1. Sustentar a ordem e combater a anarquia: mesmo lema, duas versões

Além da modificação na forma dos grupos se tratarem, como vimos acima, o Movimento político e armado de 1842, em Minas Gerais, afetou também a configuração entre os periódicos e impressos publicados pouco depois da finalização dos conflitos. Acompanhamos a extinção do *Universal* faltando apenas 10 dias para o início dos combates, na cidade de Barbacena, a consequente transformação do *Correio de Minas* num dos principais periódicos da Província e a emergência de outros periódicos que fariam o papel de defensores e justificadores dos insurgentes de 1842, bem como de outros que ficariam ao lado do *status quo* e dos Governos central e provincial, e que seria, posteriormente, o lado vencedor.

No entanto, provavelmente, um dos principais legados do Movimento político e armado de 1842 foi corroborar, após a derrota dos insurgentes no campo de batalha, com a imagem criada pelos *regressistas* de que os *progressistas* tinham como intuito anarquizar o Império e colocar em risco tanto as instituições monárquicas quanto a unidade do Estado Imperial brasileiro. Isso é tão previsível que o lado vencedor nos combates logo passou a se

identificar como o *Partido da Ordem*, em detrimento da antiga denominação *regressista*, buscando se firmar como hierarquicamente superior na província de Minas Gerais, contando, para isso, com a colaboração do *Correio de Minas* até 1844.

Essa representação imaginária crítica em torno das reivindicações populares³⁶² naturalmente se fez presente em obras de historiadores e alguns memorialistas que estudaram o Movimento político e armado de 1842, em Minas Gerais. Médico e professor de história, Manuel Duarte Moreira de Azevedo leu sua memória, que intitulou de *Movimento Político de Minas Gerais em 1842*, em sessão do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro.³⁶³ Nascido em 1832, Moreira de Azevedo contava apenas dez anos quando eclodiram os Movimentos em São Paulo e Minas Gerais, mas isto não o impediu de formar um julgamento crítico sobre os conflitos armados que ocorreram nessas províncias, particularmente em Minas Gerais. Para o historiador e sócio do Instituto Histórico, não era raridade partidos políticos entrarem em luta em países e nações que estavam no início de sua constituição e marcha governativa, uma vez que estes eram:

[...] arrastados pela inexperiência ou pelo fogo das paixões. Marca a organização das nações o período de sua maior agitação. Acompanham aos partidos em sua formação os clubes políticos, os ódios e rivalidades, e na fomentação de ideias, que então se manifesta, aparecem lutas que comprometem os homens e os princípios. Não se revestem os partidos políticos de prudência e calma na adolescência e juventude dos países; inexperientes e exaltados não se servem das armas nobres e leais da inteligência, e nem é a razão o único foro para propagarem seus princípios e ideias; amam a luta, os meios violentos [...]. Então a tendência das ideias não é para a ordem, para a paz do espírito público, e sim para a conflagração e agitação dos ânimos; e dos meios mais impróprios e condenados servem-se os partidos [...].³⁶⁴

³⁶² Essa nova maneira de se identificar dos “antigos” *regressistas* corrobora com a ideia do historiador Sérgio Adorno de que uma das tonalidades da representação imaginária que as elites fomentaram em relação às “reivindicações populares era produto de sua associação ao radicalismo, à destruição implacável da ordem pública e à liquidação drástica da propriedade privada”. Nesse sentido, a “prudência política” constituiu-se exatamente como um dos matizes dessa representação imaginária, na medida em que a complementava. Para maior aprofundamento, consultar: ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pág. 245.

³⁶³ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *Movimento Político de Minas Gerais em 1842: Memória lida em sessão do Instituto Histórico*. **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de H. Laemmert e Cia. Tomo XLVII, Parte II, 1884. Em 1909, a obra foi publicada novamente pela RAPM, ver: AZEVEDO, M. D. Moreira de. *Movimento político de Minas Gerais em 1842...* **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 14, 1909.

³⁶⁴ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *Movimento Político de Minas Gerais em 1842: Memória lida em sessão do Instituto Histórico*. **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Op. Cit, pág. 5-6.

Neste trecho inicial de sua memória, Moreira de Azevedo propôs que estas afirmações são fruto de reflexões sobre as dissensões e lutas civis, o que, provavelmente, correspondia à tentativa de o historiador passar uma imagem de neutralidade em relação ao tema de seu texto. No entanto, por mais que Azevedo tenha buscado enfatizar que as afirmações contidas neste trecho aqui transcrito sejam fruto de reflexões, as mesmas poderiam muito bem ser aplicadas ao caso do Brasil à época dos Movimentos políticos e armados de 1842, cujo Estado independente era bastante jovem, com quase vinte anos de existência apenas. Além disso, o historiador, que provavelmente ouviu muito sobre a revolta de 1842 e outras lutas políticas durante o Período Imperial brasileiro, emanava o entendimento de que as lutas civis seriam meios impróprios e condenáveis, pois a tendência destas não era para a ordem e a paz do espírito público.

Após fazer esta reflexão sobre as lutas civis, buscando se mostrar neutro e falando sempre de partidos no plural, assim que começou a tratar do Movimento político e armado de 1842 na Província de Minas Gerais, ele o associou imediatamente a “um dos nossos partidos políticos no caminho administrativo da nação”. Antes disso, ele criticou a ação deste mesmo partido, afirmando que foi violento o então passo dado, nessa comoção popular. De qualquer modo, Moreira de Azevedo tentou reiterar a neutralidade do seu julgamento, uma vez que assegurou não existir de sua parte ódios ou paixões, nem interesses, apenas prudência e serenidade de espírito em busca da verdade. Para isso, segundo ele, se amparou em documentos, demonstrando que pretendeu seguir os procedimentos científicos preconizados pela historiografia brasileira oitocentista.³⁶⁵ Na leitura do trabalho de Moreira de Azevedo, de todo modo, ficam nítidos os julgamentos críticos ao Movimento que, para o historiador, foi motivado por paixões exasperadas do partido liberal, oposicionistas das leis e medidas legais tomadas pelo partido conservador. Resumindo, na visão do memorialista:

Não entendiam os revoltosos que instituíam um estado no Estado; que desconhecendo o governo legítimo, e transformando-se em legisladores, menoscabavam o governo, a magistratura, as leis e a ordem social.

[...] Além de exaurirem os recursos da pátria e pararem o carro de seu desenvolvimento, fazem derramar o sangue de seus filhos; transformam o solo pátrio

³⁶⁵ Para aprofundar no tema sobre a historiografia oitocentista, ver: TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. **História da Historiografia**. Núm. 02, 2009, pág. 12-28. Disponível em: <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/4/4>; OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº 59, 2010, p. 37-52.

em arena de combates e esquecem os nomes de irmãos e amigos para tomarem os de adversários e inimigos.³⁶⁶

Apesar de se mostrar completamente contrário às batalhas civis, Moreira de Azevedo contrabalançou seu texto, quando prestou homenagem a alguns revoltosos, a exemplo do Dr. Camilo Maria Ferreira Armond (Conde de Prados), e argumentou a favor dos procedimentos dos mesmos em contrapartida do sentimento de vingança dos vitoriosos, reconheceu também o risco que sofreu as “liberais instituições” do país com a promulgação de leis, como a da reforma judiciária, que mostravam algumas irregularidades do governo. De qualquer modo, Azevedo sempre reiterou suas críticas ao Movimento de 1842, afirmando que os revoltosos mineiros erraram ao optarem pela guerra civil. Para ele, essa decisão se mostrou contrária “à honra da nação, por ambições e paixões exacerbadas, e por tentativas imprudentes em favor do tumulto, da desordem, do delito e da anarquia”³⁶⁷.

O memorialista Manuel Duarte Moreira de Azevedo corroborou substancialmente, quarenta anos depois, com as alegações dos vitoriosos nos conflitos de 1842, que se auto intitularam membros do *Partido da Ordem*, pois lutaram para “sustentar a ordem e combater a anarquia”; por outro lado, Francisco de Paula Ferreira de Rezende, “filho de um homem que pegou em armas”, principalmente contra a Lei de 3 de dezembro de 1841, na “revolução de 1842”, em Minas Gerais, também deixou subtender ser essa a causa dos “libertadores”. Pendendo visivelmente para o lado rebelde, o também memorialista, natural de Campanha, escreveu suas recordações por volta de 1887, três anos depois da publicação da obra de Moreira de Azevedo.

Ferreira de Rezende, na ocorrência do que ele chamou de “Revolução de 1842” em Minas Gerais, tinha também apenas dez anos de idade e sua descrição, a respeito desse evento, deixou transparecer, muitas vezes, a graça, os sentimentos inocentes e deslumbrados de um menino que acompanhou a decisão do pai em se envolver em uma guerra, no refúgio do mesmo em uma fazenda da família e a posterior prisão do progenitor. Mesmo quarenta e cinco anos depois dos conflitos, por meio de uma narrativa de um homem que já era praticamente um senhor para a sua época, o memorialista conseguiu exprimir com proximidade o que viveu aos seus dez anos, ao lado do pai, levando nossa imaginação a enxergar a guerra pelos olhos de uma criança.

³⁶⁶ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Movimento Político de Minas Gerais em 1842: Memória lida em sessão do Instituto Histórico. **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Op. Cit, pág. 9-12.

³⁶⁷ Idem, pág. 16.

Exemplares dos momentos de graça e deboche das reminiscências de Ferreira de Rezende são as caracterizações dos legalistas da Província: o autor de *Minhas Recordações* ironizou as forças “legalistas” de Campanha, sua terra natal, ao lembrar-se de alguns homens que se destinaram aos combates, os quais foram tidos pelo memorialista mais como “entulho” que força de combate, numa narrativa altamente cômica. Da mesma forma, ao falar de Bernardo de Jacinto da Veiga, Presidente da Província quando o Movimento de 1842 eclodiu, Ferreira de Rezende fez questão de lembrar que os “liberais” sempre o chamavam de pato, devido ao seu andar que se assemelhava ao da ave.³⁶⁸

Engana-se, entretanto, quem pensa que o autor se furtou apenas a enriquecer a imaginação do leitor com suas vivências infantis. A narrativa de Francisco de Paula Ferreira de Rezende sobre a “revolução de 1842”, envolvente por nos ambientar na vida do sul de Minas Gerais do século XIX, tinha objetivos maiores, alguns bem declarados e outros muito sutis. Dessa forma, a primeira questão tratada pelo memorialista se refere à tentativa do mesmo em relativizar a ideia recorrente de que a guerra teria custado o derramamento exagerado de sangue e fortuna. Ainda que reconheça esses males, sutilmente Ferreira de Rezende buscou mostrar que foram intensificados pela revolução de 1842, mas que não têm raízes exclusivamente nela:

Que a revolução de 1842 foi um dos fatos mais calamitosos que têm recaído sobre a nossa província, não é isso coisa que se possa pôr em dúvida; pois que basta dizer que foi uma guerra.

Das calamidades, porém, dessa guerra, a maior não foi nem os processos por que os rebeldes tiveram de passar; nem os sustos e as inquietações das famílias; e nem mesmo o sangue que se derramou e que na realidade não foi muito; mas foi uma espécie de desmoranamento ou antes um decaimento triste e sem remédio que desde logo começou e que desde então continuou de um modo mais ou menos pronto ou mais ou menos visível a operar-se nas fortunas de quase todos [...].

Entretanto, uma das questões mais difíceis de resolver, é a de saber, até que ponto essa revolução de 1842 foi, com efeito, calamitosa para Minas; porque um fato desde muito preexistente e que não pode sofrer contestação é que desde que o ouro começou a escassear ou antes a se mostrar muito mais difícil de tirar, desde logo a prosperidade da província não só estacou, mas ainda começou a ir-se convertendo em uma decadência mais ou menos pronunciada.³⁶⁹

³⁶⁸ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de (1832-1893). *Minhas Recordações*. Op. Cit, pág. 133-155.

³⁶⁹ Idem, pág. 142-143.

Ferreira de Rezende, assim, tentou minimizar os impactos da “revolução de 1842”, argumentando que a economia da Província já não estava tão bem quando a guerra começou. Em sua memória, deixou claro que tinha motivos para isso: além de filho do Tenente Coronel Valério Ribeiro de Rezende, que participou ativamente do Movimento político e armado de 1842, tinha também motivos de cunho político, uma vez que: “ora, em Minas, é muito raro o homem que muda de partido e o filho que não segue o partido do seu pai”³⁷⁰. Ao fazer essa declaração, Rezende nos deixou uma questão: será que seu pai foi um republicano? Partindo do pressuposto que o próprio autor de *Minhas Recordações* assumiu sua filiação republicana, ainda que moderada, poderíamos inferir o mesmo do seu pai?

Seja como for, ficou claro que, nas reminiscências de Francisco de Paula Ferreira de Rezende, os “liberais” tiveram algumas razões para pegar em armas e desafiar as autoridades constituídas. Primeiramente, o memorialista afirmou que a decisão de fazer uma “revolução” não era unanimidade entre todos que dela participaram, sequer havia sido planejada. Segundo o autor, o próprio “presidente” escolhido pelos rebeldes, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, “era um homem extremamente moderado” e reprovou a ideia de pegar em armas; se a fez, afirmou Ferreira de Rezende, “foi por condescendência apenas para com os seus amigos”³⁷¹. Buscando mostrar que a adesão dos mineiros à revolução se deu por causa da promessa feita aos paulistanos de os coadjuvarem, desenhou a imagem de Feliciano como a de um homem nada talhado para revoluções.

A partir daí, Ferreira de Rezende deixou subtendido que os revolucionários de 1842 também não eram uniformes em suas filiações políticas; pelo contrário, citou a participação de moderados extremos, como o próprio líder Feliciano, de “liberais moderados”, de “liberais exaltados” e de “republicanos exemplares”, vide Teófilo Ottoni, que participou como um dos chefes. Ou seja, quando falamos de *Homens de Santa Luzia*, estamos falando de uma forma identitária complexa que, a despeito de suas divergências, serviu para unificar indivíduos com identidades políticas particulares. De maneira semelhante, podemos inferir o mesmo do suposto *Partido da Ordem*; exemplar é o fato de Ferreira de Rezende citar que ouviu muitas vezes “alguns liberais afirmarem que Honório era um republicano encoberto”. Claro que isso bem poderia ser uma provocação a um dos líderes *regressistas*, mas deixa antever a

³⁷⁰ Ibidem, pág. 222. A título de curiosidade, ver também a biografia resumida de Francisco de Paula Ferreira de Rezende: RODRIGUES, José Luiz Machado. Cadeira número 11: Francisco de Paula Ferreira de Rezende. In: **Academia Leopoldinense de Letras e Artes**. Disponível em: <http://www.academialeopoldinense.net/FerreiraRezende.htm>.

³⁷¹ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de (1832-1893). *Minhas Recordações*. Op. Cit, pág. 147.

complexidade em se atribuir identidade fixa a esses homens que participaram da consolidação e construção do Estado Imperial no Brasil.

Tratamos, nesse trabalho, de um contexto bastante conflituoso, no qual foi necessário aos homens definirem filiação política em ocasiões que ou se estava de um lado ou de outro; em que ocorreram a primeira eleição geral para regente, o Golpe da maioria e, posteriormente, a dicotomia entre governo e oposição, logo no início do II Reinado. Logicamente, por isso mesmo, não devemos acreditar que somente porque os jornais e as fontes que aqui estudamos, na maioria das vezes, colocam esses sujeitos em lados antagônicos, eles não tivessem suas crenças e identidades políticas próprias, ainda que seja muito difícil mapeá-las. Outros fatores interessantes nessas divisões identitárias, que provavelmente podemos levar em conta, para além das ideologias políticas, referem-se à liderança que alguns homens exerciam sobre a comunidade, amigos e familiares: dessa forma, amizades ou inimizades pessoais poderiam pesar nas configurações entre os grupos, bem como laços econômicos, sociais e culturais.

De qualquer maneira, ao tratar dos grupos que travaram combates em 1842, Ferreira de Rezende silenciou mais que esclareceu. Entretanto, o silêncio pode também sugerir muita coisa. Primeiramente, ao tratar da “revolução de 1842” em Minas Gerais, o memorialista frisou muitas vezes o amor que os rebeldes, principalmente o povo de Minas Gerais, tinham pela liberdade; ou seja, deixou implícito que os mesmos lutaram sinceramente convencidos de que tinham uma causa relevante.

Posteriormente, o autor de *Minhas Recordações* deixou claro acreditar que o absolutismo saiu vencedor de um processo de luta que teria durado até 1848:

Quanto ao ano de 1848, esse foi o ano de uma mudança de situação política, de eleições agitadíssimas, da revolução praieira e finalmente dos últimos esforços da antiga hombridade nacional contra o suave e doce absolutismo que nos ia dominar; mas que enquanto não se firmava, violento as vezes se mostrava.³⁷²

Desta forma, enquanto Manuel Duarte Moreira de Azevedo corroborou substancialmente, quarenta anos depois, com as alegações do grupo que se intitulou *Partido da Ordem* que, desde o tempo em que eram denominados *regressistas*, tinha como objetivo “sustentar a ordem e combater a anarquia”; Francisco de Paula Ferreira de Rezende sustentou as alegações dos antigos *progressistas* e, posteriormente, *Homens de Santa Luzia* de que

³⁷² Idem, pág. 241.

estava em jogo a liberdade em detrimento do absolutismo ou vice-versa. Da mesma forma que Moreira de Azevedo praticamente silenciou em relação aos temas liberdade e absolutismo; Ferreira de Rezende não colocou em pauta a defesa da ordem contra a anarquia pregada também pelos *progressistas*, muito antes de eclodir o Movimento. De qualquer modo, para os homens daquela época, principalmente para aqueles que pegaram em armas, este mote foi essencial, pois foi por meio dele que os *progressistas*, mais adiante, defenderam o direito à insurreição. No entanto, um dos legados do Movimento político e armado de 1842, em Minas Gerais, foi também a vitória da versão dos antigos *regressistas* nesse debate e, conseqüentemente, o direito destes a utilizarem a expressão *Partido da Ordem* como definição própria.

Iniciamos o capítulo afirmando que o Movimento político e armado de 1842 provavelmente ocorreu por conta de uma tensão verbal crescente, que atingiu seu ápice na eclosão da guerra. Na verdade, a análise das fontes impressas nos levou a entender que, em Minas Gerais, e mais especificamente em Ouro Preto, um debate se iniciou, por volta do ano 1838, com o surgimento do periódico *Correio de Minas*, e se estendeu até a iminência do Movimento, iniciado no dia 10 de junho de 1842, em Barbacena.

Tomando cuidado para não incorrer em anacronismos, visto que, em 1838, seria impossível prever que o Movimento político e armado de 1842 fosse ocorrer, ainda assim, podemos afirmar que este mote ajudou os grupos políticos a legitimarem suas posturas na defesa de seus projetos de governo. Curiosamente, trata-se de um mesmo lema, que foi abordado a partir de duas versões: “sustentar a ordem e combater a anarquia”.

Muito antes de aparecerem o *Partido da Ordem* e *Homens de Santa Luzia*, ou seja, as formas identitárias que surgiram a partir dos conflitos de 1842, em Minas Gerais, em 1838, os grupos políticos, que então eram denominados *regressistas* e *progressistas*, disputaram por meio da imprensa tanto o poder político quanto os sentimentos e a adesão dos leitores mineiros, alegando, cada qual, a coerência de suas ideias para o bem da Regência e do Império.

Como vimos, logo na primeira edição publicada no dia 5 de janeiro de 1838, o *Correio de Minas* deixou claro que seu objetivo era defender os Governos provincial e central das censuras da oposição. Para apresentar-se dessa forma, o periódico ouropretano antagonizou as palavras democracia e monarquia. O redator do *Correio de Minas* buscou mostrar que o grupo ao qual se identificava, por ser monarquista, era composto por “homens de bem, os verdadeiros patriotas, sinceramente interessados na manutenção da ordem pública”. Seriam

cidadãos pacíficos da Província que se viam na necessidade de lutar contra os desordeiros, autores de pasquins e proclamações que incitavam o povo à revolta, em “boatos de rusga chimangal”. Na verdade, todo esse rancor e violência dirigidos aos seus inimigos políticos foram devidos à necessidade de responder os opositoristas do Governo, que lançaram “também a comezinha intriga do regresso, absolutismo, anulação do Ato Adicional, 22 de março, etc.”³⁷³.

De maneira dialética, o *Correio de Minas*, que surgiu para combater e rivalizar com o *Universal*, ao mesmo tempo em que afirmou a defesa da ordem pelo seu grupo, tentou rebater as críticas e imagens contra este dirigidas pelos *progressistas*. No entanto, essa estratégia não deu muito certo, pelo menos não em relação à denominação do grupo – *regressista* –, que acabou se firmando, inclusive com a anuência de alguns políticos pertencentes à agremiação. Ou seja, a negação da identidade política foi uma estratégia dos grupos que participaram da construção do Estado nacional brasileiro; na maioria das vezes, não deu certo, devido à força da alteridade para a configuração das formas identitárias.³⁷⁴ Com isso, o grupo que iniciou seu processo de formação, em 1835, teve de conviver com o estigma e a denominação de *regressistas*, por mais que quisessem imprimir à sua configuração política a imagem de defensores da ordem.

Seja como for, ao surgir em 1838, o *Correio de Minas* incitou seu principal adversário político, o *Universal*, a sustentar um debate, no qual os dois grupos não poderiam abrir mão de certos paradigmas caros para a sociedade mineira do século XIX: a defesa da ordem e a rejeição à anarquia e desordem.³⁷⁵ Sendo assim, o redator do *Universal* não esperou sequer uma edição para lançar seu contra-ataque; no mesmo dia em que o *Correio de Minas* foi lançado, seu rival identificou a si e seus aliados como “heroico povo mineiro, inimigos dos sediciosos e amigos da monarquia e da ordem”. O *Universal* demonstrou o mesmo rancor e agressividade ao tratar de seus adversários, os chamando de “infame bando de perdidos aventureiros, que em 22 de março de 1833 levantou o estandarte da revolta”. Como sempre,

³⁷³ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 1, 5 de janeiro de 1838, pág. 3-4.

³⁷⁴ DUBAR, Claude. **A crise das identidades**. Op. Cit., pág. 11.

³⁷⁵ Quando se fala em sociedade mineira, a intenção não é sufocar sua natureza polimórfica; na verdade, quando assim me refiro, busco apenas resgatar alguns trabalhos. Primeiramente, na obra *Minhas Recordações*, de Francisco de Paula Ferreira de Rezende, apareceu diversas vezes a expressão “caráter mineiro”; ainda que ela tenha surgido para exaltar diversas ocasiões vividas pelo autor, em um dos momentos, Rezende falou desse caráter buscando resgatar a “nobreza” desta sociedade e província. Por outro lado, por meio da tese do Wlamir Silva, é impossível não reconhecer a força da moderação política para a sociedade mineira; mesmo que, em 1838, a hegemonia liberal-moderada já estivesse esgarçada, reconhecemos, no estudo das fontes, que a moderação ainda era bastante apreciada e, o mais importante, utilizada como bandeira política. Ver: REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de (1832-1893). **Minhas Recordações**. Op. Cit.; SILVA, Wlamir. **Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)**. Op. Cit.

ainda que a configuração entre os grupos tenha se alterado, o periódico ouropretano reviveu o tema da Revolta do ano da fumaça, afirmando que o presidente da Província, o Sr. José Cesário de Miranda Ribeiro, estava cercado por uma “ralé”. Assim sendo, desordeiros seriam os *regressistas*, pois que lançam “o ferrete de republicanismo e desorganizador sobre aqueles de quem se pretendem vingar ou de cuja oposição se temem”³⁷⁶.

Podemos notar, até aqui, como defender a ordem, portanto, tornou-se crucial. Ainda mais porque o Império, vivendo o Período Regencial, era sacudido por vários movimentos sociais, revoltas e revoluções, no início de 1838, sem contar as que já haviam ocorrido: no Rio Grande do Sul, a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos já durava três anos, instigada por “um anseio de reformulação da política tributária” aplicada pelo Império à localidade;³⁷⁷ também há quase três anos que, no Grão-Pará, a Cabanagem mobilizava as massas sociais e preocupava o Governo regencial de Diogo Antônio Feijó;³⁷⁸ por fim, a Sabinada, na província da Bahia, já durava dois meses, assolando a população na guerra político-militar.³⁷⁹

Para reforçarem a imagem de defensores da ordem, os adversários políticos em Minas Gerais necessitavam contrastá-la com outra imagem diametralmente oposta. Assim sendo, tanto *regressistas* quanto *progressistas* afirmavam lutar em defesa da ordem e contra os desordeiros da província. Os primeiros entendiam que seus inimigos eram desordeiros, pois seriam tendenciosos para a república ou democracia americana, já os outros julgavam seus rivais como desordeiros, uma vez que esses, para implantarem novamente o absolutismo, eram capazes de recorrer às armas, como fizeram na Revolta do Ano da Fumaça, em 1833.

Transcorridas algumas semanas do ano 1838, o debate entre as principais agremiações políticas da província mineira, representadas, entre outros, pelos periódicos da capital Ouro Preto (*O Universal* e *O Correio de Minas*), continuou aproximadamente no mesmo tom. Entretanto, chamou a atenção, para os objetivos deste trabalho, como o debate político foi se intensificando alguns meses depois, principalmente por meio de troca de farpas e xingamentos burlescos; mas, tendo como pano de fundo, quase sempre, o lema da defesa da ordem e do combate à desordem.

Será nessa intensificação de combate discursivo que, paulatinamente, a palavra desordem começará a perder terreno para a expressão anarquia. *O Correio de Minas*, tentando

³⁷⁶ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1, 5 de janeiro de 1838, pág. 1-2.

³⁷⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. Rio Grande do Sul e Santa Catarina. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Op. Cit, pág. 499.

³⁷⁸ REIS, Arthur César Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Op. Cit, pág. 118-119.

³⁷⁹ PINHO, Wanderley. A Bahia, 1808-1856. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Op. Cit, pág. 279-280.

buscar uma forma mais agressiva e, ao mesmo tempo, impactante para caricaturar seus adversários políticos, cujas ideias eram defendidas no *Universal*, recorreu a esse expediente. Assim, conforme mostramos em capítulo anterior, o *Correio* buscou associar seus rivais, que estiveram à frente do poder por mais ou menos seis anos, ao “partido republicano”. Na visão deste periódico, o governo do regente Diogo Antônio Feijó representou um iminente perigo ao Império, uma vez que possibilitou a elevação ao poder de homens que tinham anárquicos e ambiciosos projetos.³⁸⁰

Com essa construção imagética pesada construída em torno de seus adversários, o *Correio de Minas* delegou ao seu rival, o *Universal*, a tarefa de responder à altura a essas graves acusações. Dessa forma, foi necessário ao *Universal* virar o jogo e buscar responder aos seus inimigos políticos de forma satisfatória, para que a opinião pública refletisse ao seu favor. O caminho que o periódico escolheu, mais um vez, foi o de revidar as acusações, chamando seus contrários também de anarquistas.

Nessa guerra de farpas trocadas entre *progressistas* e *regressistas* ao longo do governo do regente Araújo Lima e início do Segundo reinado, com a coroação e aclamação de D. Pedro II, é notório o processo de acirramento do debate e da tensão verbal, envolvendo quase sempre estes lemas: ordem versus anarquia, liberdade versus absolutismo e governo centralizado versus poderes legislativos locais. Neste processo, que desaguou no Movimento político e armado de 1842, na província mineira, destacou-se o modo como sensibilizavam os grupos estas acusações que foram, pouco a pouco, tornando-se recorrentes: *absolutistas* versus *anarquistas*.

Mas essa estratégia, escolhida pelos dois principais grupos de Minas Gerais, acirrava os ânimos. Deste modo, pouco depois de sua inauguração, o *Correio de Minas* abertamente passou a construir uma imagem muito agressiva de seus adversários políticos e do campo jornalístico. Na visão do periódico, o *Universal* e *Guarda Nacional* estavam “alucinados”, por serem “apóstolos da referida Camarilha e recorrerem à favorita arma da mentira” e da intriga, como “adoradores do Chichelo”. Finalmente, juntamente a toda essa violência discursiva, o periódico complementou esta imagem de seus inimigos, quando afirmou que o “Partido era infenso à ordem e à Monarquia Constitucional”³⁸¹. As difamações advindas dos *tropos*, bem como a associação das práticas políticas e jornalistas às incapacidades psicológicas, eram comuns. Exemplar dessa apropriação, para fins políticos, de uma linguagem jocosa e

³⁸⁰ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 2, 11 de janeiro de 1838, pág. 4-5.

³⁸¹ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 3, 13 de janeiro de 1838, pág. 4.

metafórica, é a forma como os *regressistas*, por meio do *Correio de Minas*, irão se identificar: “o pé que esmaga a cabeça da serpente”.³⁸²

Obviamente, o *Universal*, então representante dos *progressistas* mineiros, atuando no campo oposicionista desde o dia 19 de setembro de 1837, não deixou por menos. O periódico, que predominou como o mais duradouro da capital mineira, devolveu as ofensas recebidas do *Correio de Minas* praticamente na mesma moeda. O principal alvo escolhido pelo *Universal*, além do Ministério de 19 de setembro e do governo do regente Pedro de Araújo Lima em si, foi o ministro do Império e da Justiça deste mesmo gabinete, Bernardo Pereira de Vasconcelos. O mineiro, nascido em Vila Rica (atual Ouro Preto), era odiado pelos *progressistas*. Primeiro porque ele mudou de opinião e princípios políticos, quando deixou o grupo *chimango* e ajudou a fundar o grupo *regressista*, por volta de 1835, e segundo porque passou a atacar alguns antigos companheiros de agremiação, por meio de alguns periódicos em que colaborou, entre estes, o *Paraibuna* e o *Sete de Abril*, conforme falamos no primeiro capítulo. Dessa forma, desde então e até as vésperas do início do Movimento político e armado de 1842, em Minas Gerais, a figura de Vasconcelos rondou os artigos do *Universal*.

Por isso, antes mesmo de responder ao *Correio de Minas*, o *Universal* preferiu atacar o ministro e um dos jornais em que ele colaborou quando o periódico de Vasconcelos havia apelidado o *Universal* de “panegirista da Monarquia democrática”. Contra-atacando, o periódico ouropretano acusou o Governo de fazer conspirações e terrorismo, no entanto, asseverou: “[...] Não se iluda o *Sete de Abril* e nem queira iludir que já não é acreditado nas contínuas falsidades em que tem sido apanhado”. Logo após criticar a folha em que Vasconcelos colaborava, o periódico acrescentou que não compactuaria com a “ditadura no Brasil” e nem deixaria de avisar ao povo que o “Governo central promoverá as desordens, se acaso pretender aniquilar os foros provinciais?”³⁸³. Ao fazer essas afirmações, duas questões importantes foram lançadas, ao mesmo tempo: a primeira refere-se à noção entre centro e províncias, uma vez que o periódico deixou subtender que o grupo *progressista* mineiro defendia os direitos e a autonomia provincial; a segunda questão se derivou da forma como os oposicionistas, ou então *progressistas*, ao Governo iriam reagir caso a liberdade das províncias e cidadãos estivesse em jogo.

Foi essa lógica dos *progressistas* somada às acusações dos *regressistas* a tônica dos debates que antecederam o Movimento político e armado de 1842, em Minas Gerais, durante praticamente quatro anos. Ambos afirmavam defender a ordem e combater a anarquia, cada

³⁸² O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 4, 19 de janeiro de 1838, pág. 4-5.

³⁸³ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 3, 10 de janeiro de 1838, pág. 4.

um a seu modo, transformando este mote no principal ponto de tensão entre os grupos. Nesse processo, nas vésperas do Movimento de 1842, foi também essa argumentação que deu coerência às ações dos sediciosos. No entanto, foi a representação imaginária inicialmente criada pelos *regressistas* que acabou vencendo, no final dos conflitos.

Conforme afirmamos no capítulo anterior, o *Correio de Minas*, assim que surgiu, tratou de criticar a administração anterior, que teve à sua frente o regente padre Diogo Antônio Feijó. Mais que isso, o jornal atacou agressivamente seus inimigos políticos, chamando-os de “oposicionistas de hoje”, os quais não teriam:

[...] direito algum a censurar atos de um governo a toda a luz mais justo, mais tolerante e mais constitucional do que aquele presidido pelo Sr. Feijó de republicana memória, foi indignamente sustentado pelos pseudo-liberais, que ora nos atormenta os ouvidos com declamações vagas, falsas imputações ao governo, que frustrou seus anárquicos projetos. [...] Descontentes, anarquistas e ambiciosos. [...] Governo de tretas. [...] Liberdade republicana.³⁸⁴

Ao utilizar a palavra anarquia, o *Correio de Minas* a carregou de sentidos. Logo de início, o periódico a associou com democracia e república. Posteriormente, anarquista seria a atitude daqueles pseudo-liberais que queriam subverter a constituição monárquica brasileira para, imbuídos de ambição, transformá-la em outra forma de governo. Por fim, a atitude anarquista seria totalmente negativa, na medida em que carregava consigo ambição, falsidades e tretas (ardis). Com toda essa carga semântica atribuída a um termo, o periódico deixou transparecer todo o rancor e ódio que existia entre os grupos envolvidos nas disputas políticas da província e no governo central, que não deixou de ser atingido por essa briga provinciana.

“Inventivas, sacarmos e impropérios”³⁸⁵, esses foram os termos que o *Universal* utilizou para responder aos seus adversários, quando o *Correio de Minas* ainda estava se lançando. Adiante, o jornal de propriedade do futuro sedicioso José Pedro Dias de Carvalho foi ainda mais hostil. Como sempre, o *Universal* não esquecia a Revolta do Ano da Fumaça, ocorrida em 1833, e a utilizava como trunfo para desqualificar seus oponentes sempre que possível, e se afirmar como o “partido moderado”³⁸⁶. Nesse sentido, para retrucar os artigos do *Correio de Minas* e de outros periódicos rivais, o redator identificou seu grupo aos “homens que tiveram a ousadia de sustentar a legalidade na Província” contra os “desordeiros

³⁸⁴ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 2, 11 de janeiro de 1838, pág. 4-5.

³⁸⁵ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 1, 5 de janeiro de 1838, pág. 3-4.

³⁸⁶ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 123, 14 de setembro de 1838, pág. 1-3.

e anarquistas”³⁸⁷. É perceptível, na comparação entre os dois últimos discursos publicados de cada jornal, a diferença de sentido da palavra anarquia. Na visão do redator do *Universal*, ela apareceu como sinônimo de rebelião e revolta.

Ainda que o sentido da palavra anarquia, para o *Correio de Minas*, não se alterou muito nesses anos de intenso debate, em alguns artigos, o periódico acrescentou novos entendimentos ao sentido original, que o associava à “liberdade republicana”. Em uma edição, por exemplo, o redator do periódico associou anarquistas à “patricidas”, ou seja, aos destruidores da pátria, o que seria um crime, uma vez que: “procuram levar à anarquia promovendo destarte o desmantelamento social”³⁸⁸. Desta forma, o sentido da palavra se aproximou do sentido mais corrente que remete a um “desgoverno”³⁸⁹.

Mas foi esse sentido que mais irritou os *progressistas*, que passaram a utilizar a palavra anarquia como uma reação e, de certa forma, modificaram o sentido que atribuíam a ela. Seguindo esta argumentação, a anarquia seria resultado de arbitrariedades e desmandos dos absolutistas, que não deixariam aos opositores outra saída senão recorrer à força para garantir as leis, a liberdade e as garantias da Monarquia Constitucional Representativa. Nos artigos do *Universal*, essa ideia foi aparecendo cada vez mais desenvolvida, ao ponto de Teófilo Ottoni, que acusou esse grupo de ser representante da *oligarquia*, utilizar esta argumentação contra Honório Hermeto Carneiro Leão em um dos debates da câmara, sobre o direito da oposição existir, em 1840.³⁹⁰ Por sua vez, esta argumentação de Ottoni também se desenvolveu ao longo do tempo e inspirou diversos artigos do *Universal*.

Com isso, o *Universal* argumentava que, para defender a liberdade dos cidadãos e o governo constitucional representativo, caso fosse necessário, a resistência seria uma consequência inevitável. Nos artigos do periódico, por mais que o grupo não quisesse passar essa imagem, o tom ameaçador foi se tornando latente a cada conquista política dos *regressistas*. Exemplar da tentativa dos *progressistas* em mostrar a inevitabilidade de medidas drásticas, caso continuassem “os golpes de estado da facção absolutista e antibrasileira”³⁹¹, de uma forma sutil, foi o longo artigo do *Parlamentar* publicado no *Universal*:

³⁸⁷ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 8, 22 de janeiro de 1838, pág. 3.

³⁸⁸ CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 13, 17 de fevereiro de 1838, pág. 3-4.

³⁸⁹ Sobre a diversidade de sentido da palavra anarquia, interessante consultar: MORA, J. Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Edições Loyola, 2ª edição, 2004, pág. 133-135.

³⁹⁰ Sobre a denominação de *Oligarcas* atribuída por Ottoni aos *regressistas* e, posteriormente, aos *reatores*; bem como acompanhar os debates com Honório Hermeto Carneiro Leão, ver: OTTONI, Teófilo Benedito. **Circular...** Op. Cit., pág. 61-91.

³⁹¹ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 107, 13 de outubro de 1841, pág. 2.

A política da reação vai seguindo sua forçada carreira [...]. A política da reação, em uma palavra, não aspira a nada menos, do que a revestir o poder com os despojos da sociedade [...]. Trememos pela liberdade a vista desses resultados a que tem chegado a política da reação! Eles verificam os justos pressentimentos dos verdadeiros amigos do Brasil, quando supunham, que o triunfo da atual administração era precursor da volta do antigo regime [...]. A câmara ou antes a maioria numérica vota tão profunda submissão ao governo, que não ousa nem se quer mudar uma só palavra nos projetos, que ele oferece à sua aprovação. Se não fosse a oposição, que enérgica se levantara para combatê-los, eles passariam sem discussão [...]. As leis são elaboradas pelos ministros nas secretarias, e não vão à câmara senão para revestir-se de uma formalidade [...]. A reforma do regimento [...] é absurda, injusta e destruidora do sistema representativo [...]. Quem sabe se a reforma do regimento não foi traçada de propósito para impossibilitar a oposição de levantar-se contra os projetos de destruição e despotismo que se forjam nos antros da reação! [...] Todavia se por uma decisão absurda, a tirania impor silêncio à oposição, ainda lhe resta a imprensa, essa terrível barreira, de cuja metralha tem tanto medo o despotismo. Se ainda dessa última posição for desalojada, não sabemos o que deverá fazer a oposição, mas propomos-lhe para resolver o seguinte problema - Quando em uma sociedade, que tem a fortuna de ser governada por um governo livre, se mete em cabeça a um homem, ou a um partido escravizá-la, o que deverá ela fazer?³⁹²

Como se pode observar, para falar da reação da sociedade, perante os desmandos do governo, era necessário tatear sutilmente as palavras.³⁹³ De qualquer forma, com a publicação deste artigo do *Parlamentar*, o *Universal* mostrou que mote o dos anos 1840 praticamente retomava a argumentação feita por Teófilo Ottoni, em 1838, também difundida no periódico. Nesse trecho do seu discurso, o político fez indagações a respeito do papel da oposição e defendeu o direito à resistência:

[...] A oposição é na verdade uma prática de todos os Governos Representativos, mas não deve agora ter lugar o exercício deste direito [...]. O Governo mais absoluto, diz Montesquieu, é sempre limitado em algum ponto; mas nesta espécie de Governos os resultados da oposição são a resistência, as desordens civis, as revoltas e as revoluções [...].³⁹⁴

³⁹² O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 118, 31 de agosto de 1838, pág. 1-3.

³⁹³ Sobre as diferenças de sentido das palavras absolutismo e despotismo, por exemplo, consultar: FULGENCIO, Paulo Cesar. **Glossário Vade Mecum: administração pública, ciências contábeis, direito, economia, meio ambiente**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, pág. 17 e pág. 208.

³⁹⁴ O UNIVERSAL, Ouro Preto, edição 93, 27 de junho de 1838, pág. 1-4.

Provavelmente, o texto do *Parlamentar* foi influenciado por estas mesmas ideias tão cedo propaladas por Teófilo Ottoni. Fato é que essa argumentação persistiu durante praticamente quatro anos, enquanto os *progressistas* estiveram no campo da oposição. Logicamente, conforme explicamos, é complicado afirmar que, em 1838, Ottoni previsse que fosse ocorrer um Movimento político e armado, em 1842. No entanto, não há dúvida que, quando os *progressistas*, então transformados em sediciosos, resolveram articular uma resistência armada para suas derrotas políticas, por trás de suas atitudes pairavam estas reflexões. A tática de construir a imagem dos *regressistas* como reatores absolutistas que pretendiam dar um golpe de Estado foi necessária aos opositores para justificar a luta. Poderia ter dado certo, no entanto, no plano imediato, a derrota no campo de batalha significou também uma derrota no campo discursivo. A partir do dia 20 de agosto de 1842, alguns antigos “liberais” *progressistas* ficariam conhecidos na província como os anarquizadores *Homens de Santa Luzia*, enquanto alguns *regressistas* se tornariam os vencedores membros do *Partido da Ordem*.

3.2. Um Movimento entre papeis e armas

Como vimos até aqui, o Movimento político e armado de 1842, em Minas Gerais, ainda que tenha sido uma guerra sanguinária, foi também fruto de um processo que teve como fundo uma guerra discursiva. Poderíamos afirmar que a própria oratória de Teófilo Ottoni, desde 1838, se inscreve nesse processo, uma vez que ele defendeu o direito à insurreição dos opositores a um regime absolutista. Acreditamos na hipótese de que no *grupo insurgente* havia vozes discordantes e, inclusive, que Ottoni representasse uma opinião mais acalorada. Ainda assim, *o Universal*, por exemplo, publicou e corroborou com essas afirmações do mineiro de Vila do Príncipe.³⁹⁵

Além disso, como falamos, os homens que pegaram em armas em 1842 cuidaram também de relatar lei a lei, aquelas que consideravam uma violação à constituição e às liberdades dos cidadãos das províncias. Primeiramente, a Lei n° 105, de 12 de maio de 1840, que Interpretou o Ato Adicional e reduziu os poderes das Assembleias Legislativas das Províncias aprovada durante a regência de Pedro de Araújo Lima;³⁹⁶ Posteriormente, os

³⁹⁵ Para conhecer melhor a biografia de Teófilo Ottoni, consultar principalmente as obras: CHAGAS, Paulo Pinheiro. **Teófilo Ottoni: ministro do povo**. Op. Cit.; OTTONI, Carlos. **À memória de Theophilo Benedicto Ottoni**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1907; MIRANDA, Nilmário. **Teófilo Ottoni, a República e a utopia do Mucuri**. São Paulo: Caros Amigos Editora, 2007.

³⁹⁶ CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito constitucional**. Op. Cit, pág. 584.

membros do Ministério de Março de 1841 (*Ministério Palaciano*) conseguiram as aprovações das Leis 234, que restabeleceu o Conselho de Estado, no dia 23 de novembro de 1841, e 261, que reformou o Código do Processo Criminal, no dia 3 de dezembro do mesmo ano. E, por fim, para reforçar os argumentos e buscar conformar uma opinião pública favorável aos insurgentes, estes políticos recorreram à condição de jovialidade do Imperador D. Pedro II e afirmaram que o mesmo encontrava-se coagido pelos ministros e conselheiros de Estado.

Por estas características, poderíamos afirmar que o Movimento político e armado de 1842 configurou-se como uma guerra entre armas e papéis. Na medida em que os combates se iniciaram com a preocupação de ambos os lados com a legitimidade de suas ações. Na verdade, a falência dos debates foi uma característica marcante que antecedeu a guerra, o que levou os ministros do *Gabinete Palaciano* a exercitarem, pela primeira vez, a “faculdade do Poder Moderador” de dissolver a Câmara de 1842,³⁹⁷ ao alegarem fraudes nas eleições. Isso levou os antigos *progressistas* ou “homens de julho”, cada vez mais unidos em torno do liberalismo, a decidirem pela reação armada, ao perceberem que os meios legais de ação seriam em vão. No entanto, o Governo Imperial já se mostrava preocupado com a organização de seus rivais em um Clube da Rua do Conde, que mobilizava homens do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo ou, incertamente, até onde iria o raio de ação da *Sociedade dos Patriarcas Invisíveis*? Desta forma, o início do Movimento político e armado de 1842 foi gerado por um jogo tenso, no qual a arma política da argumentação não deu certo.

No entanto, essa reação armada levou os *insurgentes* a buscarem legitimar suas ações, ao reforçarem a necessidade imperiosa das mesmas. De maneira análoga, os *legalistas*, por meio de declarações, ofícios e manifestos, buscaram sempre mostrar que estavam certos de tomar medidas mais “reacionárias”, pois, conforme oficiou o presidente da província mineira, Bernardo Jacinto da Veiga, ao ministério da justiça, “a agitação dos espíritos” foi “muito de propósito alimentada pela oposição, por todos os meios, que pode sugerir-lhe o espírito de partido”³⁹⁸. Por isso, as argumentações não cessaram com os conflitos de 1842, pelo contrário, curiosamente e até ironicamente, elas pautaram toda a duração da guerra e as memórias construídas em torno dela.

Mais conhecido, por parte da historiografia, como Revolta Liberal ou Revolução Liberal, o Movimento político e armado de 1842, ainda que tenha deixado como legado uma

³⁹⁷ IGLÉSIAS, Francisco. O Cônego Marinho e 1842. In: MARINHO, José Antônio. **História do movimento político de 1842**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977, pág. 22.

³⁹⁸ SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de. **Quadro Cronológico das peças mais importantes sobre a Revolução da Província de Minas Gerais em 1842**. Op. Cit., pág. 1.

rica documentação para seu estudo e conhecimento, foi tese central de poucos trabalhos. Como vimos, as primeiras considerações surgiram ainda no século XIX, algumas quando mal havia cessado os conflitos e outras posteriores, mas fruto de memórias de homens que foram profundamente afetados pelos embates, quando ainda eram crianças. Trabalhos estes, inclusive, que serviram de base para a pesquisa aqui apresentada, como se pode notar nos subtítulos anteriores. A historiografia que surgiu no século seguinte é interessante, para este trabalho, do ponto de vista complementar, pois analisou os conflitos a partir de outras nuances.

Em 1942, por exemplo, no centenário dos acontecimentos, André Martins de Andrade escreveu o livro comemorativo *A Revolução de 1842*. De acordo com o autor, reunidos na Corte, os representantes políticos de São Paulo e Minas “passaram a concertar o plano de revolta” após “os elementos da bancada mineira, a princípio pouco dispostos a medidas violentas, concordarem afinal com a proposta de Antônio Carlos”³⁹⁹. A visão de Martins de Andrade corroborou com as alegações do padre Marinho, quando concordou que a dianteira do Movimento partiu dos representantes paulistanos e que os mineiros aderiram para apoiar a causa, poucos afeitos a medidas intensas. Segundo Andrade, a Revolução de 1842 ocorreu por conta de uma “exacerbação de ânimos” que “chegou ao auge com as medidas violentas levadas a efeito pelo gabinete [Gabinete de Março de 1841]”; por trás da decisão do “partido liberal encontrava-se a Sociedade Secreta dos Patriarcas Invisíveis”, cujas operações “com efeito disseminaram muito o sentimento e ação revolucionárias em São Paulo, Minas, Ceará, etc.”⁴⁰⁰. Por fim, o autor atribuiu o desânimo que “começou a arrefecer o entusiasmo dos paulistas” e, posteriormente, dos mineiros aos “erros de tática militar e estratégica”⁴⁰¹.

As outras obras surgiram nos anos subsequentes. Em 1943, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* publicou um texto de Lúcio José dos Santos, intitulado *A Revolução de 1842 em Minas Gerais*. Neste trabalho, Santos buscou traçar um quadro geral do que chamou de Revolução e de maneira semelhante a Martins de Andrade, também dividiu os grupos rivais entre *liberais* e *conservadores*. Para o autor, seria propício “a ocasião para que se aproveitassem dela [a revolução da província do Rio Grande do Sul] todos os descontentes, inclusive os que desejavam mesmo ir além de uma simples substituição de ministério”⁴⁰². Diferentemente das interpretações correntes, para Lúcio José dos Santos foi o

³⁹⁹ ANDRADE, André Martins de. **A Revolução de 1842**. Rio de Janeiro: Tip. Apollo, 1942, pág. 134.

⁴⁰⁰ Idem, pág. 127-128.

⁴⁰¹ Ibidem, pág. 145.

⁴⁰² SANTOS, Lúcio José dos. *A Revolução de 1842 em Minas Gerais*. **RIHGB**. Op. Cit., pág. 118.

descompasso de início dos dois movimentos sediciosos, em São Paulo e Minas, que “prejudicou a ambos”.

Aluísio de Almeida lançou a obra *A Revolução Liberal de 1842*, dois anos após o lançamento do livro de Martins de Andrade, em 1944. Da mesma forma que Andrade e Santos, na visão de Almeida a “rebelião” nas províncias somente se iniciou depois que “partiu a ordem do quartel-general dos Patriarcas Invisíveis”⁴⁰³. Segundo o autor, a revolução liberal ocorreu por conta de alguns motivos que “na realidade não passavam de pretextos”, os quais foram possibilitados por conta das medidas tomadas pelo “partido no poder”, a exemplo da reforma do Código Criminal e do restabelecimento do Conselho de Estado. Para o autor, portanto, “custa a crer fosse em 1842 combatido em nome da liberdade ameaçada”; uma vez que, o verdadeiro temor fosse mesmo o “ostracismo”, que não seria tolerado pelo Antonio Carlos e Martim Francisco. Ainda que eles “não chegaram a ser revoltosos de 42”, para Almeida eles “foram os propagandistas do Movimento na Imprensa, nas Câmaras e provavelmente na Sociedade dos Patriarcas” e exerceram bastante influência.⁴⁰⁴

Percebe-se que esses trabalhos da década de 40 do século XX tiveram interpretações críticas e, de certo modo, bastante afinadas. No entanto, mais recentemente, numa reedição do livro do cônego José Antônio Marinho, por exemplo, Francisco Iglésias, na apresentação do livro, afirmou que “o protesto armado de 1842 em São Paulo e Minas” ilustrou “uma constante na vida nacional, o sentido contestador”. Ainda que os liberais tivessem boas justificativas para a eclosão do “movimento de 42”, este não teria tido nem planejamento, nem densidade. Teria sido o “último eco de inquietação: apaziguados os ânimos, a Província cairia na tranquilidade e na rotina, sem outras exaltações que não as lutas partidárias pelo poder”⁴⁰⁵.

Após estas considerações de Francisco Iglésias e da reedição do livro do cônego Marinho, no final da década de 1970, a temática sobre os Movimentos políticos e armados de 1842 retomou fôlego e com isso surgiram novos trabalhos. Leda Maria de Oliveira apresentou a dissertação, em 1983, intitulada *O Movimento de 1842: O Protesto Armado da Elite Liberal Mineira*. Neste trabalho, conforme sugere o título, a historiadora se dedicou a entender o protesto armado da elite política liberal de Minas Gerais, porém de um ponto de vista econômico e estatal. Desta forma, Oliveira entendeu que “o protesto armado” produzido na

⁴⁰³ ALMEIDA, Aluísio de. **A revolução liberal de 1842**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944, pág. 32.

⁴⁰⁴ Idem, pág. 33-41.

⁴⁰⁵ IGLÉSIAS, Francisco. O Cônego Marinho e 1842. Op. Cit., pág. 13, 26-7. Ver também: IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Op. Cit, pág. 405.

província teve um “caráter centrífugo”, na medida em que teria buscado se afastar do centro por conta de uma “dependência em relação ao Rio de Janeiro”. Nesse sentido, a historiadora entendeu e conformou o Movimento político e armado de 1842 em um contexto de crise, causada, entre outros motivos, por “dificuldades financeiras” advindas da “procura de um produto que substituísse a mineração”⁴⁰⁶. Ainda de acordo com a autora, este desejo de autonomia em relação à metrópole carioca teria sido o principal interesse a unificar paulistas, fluminenses e mineiros; sendo os últimos praticamente liderados por Teófilo Ottoni em 1842, ainda que José Feliciano Pinto Coelho da Cunha tenha sido aclamado presidente interino, de acordo com Oliveira.

Apesar de não tocar na questão das modificações na forma dos grupos políticos se tratarem, Leda Maria de Oliveira retomou um problema que Alcir Lenharo chamou atenção em seu clássico *As Tropas da Moderação*: a crise de abastecimento da Corte. Para Lenharo, tese inclusive retomada por Leda Maria de Oliveira, “a discussão apresentada anteriormente entre liberais e conservadores não estava imune às pressões advindas da penetração dos produtores no mercado carioca”, o que os antagonizava.⁴⁰⁷ Apesar dessa crise envolvendo o abastecimento carioca, é tocante na teoria de Lenharo a ideia de que a classe proprietária do Sul de Minas possuiu destaque político “relevante na etapa posterior à Independência” e que teria se refletido no movimento militar de 1833 e na força do Regresso, que produziu divergências entre *regressistas* e *progressistas*.⁴⁰⁸ O trabalho de Lenharo dialoga bastante com esse capítulo, ao entender que a partir daí, ou seja, da amplitude da teoria *regressista*, os liberais moderados (na visão do autor, transmutados em *progressistas*) se enfraqueceram na Província, ao ponto de explicar o “inteiro fracasso da iniciativa armada”, em 1842, na medida em que “o controle da rede de empregos escapava dos liberais”⁴⁰⁹.

O trabalho que também surgiu nos fins da década de 1970, *Imprensa e Ideologia em São Paulo*, de Arnaldo Contier, refutou a ideia de que a sedição de 1842 possa ser explicada “em função de uma crise econômica gerada nas Províncias de São Paulo e Minas Gerais”, uma vez que a queda da produção deveu-se a problemas climáticos referentes às fortes geadas causadas naquele ano. Na visão de Contier, “a sedição de 1842 somente pode ser explicada ao nível da cisão política das frações da burguesia comercial”; bem como em relação à Reforma

⁴⁰⁶ OLIVEIRA, Leda Maria de. **O Movimento de 1842: o protesto armado da Elite liberal mineira**. Op. Cit., pág. 55-56.

⁴⁰⁷ LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. Op. Cit., pág. 55.

⁴⁰⁸ Idem, pág. 115-132.

⁴⁰⁹ Ibidem, pág. 138-139.

do Código, que “representou problemas que poderiam ameaçar o poder local”, “no sentido de evitar-se uma política centralizadora prejudicial ao desenvolvimento econômico da região”, posto que “os delegados nomeados pelo Imperador” poderiam ser “agentes estranhos aos seus interesses” locais e políticos.⁴¹⁰

Apesar destas mudanças radicais em relação aos trabalhos das décadas de 1940 e 1980, podemos notar que há vários elementos que podem explicar os Movimentos políticos e armados de 1842. Destarte, a tentativa de contribuir para a historiografia reside no fato de que estes Movimentos ocorreram num contexto de ação específico e envolveram novos contornos de identidades políticas, que muitas vezes é simplificado com as identidades políticas *Liberais* e *Conservadores*.

Mas há uma perspectiva animadora de surgirem novos trabalhos sobre o tema do Movimento político e armado de 1842, em Minas Gerais. A tese de Erik Hörner, intitulada *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*, publicada em 2010, exemplifica bem a tentativa de se modificar o enfoque sobre esta temática. A partir de um esforço para entender os próprios conceitos por trás das denominações que envolveram os Movimentos entre “Sedição”, “Revolta”, “Rebelião” e “Revolução”, Hörner chegou a algumas conclusões pertinentes. O historiador, sabiamente, não desqualificou os interesses econômicos e capitalistas que levaram os grupos políticos a disputarem em armas, no entanto, de forma necessária, reviu o peso exagerado que outros autores atribuíram à estagnação das províncias, ao citar novos trabalhos que já reviram essa tese.⁴¹¹ De maneira semelhante, ao analisar as questões políticas, de forma dinâmica, salientou as perdas e ganhos para ambos os lados. Portanto, a análise do historiador permitiu rever diversas visões rígidas que estavam praticamente estabelecidas. Para Erik Hörner, a insatisfação era direcionada ao Gabinete de Março, às Reformas do Código do Processo e do Conselho de Estado e, aliado a isso, havia por parte dos rebeldes um plano de ação que “não era necessariamente frágil”, uma vez que eles sabiam “dos esforços para com a pacificação do Rio Grande do Sul”. Do ponto de vista do historiador, numa tacada só eles poderiam derrubar o Ministério e intimidar os adversários locais. Outro ponto importante que o pesquisador destacou refere-se às disputas locais que,

⁴¹⁰ CONTIER, Arnaldo Daraya. **Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842: matizes do vocabulário político e social**. Op. Cit., pág. 282-283.

⁴¹¹ Sobre a revisão da tese de que as províncias paulista e mineira, principalmente, estavam estagnadas ver: PAIVA, Eduardo França. “Minas depois da mineração [ou o século XIX mineiro]”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial**. 3º vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

realmente, não podem ser ignoradas. Em Minas Gerais, por exemplo, seria exemplar “os rancores decorrentes da ‘Revolta do Ano da Fumaça’”⁴¹².

Ou seja, a tese de Erik Hörner avançou em aspectos significativos no que diz respeito às explicações dos termos práticos (econômicos e políticos) que ajudam a explicar os Movimentos políticos e armados de 1842. No que tange ao tema desta dissertação, é fundamental também as conclusões do autor de que o “movimento político num sentido mais amplo acabou por exigir uma delimitação dos campos de atuação política e a redefinição dos grupos”⁴¹³.

Exatamente nesse ponto, considerou-se interessante seguir a sugestão de Maria Marta Araújo, para quem o estudo de “um movimento dessa natureza, interessa mais conhecer os embates ideológicos, a formação dos grupos rebeldes e seus rituais simbólicos”⁴¹⁴. É a partir dessa perspectiva (magistralmente defendida no seu belíssimo *Com quantos tolos se faz uma república?*) que a presente pesquisa pretende contribuir para o enriquecimento historiográfico do Movimento político e armado de 1842, em Minas Gerais.

O livro de Maria Marta Araújo, *Com quantos tolos se faz uma república?*, analisa a trajetória política e literária do padre Correia de Almeida, natural de Barbacena, durante os trinta anos que separaram as primeiras poesias escritas pelo padre do livro satírico *A república dos Tolos*, publicado em 1881. Almeida teve uma intensa produção político-literária e, segundo a historiadora, “foi um dos poetas mais populares do Brasil no século XIX”⁴¹⁵. O diálogo do padre e poeta que viveu numa das províncias mais dinâmicas do país, à época, com a política e com as ideias provenientes do liberalismo, bem como com a tradição da sociedade ibérica, deixava transparecer a crítica satírica em relação à ambivalência, que permeava as ações e os discursos dos construtores da nação, em meados daquele século. Para Maria Marta Araújo, “não há como negar a sua adesão a um determinado momento histórico e a uma vertente considerada genuína do partido liberal”, o que levou o padre a se vincular no “movimento revolucionário de 1842”, assim como “a se autodefinir como alguém ‘do tempo do Ottoni’”. Na visão da pesquisadora, o padre, com essa afirmação, deixou claro a sua admiração pelo “incendiário e republicano Teófilo Ottoni”, além de ter “ampliado para toda uma época” as características do político de Vila do Príncipe.⁴¹⁶ Desta forma, Araújo defendeu que o “mais adequado é falar em liberalismos” e que “esse processo não ocorreu

⁴¹² HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição...** Op. Cit., pág. 337-340.

⁴¹³ Idem, pág. 341.

⁴¹⁴ ARAÚJO, Maria Marta. **Com quantos tolos se faz uma república?** Op. Cit., pág. 106.

⁴¹⁵ Idem, pág. 16.

⁴¹⁶ Ibidem, pág. 103.

sem resistências e que esta assumiu não só o caráter de embate ideológico, como de luta armada”, sendo marcado por um verdadeiro debate que antecedeu e se configurou em 1842.⁴¹⁷

Essa rápida retomada da historiografia nos permitiu perceber como avançaram os estudos sobre os conflitos ocorridos em 1842, para mostrar que buscamos contribuir com apenas um dos aspectos a envolvê-lo. Do ponto de vista desta pesquisa, acreditamos que um dos legados mais importantes dessa guerra foi ser uma espécie de catalizadora para a modificação na forma dos grupos imageticamente se tratarem.

Principalmente a partir dos trabalhos mais recentes de Erik Hörner e Maria Marta Araújo, buscamos mostrar as nuances a permearem o conflito mineiro de 1842. Destes trabalhos, tomo como premissas as conclusões de Hörner de que o movimento político acabou por exigir uma delimitação dos campos de atuação política e a redefinição dos grupos e, em segundo lugar, a própria sugestão de Araújo para a compreensão dos conflitos como um processo derivado de um longo debate entre os envolvidos, entendidos por alguns destes como um verdadeiro processo revolucionário.

Sendo assim, dialogamos com a historiografia recente sobre os conflitos de 1842, na medida em que, do nosso ponto de vista, na província de Minas Gerais, por exemplo, entre outras causas, o Movimento político e armado pode ser identificado também como o ápice e o fruto de um processo de crescente “tensão verbal” entre os grupos políticos em debate, conforme já afirmamos e buscamos mostrar nos subtítulos anteriores. Por outro lado, é também perceptível que, para além de relação de força armada, foi fundamental neste embate as questões filosóficas e teóricas a fundamentarem as relações políticas. Desta forma, o Movimento político e armado de 1842 pode ser visto também como uma guerra entre papeis, pois antes, durante e depois dos conflitos, muitos documentos foram produzidos e muito se argumentou em ambos os lados, inclusive gerando conseqüentemente novas formas identitárias entre os grupos.

Isso pode ser verificável desde o primeiro dia que o Movimento político e armado rompeu em Barbacena, a 10 de junho de 1842. A cidade, que “desde os fins do século XVIII” foi um importante cenário da história política de Minas Gerais, novamente assistiu a um importante acontecimento. Naquela manhã de outono, a “Câmara municipal intrusa de Barbacena” se reuniu e proclamou José Feliciano Pinto Coelho da Cunha ao cargo de Presidente Interino da Província, utilizando as seguintes expressões ao fazer o convite:

⁴¹⁷ Ibidem, pág. 105-107.

[...] Ilmo. e Exmo. Sr. – Havendo a Guarda Nacional e o povo deste Município se reunido hoje e proclamado a V. Exa. Presidente interino desta Província, afim de dirigir os esforços da mesma Província no empenho de livrar o Nosso Adorado Monarca da coação em que o tem posto a Oligarquia hoje dominante, e que atraiçoa em seu interesse o país e o Trono, destruindo a Constituição do Estado, que nos cumpre sustentar e defender, como a base a mais sólida, sobre que se firma o Trono Imperial, que juramos e protestamos à face de Deus e dos homens sustentar à custa de nossas vidas: a Câmara Municipal desta cidade tem a honra de convidar V. Exa. para que compareça nos Paços da mesma municipalidade para prestar juramento e tomar posse do dito emprego.⁴¹⁸

A questão mais interessante deste ofício é perceber como se iniciou o Movimento político e armado de 1842, em Minas Gerais. Esse convite feito a José Feliciano, no dia 10 de junho, se revestiu de uma carga simbólica bastante incomum para uma revolução; ao contrário de um líder guiando seus seguidores em torno de uma causa é o povo que o conclama a ser líder por meio de um convite. Ou seja, oficialmente foi um papel que inaugurou os acontecimentos na Província mineira e, mais interessante, a partir de um conclave e convite de um povo que estava disposto a selar um pacto com seu líder, caso este aceitasse. A mensagem básica que se deixou interpretar neste papel oficial foi a de que o poder que estavam inaugurando como esse Governo ilegítimo, do ponto de vista legal, era constituído tanto pelo povo quanto pelo líder. Essa verdadeira lição de como deveria funcionar o sistema constitucional foi a primeira impressão que os insurgentes passaram; no entanto, eles buscaram se prevenir das possíveis acusações que sofreriam de republicanas, ao alegarem que dirigiam seus esforços “no empenho de livrar o Nosso Adorado Monarca da coação em que o tem posto a Oligarquia hoje dominante”.

Nesse sentido, o Movimento político e armado se voltou principalmente contra as autoridades provinciais constituídas pelo poder central, cuja figura mais importante era o Imperador, mas seus promotores fizeram um esforço para mostrar que o mesmo não era a causa; na verdade, esta seria a coação que o Monarca estaria sofrendo pela *Oligarquia* dominante. De acordo com o desenrolar do debate até as vésperas do Movimento, sabemos que os alvos primordiais foram o Gabinete de Março de 1841, bem como o Presidente da Província mineira, Bernardo Jacinto da Veiga. O objetivo principal da causa, segundo os insurgentes, era sustentar e defender a Constituição do Estado. Dessa forma, nada melhor que

⁴¹⁸ SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de. **Quadro Cronológico das peças mais importantes sobre a Revolução da Província de Minas Gerais em 1842.** Op. Cit., pág. 2.

iniciar a batalha mostrando aos inimigos como deveriam se guiar o povo e o líder, num acordo Constitucional, em que ambos deveriam prestar juramentos solenes. Outra característica sutil deste Movimento foi questionar as atribuições do poder central em relação às províncias, na medida em que seus representantes passaram a desconsiderar o poder provincial constituído e buscaram autonomamente escolher seu próprio presidente.

Para dar respaldo a essas medidas foi necessário ir além da imagem do povo e mostrar que poderes locais importantes incorporavam o Movimento sedicioso, a exemplo da Guarda Nacional e da Câmara Municipal de Barbacena; para assumir um tom mais oficial e político, o ofício enviado a José Feliciano Pinto Coelho da Cunha contou com as assinaturas dos vereadores barbacenenses Manoel Ribeiro Nunes, Camilo Maria Ferreira, Lino José Ferreira Armond, Francisco de Paula Camilo Araújo, Pedro Teixeira de Carvalho e Azevedo e Joaquim Rodrigues de Araújo e Oliveira. Portanto, a partir deste ofício, estava decretada a guerra política e armada contra os *oligarcas*; dessa forma, no mesmo dia que o Movimento foi iniciado, uma nova forma de denominar os antigos rivais *regressistas* apareceu, dando início ao processo de reformulação identitária.

Apesar da suspensão das Câmaras, nesse mesmo dia 10, os vereadores de Barbacena se reuniram em Sessão extraordinária para selar o acordo com o aclamado Coelho da Cunha que, prontamente, aceitou o convite e prestou o juramento ao povo e à Guarda Nacional da cidade. O então Presidente Interino não deixou de tecer suas considerações, sobretudo acerca das causas e dos inimigos políticos em questão, referindo-se aos mesmos da seguinte maneira:

[...] com o fim de dirigir os esforços da Província na sustentação e defesa da Constituição do Estado e do Trono do Nosso Adorado Monarca, o Senhor D. Pedro II; e reconhecendo eu quanto em verdade urge, que nos reunamos em torno do Trono Imperial para libertamos o Nosso Imperador da influência perniciosa de uma Oligarquia cega de ambição e de capricho, que oprime o povo e desdoira o Trono; e disposto a fazer todos os sacrifícios de fortuna e vida na sustentação da nossa Constituição, obra do Imortal Fundador do Império [...]; protestando desde já e jurando que meu procedimento é dirigido somente pelo desejo de ver minha Pátria gozar de liberdade, e o meu Monarca e Amo no pleno, completo e absoluto gozo de todos os direitos Majestáticos, tanto quanto a Constituição e o Ato Adicional o querem.⁴¹⁹

⁴¹⁹ SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de. **Quadro Cronológico das peças mais importantes sobre a Revolução da Província de Minas Gerais em 1842.** Op. Cit., pág. 4.

As palavras de José Feliciano Pinto Coelho da Cunha foram consonantes com aquelas proferidas pelos vereadores barbacenenses; na verdade, ele ajudou seus aliados a construir uma imagem ao mesmo tempo favorável aos insurgentes, na medida em que utilizou uma refinada retórica para justificar a luta, e contrária aos inimigos, tratados como verdadeiros indignos da confiança popular. Desse modo, ao falar em amor à monarquia, à liberdade e à constituição, o Presidente interino protestou que estava “disposto a fazer todos os sacrifícios de fortuna e vida” para defender seus ideais, assim como os de seus aliados políticos. Novamente, o grupo rival foi denominado de *oligarquia*, que seria “cega de ambição e de capricho, que oprime o povo e desdoira o Trono”. É notório que enquanto os insurgentes classificavam seus rivais como oligarcas, eles preferiam não se definir como grupo político, preferindo sempre afirmar que o Movimento político e armado de 1842 teve início por conta dos desejos da Guarda Nacional e povo de Barbacena.

Enquanto o Movimento se ampliou na Província, principalmente na porção sul, com pelo menos mais 15 municípios aderentes à causa, vários documentos foram produzidos por ambos os lados: ofícios, correspondências, manifestos, proclamações e bilhetes. Desse modo, as autoridades legais articularam o contra-ataque aos insurgentes ao mesmo tempo em que revidaram as injúrias desferidas por seus rivais, os quais aprimoraram o leque de ofensas. Na visão do Presidente da Província legalmente constituído, Bernardo Jacinto da Veiga, a “desordem” iniciada em Barbacena era na verdade causada por “uma dúzia de famílias de pessoas da oposição”, sendo por isso apenas uma “desordem de Barbacena”⁴²⁰. A imagem construída pelas autoridades legais de que o Movimento político e armado de 1842 nada mais era que uma rebelião de Barbacena foi muito difundida também pela imprensa. Enquanto nos documentos o debate permaneceu mais entre *rebeldes* e *governistas*, na imprensa, principalmente no *Correio de Minas*, cabalmente vinculado aos “legalistas”, as injúrias contra os insurgentes foram mais sérias.

De simples “rebeldes e sediciosos” versus “leais mineiros”⁴²¹ até desaguar no *Partido da Ordem contra Homens de Santa Luzia*,⁴²² o *Correio de Minas* construiu uma imagem dos dois grupos completamente antagônica, como naturalmente tinha que ser. Esta comoção do redator do periódico durou pelos menos dois anos, de 1842 a 1844, quando o Movimento já havia há muito sido derrotado, mas as batalhas pela construção de sua memória estavam

⁴²⁰ Idem, pág. 18.

⁴²¹ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 34, 15 de junho de 1842, pág. 1-2.

⁴²² Ver, especialmente, as edições: O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 10, 28 de janeiro de 1843, pág. 3; O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 4, 15 de janeiro de 1844, pág. 2.

apenas se iniciando. Dessa forma, à medida que os combates armados avançavam e ficava indefinida a situação na província, o periódico ampliava o leque de xingamentos e ofensas contra os rivais sediciosos, clamando a opinião pública contra os “heróis da defunta oposição”⁴²³, referindo-se ao padre Marinho, Ottoni, José Feliciano e Joaquim Antão, entre outros. Este processo, no entanto, não se restringiu somente ao ano de 1842, mas se estendeu até o último ano de existência do periódico (1844). Foi exatamente nesse ano que ficou resolvida a favor dos *homens de Santa Luzia* a questão da anistia, no dia 14 de março. Apesar disto, o peso simbólico de ter que carregar a denominação cunhada pelo inimigo vencedor foi um dos fardos da derrota armada. Apesar disto, houve espaço para comemorações de vitória com a anistia de todos os envolvidos e, conforme afirmou Ottoni, ajudou a corroborar perante o tribunal da história a causa dos insurgentes.

Ao longo deste trabalho, buscamos mostrar que as identidades políticas também são construções, influenciadas tanto pelas circunstâncias quanto pelas questões sociais, a exemplo das inimizades políticas. Chegamos, enfim, até o período em que os grupos mineiros se dividiram entre “*Partido da Ordem*” e “*Santa Luzias*”, tendo como influência fundamental, para isso, o Movimento político e armado de 1842, em Minas Gerais. Por esse entendimento, não descartamos a possibilidade de mudança também nesses grupos, na província mineira, durante o longo Período Imperial. Apesar das formas identitárias serem circunstanciais, percebemos que os ideais e alguns conteúdos políticos que se mesclavam nesses grupos, no entanto, persistiam.

Dessa forma, podemos inferir, por exemplo, que, por mais que os “*Santa Luzia*” tenham perdido no campo de batalha e talvez tenham enfrentado problemas políticos imediatos, uma das defesas que eles fizeram persistiu no campo político brasileiro; explicitamente, por meio do *Universal*, os *progressistas* tiveram coragem de defendê-la: a federação. Dessa forma, o entendimento do *Universal*, à época do surgimento do *regressista Correio de Minas*, de que a Monarquia Constitucional, completa com a Lei do Ato Adicional, deveria ser compreendida desde que fosse “acompanhada do poder federal exercido pelos Governos Provinciais” persistiu no tempo e se tornou uma bandeira dos insurgentes de 1842. Poderíamos afirmar, portanto, que, historicamente, este projeto político tornou-se “vencedor”, após um longo processo de centralização política e manutenção da Monarquia Constitucional aos moldes do *Partido da Ordem*.

⁴²³ O CORREIO DE MINAS, Ouro Preto, edição 35, 22 de junho de 1842, pág. 4.

Apesar de não ter analisado todos os periódicos da província mineira nesse período, o que nos impede de fazer afirmações conclusivas; o Movimento político e armado de 1842 tornou-se crucial para este trabalho, pois demonstrou a complexidade do processo de construção identitária. Até 1842, quando os “liberais” mineiros resolveram pegar em armas, o termo com que eram tratados por seus adversários e, muitas vezes, por si próprios era o *progressista*. Logicamente, os atores históricos envolvidos nestas disputas políticas tinham entendimentos diversificados sobre o significado de ser *progressista*: para alguns “liberais”, o termo aludia à defesa da Monarquia representativa, da autonomia provincial e das teorias liberais sobre a participação civil nas decisões de Estado; no lado *regressista*, estava em jogo, sobretudo, a manutenção da unidade imperial, da ordem pública e econômica, que acreditavam ser possível somente com a centralização política em torno da Monarquia Constitucional nas mãos do Imperador D. Pedro II.

Por mais que a Monarquia, após 1842, continuasse representativa, suas bases passaram a ser pautadas por meio da visão do segundo grupo que venceu os combates, tanto na província paulista quanto na mineira. Em Minas Gerais, após cessarem os movimentos armados, as denominações entre os grupos mais destacados se modificaram rapidamente, de *Progressistas* a *Santa Luzias* e de *Regressistas* a *Partido da Ordem*. Em Ouro Preto, essa construção imagética entre os grupos foi praticamente disseminada pela atuação, como vimos, do *Correio de Minas*.

Possivelmente, a maior contribuição deste trabalho é frisar que, a despeito dessa divisão dicotômica sugerida pelas fontes que pesquisamos, elas não esgotam a temática. Pelo contrário, por mais que estas formas identitárias tenham se destacado nesse processo de consolidação do Estado Imperial brasileiro, na província mineira, por meio destes periódicos da capital e também por conta das memórias e documentos produzidos durante os conflitos, é inegável que estes grupos eram formados por homens considerados aqui como verdadeiros agentes históricos. Sendo assim, possivelmente estas identidades políticas mantinham em seus bojos uma complexidade de entendimentos e possibilidades identitárias distintas que, em momentos circunstanciais, eram suplantados pela necessidade de tomar decisões baseadas na interseção de objetivos comuns. Pegar em armas em 1842, por exemplo, era uma decisão que envolvia três alternativas: ficar ao lado dos insurgentes, defender os interesses do Governo provincial legítimo ou se abster de qualquer participação. Os grupos que emergiram nesse processo de conflito provavelmente representam aqueles que tomaram a primeira ou a segunda decisão. Mas será que todos os envolvidos de cada lado pensavam da mesma forma?

Disso resulta a grande dificuldade e complexidade em se trabalhar com o conceito identidade política.

Considerações Finais

Estudar o processo de constituição das identidades políticas em Minas Gerais, entre 1834-1844, permite refletir sobre um questionamento que tem atravessado as chamadas Ciências Humanas: como é “possível” que a existência simultânea de muitas pessoas gere a sociedade?⁴²⁴

De acordo com Norbert Elias, nesse “tumulto de gente apressada” há uma ordem, que é o fato de que “cada pessoa nesse turbilhão faz parte de um lugar”: tem amigos, inimigos, família, círculo de relações e a própria memória dos que morreram. Este “contexto funcional” acaba delimitando a pessoa “a usar certo tipo de traje, estar preso a certo ritual no trato com os outros e a formas específicas de comportamento”. Daí o caráter específico deste contexto funcional em cada associação de seres humanos, que forma uma rede de funções relacionais, que é a própria sociedade.⁴²⁵ O sociólogo nos propõe que pensemos a inter-relação como uma “rede de tecido”, não como um modelo estático e sim dinâmico, na medida em que “cada fio continua a constituir uma unidade em si”, mas pode ser “destecido” enquanto outros fios são tecidos, num “entrelaçamento incessante e sem começo que determina a natureza e a forma do ser individual”, com suas ideias, valores e convicções.⁴²⁶

Estudar a interação e dinâmica dos grupos políticos até aqui, por meio da linguagem, nos ajudou a entender parte desse processo de inter-relação, na medida em que os discursos se operam como “atos de fala” e ajudam a moldar novas realidades identitárias. No transcorrer dessa ação discursiva, podemos identificar elementos comuns e mudanças de querelas, ao longo do processo de constituição dos grupos políticos.

No primeiro capítulo, chegamos à conclusão de que a tônica discursiva é a afirmação da uma identidade por meio da negação. A “moralidade e o patriotismo” formaram uma das bases usadas na linguagem do *Universal* para se firmar como um discurso vencedor. O alicerce moral que primeiro chama a atenção é a adesão imediata e defesa da monarquia como forma de governo, sendo o discurso amparado em símbolos como a exaltação de D. Pedro II, ainda menino. Essa exaltação monárquica provém de uma tentativa de confluir ambas as bandeiras políticas sintetizadas no grupo *chimango* para a defesa contra o principal perigo (a restauração política do ex-imperador D. Pedro I). Circunstâncias políticas específicas vivenciadas na província vão servir para reforçar a identidade antagonista (*caramuru*) que se

⁴²⁴ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Op. Cit., pág. 16-9.

⁴²⁵ Idem, pág. 21-3.

⁴²⁶ Ibidem, pág. 34-6.

quer combater: para isso, há uma intensa tentativa de associar o “partido da restauração” a um sentimento estrangeiro, da intriga e da calúnia, enquanto os *chimangos* seriam os aderentes ao “partido nacional”.

A partir de 1835, quando ocorre a eleição para a regência única, a “moralidade e o patriotismo” se direcionam na defesa ao governo do regente Diogo Antonio Feijó. Nesse processo, novas identidades políticas aos poucos vão sendo forjadas. Na visão dos governistas, os “opositores pretendiam apenas o *regresso*”, por meio de mudanças na Constituição que interpretasse o Ato adicional de 1834. Os valores da “ordem” e da “liberdade” passaram a ser conjugados contra a “tirania” e a “desordem”. Como síntese deste processo, por volta de 1837, ocorre uma modificação na forma de se referir entre os grupos, alguns antigos *chimangos* passam a se afirmar apenas como *liberais*, enquanto são acusados pela oposição de defenderem um governo republicano e serem os falsos *progressistas*; estes, por sua vez, rechaçam e acusam os opositores do governo do regente Diogo Antonio Feijó de serem *regressistas*.

Nesse processo de reformulação das identidades políticas, nota-se que os mesmos artifícios discursivos utilizados no contexto da Revolta do Ano da Fumaça, em 1833, e da aprovação da Lei do Ato Adicional de 1834, continuam antes, durante e após o governo do regente Diogo Feijó. Desta forma, a zoologia política, a linguagem mitológica, as metáforas, os deboches e as farpas trocadas pelos grupos perpassaram todo o período analisado. Entretanto, os conteúdos dessas alfinetadas, entretanto, se modificavam com as circunstâncias.

Foi justamente esse acirramento do debate, proporcionado pelo aumento da tensão gerada pelo redirecionamento dos grupos políticos no poder, que levou os antigos *progressistas* e *regressistas* a recorrerem a insultos cada vez mais carregados de carga semântica política e ideológica. Estavam em jogo nesta batalha discursiva as rédeas da direção do Estado, bem como novas formas de buscar representação política, a partir do momento em que o Segundo Reinado se inicia. Dessa forma, a disputa ministerial foi uma dessas circunstâncias que apimentaram os debates, assim como a composição da Câmara e assembleias logo após a aclamação de D. Pedro II como Imperador. Entre as acusações de anarquismo e absolutismo, o discurso pela ordem foi se tornando cada vez mais emblemático, até envolver os agentes históricos numa guerra.

O Movimento político e armado de 1842 funcionou como um catalizador para esse processo de nova reformulação de identidades políticas na província, com a emergência do

Partido da Ordem versus os *Homens de Santa Luzia*. Desta vez, o direito de se afirmar como *Partido da Ordem* foi dado ao vencedor, que buscou afirmar e ostentar tal identidade; por sua vez, os vencidos também acabaram se conformando com o epíteto de *Homens de Santa Luzia*, que lembrava o local onde os “defensores da liberdade” haviam depositeado as armas. Jogar os dados foi arriscado, cabia assumir as consequências.

A investigação executada ao longo deste trabalho, decorrente do diálogo com as fontes e conduzida pelas questões que orientaram a busca pelo entendimento dos mecanismos de construção das identidades políticas, na sociedade mineira de meados do século XIX, levando em conta o uso funcional da linguagem, aponta para a necessidade de um aprofundamento da pesquisa, tendo em vista o possível diálogo do tema com as ações contemporâneas da imprensa: esse é um novo desafio, para uma temática tão empolgante e tão necessária para a compreensão da política brasileira e, mais especificamente, mineira tal como hoje ela se apresenta.

Fontes e Referências Bibliográficas

1. Fontes Primárias

1.1. Obras

A declaração da maioria de sua majestade imperial o senhor D. Pedro II, desde o momento em que essa ideia foi aventada no corpo legislativo até o ato de sua realização. Rio de Janeiro: Tipografia da associação do Despertador, 1840.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Movimento Político de Minas Gerais em 1842: memória lida em sessão do Instituto Histórico. **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil.** Rio de Janeiro: Tipografia Universal de H. Laemmert & Cia. Tomo XLVII, Parte II, 1884.

_____. Movimento político de Minas Gerais em 1842: Memória lida em sessão do Instituto Histórico pelo sócio efetivo Dr. Moreira de Azevedo. **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 14, 1909.

_____. Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual Reinado. **Revista trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert & Cia. Tomo XLVIII, parte 2, 1885.

BLUTEAU, D. Rafael & SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa.** Tomo primeiro: A-K. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

BRASILIENSE, Américo. **Os programas dos Partidos e o Segundo Império.** São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1878.

Coleção das Leis do Império do Brasil de 1841. Rio de Janeiro: Reimpressa na Tipografia Nacional. Tomo IV. Parte I. 1864.

Dicionario Geral da Lingoa Portugueza de Algibeira. Lisboa: Na Impressão Régia. Vol. 1, edição 2, 1818.

DURÃO, Santa Rita. **Caramuru: Poema Épico.** Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Biblioteca Nacional e Departamento Nacional do Livro. (Arquivo em PDF).

Gazeta de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1832, edição 281, 27 de novembro de 1832.

História da Revolução de Minas Gerais, em 1842. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v.15 (fasc. 1 e 2), 1910.

- Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná: notícia biográfica. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ano 1, vol. 4, 1896.
- La Desterrada de Holy-Rood: Historia de los sucesos ocurridos a la Familia Real de Francia**. Madrid: Em la Imprenta de Yenes, 1838.
- MARINHO, José Antonio (1803-1853). **História do Movimento Político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Tipografia de J. E. S. Cabral, 1844.
- _____. **História do Movimento Político de 1842**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977 (versão da primeira edição publicada em 1844).
- MELLO, Emilio Xavier Sobreira de. **Imperiais Resoluções do Conselho de Estado da Seção da Fazenda**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. Vol. 1, 1867.
- OTTONI, Teófilo Benedito. **Circular dedicada aos Srs. eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2º distrito eleitoral da mesma província para a próxima legislatura**. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de M. Barreto, Filhos e Octaviano, 1860.
- OWEN, Hugh. **A Guerra Civil em Portugal, o sítio do Porto e a morte de D. Pedro por um estrangeiro**. Londres: 1836.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Na Tipografia de Silva, 1832.
- REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de (1832-1893). **Minhas Recordações**. Coleção Documentos Brasileiros, n° 45. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987 (reedição da versão original, publicada em 1887).
- ROCHA, Justiniano José da. Ação, Reação e Transação. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 219, 1953.
- RUBIM, Braz da Costa. **Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Empresa tipográfica Dois de Dezembro de Paula Brito, 1853.
- SÁ, Sebastião José Ribeiro de. **Revista Universal Lisbonense**. Lisboa: Tipografia da Revista Universal Lisbonense, 1851.

SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de. **Quadro Cronológico das peças mais importantes sobre a Revolução da Província de Minas Gerais em 1842**. Ouro Preto: Tipografia Imparcial de B. X. P. de Sousa, 2ª edição, 1844.

SURIGUÉ, Sebastião Fabregas. **Almanak Geral do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia Commercial Fluminense, 1838.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *A imprensa em Minas Geraes*. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898.

1.2. Periódicos

O CORREIO DE MINAS. Ouro Preto, 1838-1844.

O ITACOLOMY. Ouro Preto, 1844-1845.

O UNIVERSAL. Ouro Preto, 1834-1842.

2. Endereços Eletrônicos

<http://www.academialeopoldinense.net/FerreiraRezende.htm>

<http://www.almanack.usp.br>.

http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/pedro_lima2.html.

<http://catalogos.bn.br/>.

<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>.

<http://www.revistadehistoria.com.br>.

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/40.pdf>.

<http://www.senado.gov.br>.

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php>.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Afonso_Sanches.

3. Bibliografia

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida privada e ordem privada no Império*. In: NOVAIS, Fernando Antônio (coord.). **História da vida privada no Brasil: império**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 2, 1997.
- ALMEIDA, Aluísio de. **A revolução liberal de 1842**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.
- AMARAL, Alex Lombello. **O Astro de Minas contra a correnteza**. São João del-Rei: UFSJ (Pós-Graduação *lato sensu* em História de Minas Gerais no século XIX), 2003.
- AMARAL, Tancredo do. **A História de São Paulo ensinada pela biografia dos seus vultos mais notáveis**. Rio de Janeiro; São Paulo: Alves e Companhia, Editores, 2ª edição, 1895.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- ANDRADE, Martins de. **A Revolução de 1842**. Rio de Janeiro: s/editora, 1942.
- ANNINO, Antonio. Soberanías em lucha. In: _____; GUERRA, François-Xavier. **Inventando la Nación: Iberoamérica siglo XIX**. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- ARAÚJO, Maria Marta. **Com quantos tolos se faz uma república? Padre Correia de Almeida e sua sátira ao Brasil oitocentista**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- ARAUJO, Valdei Lopes de; SILVA, Weder Ferreira da. Fragmentos de um periódico perdido: a *Sentinela do Serro* e o sentido da “republicanização” (1830-1832). **VARIA HISTÓRIA**. Belo Horizonte, vol. 27, nº 45, jan/jun 2011.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: vol. 5, 1985.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil: 1790-1822**. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. Política provincial e a construção do estado nacional brasileiro: Minas Gerais (1834-1844). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, julho 2011.
- BARBOSA, Silvana Mota. **A sphinge monárquica: o poder moderador e a política imperial**. Campinas: UNICAMP (Tese de Doutorado), 2001.
- BASILE, Marcello O. N. de Campos. **Anarquistas, rusgientos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte imperial (1829-1834)**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 2000.

- _____. *Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. Topoi.* Rio de Janeiro, set. 2001.
- _____. **O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial.** Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado), 2004.
- _____. O Laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila e SALES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____. Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. In: **Dimensões.** Vitória: UFES, vol. 18, 2006.
- _____. Sociabilidade e Política na Regência: as associações *caramurus* da Corte. In: FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Letícia (org.). **200 anos de imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.
- BENTIVOGLIO, Julio. Palacianos e Aulicismo no Segundo Reinado – A facção áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da Corte de D. Pedro II. In: **REVISTA ESBOÇOS.** Florianópolis: UFSC, Volume 17, Nº 23, pp. 187-221.
- BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia: história de deuses e heróis.** Trad. David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- CALDEIRA, Jorge (org.). **Diogo Antônio Feijó.** São Paulo: Editora 34 (Coleção Formadores do Brasil), 1999.
- CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. **A Marcha da Civilização: As Vilas Oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes – 1810/1844.** Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de Mestrado), 1998.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Rio Grande do Sul e Santa Catarina. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico, Dispersão e Unidade.** 2º vol. t.2. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CARVALHO, José Murilo de (org.). **A Construção da Ordem e Teatro das Sombras.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará-UFRJ, 1996.
- _____. **Bernardo Pereira de Vasconcelos.** São Paulo: Editora 34 (Coleção Formadores do Brasil), 1999.
- _____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- _____. **Visconde do Uruguai**. São Paulo: Editora 34 (Coleção Formadores do Brasil), 2002.
- CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito constitucional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.
- CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico, Dispersão e Unidade**. 2º vol. t.2. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CHAGAS, Paulo Pinheiro. **Teófilo Ottoni: ministro do povo**. Rio de Janeiro: Editora Zelio Valverde, 1943.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 2ª edição, 2002.
- CONTIER, Arnaldo Daraya. **Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842: matizes do vocabulário político e social**. Petrópolis: Vozes; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979.
- COSTIN, Cláudia. **Administração pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- COUTO, Sérgio Pereira. **A história secreta de Roma**. São Paulo: Universo dos Livros, 2007.
- DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.
- _____. Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. **Almanack Brasiliense**. São Paulo, n.1, pág. 80-92, mai. 2005.
- DONATO, Hernâni. **Dicionário das batalhas brasileiras: Dos conflitos com Indígenas aos choques da Reforma Agrária**. São Paulo: IBRASA, 1996.
- DORIA, Escragnolle. Relação de Ministros e Secretários de Estado Mineiros ou Representantes de Minas, de 1822 a 1921. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 19, 1921.
- DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- DUBAR, Claude. **A crise das identidades. A interpretação de uma mutação**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- _____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

- ENGLUND, Steven. **Napoleão: uma biografia política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Ed. Globo, 11ª edição, v. 2, 1973.
- FERNANDES, Francisco. **Dicionário brasileiro Globo**. 31ª edição. São Paulo: Globo, 1993.
- FILHO, Arnaldo Fazoli. O Período Regencial. São Paulo: Editora Ática S.A., 1990.
- FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Jacintho Rodrigues Pereira Reis. In: *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz*. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.
- FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. A idéia de república no Império do Brasil. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: RHBN, 2005.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- FULGENCIO, Paulo Cesar. **Glossário Vade Mecum: administração pública, ciências contábeis, direito, economia, meio ambiente**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Ouro Preto. Sesquicentenário da elevação de Vila Rica à Categoria de Imperial Cidade de Ouro Preto. 1823-1973**. Catálogo da exposição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1973.
- GHERARDI, Fernanda Chaves. Armas metafóricas: "revolucionários" e "legalistas" na revolta liberal de 1842. In: **Anais da VI Semana de História Política / III Seminário Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. **Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do estado nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835**. São Paulo: Aderaldo e Rothschild; Belo Horizonte: Fapemig, 2008.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- _____. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. **Diálogos**. DHI/UEM, v. 5, n. 1, pág. 11-47, 2001.
- GREENE, Jack P. *Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas*.

- In: **Almanack Braziliense**. São Paulo: <http://www.almanack.usp.br>, nº 4, novembro de 2006.
- GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE. **Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX**. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia. In: **XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina: ANPUH, 2005.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: Sua História**. São Paulo: EDUSP, 2ª ed., 2005.
- HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição: A guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)**. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 2010.
- HOT, Amanda Dutra. **Cartas à Viscondessa: cotidiano e vida familiar no Brasil Império (Ouro Preto, 1850 – 1902)**. Mariana: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP (Dissertação de Mestrado), 2010.
- HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico, Dispersão e Unidade**. 2º vol. t.2. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. O Cônego Marinho e 1842. In: MARINHO, José Antônio. **História do movimento político de 1842**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.
- INÁCIO, Marcilaine Soares. Associação e imprensa em Minas Gerais na primeira metade do século XIX: Instâncias educativas não escolares. In: **Anais CBHE: 5º Congresso Brasileiro de História da Educação**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008.
- JÚNIOR, Caio Prado. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense. 3ª edição, 1961.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; ed. PUC - Rio, 2006.
- LAPA, Manuel Rodrigues. **Lições da Literatura Portuguesa**. Coimbra, 1955.

- LEMPÉRIÈRE, Annick. Partidos políticos e nação na América hispânica: uma história ou historiografia comum? In: CARVALHO, José Murilo de & NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LESSA, Renato. Anos 80 – Crise do Estado e o Pensamento Único. In: CABRAL, Severino (org.). **5 décadas em questão: 50 anos da Livraria Leonardo da Vinci**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- LIMA, Oliveira. **História da Civilização**. 12ª Ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.
- LYRA, Tavares de. **Instituições Políticas do Império**. Brasília: Senado Federal em Coedição com a Editora da Universidade de Brasília, v. 16, 1979.
- MACIEL, Guilherme de Souza. **O Recreador Mineiro (Ouro Preto: 1845 – 48): Formas de Representação do Conhecimento Histórico na Construção de uma Identidade Nacional**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal de Minas Gerais (Dissertação de Mestrado), 2005.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- MASCARENHAS, Nelson Lage. **Um jornalista do Império. (Firmino Rodrigues Silva)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.
- MATHIAS, Herculano; GUERRA, Lauryston; CARVALHO, Afonso Celso V. de. (Coord.). **A História do Brasil**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A. Fascículo 24, 1972.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1987.
- _____. **O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MENEZES, Eduardo de. **A Revolução Mineira de 1842**. Juiz de Fora: Tipografia Brasil, 1913.

- MIRANDA, Leonardo Souza de Araújo. **A Democracia da Gravata Lavada: Teófilo Ottoni, vida, identidade política, espaço público e republicanismo entre 1826-1842**. Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de Mestrado), 2008.
- MIRANDA, Nilmário. **Teófilo Ottoni, a República e a utopia do Mucuri**. São Paulo: Caros Amigos Editora, 2007.
- MORA, J. Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Edições Loyola, 2ª edição, 2004.
- MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Opinião Pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)**. Belo Horizonte: UFMG (Tese de Doutorado), 2011.
- _____. **Imprensa e Política: Espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)**. Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de Mestrado), 2006.
- MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005.
- _____. **O Período das Regências, (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- _____; BARROS, Mariana Monteiro de Barros. **Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. Animais, Monstros e Disformidades: a "Zoologia Política" no Processo de Construção do Império do Brasil. **Revista Estudos Históricos**. Vol. 13, nº 24, 1999.
- NEEDELL, Jeffrey D. **The Party of Order: the Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871**. Stanford: Universidade de Stanford, 2006.
- OLIVEIRA, Leda Maria de. **O Movimento de 1842: o protesto armado da Elite liberal mineira**. Niterói: UFF (Dissertação de Mestrado), 1983.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº 59, 2010.
- OTTONI, Carlos. **À memória de Theophilo Benedicto Ottoni**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1907.
- OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- PAIVA, Eduardo França. "Minas depois da mineração [ou o século XIX mineiro]". In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial**. 3º vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

- PASCOAL, Isaías. Construção do Referencial Político: a prática salvacionista-nacionalista como elemento de coesão social e política no Sul de Minas (1831-1840). **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 8, Ano VIII, n° 2, 2011.
- PAULA, Alexandre Marciano de. O Regressismo Mineiro: A Imprensa e a Questão da República (1837-1839). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, julho, 2011.
- PINHO, Wanderley. A Bahia, 1808-1856. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico, Dispersão e Unidade**. 2º vol. t.2. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- _____. Conceitos e discursos: uma diferença cultural? Comentários sobre o paper de Melvin Richter. In: JASMIN, Marcelo Gantus; JÚNIOR, João Feres (org.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Loyola; IUPERJ, 2006.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: USP/ IEB, 1969.
- QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de. La “sociabilidad” y la historia política. In: PEIRE, Jaime (org.). **Actores, representaciones e imaginarios: homenaje a François-Xavier Guerra**. Caseros: EDUNTREF, 2007.
- REIS, Arthur César Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico, Dispersão e Unidade**. 2º vol. t.2. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- RÉMOND, René. Do político. In: _____ (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- RESENDE, Edna Maria. **Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840)**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG (Tese de Doutorado), 2008.
- RODARTE, Claus. **Partidos políticos, poderes constitucionais e representação regional na 1ª Legislatura da Assembléia Geral do Império do Brasil: Minas Gerais (1826-1829)**. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 2011.

- RODRIGUES, José Luiz Machado. Cadeira número 11: Francisco de Paula Ferreira de Rezende. In: **Academia Leopoldinense de Letras e Artes**. Leopoldina (MG). Disponível em: <http://www.academialeopoldinense.net/FerreiraRezende.htm>.
- RÓNAI, Paulo. **Dicionário francês-português português-francês**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.
- SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **Os oficiais do povo: a guarda nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006.
- SALÚSTIO CRISPO, Caio. **Guerra Catilinária**. Rio de Janeiro: Ed. Ediouro (Clássicos de Bolso), 1988.
- SANTA CRUZ, Fábio Santiago. **Em busca da Conciliação: Ideias Políticas no Parlamento do Império do Brasil (1831-1855)**. Brasília: UnB (Tese de Doutorado), 2008.
- SANTOS, Fernando Marcelo Seabra de Oliveira. **Lições de Civilidade: a didática do bem viver e regras de sociabilidade em um periódico de Ouro Preto (1845-1848)**. São João del Rei: UFSJ (Dissertação de Mestrado), 2011.
- SANTOS, Lúcio José dos. A Revolução de 1842 em Minas Gerais. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, nº 180, 1943.
- SAVASSI, Altair. **Barbacena: 200 anos**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Lemi, 1991.
- SENNA, Nelson de. Traços para o perfil de um brasileiro notável, o Conselheiro Dr. Francisco de Paula Candido (1805-1864). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Tomo 101, vol. 155, 1928.
- SHOHAT, Ella; STAM, Robert. Tropos do Império. In: **Crítica à imagem eurocêntrica**. Tradução: Marcos Soares, 1ª edição. São Paulo: COSACNAIFY, 2006.
- SILVA, Rodrigo Fialho. **Nas Minas... por entre “typos”, jornais e tintas: sociabilidade impressa e debate político na Província das Gerais (1823-1831)**. Rio de Janeiro: UERJ (Tese de Doutorado), 2011.
- SILVA, Wlamir. A forma primeira de Proteu: as façanhas de Bernardo Pereira de Vasconcelos no reino da liberdade. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, julho 2011.
- _____. **Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

- _____. Esmagando a Hydra da discórdia: o enquadramento do pensamento exaltado pela moderação mineira. **História**. São Paulo: Revista Online, vol.25, n.2, pág. 214-227, 2006.
- _____. Usos da fumaça: a revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada na Província de Minas. **Locus: Revista de História**. Juiz de Fora, v. 4, n. 1, jan. – jun. 1998.
- SILVEIRA, Laura Ribeiro. **O retrato de Catilina em Salústio**. Rio de Janeiro: UFRJ (Dissertação de Mestrado), Faculdade de Letras, 2003.
- SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964.
- _____. **A História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.
- _____. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 4ª ed., 1999.
- SOUSA, Octavio Tarquinio de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio (Coleção Documentos Brasileiros), 1937.
- _____. **Evaristo da Veiga**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. **Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia: estudos sobre a Sedição de 12 de agosto de 1798, o soldado Luís Gonzaga da Virgens, os escravos no 1798, Francisco Agostinho Gomes**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2003.
- TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. **História da Historiografia**. Núm. 02, 2009.
- VIANNA, Oliveira. **O ocaso do Império**. 3ª edição. Rio de Janeiro, 1959.
- VOLPE, Altivir João. **Édipo: psicodrama do destino**. São Paulo: Editora Ágora, 1990.
- WERNET, Augustin. **O Período regencial: 1831-1840**. São Paulo: Global Ed., 1982.
- _____. **Sociedades Políticas (1831-1832)**. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.
- WILCKEN, Patrick. **Império à deriva: A corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.